



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – MEL

ELAINE BRANDÃO SANTOS

**O LIVRO DO GADO DO BREJO DO CAMPO SECO (BAHIA):
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E DESCRIÇÃO DE ÍNDICES
GRAFO-FONÉTICOS**

Feira de Santana, BA

2019

ELAINE BRANDÃO SANTOS

**O LIVRO DO GADO DO BREJO DO CAMPO SECO (BAHIA):
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E DESCRIÇÃO DE ÍNDICES
GRAFO-FONÉTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Feira de Santana, BA

2019

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S2331 Santos, Elaine Brandão
O livro do gado do brejo do campo seco (Bahia): edição
semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos / Elaine Brandão
Santos. –, 2019.
316 f.: il.

Orientadora: Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2019.

1. Português brasileiro. 2. Documento de Foro Privado. 3. Séculos
XVIII e XIX. I. Lacerda, Mariana Fagundes de Oliveira, orient. II.
Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 801(814.2)

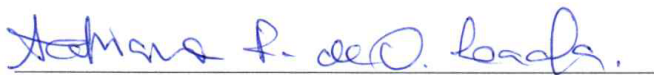
ELAINE BRANDÃO SANTOS

**O LIVRO DO GADO DO BREJO DO CAMPO SECO (BAHIA):
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E DESCRIÇÃO DE ÍNDICES
GRAFO-FONÉTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Aprovada em 20 de Fevereiro de 2019



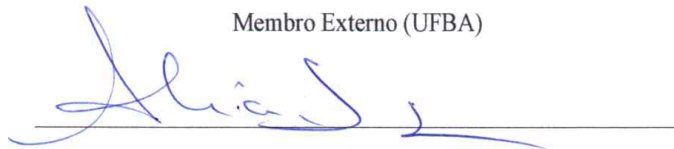
Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Orientadora (UEFS)



Profa. Dra. Emilia Helena Portela Monteiro de Souza

Membro Externo (UFBA)



Profa. Dra. Alicia Duhá Lose

Membro Interno (UEFS)

À minha avó Guilhermina (*in memoriam*) – sertaneja cujo coração, como o sertão, era do tamanho do mundo –, pelos seus ensinamentos...

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade, luz e força constantes em meu caminhar.

À professora doutora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, pelas dicas valiosas e pela ajuda na condução deste trabalho. Professora Mariana é uma orientadora mais que especial, de muita seriedade e serenidade, por quem tenho grande admiração.

À professora doutora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, por quem tenho muita admiração. Agradeço imensamente por todas as contribuições e críticas construtivas a esta pesquisa e, ainda, pelas palavras de incentivo.

À professora Huda Santiago, pelo auxílio nos momentos de dúvidas e por ser tão prestativa em todas as ocasiões em que precisei dela.

Aos colegas do grupo de pesquisa *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* – CEDOHS, em especial a Priscila, Igor, Gutemberg e Maiara, pelas ricas discussões e amizade.

Aos colegas Adilson Silva e Rui Moura, pelos diálogos e parcerias na busca de materiais sobre a temática em estudo.

Aos professores do *Mestrado em Estudos Linguísticos* – MEL/UEFS, por todos os momentos de convivência e aprendizagem, em especial aos professores Sandro Marengo e Patrício Barreiros, pelas dicas de leituras.

À professora doutora Célia Marques Telles, pela gentileza, atenção e também pelas dicas preciosas sobre o fazer filológico.

À professora doutora Alícia Duhá Lose, pela generosa ajuda e sugestões.

À professora doutora Emília Helena Portela Monteiro de Souza agradeço imensamente por aceitar o convite para compor a banca de defesa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, pelo suporte financeiro.

À minha mãe, Marlene, pela força e pela educação a mim proporcionada.

Ao meu amado esposo, Angelo Márcio, pelo apoio, compreensão, paciência e, principalmente, por me fazer sorrir sempre, mesmo em dias difíceis.

A Maiara, minha querida irmã, pela torcida e compreensão.

À minha cunhada Tatiana, pelo incentivo constante e pela acolhida em Salvador, durante os eventos acadêmicos realizados por lá.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Muito Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta o estudo de um documento de foro privado, o *Livro do Gado* do Brejo do Campo Seco, escrito por três gerações, do último quartel do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX, no sertão baiano, de grande importância para a história da penetração e difusão da língua escrita na Bahia. O presente trabalho segue a proposta do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), que vem divulgando *corpora* manuscritos e impressos de períodos pretéritos, para estudo da história do português culto e do português popular do Brasil, atendendo as suas três agendas de pesquisas. Assim, realizou-se a edição semidiplomática, seguindo os critérios de transcrição do PHPB, com a finalidade de oferecer: uma documentação filologicamente confiável à comunidade científica e aos demais interessados em investigações não só sobre a história do português brasileiro (PB), mas também sobre os aspectos econômicos, políticos e culturais da história de uma Bahia rural; a contextualização sócio-histórica do documento; e a descrição de índices grafo-fonéticos. A pesquisa, aqui realizada, enquadra-se no âmbito da Linguística Histórica, no campo da história social linguística do Brasil e tem como propósito colaborar com a reconstrução da história linguística e social do PB, em especial, do interior baiano.

Palavras-chave: Documento de Foro Privado. Edição Semidiplomática. Português Brasileiro. Séculos XVIII e XIX.

ABSTRACT

This dissertation presents the study of a private forum document, the Livro do Gado of Brejo do Campo Seco, written by three generations, from the last quarter of the eighteenth century to the third quarter of the nineteenth century, in the southeastern Bahia, of great importance for the history of penetration and diffusion of written language in Bahia. The present work follows the proposal of the Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB), which has been publishing corpora manuscripts and printed works from past periods, to study the history of Portuguese culture and popular Portuguese of Brazil, according to its three research agendas. Thus, the semidiplomatic edition was performed, following the criteria of transcription of PHPB, with the purpose of offering a philologically reliable documentation to the scientific community and to the others interested in investigations not only on the history of Brazilian Portuguese (PB), but also on the economic, political and cultural aspects of the history of a rural Bahia; the socio-historical context of the document and the description of graphological-phonetic indexes. The research carried out here falls within the scope of Historical Linguistics, in the field of social linguistic history of Brazil, and has as its purpose to collaborate with the reconstruction of the linguistic and social history of PB, especially the interior of Bahia.

Keywords: Private Forum Document. Semidiplomatic Edition. Brazilian portuguese. Centuries XVIII and XIX.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS

APP	Antônio Pinheiro Pinto
fol.	Fólio
IPC	Inocência Pinheiro Canguçu
MLA	Miguel Lourenço de Almeida
MJC	Miguel Joaquim de Castro
PB	Português Brasileiro
r	Recto
v	Verso

SIGLAS

ASBCSLG – Acervo do Sobrado do Brejo do Campo Seco do Livro do Gado

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão

DOHS – Documentos Históricos do Sertão

HISCULTE – História Social da Cultura Escrita

LAPELINC – Laboratório de Pesquisa em Linguística de *Corpus*

NELP – Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa

PHPB – Programa para História do Português Brasileiro

PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Embalagem dos livros da fazenda do Campo Seco	39
Figura 2 – Fundo da embalagem dos livros da fazenda do Campo Seco	40
Figura 3 – Capa do Livro do Gado	40
Figura 4 – Fundo da capa do Livro do Gado	41
Figura 5 – Rubrica de Miguel Lourenço de Almeida	42
Figura 6 – Fólio 30 verso	43
Figura 7 – Exemplo de tinta ferrogálica e corrosão	44
Figura 8 – Exemplo de tinta orgânica	45
Figura 9 – Exemplos de traços verticais distribuídos no fólio 29r	46
Figura 10 – Trecho da escrita de Miguel Lourenço de Almeida	54
Figura 11 – Trecho da escrita de Antônio Pinheiro Pinto	58
Figura 12 – Trecho da escrita de Inocêncio Pinheiro Canguçu	62
Figura 13 – Trecho da escrita de Miguel Joaquim de Castro	63
Figura 14 – Exemplos de diferentes punhos presentes no fólio 30 verso	64
Figura 15 – Layout da mesa cartesiana	67
Figura 16 – Imagem folha (frente) aplicado no método Lapelinc	68
Figura 17 – Imagem folha (frente) editada e recortada do método Lapelinc	68
Figura 18 – Ficha com informações do processo fotográfico	70
Figura 19 – Exemplo do método Lapelinc aplicado Livro do Gado	71
Figura 20 – Aplicação da escala de tom e da escala de cor no fol. 2r	72
Figura 21 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	75
Figura 22 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	75
Figura 23 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	75
Figura 24 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	76
Figura 25 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	76
Figura 26 – Exemplo de símbolo usado na transcrição	76
Figura 27 – Página <i>site</i> Ce-dohs	90
Figura 28 – Página <i>site</i> apresentação Livro de Fazenda	91
Figura 29 – Página <i>site</i> acesso ao Livro do Gado	91
Figura 30 – Mapa do Alto Sertão Baiano	94
Figura 31 – Mapa localização de Bom Jesus dos Meiras, Bahia	101
Figura 32 – Mapa atual da localização de Brumado, Bahia	102

Figura 33 – Igreja Matriz Bom Jesus da cidade de Brumado, Bahia	104
Figura 34 – Sobrado do Brejo do Campo Seco	105
Figura 35 – Ficha biográfica de MLA	108
Figura 36 – Ficha biográfica de APP	110
Figura 37 – Ficha biográfica de IPC.....	115
Figura 38 – Imagem dados do inventário de MJC (1889/1908).....	117
Figura 39 – Imagem dados do Embargo de MJC (1894)	117
Figura 40 – Imagem folha 2 do inventário de MJC.....	118
Figura 41 – Imagem folha 12 verso do inventário de MJC	118
Figura 42 – Ficha biográfica de MJCM	119
Figura 43 – Árvore genealógica dos Senhores do Campo Seco.....	120
Figura 44 – Exemplos de códigos usados na escrita pelos <i>scriptores</i>	124
Figura 45 – Trecho fólio 2r, MLA; exemplo de hipossegmentação.....	136
Figura 46 – Trecho fólio 3r, MLA; exemplo de hipersegmentação	137
Figura 47 – Trecho fólio 13r, APP; exemplo de hipossegmentação	141
Figura 48 – Trecho fólio 29r, APP; exemplo de hipersegmentação.....	141
Figura 49 – Trecho fólio 31v, IPC; exemplos de repetição lexical e hipersegmentação	144
Figura 50 – Trecho fólio 31r, IPC; exemplo de hipossegmentação	144
Figura 51 – Trecho fólio 29v; ilustração de símbolos.....	147
Figura 52 – Trecho fólio 33r; ilustração de símbolos.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento da população segundo classificação por situação, por instrução e por localidade	32
Quadro 2 – Descrição escriptográfica de MLA	50
Quadro 3 – Descrição escriptográfica de APP	55
Quadro 4 – Descrição escriptográfica de IPC	59
Quadro 5 – Lista das abreviaturas	78
Quadro 6 – Ocorrências gráficas de MLA	137
Quadro 7 – Outras ocorrências na escrita de MLA	139
Quadro 8 – Ocorrências gráficas de APP.....	142

Quadro 9 – Ocorrências de supostos dados grafo-fonéticos na escrita de APP	143
Quadro 10 – Ocorrências gráficas de IPC	145
Quadro 11 – Ocorrências de supostos dados grafo-fonéticos na escrita de IPC	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das abreviaturas por classe gramatical	87
Tabela 2 – Abreviaturas distribuídas por <i>scriptores</i>	88
Tabela 3 – Distribuição populacional do Alto Sertão Baiano, ano de 1872	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre a filologia e a linguística histórica	18
Gráfico 2 – Classificação geral das abreviaturas	86

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
------------------------------	----

PARTE 1

Trilhos a favor de uma história social linguística do PB e o contributo de estudos interdisciplinares na investigação dessa história

1 O ENTRELAÇAR DA FILOGIA E A LINGUÍSTICA HISTÓRICA:	
PERCALÇO E ABRAÇO	16
1.1 AS VIAS DE HOUAISS: O SOPRO QUE INSTIGOU MEIOS PARA ACLARAR A HISTÓRIA DO PB	20
1.1.1 O foco: a quarta via	22
1.2 A PENETRAÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA NO BRASIL: BREVÍSSIMO CONTEXTO	26
1.2.1 A introdução da língua escrita no alto sertão da Bahia	30
1.3 REVISITANDO O PORTUGUÊS NO/DO BRASIL	34
1.4 SÍNTESE DA SEÇÃO	36

PARTE 2

Da metodologia aos pilares da edição

2 A ESPECIFICIDADE DO <i>CORPUS</i>	37
2.1 A DESCRIÇÃO DO MANUSCRITO	38
2.1.1 Aspectos extrínsecos	39
2.1.2 Aspectos intrínsecos	46
2.1.3 O reconhecimento das várias mãos através de análise escriptográfica	49
2.1.3.1 <i>Estudo da escrita de Miguel Lourenço de Almeida</i>	50
2.1.3.2 <i>Estudo da escrita de Antônio Pinheiro Pinto</i>	55
2.1.3.3 <i>Estudo da escrita de Inocêncio Pinheiro Canguçu</i>	59
2.2 O LABOR DA EDIÇÃO	65
2.3 A EDIÇÃO FAC-SIMILAR	66

2.3.1 O método Lapelinc	66
2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	73
2.5 OS CRITÉRIOS ADOTADOS NA TRANSCRIÇÃO	73
2.6 ABREVIATURAS: LISTA E CLASSIFICAÇÃO	77
2.6.1 Estudo percentual das abreviaturas	86
2.6.1.1 <i>Resultados</i>	86
2.7 EDIÇÃO DIGITAL DO <i>CORPUS</i> : ETAPA FUTURA.....	89
2.8 SÍNTESE DA SEÇÃO	92

PARTE 3

Quatro perguntas sobre o *corpus*: caracterização sócio-histórica do *Livro do Gado*

3 QUANDO?.....	93
3.1 O ALTO SERTÃO DE OUTRORA	93
3.1.1 Aspectos demográficos	95
3.1.2 Aspectos econômicos	97
3.2 ONDE?	100
3.2.1 Bom Jesus dos Meiras	100
3.2.2 O Sobrado do Brejo: vida doméstica de uma comunidade rural	102
3.3 QUEM?.....	106
3.3.1 Um lusitano de negócios em terras brasileiras: Miguel Lourenço de Almeida 106	
3.3.2 O visionário do sertão: Antônio Pinheiro Pinto	108
3.3.3 Um sertanejo de aventuras: Inocêncio Pinheiro Canguçu	111
3.3.4 Algumas considerações sobre Miguel Joaquim de Castro Mirante	115
3.4 PARA QUÊ?.....	123
3.4.1 Códigos presentes no livro da família Pinheiro Canguçu	123
3.5 POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO GERACIONAL.....	125
3.6 SÍNTESE DA SEÇÃO	127

PARTE 4

O que dizem as mãos dos Senhores do Campo Seco

4 INABILIDADE: CONCEITO	129
4.1 A BUSCA DE ÍNDICES GRAFO-FONÉTICOS	133
4.1.1 Investigando as mãos dos Senhores do Campo Seco	135
<i>4.1.1.1 Aspectos da escrita do lusitano</i>	136
<i>4.1.1.2 Aspectos das escritas dos brasileiros</i>	141
4.2 FONTE DO NOSSO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO?	148
4.3 SÍNTESE DA SEÇÃO	150

PARTE 5

A edição

5 COM O LEITOR: A EDIÇÃO FAC- SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO <i>LIVRO DO GADO</i>	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	226
APÊNDICES	231
APÊNDICE A: ÁRVORE GENEALÓGICA DESTACADA POR FONTES CONSULTADAS	232
APÊNDICE B: ÍNDICE ANALÍTICO DOS REGISTROS DO LIVRO DO GADO DO BREJO DO CAMPO SECO	236
APÊNDICE C: OCORRÊNCIA GERAL DAS ABREVIATURAS PRESENTE NO <i>CORPUS</i>	241
ANEXO	312
ANEXO A: FOTO CARTAZ COM DADOS GENEALÓGICOS FORNECIDO POR LYGURGO SANTOS NETO	314

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), criado no âmbito do *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, em 1997, de abrangência nacional, possui três agendas, destacadas por Lobo (2009, p. 306), a saber: a constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI; a reconstrução da história social linguística do Brasil; e o estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos.

Nesta dissertação, atuamos nas três referidas agendas, com os seguintes objetivos:

- a) A edição semidiplomática do *Livro do Gado*, escrito nos séculos XVIII e XIX;
- b) A contextualização sócio-histórica do *corpus*;
- c) A análise de índices grafo-fonéticos.

O *Livro do Gado*¹ é um manuscrito de foro privado, escrito por três gerações, e de grande relevância para a história da penetração e difusão da escrita na Bahia. Com o propósito de descrever os aspectos linguísticos, optamos pelo uso da edição semidiplomática. A escolha por esse tipo de tratamento ao material se justifica por permitir que as características linguísticas do texto sejam mantidas. As normas de edição adotadas estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo PHPB, com adaptações, tendo em vista as especificidades do documento. O referido manuscrito aqui investigado faz parte do banco de textos DOHS, do Projeto² *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro* (processo CNPq 401433/2009-9), que integra o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), do Departamento de Letras e Artes (DLA), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o qual atua em parceria com o PHPB.

¹ Este documento é um dos dois livros do arquivo do Sobrado do Brejo do Campo Seco. O outro corresponde ao *Livro de Razão*, que está sendo estudado por Silva, desde 2016, no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O referido material foi disponibilizado por Lycurgo Santos Neto, que é descendente da família Pinheiro Pinto e também o guardião dos livros do Sobrado do Brejo do Campo Seco, às coordenadoras do Projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, no ano de 2012. Foi com base nesses dois livros manuscritos e noutros papéis e objetos do arquivo do Sobrado do Brejo aos quais teve acesso que Lycurgo Santos Filho, pai de Lycurgo Santos Neto, escreveu *Uma comunidade rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, publicado em 1956. Esse livro é primordial neste trabalho de dissertação.

² O Projeto, citado junto com o Projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão são coordenados pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. Esse material analisado no âmbito do Projeto *Vozes*, em uma etapa posterior, será integrado ao Projeto CE-DOHS.

No estudo sócio-histórico, debruçamo-nos sobre as questões-problema defendidas pelo paleógrafo italiano Armando Petrucci (2003) como essenciais àqueles que se ocupam da exploração de testemunhos escritos em uma determinada sociedade. Assim, temos o seguinte panorama referente ao *corpus*: *Qué?* Trata-se de um livro de registro contábil. *Cuándo?* Abrange períodos dos séculos XVIII e XIX. *Dónde?* Produzido na fazenda do Sobrado do Brejo do Campo Seco, no interior da Bahia. *Cómo?* O instrumento utilizado para a escrita se refere a bico de pena e tintas variadas. *Quién?* Escrito por um lusitano e dois brasileiros, apresentados mais adiante. *Para qué?* Com a finalidade de registrar a criação de gado e os acontecimentos da propriedade rural. Para uma melhor organização desta pesquisa, os pontos *Qué?* e *Como?* serão apresentados na parte 2, e os demais serão expostos na parte 3.

Quanto à investigação linguística, buscamos realizar um levantamento geral de índices grafo-fonéticos, classificando o que seriam aspectos típicos da *escriptualidade* e o que seriam fenômenos de variação, presentes no *corpus*. Para tal, baseamo-nos no método de estudo de Marquilhas (2000), que analisa elementos como: ausência de curso, uso de módulo grande, entre outros; e nos trabalhos de Barbosa (1999; 2017).

Assim, esta pesquisa encontra-se organizada em: **Parte 1**, intitulada *Trilhos a favor de uma história social linguística do PB e o contributo de estudos interdisciplinares na investigação dessa história*, que apresenta uma breve abordagem sobre os caminhos apontados para a elaboração da história do PB e a importância de outras ciências nessa empreitada. Comentamos também sobre o contexto da penetração da língua escrita no Brasil e, em particular, no interior da Bahia, além de abordarmos sucintamente a respeito do português no/do Brasil; **Parte 2**, denominada *Da Metodologia aos Pilares da Edição*, em que apresentamos o *corpus* da pesquisa, a descrição dos critérios de transcrição e de edição utilizados para o trabalho, bem como o estudo paleográfico; **Parte 3**, sob o título *Quatro perguntas sobre o corpus: caracterização sócio-histórica do Livro do Gado*, em que tratamos do contexto histórico e social do documento, além dos aspectos socioculturais dos personagens que o produziram; **Parte 4**, intitulada *O que dizem as mãos dos senhores do Campo Seco*, na qual nos dedicamos aos aspectos grafo-fonéticos e aos estudos da escriptualidade dos diferentes punhos identificados no material; **Parte 5**, sob o título *A edição*, quando apresentamos ao leitor a edição fac-similar e semidiplomática do *Livro do Gado* do Brejo do Campo Seco. Seguem-se as considerações finais e, por último, os apêndices e anexo.

PARTE 1

Trilhos a Favor de uma História Social Linguística do PB e o Contributo de Estudos Interdisciplinares na Investigação dessa História

Esta seção é dedicada à abordagem dos caminhos principais para que seja possível escrever uma história social linguística do português brasileiro (PB). Mattos e Silva (2004) enfatizava que, para descortinar o passado intrigante dessa língua, muitas histórias precisam ser reconstruídas. Aqui, além de nos ocuparmos dessas questões, discutimos sobre a relação entre a Filologia e a Linguística Histórica, bem como sobre o fator escolarização no Brasil e, de forma particular, no interior da Bahia, além de ressaltar a questão do português no/do Brasil.

1 O ENTRELAÇAR DA FILOLOGIA E LINGUÍSTICA HISTÓRICA: PERCALÇO E ABRAÇO

A Filologia, desde o seu surgimento, que remonta à escola de Alexandria, e ao longo de sua trajetória, tem incorporado em seu escopo múltiplos conceitos. Dessa forma, autores têm considerado essa ciência segundo duas abordagens: uns, em sentido *lato*; outros, em sentido *estrito*. A primeira refere-se a um sentido mais abrangente, direcionando o labor filológico para o estudo da língua, da cultura e da história de um povo. A segunda volta-se para o chamado campo da crítica textual, isto é, o trabalho centrado no texto, que realiza a constituição e edições textuais. Essa polissemia acerca do termo filológico pode ser associada à finalidade de cada investigador, como explica Spina (1994, p. 82): “Não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme os autores que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu”.

Desse modo, essa ciência antiga contempla, até os tempos atuais, diferentes abordagens e objetos. Diante disso, é possível verificar como essas definições do termo Filologia implicam outras áreas do saber, a exemplo da Linguística e, em particular, do campo da Linguística Histórica. Corroborando esse pensamento, Swiggers (1998, p. 9) destaca: “A ambiguidade da filologia, com tudo o que ela assume de promissor e de ultrapassado, obriga-

nos a retomar, como temática fundamental, o problema da relação entre a linguística e a filologia”.

Ao direcionar essa questão para o Brasil, Mattos e Silva, em seu artigo intitulado *Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Linguística no Brasil no século XX*, evidencia como os conceitos entre a Filologia e a Linguística divergiram entre vários estudiosos no país, como vemos nas citações a seguir:

A Linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a qualquer língua. Nessa conformidade, não julgamos aconselhável falar, por exemplo, em linguística Francesa ou Inglesa, com o fato de referirmos estudos acerca dessas línguas [...] A filologia, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas [...] (SILVA NETO, 1957 apud MATTOS E SILVA, 1998, p. 99).

Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos – a. numa dada língua; b. numa família ou bloco de línguas; c. nas línguas em geral, para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da linguagem entre os homens. Há assim, portanto, a linguística especial (portuguesa, francesa, etc); linguística comparativa (indo-européia, camítico-semítica, etc); a linguística geral. Não são termos equivalentes a gramática, em qualquer de suas acepções e a *filologia, que pressupõe uma língua culta e uma língua escrita* (MATTOSO CÂMARA JR., 1956 [1970] apud MATTOS E SILVA, 1998, p. 101).

Nesse sentido, a referida autora delineou bem a “confusão” acerca dos conceitos dessas duas ciências. Assim, o que era Linguística especial ou comparativa na visão de Mattoso Câmara Jr. era Filologia para Serafim da Silva Neto; e, para o primeiro, a Filologia era restrita à língua culta, ou seja, à língua literária. Esse fato gerou um impasse sobre as definições de tais ciências no Brasil, sendo definidos, tempos depois, os campos do trabalho do filólogo e do linguista, com o estabelecimento da Linguística como disciplina acadêmica.

Quanto à abordagem da Linguística Histórica em sua relação com a Filologia, destacamos um dos percalços que provocou o recuo de tais áreas na história geral da Linguística.

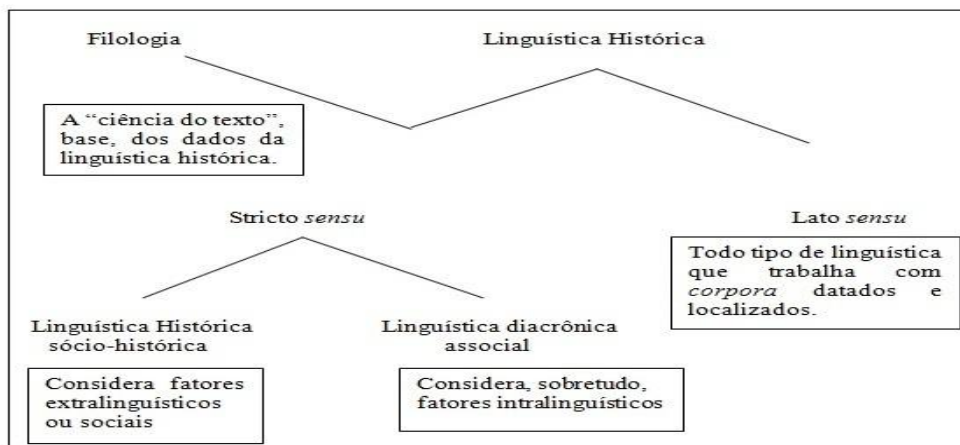
A partir dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, no século XX, em que houve a divisão da dimensão estática e da dimensão histórica da língua, ou seja, a separação das dicotomias língua e fala, sincronia e diacronia, o cenário linguístico, durante muito tempo, voltou-se para as investigações de cunho sincrônico, deixando de lado a mudança da língua, já que, para Saussure, esse fato era específico da fala. Com isso, os estudos diacrônicos ficaram adormecidos, e a Filologia, provavelmente, recuada, uma vez que o domínio estava pautado nos estudos sincrônicos descritivos.

A volta dos estudos históricos tradicionais, nas últimas décadas do século XX, impulsionada pelos novos modelos linguísticos, como, por exemplo, a Sociolinguística Laboviana, tinha como foco a investigação da mudança da língua associada a vários outros contextos. A esse respeito, a autora Clarinda Maia salienta:

Verifica-se um importante desenvolvimento de disciplinas que se ocupam deste fenómeno que domina grande parte da recente reflexão teórica sobre a linguagem e, a partir da década de 1970, algumas das aquisições nelas verificadas contribuem para o ressurgimento e revitalização da Linguística Histórica. Refiro-me aos estudos de Sociolinguística, de Análise do Discurso e Pragmática, que conduziram por um lado, à incorporação nas análises diacrônicas da variação linguística e, por outro lado, à consideração da interação entre a língua e o contexto pragmático (MAIA, 2012, p. 534).

Desse modo, observamos uma agregação das análises diacrônicas na variação linguística, o que, segundo Maia (2012, p. 534), “permitiu compreender a dinâmica social e contextual da mudança linguística”. Assim, essas disciplinas passaram a se interessar também por dados diacrônicos, no entanto se depararam com uma grande questão, já destacada por Mattos e Silva (1998, p. 106): “Onde buscar esses dados?”. O caminho não seria outro: nos textos remanescentes. Nesse contexto, a Linguística Histórica e a Filologia passaram a se entrelaçar. Dessa maneira, esta última, no seu sentido *estrito*, ou seja, no seu aspecto clássico, referente à edição de texto, tem possibilitado ao investigador uma visão do estado de uma determinada língua de épocas passadas. Portanto, fica claro que tais ciências possuem uma relação de complementaridade, já que só é possível recuperar um texto do passado através do labor filológico. Esse elo essencial é muito bem representado por Mattos e Silva (2008) no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Elo entre Filologia e Linguística Histórica



Fonte: Mattos e Silva (2008, p. 10).

Contudo surge outra questão: não basta recuperar o texto. É preciso algo mais para que possamos, conforme afirma Mattos e Silva, parafraseando Lass (1997, p. 45), “ouvir o inaudível” em documentações de tempos remotos. Trata-se de uma boa edição, que permita o garimpo, nos dados disponíveis, de um possível retrato linguístico da época analisada, conforme a afirmação de Maia (2012, p. 538):

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época.

Assim, como evidencia Mattos e Silva (2008), em seu gráfico ilustrado anteriormente, a Filologia, como “ciência do texto”, torna-se o pilar primordial para a captura dos dados diacrônicos de textos tanto literários quanto não literários. Sobre a metodologia empregada nesse processo, a autora alerta:

Deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15).

Dessa forma, subentende-se que, nos trabalhos que visam procurar a “voz” nos textos antigos, com a finalidade de estudar uma língua, os *corpora* têm de ser significativos, isto é, representativos, para que o objetivo do investigador seja alcançado, o que reforça a importância do rigor textual.

Nesse sentido, não há como negar que a Filologia e a Linguística Histórica são duas áreas do conhecimento que estão intimamente ligadas e que precisam entrecruzar-se quando o assunto é a busca pela reconstituição histórica de uma língua. É nessa perspectiva que, no trabalho apresentado aqui, enveredamos por tais ciências no intuito de colaborar com a edição criteriosa desse material linguístico tão relevante para o estudo das sincronias passadas do português brasileiro.

1.1 AS VIAS DE HOUAISS: O SOPRO QUE INSTIGOU MEIOS PARA ACLARAR A HISTÓRIA DO PB

Desde 1985, com o célebre trabalho intitulado *O português no Brasil*, Antônio Houaiss afirmava que não havia, ainda, preenchido requisitos da pesquisa para que pudesse elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil e, para reverter esse cenário, propôs quatro vias de pesquisas, assim elencadas:

1. a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2.o mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; 3.o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4.a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos (HOUAISS, 1985, p. 127).

Como já sabemos, as questões pontuadas moveram os estudiosos do Português Brasileiro (PB) à realização de grandes feitos no intuito de superar as lacunas esboçadas por Houaiss. Assim, conforme destaca Lobo (2009), vários programas de pesquisas, em âmbito tanto nacional quanto regional, colaboraram para que, de fato, fosse possível a elaboração de uma história da língua portuguesa no Brasil. Nessa perspectiva, novos e importantes programas foram criados, a exemplo do Projeto *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, proposto pela renomada pesquisadora Rosa Virgínia Mattos e Silva, na década de 1990, estabelecido, especificamente, no ano de 1997, com três frentes de pesquisas, sob a coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho, tendo como parceiros equipes regionais de universidades de várias localidades do país.

Após três décadas de labuta, a busca pela reconstrução da história do PB continua a mover os historiadores da língua, como afirma Mattos e Silva (2004, p. 61): “será trabalho para muitas mãos, durante muito tempo”. Segundo Lobo e Oliveira (2012), considerando os trabalhos realizados pelos grupos de pesquisas e programas de cunho coletivo, podemos

afirmar que muito já se fez em relação às vias 2 e 3, no entanto, no que diz respeito às pautas 1 e 4, pouco se produziu, e muito se tem, ainda, a acrescentar.

Sobre a atuação na segunda via, destacam-se os trabalhos do projeto *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1996, de grande amplitude e de caráter nacional, que vem atuando no campo da dialetologia. Como fruto do referido projeto, temos, hoje, disponível, dois volumes do Atlas Linguístico do Brasil³.

Quanto ao preenchimento da terceira via, as atividades vêm sendo desenvolvidas por projetos como o da *Gramática do Português Falado (1988-2011)*, iniciado na Universidade de Campinas (UNICAMP), e o *Programa de Estudo sobre o Uso da Língua (PEUL)*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de muitos outros.

Ao adentrar a primeira via, precisamos reconhecer o quanto é difícil transitá-la; primeiro, pela dificuldade de se localizar fontes representativas dos tempos pretéritos – quanto mais recuada a época, menores são as possibilidades de encontrá-las –, e, segundo, pela questão da precariedade dos arquivos brasileiros, quer pelo local de armazenamento dos documentos, quer pela falta de organização do material. Sobre essa questão, Lose (2017, p. 72-73) faz observações interessantes:

A memória em papel, geralmente, se encontra em locais de acesso restrito como instituições religiosas (prioritariamente nos dois primeiros séculos), instituições da administração públicas ou militares. Esses lugares, na maioria do caso não são instituições de natureza arquivística, não têm organização formal de fácil decodificação (com inventários e catálogos minimamente organizados) nem pessoal especializado para atendimento ao público interessado na documentação [...].

Com tantas dificuldades, não podemos negar o esforço e a grandiosidade dos trabalhos desenvolvidos pelo *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)*, da Universidade Federal da Bahia – UFBA; pelo Projeto *PHPB*, já mencionado; pelo Projeto *Corpus Históricas do Português Tycho Brahe*, da Universidade de Campinas (UNICAMP); pelo Projeto *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro*, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), entre outros.

³ O ALiB é um Projeto dirigido por um comitê nacional, em parceria com 14 instituições brasileiras, que teve seus primeiros volumes publicados em 2014 na ocasião do III CIDS, conforme pode ser visto em: <www.alib.ufba.br>.

1.1.1 O foco: a quarta via

A quarta via – a penetração da língua escrita no Brasil – proposta por Houaiss (1985), é, sem dúvida, uma pauta importantíssima para a compreensão do PB, porém não deve ser investigada somente sob uma perspectiva essencialmente linguística, como o referido autor delineou, mas numa direção que abarque também os aspectos extralinguísticos. Lobo e Oliveira (2012) destacam que se tem buscado traçar a história da penetração da língua escrita no Brasil pela perspectiva tradicional, isto é, através dos espaços institucionais formais, como a escola oficial, entendida como a principal agência de letramento. Levando-se em conta que a escolarização no país ocorreu de forma tardia, tal investigação deve ser alargada aos espaços informais, já que, por muito tempo, foram esses os responsáveis pelo ensino da língua escrita àqueles a quem era negado tal aprendizado. Dessa maneira, percorrer essa via exclusivamente no âmbito do “essencialmente linguístico” é deixar brechas na historiografia do PB, uma vez que língua e sociedade são elementos complementares e que são os membros das sociedades que elaboram e divulgam os saberes. Portanto, o estudo da quarta via verticaliza-se pela teia da história social linguística, sendo necessária também a interface com outras histórias, como o campo da cultura escrita.

Retomando as ideias de Houaiss (1985) sobre como enfrentar a questão histórica do PB, Mattos e Silva (2004) aponta sólidos caminhos para a reconstrução do passado do PB. A partir de sua obra *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, fruto de vários anos de investigação sobre a temática aqui discutida, a autora apresenta sugestões significativas para o alcance de uma história social linguística. Assim, propõe quatro campos de pesquisas, descritos a seguir:

(a) O campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) O campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) O campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) O campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Esses campos de trabalhos, segundo Mattos e Silva (2004, p. 58), são “necessariamente interligados, mesmo que no seu processo de realização, na sua prática, possam ser desenvolvidos de forma autônoma”.

Sobre o campo *a*, indica a referida autora, há dois fatores essenciais – a demografia e a escolarização – para a compreensão da heterogeneidade dialetal do PB, ou seja, a vertente

prestigiada e a vertente estigmatizada. E acrescenta que, entre o trabalho dos quatro tópicos, será o campo *a* “aquele em que o linguista estará mais próximo do historiador *tout court*”. Reforça, ainda, que “essa vertente prevê a recuperação de políticas linguísticas havidas ao longo da história do Brasil”.

Nessa direção, por meio da investigação da história social do Brasil, é possível encontrarmos subsídios para um melhor entendimento da configuração do PB, como as questões ligadas à situação do contato linguístico, aos fatores propícios da difusão da escrita em determinada localidade, à influência social na mudança estrutural da língua, entre outros elementos.

Nesse ensejo, vale destacarmos também a importância da História da Cultura Escrita como complemento à história social do PB, assim como outras ciências. Sobre esse aspecto, Mattos e Silva ressalta (2004, p. 70):

[...] pelos que fazem história social – ou numa perspectiva antropológica ou numa perspectiva da chamada nova história, que não se reporta apenas aos grandes acontecimentos, mas a evidências de vários aspectos do cotidiano dos diversificados agentes da história – pode-se levantar indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem. Pelo que tenho podido observar, os avanços sobre o passado da sociedade brasileira realizados por esses cientistas são essenciais para uma aproximação menos generalizante da história social linguística do Brasil [...].

O movimento da chamada Nova História⁴ proporcionou uma renovação na forma de se fazer historiografia. Antes, o paradigma tradicional via a história “de cima”, centrada em grandes feitos políticos, em pessoas representativas da alta sociedade e baseada na história escrita de documentos oficiais. A partir da abordagem defendida pelo referido movimento, passou-se a privilegiar a história vista “de baixo”, com foco nas pequenas narrativas, nas pessoas comuns e suas experiências, bem como em outros tipos de registros, que não refletissem apenas os conteúdos oficiais, mas também os da vida cotidiana. Essa mudança trouxe reflexos para várias áreas do saber, como a História Cultural, que ganhou uma nova configuração em seus campos de pesquisas. Assim sendo, as suas linhas de investigação passaram a se ocupar de temáticas diversas, como a história do livro, da leitura, das questões de gênero, das culturas políticas, ambientais, etc.

Foi no âmbito da História Cultural que se desenvolveu a História da Cultura Escrita. De acordo com Castillo Gómez (2003), o termo passa a ser utilizado na segunda metade da década de 1990, tendo como campo de investigação a tríade: história das normas, capacidades

⁴ A esse respeito, consultar Burk (1992).

e usos da escrita, história do livro e dos objetos escritos. Para o autor, essa ciência trata-se de “una forma de historia cultural centrada específicamente en los objetos escritos y en los testimonios, de cualquier índole, que conciernen a sus distintos usos y a sus varias funciones”⁵ (CASTILLO GOMÉZ, 2003, p. 107-108). Nesse sentido, esse campo de pesquisa se dedica às práticas sociais do escrever, do ler, do discurso, as quais permeiam o objeto, bem como dos agentes que escrevem e leem, em cada momento da história, nas diferentes sociedades. Essa perspectiva social da Cultura Escrita acarretou uma nova roupagem à Paleografia.

Segundo Castillo Gomez e Sáez (1999), desde o surgimento da Paleografia, e ainda por um bom tempo, essa ciência foi considerada como um meio de leitura de documentos difíceis e incomuns, resumindo os seus objetivos a dois níveis, apenas: a leitura correta e o estabelecimento da classificação, descrição cronológica e espacial dos textos. Após a revolução da Nova História, surgiu, então, a necessidade de aperfeiçoar os métodos tradicionais do fazer paleográfico. Nessa direção, Petrucci (2003) acrescenta às quatro perguntas essenciais – *qué; cuándo, dónde e cómo* – duas novas: *quién e por qué* se escreve, favorecendo um estudo da escrita atrelada não só aos aspectos gráficos, mas também à história, à sociedade e ao sujeito que escreve:

En definitiva, la tendencia que nacía en ese momento significaba una revolución del tradicional método paleográfico de corte erudito-positivista. No sólo porque se empezaba a explicar la escritura contextualizada en su momento histórico, sino, sobre todo, porque en vez de partir del estudio de las formas gráficas para luego ponerlas en correspondencia con otras manifestaciones culturales, lo hacía de la función que una determinada sociedad, compuesta necesariamente de alfabetizados e analfabetos atribuye a las practicas escritas⁶ (PETRUCCI, 1992, p. 157-158 apud CASTILLO GOMEZ; SÁEZ, 1999, p. 26).

Diante desse panorama, projetos de pesquisas têm-se debruçado sobre essas questões, atuando diretamente na quarta via definida por Houaiss (1985), além da própria História da Cultura Escrita, proporcionando a ligação entre os estudiosos do português brasileiro e os da cultura escrita, como é o caso do Subprograma *História Social da Cultura Escrita (HISCULTE)*, integrado ao programa *PROHPOR*, ambos sob a direção de Tânia Lobo.

⁵ Tradução: “uma forma de história cultural centrada especificamente nos objetos escritos e nos testemunhos, de qualquer índole, que concernem em seus distintos usos e as suas várias funções”.

⁶ Tradução: “Em suma, a tendência que nasceu na época significou uma revolução do método paleográfico tradicional com uma abordagem positivista-erudita. Não só porque começou a explicar a escrita contextualizada em seu momento histórico, mas, sobretudo, porque, em vez de partir do estudo das formas gráficas e colocá-las em correspondência com outras manifestações culturais, foi a função que determinada sociedade, necessariamente composto de letrado e analfabeto, atribuído a práticas escritas”.

No âmbito do *HISCULTE*, Lobo e Oliveira (2012, p. 6-12) apresentam vários caminhos para traçar a história da penetração da língua escrita no Brasil. Os campos⁷ de investigação são os seguintes:

Campo 1: medição de níveis de alfabetismo na história do Brasil; Campo 2: Leitura e escrita aos olhos da Inquisição; Campo 3: escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil; Campo 4: prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé; Campo 5: a escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil; Campo 6: o estudo da língua portuguesa e o fator escolarização em perspectiva histórica; Campo 7: história da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil; Campo 8: fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas.

Sobre todos os campos elencados, encontram-se bastantes trabalhos realizados e muitos outros em andamento. São trabalhos grandiosos, que visam suprir a deficiente história da escolarização e da alfabetização no Brasil, do período colonial aos dias vigentes, com a intenção de colaborar com a escrita da história do PB.

Outro projeto que trabalha nessa perspectiva, ainda na Bahia, é o CE-DOHS – *Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão* (Processo FAPESB 5566/2010), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. Com pesquisas voltadas para a recomposição do PB, em especial do interior baiano, esse projeto possui um acervo linguístico diversificado e tem realizado pesquisas significativas a partir da análise de *corpus* inábil – fontes relevantes para os estudos sobre a reconstituição do PB. Hoje, o CE-DOHS já conta com dez subprojetos, distribuídos em várias perspectivas de estudo, a saber:

Sub-projeto 1: aplicações de técnicas de anotação linguística e web-semântica no CE-DOHS; Sub-projeto 2: elaboração de ferramentas computacionais (E-corp e outras), para construção e uso do CE-DOHS; Sub-projeto 3: uma *corpus* para os seiscentos (a partir de 1617) documento escrito por brasileiros: família Vieira Ravasco e outros contemporâneos; Sub-projeto 4: cartas e atas produzidos por homens bons da câmara de Salvador, a partir do século XVII; Sub-projeto 5: recuando ao século XVIII: documentos privados da feira de Capuame (1729-1830) e do Sobrado do Brejo Seco (1755-1830); Sub-projeto 6: projeto temático: documentos escritos por mãos inábeis; Sub-projeto 7: inserção do indígena no mundo da escrita; Sub-projeto 8: anotação morfológica e sintática de acervos do CE-DOHS: parceria com o *corpus* Tycho Brahe (UNICAMP); Sub-projeto 9: anotação morfológica e sintática de bancos com amostras orais: português popular do sertão baiano e da cidade de Salvador; Sub-projeto 10: refinando os *corpora*: polarização linguística, separação por norma, níveis de escolaridade, normas capital/interior, diferenciação diatópica-diacrônica e por gêneros textuais (www5.uefs.br/ce-dohs).

⁷ Reunimos na citação apenas os nomes dos campos de investigação.

Nessa direção, o referido projeto contém uma rica documentação, tanto de textos manuscritos quanto de dados orais, que abrange do século XVII ao XXI, de grande interesse para as investigações sócio-históricas da língua portuguesa.

1.2 A PENETRAÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA NO BRASIL: BREVÍSSIMO CONTEXTO

O sistema escolar introduzido no Brasil, como já é amplamente conhecido, delineou-se por meio de episódios desordenados. Os fatos ocorridos ao longo dos três séculos de colonização no território brasileiro foram, sem dúvida, responsáveis pela inexistência de uma sólida estrutura educacional no país.

Em 1549, ao chegarem às terras brasileiras, os jesuítas estabeleceram os seus colégios e iniciaram o processo de evangelização dos gentis. Os religiosos avançaram por toda a costa, estabeleceram-se ao sul, guiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, e iniciaram um vasto processo de instrução enraizado na cultura europeia, fragmentando, dessa forma, a educação e a cultura dos habitantes primeiros.

O trabalho educativo elaborado pelos jesuítas, nessa fase primeira, tinha a intenção de catequizar os índios, por meio da oralidade – por isso o interesse dos mestres no aprendizado da língua geral indígena, o que agilizaria o processo de domínio sobre a referida população. A esse respeito, lembra Mattos e Silva (2004, p. 77): “Os jesuítas tinha como princípio de catequese usar as línguas da terra em que chegavam. Assim sendo, fazia parte do seu programa catequético no Brasil dominar a(s) língua(s) local(is)”. Para atingir tal objetivo, os mestres utilizavam vários métodos, como os cânticos, o teatro, a dança, os poemas, entre outros, tudo em prol da atenção dos gentis. Vale acrescentar que, paralelo ao labor da doutrina, praticavam a instrução elementar da leitura, escrita e do cálculo. Segundo Shigunov Neto e Maciel (2008, p.175), no mesmo ano da chegada de Nóbrega, estabelece-se a primeira escola: “O Padre Manoel de Nóbrega e seus companheiros da Companhia de Jesus fundaram na Bahia, em agosto de 1549, a primeira escola de ‘ler e escrever’”.

Nessa atuação jesuítica, no ano de 1551, chegam ao Brasil, acompanhados de padres portugueses, vinte meninos órfãos, com a função de ajudá-los na missão de evangelização, os quais foram distribuídos entre os colégios já existentes. Mais tarde, em 1553, chega ao solo brasileiro um terceiro grupo de jesuítas, sob o comando de Luiz de Grã. Nesse contexto, inauguraram o colégio dos Jesuítas da Bahia, atual Terreiro de Jesus, localizado na cidade de Salvador – Bahia, dentre outros feitos.

Dessa forma, é possível notar o quanto foi produtiva a ação jesuítica sob o legado do Padre Nóbrega, como bem destacam Shigunov Neto e Maciel (2008, p. 177):

O padre Manoel de Nobrega, conhecido como o grande defensor dos índios, em suas décadas à frente dos jesuítas no Brasil, teve papel ativo no processo de colonização e catequização dos índios [...] Entretanto, a maior contribuição ocorreu na área educacional, sendo a sua contribuição ainda maior, pois sob seu comando foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Paratinga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).

Vale dizer que somente depois de certo tempo, após a morte do Padre Nóbrega, é que o processo de ensino passa a prestigiar exclusivamente os filhos dos colonos, isentando, dessa maneira, o restante da população de um ensino intelectualizado.

Assim, diante de uma conjuntura social composta por um número mínimo de portugueses e uma quantidade expressiva de indígenas, bem como da resistência por parte dos gentis, a ação pedagógica dos jesuítas passou a contemplar os rebentos dos lusitanos, com a verdadeira intenção de “letrá-los”, já que os dominadores portugueses necessitavam controlar o sistema cultural e manter o sistema administrativo. Sobre essa questão, destaca Paiva (2003, p. 44):

Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes, sobretudo, se voltam para os filhos dos principais.

Podemos inferir desse contexto que o interesse maior referia-se à domesticação dos índios, uma vez que o ensino superficial lhes bastaria para o bom convívio e a comunicação dentro da comunidade, como também para a aprendizagem dos trabalhos manuais. Quanto aos filhos dos colonizadores, a formação reservada tinha como objetivo o trabalho intelectual. Eram instruídos, de fato, no ensino da língua portuguesa, a fim de se tornarem aptos para os cargos importantes dentro da sociedade colonial. Esses filhos seriam padres ou advogados, ocupariam cargos públicos, possibilitariam à sociedade se reproduzir (PAIVA, 2003, p. 44). Portanto, observamos, nas situações expostas, a existência de duas ramificações escolares: uma educação voltada para a elite, e outra para os desfavorecidos, ou seja, pobres, índios e seus descendentes.

Vale ressaltar que o modelo de ensino adotado pelos jesuítas seguia o método *Ration Studiorum*. Tratava-se de um método uniforme, utilizado por todos que praticavam o

exercício pedagógico naqueles tempos. Foi implantado em 1599, por meio da regulamentação estabelecida por Inácio de Loyola. Apesar de ser um modelo bem organizado, possui a característica do tipo padronizadora e seletora, sendo, portanto, responsável pelo mencionado dualismo escolar. Sobre essa questão, evidencia Saviani (2004, p. 127):

O plano contido no *Ratio* era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas [...].

Diante das transformações sociais e econômicas que pairavam no cenário brasileiro, já no século XVIII, dentre elas, os reflexos do Iluminismo, o ensino jesuítico começou a estagnar, pois, embasado e estacionado nas questões religiosas, não acompanhou as necessidades da sociedade, que, àquela altura, buscava uma prática pautada nos saberes científicos e filosóficos, frutos dos ideais iluministas. Sendo assim, a didática da Companhia de Jesus tornou-se defasada para os interesses da Coroa Portuguesa.

Em meados do mesmo século, mais precisamente em 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas da colônia, o que representou um retrocesso na educação, já que, extinta a estrutura educacional colonial, encontrava-se a educação brasileira totalmente desorientada. Somente treze anos após a saída da Companhia de Jesus é que o Marquês dá início à reforma pombalina. Nesse contexto, estabelece a língua portuguesa como oficial, devendo ser utilizada na escola, e proíbe o uso das línguas gerais indígenas e de qualquer outra. Durante essa fase, várias leis foram criadas com o objetivo de regulamentar a instrução pública. Surgem as escolas régias e as aulas avulsas, contudo o déficit escolar se intensificou. Mattos e Silva (2004, p. 131) destaca que “com a expulsão dos jesuítas [...] instalou-se a primeira rede leiga oficial de ensino. Tal fato político-educacional foi catastrófico para a escolarização no Brasil”. Para termos uma ideia desse cenário, a referida autora, relendo Houaiss, afirma que, nos fins dos setecentos, o número de letrados não ultrapassava 0,5%.

Ainda sobre a questão do ensino de primeiras letras na fase pombalina, Farias Filho e Vidal (2000), no artigo intitulado *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*, mostram a dificuldade de espaço e os números reduzidos de escolas régias ou cadeiras públicas para o labor educacional, na segunda metade do século XVIII, como também a difícil tarefa de encontrar mestres capacitados para atuar na prática do ensino. Por conta disso, alguns jesuítas e clérigos em geral que continuaram no Brasil foram reutilizados para o papel de instrução. No que diz

respeito àqueles que não tinham a oportunidade de estudar em uma escola oficial, os autores explicam:

Não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que frequentavam uma escola tinham acesso às primeiras letras. Pelo contrário, tem-se indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia um número de pessoas bem superior a rede pública [...] (FARIAS FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

Desse modo, verificamos que o modelo proposto por Pombal era restrito às cidades e vilas mais importantes, e muitos não tinham como se deslocar de locais longínquos até elas. Os que possuíam algum recurso contratavam um mestre ou um padre capelão para o ensino elementar, o que era muito comum nas propriedades rurais. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral, um fazendeiro (FARIAS FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

É importante ressaltar que, entre a camada estigmatizada e, portanto, proibida do acesso à educação, como os negros e seus descendentes, alguns conseguiam o contato com as letras através de espaços comunitários ou de ações religiosas. Oliveira (2006), em seu grandioso trabalho intitulado *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, apresenta uma amostra documental expressiva, escrita por negros e afrodescendentes baianos pertencentes à Irmandade negra denominada Sociedade Protetora dos Desvalidos, os quais, apesar do empecilho social no que se refere à escolarização, aprenderam, dentro de suas condições, a ler e escrever. Sobre esse obstáculo escolar, Farias Filho e Vidal (2000, p. 22) esclarecem:

Em todas as escolas, era, geralmente, proibida a freqüência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos o final da segunda metade do século, o que não impedia, todavia, que elas tomassem contato com as letras e, às vezes, fossem instruídas, sobretudo no interior de um modelo mais familiar ou comunitário de escolarização.

Em 1808, com o episódio da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, há uma nova configuração nos quesitos educação e cultura. A preocupação de D. João VI volta-se, agora, para a educação superior. Assim, abrem-se a Academia Militar, as Escolas de Direito e Medicina, bem como a biblioteca real e a imprensa régia. No entanto, depois dessas significativas transformações, observamos que, no velho e conhecido período joanino, a educação basilar de qualidade para o povo continuou fora de prioridade.

Anos mais tarde, a partir da lei de 15 de outubro de 1827, é estabelecida, sob a ordem do Imperador D. Pedro I, a criação de escolas públicas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares populosos, nas quais devia ser adotado o método de ensino mútuo⁸, isso devido à falta de mestres e à escassez de recurso para remunerá-los. Além do mais, o método estava sendo aplicado na Europa com grande êxito, sobretudo pela dinâmica de contemplar muitos alunos, como reforçam Farias Filho e Vidal (2000, p. 22): “o método preconizado, utilizado largamente na Europa, possibilitava, segundo seus defensores, que um único professor desse aula para até 1.000 alunos”. Houve também uma multiplicação das escolas secundárias, direcionadas às classes intermediárias. Porém, apesar das preocupações com a escolarização no Brasil, na prática, de fato, pouco se fez. Essa situação se estendeu por muito tempo, contemplando o período da Proclamação da República. Mattos e Silva (2004) afirma que somente em 1920 o número de letrados atinge o percentual de 20% a 30%. Assim, seguia-se na tentativa de melhores políticas e soluções para a questão da escolarização no país.

Dessa breve retrospectiva sobre a penetração da língua escrita no Brasil, nos períodos setecentistas e oitocentistas, podemos inferir que o quesito educação não foi uma prioridade para aqueles que detinham o comando do país. A oportunidade escolar, com foco no intelectualismo, era direcionada à camada elitista, enquanto a maioria da população, mergulhada na pobreza, era privada ou excluída do acesso educacional. Eram raros aqueles que, por algum motivo ou por sorte, encontravam, nos espaços extraescolares, a chance do contato com as primeiras letras. Desse modo, verificamos como a questão social está diretamente ligada ao aspecto da escolarização, tornando-se necessário investigar acervos diversificados para chegar a um entendimento da realidade linguística brasileira vigente.

1.2.1 A introdução da língua escrita no sertão da Bahia

Diante da conjuntura educacional brasileira, delineada no período colonial e imperial, podemos concluir que a efetivação das escolas nos interiores do sertão da Bahia deu-se de forma lenta e precária. Carneiro e Almeida (2006), no artigo denominado *A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior*, apresentam uma ideia a respeito da implementação das escolas, sobretudo de primeiras letras,

⁸ Mais sobre o Método Mútuo, ver Farias Filho e Vidal (2000).

no período imperial, na região do semiárido⁹ baiano. A partir da conjugação dos aspectos populacionais e escolares, as autoras tecem pistas importantes, pelas quais notamos reflexos desses aspectos na questão linguística do PB, a exemplo do processo de standardização.

É importante lembrar, sob a ótica do contexto sócio-histórico, que se notava no país uma clara diferença entre o uso das vertentes do português culto e do português popular. Isso se deve ao fato de a classe dominante ter adquirido, pela escola, o padrão imposto do “bem falar”, enquanto o aprendizado da língua portuguesa pela classe estigmatizada ocorreu por meio da modalidade oral. Essa situação, que se arrasta até os dias vigentes, como já sabemos, foi fruto do encontro linguístico protagonizado por indígenas, portugueses e africanos e seus descendentes. Existia nas terras do chamado Novo Mundo um amplo multilinguismo/bilinguismo que resultou no português popular brasileiro. Aos poucos, esse retrato linguístico foi induzido a uma tentativa de “unilinguismo”, devido à já mencionada política de Pombal. Sobre essa questão Mattos e Silva, retomando Castro (2001), evidencia (2004, p. 132):

Do ponto de vista linguístico, pode-se dizer que havia, ao longo do Brasil colonial, um multi/bilinguismo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendentes e a lusitana e luso-descendentes, reduzidas, certamente, a certas comunidades as línguas indígenas. No século XIX, se pode dizer que o multi/bilinguismo se torna localizado, caracterizando certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração [...].

A partir da segunda metade do século XIX, diante dos acontecimentos na sociedade brasileira, em que se buscava uma identidade nacional, a questão da língua ganhou destaque. Desse modo, foi estabelecida uma norma linguística, pautada nas raízes lusitanas. Por isso, tem-se o chamado português culto, que só começou a se definir da segunda metade do século XVIII em diante, uma vez que essa variante culta passa necessariamente por questões relativas à escolarização, ao uso da escrita e à normatização (MATTOS E SILVA, 2004, p. 71). Dessa forma, o período oitocentista é marcado pela criação de muitas escolas regulares em várias localidades brasileiras, embora poucas estivessem, de fato, ativas. Apesar da referida intenção de Pombal, as diferenças nos falares dos povos brasileiros, como já destacamos, permaneceram de forma acentuada.

Ao direcionar a questão escolar para o sertão baiano, Carneiro e Almeida (2006), a partir de levantamentos em diversos documentos, como leis e resoluções, como também de informações extraídas de autores como J. R. Pires Almeida (1889) e Rabelo (1929 apud NUNES, 2003), evidenciam que, no interior baiano, houve a instalação de escolas regulares

⁹ Carneiro e Almeida (2006) utilizam o termo semiárido como sinônimo de interior, para distingui-lo das regiões do recôncavo e do litoral.

durante todo o século XIX, porém nem todas funcionavam. Para termos uma visão do número de escolas baianas, a Bahia contava, nesse período, com 460 escolas primárias, sendo 310 para meninos e 150 para meninas, frequentadas por 13.001 meninos e 5.206 meninas (CARNEIRO; ALMEIDA, 2006, p. 657).

Apesar do número de instituições, as referidas autoras relatam que o percentual de letrados na Bahia e, de forma geral, no Brasil, para esse mesmo período, ainda permanecia muito baixo. Comparando dados de distribuição de índices de alfabetizados nas províncias, concluem que a Bahia aparecia com percentual de 20,6%, acima da média nacional, que era de 18%. Contudo, segundo Carneiro e Almeida (2006, p. 658), “esses percentuais mostram, por outro lado, como é óbvio, o altíssimo percentual de iletrados [...] algo em torno de 81,08%”. Assim sendo, essa configuração só reforça a gênese do problema da polarização linguística¹⁰ do PB, tão presente na sociedade atual.

Em uma análise desse mesmo aspecto, verticalizando agora em direção ao interior baiano, embasados no quadro a seguir, verificamos que, na comparação do percentual entre a média nacional e o geral do interior, o qual representava 17,13% de alfabetizados, revela-se um desequilíbrio na distribuição entre as localidades interioranas. Em Juazeiro, por exemplo, o percentual de alfabetizados é de apenas 4%, enquanto outras localidades apresentam índices superiores, inclusive acima da média nacional, como, por exemplo, Monte Alegre, com 34%; Lençóis, com 30%; Morro do Chapéu, com 28,58%; e Itapicuru, com 27% (CARNEIRO; ALMEIDA, 2006, p. 662). Vejamos:

Quadro 1: Levantamento da população segundo classificação por situação (livre ou escrava), nacionalidade (brasileira ou outras), por instrução (alfabetizados ou analfabetos) e por localidade (Censo de 1872).

Município	Situação		Nacionalidade		Instrução		
	Livre	Escrava	Brasileira	Outra	Alfabetizados	Analfabetos	Índice de alfabetizados da população livre
Barra do Rio de Contas	3.102	510	3.066	36	440	2.662	14,0
Barra do Rio Grande	10.891	634	10.885	6	1.031	9.860	9,46

¹⁰ Sobre a polarização linguística, ver Lucchesi (2011).

Brejo Grande	5.533	1.098	5.528	5	507	5.026	9,16
Caetité	31.346	3.292	31.137	209	4.629	26.717	14,76
Camisão	27.183	3.140	27.166	17	4.743	22.440	17,44
Capim Grosso	8.020	742	8.016	4	544	7.476	6,78
Carinhanha	6.855	656	6.838	17	605	6.250	8,82
Entre Rios	8.773	2.611	8.735	38	1.273	7.500	14, 51
Feira de Santana	47.588	4.108	47.312	276	10.360	37.228	21, 77
Itapicuru	16.181	1.324	16.124	57	4.486	11.695	27,77
Jacobina	17.327	1.255	17.186	141	1.752	15.575	10,11
Jeremoabo	36.347	1.460	3.6286	61	9.247	27.100	25,44
Juazeiro	6.454	1.409	6.451	3	263	6.191	4,00
Lençóis	22.055	1.858	21.973	82	6.624	15.431	30,00
Macaúbas	34.229	2.921	34.150	79	7.118	27.111	20,79
Maracás	8.185	950	8.156	29	654	7.531	7,99
Minas do Rio de Contas	50.920	8.973	50.841	79	9.680	41.240	19,00
Monte Alegre	5.451	3.909	5.415	-	1.861	3.590	34,0
Monte Alto	16.629	1.698	16.594	35	1.854	14.775	11,14
Monte Santo	9.991	1.787	9.984	7	809	9.182	8,00
Morro do Chapéu	10.892	660	10.884	8	3.114	7.778	28,58
Pilão Arcado	14.260	3.711	14.255	5	1.830	12.430	12,83
Pombal	6.782	624	6.782	-	1.018	5.764	15,00
Rio das Éguas	32.889	3.789	32.705	184	5.342	27.547	16,24
Santa Isabel de Paraguaçu	23.183	3.476	22.969	214	2.601	20.582	11,21
Santo Antônio da Barra	37.773	3.234	37.683	90	5.989	31.784	15,85
Sento Sé	6.137	547	6.137	-	541	5.596	8,80
Soure	5.589	385	5.564	25	925	4.664	16,55
Tucano	6.443	770	6.439	4	553	5.890	8,58
Urubu	17.830	944	17.819	11	4.640	13.190	26,00
Vila Nova da Rainha	21.752	801	21.745	7	1.678	20.074	7,71
Xique-Xique	14.317	1.429	14.239	78	1.298	13.019	9,00

Total	624.077	72.950	622.086	1.991	106.914	517.163	17,13
--------------	---------	--------	----------------	--------------	---------	---------	--------------

Fonte: Extraído de Carneiro e Almeida (2006). Elaborado pelas referidas autoras, a partir do Censo de 1872 sobre alfabetizados no interior da Bahia por situação, livre ou escrava e nacionalidade.

Nesse panorama, identificamos um percentual geral não regular distribuído entre os municípios. Nessa direção, Carneiro e Almeida (2006, p. 663) salientam que:

Talvez não possamos falar de um português culto no interior da Bahia para o período aqui estudado, mas, apenas, de um português semi-culto, e, principalmente, de um português popular, se, de fato, o processo de escolarização ocorreu nessa região [...].

Um dos motivos que reforça o que foi exposto é o fato de as escolas possuírem péssimas condições e abarcarem apenas poucas localidades, o que acarreta baixos níveis de alfabetização, como vimos. Portanto, o processo de standardização, no vasto sertão baiano, de acordo com Carneiro e Almeida (2006, p. 666), “teria sido bastante localizado e pouco uniforme”. Com isso, infere-se que o português popular brasileira foi a vertente predominante nessa região, no período oitocentista.

1.3 REVISITANDO O PORTUGUÊS NO/DO BRASIL

O caráter diglótico impregnado no português brasileiro atual, como é de conhecimento, tem a sua gênese marcada pelo processo sócio-histórico, ocorrido durante o episódio da colonização portuguesa. Ao se estabelecerem nas terras do “Novo Mundo”, os portugueses trouxeram consigo não somente o forte interesse político e comercial, mas também a imposição de sua língua. Por conta desse fato, surgiu uma nova configuração linguística, que, aos poucos, foi incorporando diferentes traços dos falares existentes, transformando-se, mais tarde, no chamado português brasileiro.

Inicialmente, esse português europeu transplantado para cá manteve uma relação de contato com as línguas ameríndias, o que gerou um processo de bilíngüismo, parafraseando Mattos e Silva (2004). Nesse sentido, conviviam as *línguas gerais*, ou seja, a língua franca de base tupi e a língua portuguesa – esta última tida como oficial e destinada a uma minoria vinculada à administração da colônia.

Mais tarde, as línguas africanas passam a fazer parte desse cenário, pois, em razão do tráfico negreiro, chegam às terras brasileiras “falantes de alguns grupos lingüísticos oeste-

atlântico, mande, Kru, gru benue-Kwa (não banto) e banto, além de outros” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 38), contribuindo, juntamente com os novos lusitanos que se fixavam cada vez mais no território brasileiro, para o processo de multilinguismo.

Dessa maneira, verificam-se diferentes línguas e dialetos convivendo paralelamente, haja vista a existência de portugueses de várias regiões de Portugal, os descendentes brancos e mestiços, frutos da primeira geração de brasileiros, e, ainda, os falares dos africanos e seus descendentes, os quais aprenderam, como bem lembra Lucchesi (2001), pelo processo de transmissão linguística irregular¹¹ (TLI). Sobre isso, Barbosa (1999, p. 14) destaca que essas diferenças prolongaram-se por duzentos anos, até que, no século XVIII, por conta da norma linguística, distinguiram-se em duas comunidades, definidas pelo referido autor: “Ao estudo da sociedade falante do Português enquadra-se a questão do *Português do Brasil*, ao passo que ao estudo da língua da comunidade européia, corresponde a questão do *Português no Brasil*”.

Sendo assim, configura-se em *Português no Brasil* a língua conservada estruturalmente quanto ao modelo vindo do além-mar, pertencente, naquela época, aos poucos da elite colonial. Quanto à caracterização do *Português do Brasil*, englobam-se os traços inovadores adquiridos da interação entre os diferentes hábitos linguísticos dos povos já citados. Diante disso é que surgiram novas características de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, etc., não encontráveis no português do lusitano, que distinguem as duas normas: a brasileira e a lusa. Essas características vêm sendo objeto de constante de investigação, com a finalidade de compreender os elementos atuantes que moldaram o PB. A título de ilustração, entre os aspectos que distinguem o português no/do Brasil no campo sintático, encontra-se a colocação pronominal átona (*me, te, se, o, a*, entre outros): o português do Brasil opta pelo uso mais proclítico, enquanto os lusitanos empregam a ênclise, respectivamente: *se lembram daquela reunião/ lembram-se daquela reunião*. Outra característica é a questão da relativização em sentenças. No Brasil, é comum construções do tipo¹²: *E um deles foi esse fulano aí que eu nunca tive aula*, com o uso de uma relativa cortadora, ou, ainda, *E um deles foi esse fulano aí que eu nunca tive aula com ele*, com o uso de uma relativa com pronome lembrete. Ambas não são comuns em Portugal, em que se faz o uso da relativa na forma padrão: *E um desses foi esse fulano aí com quem eu nunca tive aula*.

¹¹ Para mais informação sobre o processo de Transmissão Linguística Irregular, ver: Baxter e Lucchesi (1997); Lucchesi (2001).

¹² Os exemplos utilizados para ilustrar as sentenças relativas fazem parte do estudo de Tarallo (1983) sobre a referida temática. Tais exemplos foram extraídos do artigo: *Crioulo sim, Crioulo não uma agenda de problemas*, do autor Emilio Gozze Pagotto (2000).

Esses são alguns dentre muitos casos nos quais se observam contrastes entre as normas gramaticais das gramáticas brasileira e portuguesa.

Nesta pesquisa, aborda-se um *corpus* que contempla as duas categorias: o português no Brasil e o português do Brasil. Em função disso, o referido material mostra-se significativo para a configuração do PB, como salienta Barbosa (1999, p. 18): “Investigar a Língua Portuguesa no Brasil [...] implica descrever melhor o caminho percorrido pelos traços mais exemplares na separação entre os falares luso e brasileiro”. Nessa direção é que se verticaliza a presente pesquisa, com o intuito de ajudar a esclarecer e a compor, em um dia não tão distante, o mosaico da fascinante história linguística do PB.

1.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, discutimos, de forma geral, pontos relevantes de vários estudos para a reconstituição histórica do PB, os quais foram contemplados por este trabalho enquanto embasamento teórico. Assim, iniciou-se com a abordagem sobre a relação entre a Filologia e a Linguística Histórica, pois a autenticidade textual fornecida pelo labor filológico é a base para os estudos da história da língua e, sem o apoio de tais ciências, é inviável a investigação de sincronias pretéritas de uma determinada língua. Após isso, foram expostas as vias investigativas propostas por Houaiss (1985) para tornar admissível a elaboração da história do PB, aprofundando a questão da penetração da língua escrita do PB. Destacamos, ainda, o esforço de vários projetos nessa empreitada. Prosseguimos com a abordagem sucinta acerca do contexto escolar do Brasil e do interior da Bahia e, para finalizar, um pouco sobre a especificidade do português *no* e *do* Brasil, já que o *corpus* desta pesquisa trafega nas duas referidas modalidades linguísticas, ou seja, trata-se de um documento em que se mesclam as escritas de um português e dois brasileiros.

PARTE 2

Da Metodologia aos Pilares da Edição

Nesta seção, contemplamos duas das questões delineadas por Petrucci (2003), *Qué?* e *Como?*, específicas ao estudo da materialidade do *corpus*, e apresentamos o objeto de pesquisa e os métodos utilizados na elaboração do presente trabalho, da escolha do tipo de edição às normas de transcrição. Apresentamos, ainda, o estudo dos aspectos paleográficos do documento, que abrangem desde a observação da escrita dos escreventes à lista e o estudo das abreviaturas.

2 A ESPECIFICIDADE DO CORPUS

Sabemos que manuscrito de cunho privado pode revelar muito mais do que se imagina, contudo não é uma tarefa fácil extrair dele as informações implícitas. É necessário mergulhar no tempo da escrita e buscar, nas entrelinhas, a essência do que se deseja, como afirma Foisil (2009, p. 321):

Penetrar na vida privada, pesquisá-las em memórias, diários e *livres de raison* visa não a construir, a partir de incidentes e fatos curiosos, uma vida privada contida no relato – muitas vezes brilhante – de numerosas vidas cotidianas, e sim a entender como as mentalidades a perceberam: portanto, menos a vida privada que a atitude ante a vida privada, e não só a narrativa, mas também os silêncios; não só o discurso, mas igualmente sua aridez ou até sua ausência.

Dessa forma, enveredar por uma determinada memória em papel na intenção de resgatar os episódios do passado é não somente transcrever literalmente o seu conteúdo, mas buscar elementos que possam exprimir, de fato, a mentalidade da época. Para que esses episódios sejam corretamente reconstituídos, é necessária uma abordagem delicada do documento.

Vale destacar que os gêneros diários e livros de razão afloraram paralelamente ao surgimento das memórias históricas, entre os séculos XVII e XVIII. Por muito tempo, esses gêneros foram esquecidos, até o dia em que se transformaram em fontes de informação para aqueles que averiguam a história, independente da finalidade da pesquisa.

Quanto ao seu aspecto primeiro, Foisil (2009) afirma tratar-se, em geral, de um livro de contas, que, mesmo quando é mais elaborado, agraciado de informação, ainda assim continua a articular-se em torno da contabilidade. Ademais, escritos no dia a dia, esses

registros baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem (FOISIL, 2009, p. 324).

Outro aspecto é a presença do tempo e da ação, que agem de forma descontínua, no sentido de que os fatos são encerrados numa sequência de instantes imediatos. Portanto, salienta Foisil (2009, p. 325), “essa forma elementar de escritura exclui a narração, a descrição, as outras qualidades do estilo. Assim, a literatura não reconhece diários nem *livres de raison*”, que são identificados como registros de um cotidiano. Dessa forma, será a amplitude do olhar do pesquisador que os definirão como fontes de investigação.

Observam-se também, nesse tipo de documento do espaço privado, características variadas quanto à sua forma física: uns são mais densos; outros, menos espessos. Entretanto, em suas páginas, os assuntos transcorrem sobre registros de fatos diversos, como batismo, casamento, controles pastoris; ou seja, acontecimentos de uma comunidade que, às vezes, assemelham-se a uma crônica local.

Portanto, denso ou breve, o documento é seco na estrutura, seco na expressão sensível, não contém narração nem confidências, no entanto traz detalhes, maiores ou menores, que reconstituem um modo de vida. Assim sendo, é nessa definição de gênero que se enquadra o *corpus* desta pesquisa: o *Livro do Gado* do Brejo do Campo Seco.

O *Livro do Gado* é um documento de foro privado, como já mencionado, representativo dos períodos setecentista e oitocentista, conservado no arquivo do Sobrado do Brejo, na fazenda do Brejo do Campo Seco, no povoado de Bom Jesus dos Meiras, hoje denominado Brumado, Bahia. Tal livro foi escrito por três gerações: o lusitano Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor do Brejo do Campo Seco, em 1755, com registros até 1785; Antônio Pinheiro Pinto, segundo senhor do Brejo, genro de Miguel Lourenço de Almeida, que lançou apontamentos de 1794 a 1822; e Inocência Pinheiro Canguçu, terceiro senhor do Brejo, filho de Antônio Pinheiro Pinto e neto de Miguel Lourenço, que escreveu de 1822 a 1832.

2.1 DESCRIÇÃO DO MANUSCRITO

Na descrição de um documento, levam-se em conta os seus aspectos externos e internos. A respeito do primeiro, observam-se as características físicas do documento, que correspondem ao suporte, ao instrumento de escrita, aos números de fólios, dentre outros. O

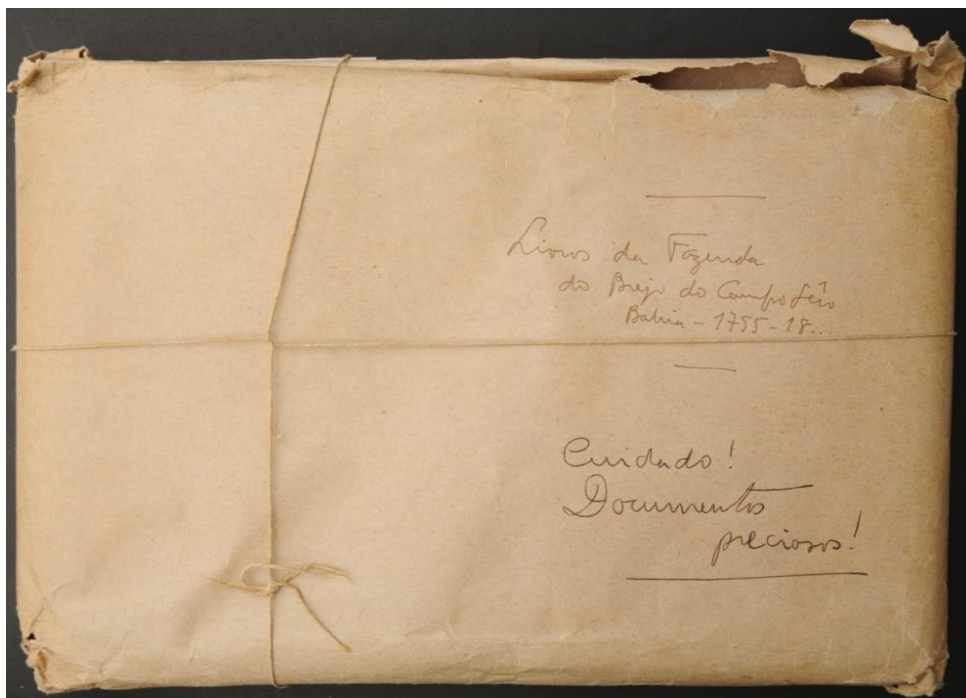
segundo aspecto abarca traços referentes ao conteúdo, à língua, como também à quantidade de linhas escritas, à descrição da grafia e a aspectos específicos da escrita.

Diante da categoria do *corpus* em análise, esses aspectos foram fundamentais para, conhecendo-o melhor, delimitarmos os seus variados *scriptores*. Para isso, foi necessário lançarmos mão da Paleografia, ciência responsável por investigar as características extrínsecas e intrínsecas de um documento, pois, como bem esclarece Acioli (1994, p. 6), paleografia “é a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e lugar em que foi redigido o manuscrito [...], com o fim de fornecer subsídios à História, à filologia, ao Direito e a outras ciências que tenha a escrita como fonte de conhecimento”.

2.1.1 Aspectos extrínsecos

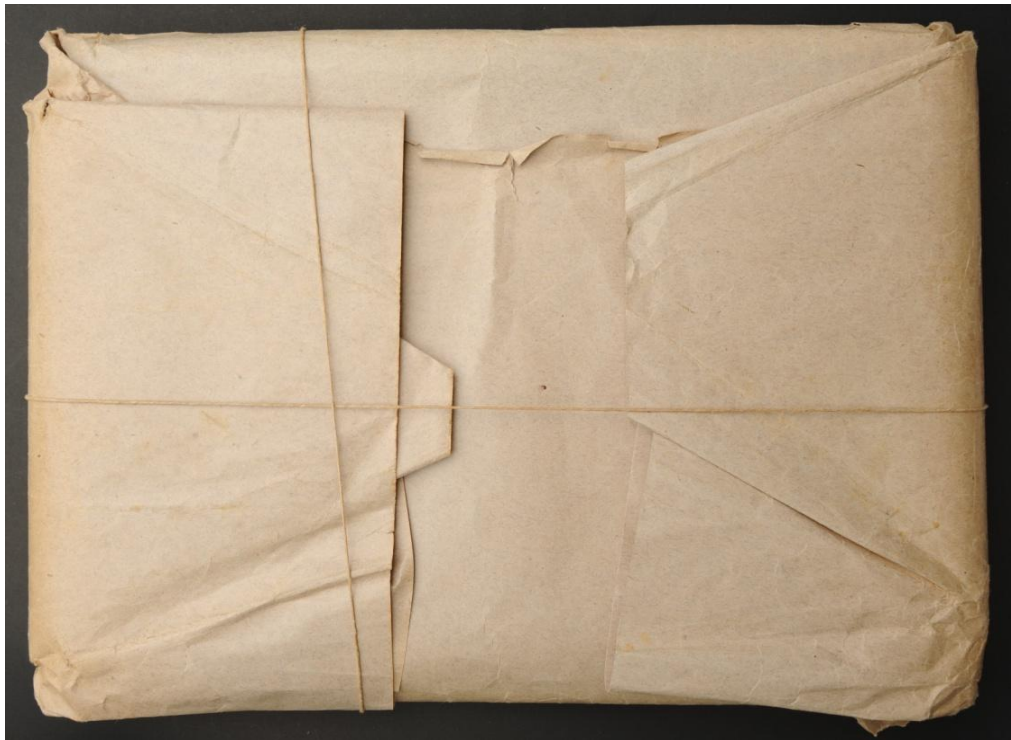
O Volume do *Livro do Gado* foi preservado em uma embalagem de papel, de cor parda, amarrada por um barbante. Esse documento possui as dimensões 305 mm x 210 mm. A capa é composta de papelão grosso, forrada de pano de linho, na cor parda, cujo aspecto é endurecido, devido à goma de cola que o adere ao papelão. É possível visualizar, na capa de fundo, uma mancha escura, provavelmente provocada pela umidade. Vejamos:

Figura 1: Embalagem (frente) dos Livros da Fazenda do Campo Seco



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 2: Embalagem (fundo) dos Livros da Fazenda do Campo Seco



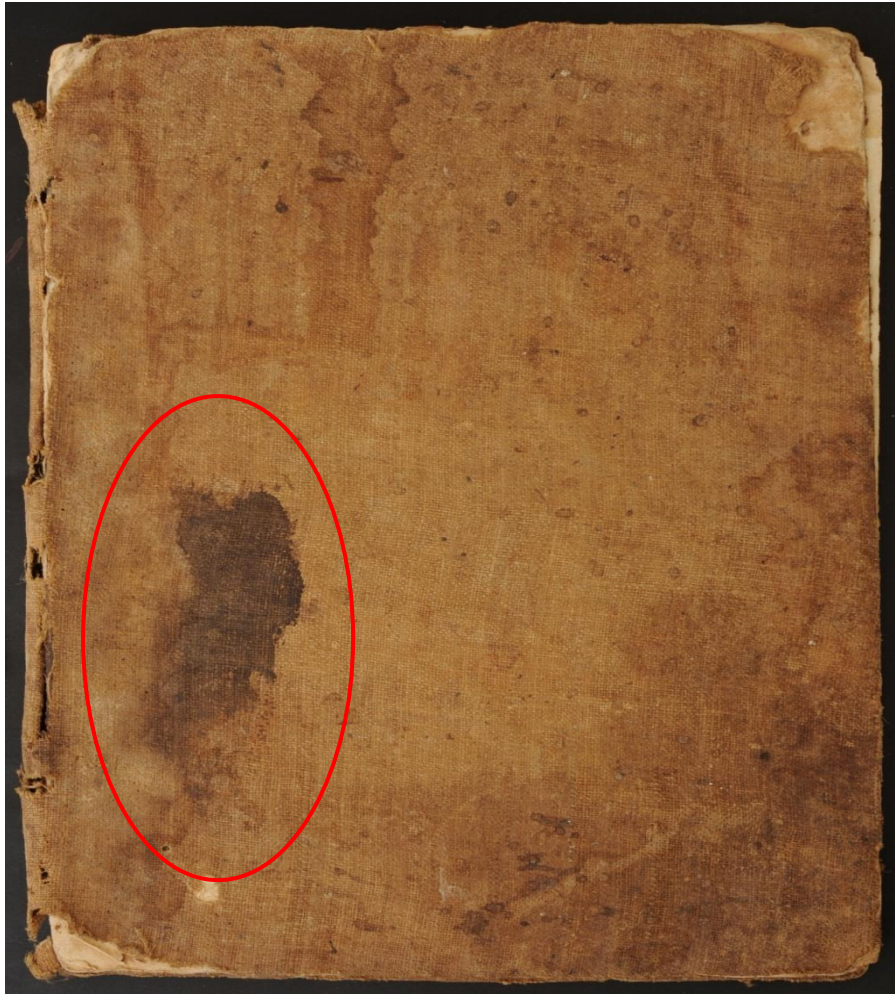
Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 3: Capa do *Livro do Gado*



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

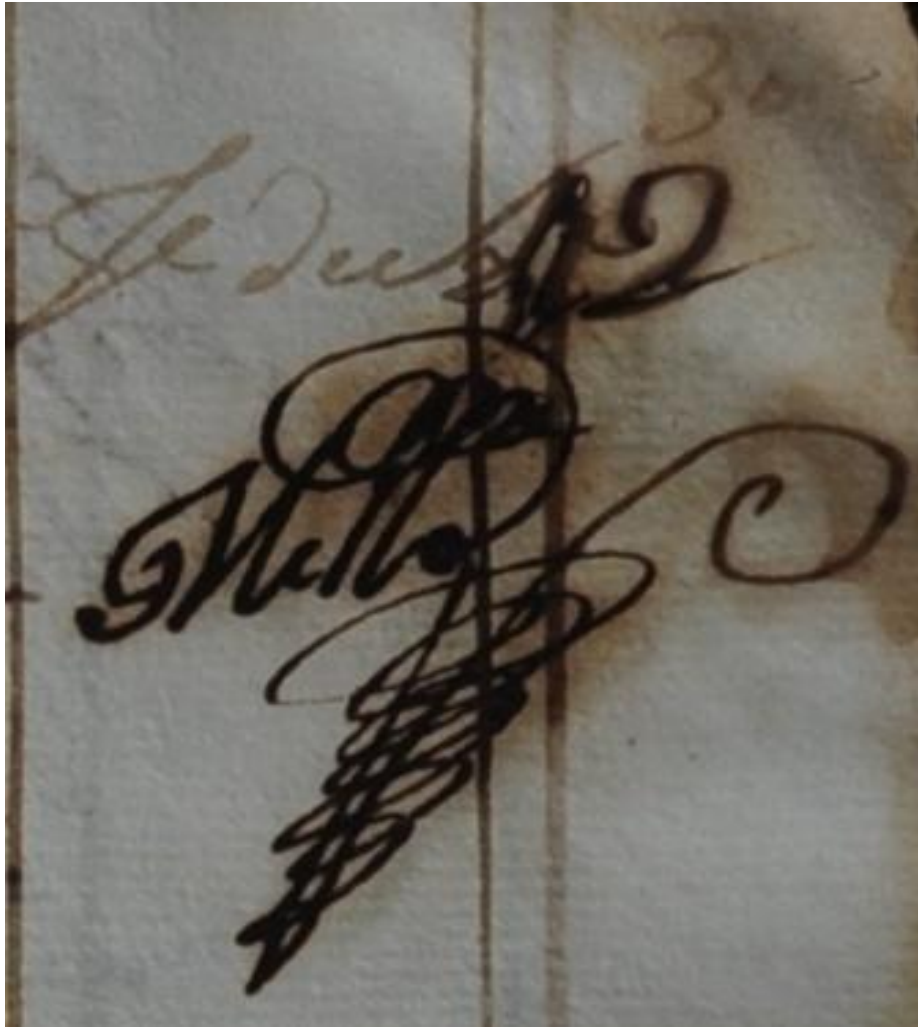
Figura 4: Fundo da capa do *Livro do Gado*



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Esse documento possui 57 páginas, das quais 22 estão escritas, em sua maioria, em recto (r) e verso (v), e numeradas em algarismos arábicos no ângulo superior direito, somente nos rectos, seguidos da rubrica pertencente a Miguel Lourenço de Almeida. Tais rubricas, como se pode ver na imagem a seguir, apresentam-se em forma de laçadas. As demais páginas, de números [14], [15], [16], [17], [18], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [35], [36], [37], [38], [39], [40], [41], [42], [43], [44], [45], [47], [48], [49], [51], [52], [53], [54], [55], [56] e [57], encontram-se em branco. Não foram localizadas as páginas [19] e [46].

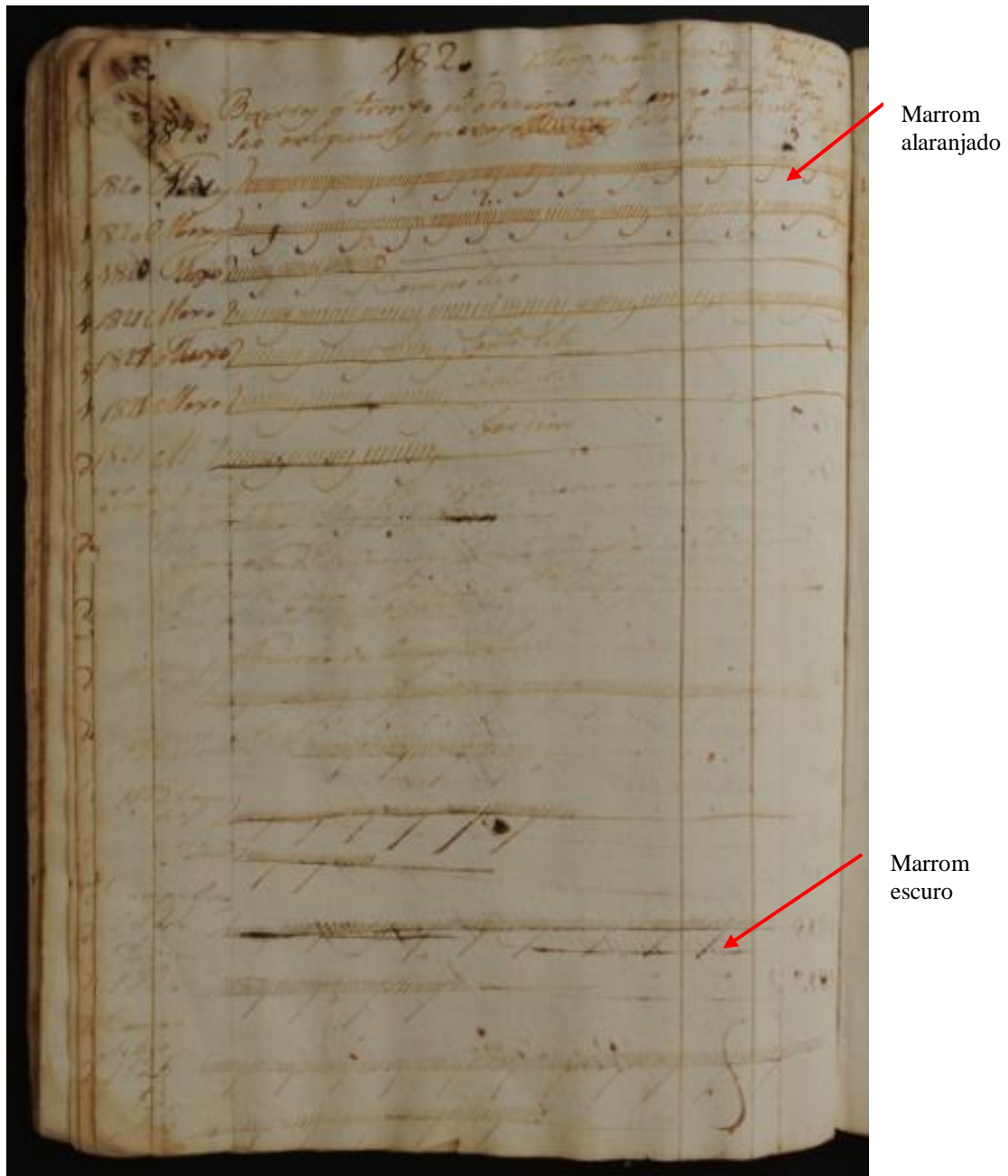
Figura 5: Fol. 12r - rubrica presente nos rectos dos fólhos



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

O papel empregado para a escrita é de alta gramatura, resistente, e, segundo Santos Filho (2012), de procedência europeia. Não apresenta marca d'água, as folhas são de tonalidade não branqueada, como de costume eram os papéis feitos de forma manual. O instrumento usado para registrar no suporte foi o bico de pena. Quanto à tinta utilizada, foram encontrados vários tipos, como a ferrogálica e a orgânica, de coloração preta e vermelha. Algumas escritas encontram-se desbotadas em tons cinzentos, marrons escuros, claros e alaranjados, pois, tudo leva a crer, eram preparadas com extratos de vegetais, animais ou minerais, sendo, portanto, destituídas de um bom fixador. A seguir, podemos visualizar as variedades de tons de tintas:

Figura 6: Fol. 30v – tons variados de tintas presente no documento

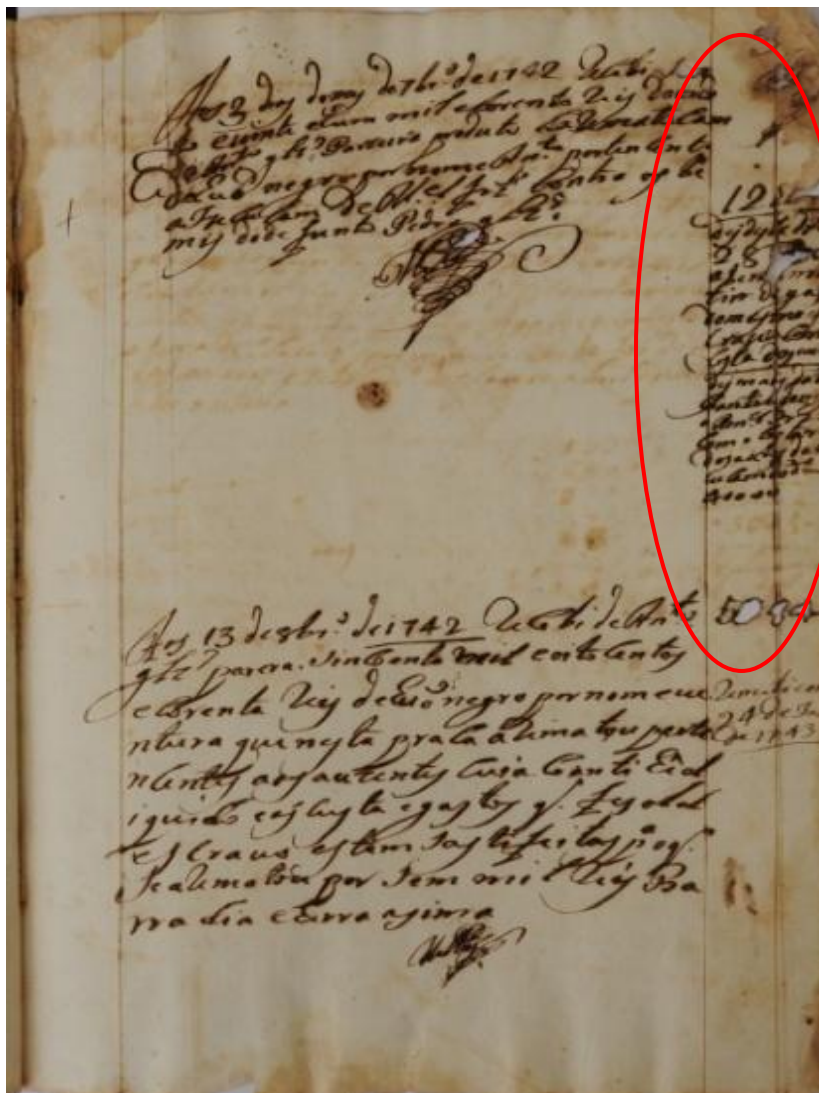


Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

O Manuscrito encontra-se em bom estado de conservação. Há, em alguns fólhos, manchas amareladas, desgastes e corrosões, distribuídas pelos ângulos superiores direito e esquerdo. A corrosão pode ter acontecido por conta da ação da tinta de essência ferrogálica, que é composta de propriedades de noz de gálea mais sulfato de ferro, que resulta em ácido sulfúrico, o que, juntamente com a ação do oxigênio e da umidade, pode corroer o material. Notam-se, ainda, alguns fólhos com as bordas levemente rasgadas, tanto no ângulo inferior quanto no superior dos fólhos. Há, também, riscos ondulados, ora localizados no centro, ora na

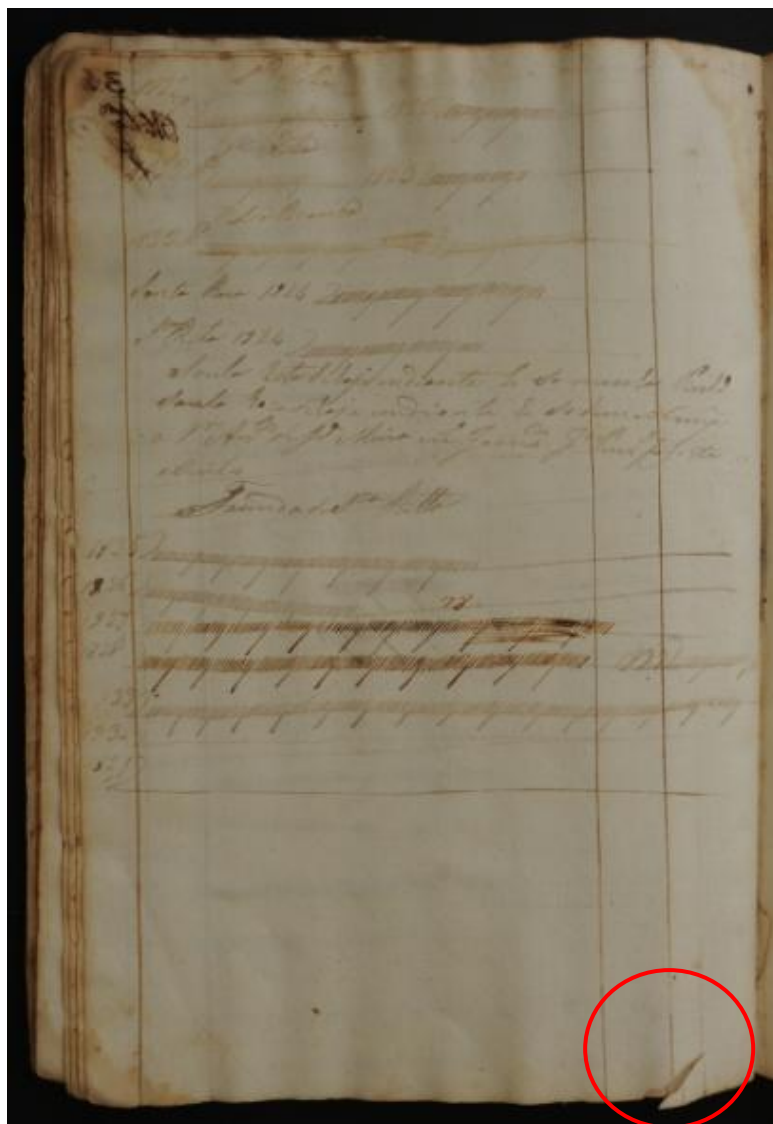
parte superior de alguns fólhos. Nas figuras que seguem, podem ser constatados os exemplos das tintas descritas, bem como os danos e as demais características referentes à descrição geral do volume:

Figura 7: Exemplo de tinta ferrogálica e corrosão – fol.3r



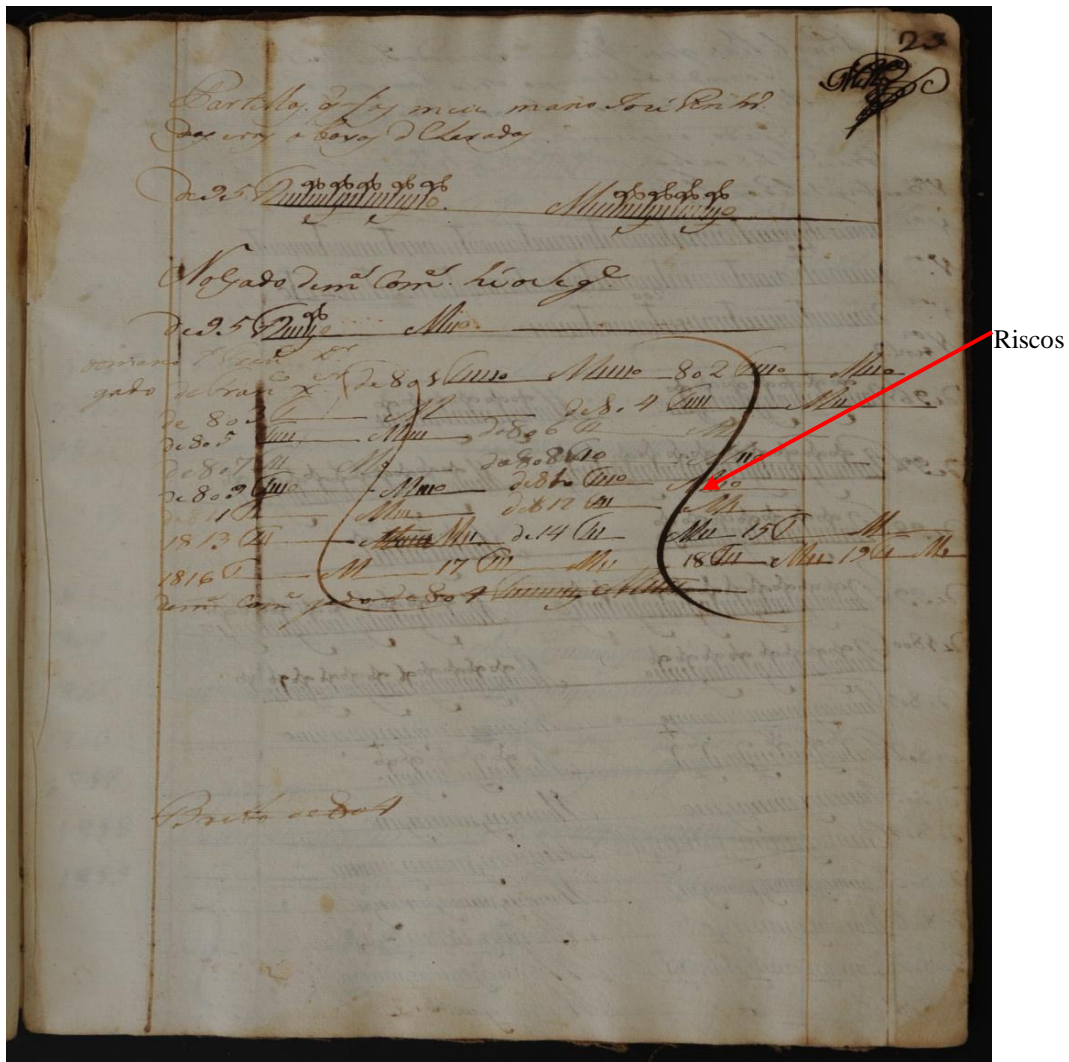
Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 8: Exemplo de tinta orgânica e rasgo – fol. 31v



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 9: Exemplo de traços verticais distribuídos pelo fólio – fol. 29r



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

2.1.2 Aspectos intrínsecos

O conteúdo presente no *Livro do Gado* refere-se aos apontamentos pastoris, de campo: são registros de nascimentos, pagamentos e partilhas de animais da fazenda do Brejo do Campo Seco. Verificam-se, também, anotações referentes aos recibos de inventários. A presença de registros dessa natureza no manuscrito está associada ao fato de o primeiro escrevente ter exercido a função de contador do Tribunal dos Ausentes¹³. Portanto, o *Livro do Gado*, antes de ser usado para assentamentos pastoris, foi utilizado para registros de custas

¹³ De acordo com Santos Filho (2012), o primeiro senhor do Campo Seco, Miguel Lourenço de Almeida, atuou como contador do Tribunal dos Ausentes, na Vila da Barra, no antigo Sertão de Rodelas, realizando registros de recibos de quantias de inventários dos “ausentes”, isto é, de falecidos da região.

judiciais no período de setembro de 1742 a janeiro de 1743. Tempos depois é que o primitivo livro de custas transforma-se em livro de fazenda, mais especificamente na data de 8 de julho de 1755.

A organização dos assuntos presentes nas 22 páginas desse documento se faz de forma variada, distribuída em uma sequência não linear, em relação à sua estrutura temporal.

O texto que compõe o fólio 1r, verso em branco, traz anotações do segundo *scriptor*¹⁴ do livro, o qual destina essa página à folha de rosto do *Livro do Gado*. De acordo com Santos Filho (2012, p. 113), após a morte do primeiro responsável, “Pinheiro Pinto passa um largo traço por sob os assentamentos do sogro [...] e lança os dizeres da primeira, batizando o livro como de ‘ferra’ de gado vacum e cavalari”.

A partir do fólio 2r, o livro é tomado por apontamentos referentes a diversos recibos de inventários, como mencionamos anteriormente, realizados pelo primeiro *scriptor*, Miguel Lourenço de Almeida, aqui chamado de *scriptor* 1. Esses apontamentos estendem-se até o fólio de número sete, verso. Sobre os assuntos, observa-se: no fólio 2r, verso em branco, o relato do recebimento de valores diversos entregues por Antônio Martins Prata a Miguel Lourenço de Almeida.

O fólio 3r, verso em branco, apresenta o recebimento de quantias entregues por Antônio Gonçalves Pereira a Miguel Lourenço de Almeida. O fólio 4r informa o recebimento do inventário de Bernardo Coelho, datado em 1742. No verso, consta o registro do inventário de Pedro Martins Moraes e do senhor Leitão. O fólio 5r traz anotações do inventário do Dr. Geraldo Peixoto, datado em 1742. No verso, constam, igualmente, os recebimentos dos inventários de Bernardo, Miguel Lemos e Manuel Furtado, datados de 1743.

Na continuidade, o fólio 6r informa o recebimento de valores de inventários diversos, datados de 1743. Em seu verso, consta o recebimento de valores entregues por João Francisco, João Correia e João Martins a Miguel Lourenço de Almeida, e, por fim, o fólio 7r apresenta os recebimentos diversos entregues por Antônio Ribeiro e José Gomes a Miguel Lourenço de Almeida.

Inicia-se no fólio 8, indo até a página 10, o registro sobre as crias e distribuição de animais. Diante disso, o livro primitivo, que outrora serviu de lançamentos de custas dos ausentes, ganha uma nova roupagem. Suas páginas restantes começam a ser preenchidas por conteúdos rotineiros da fazenda de criação de gado do Sobrado do Brejo do Campo Seco; inaugura-se, portanto, o *Livro do Gado*.

¹⁴ O termo *scriptor* empregado, neste trabalho, refere-se a mão daquele que escreve.

O fólio 8 verso, recto em branco, descreve o controle de criação de éguas de diversos fazendeiros e escravos da fazenda. Já o fólio 9r, verso em branco, por sua vez, relata a entrega de éguas ao criador Sebastião Alves de Brito. O fólio 10 informa o controle de criação de animais de vários fazendeiros e escravos. No verso, apresenta o controle de gado pertencente ao primeiro escrevente.

Prosseguem, do fólio 11 ao 13, os registros de animais, todavia quem agora passa a realizar as anotações, no período de 1794 a 1822, é o segundo *SCRIPTOR*, Antônio Pinheiro Pinto, o qual denominamos, neste trabalho, de *SCRIPTOR 2*.

Verificam-se os seguintes conteúdos: o fólio 11, recto e verso, apresenta a contagem de criação das bestas¹⁵ pertencentes aos fazendeiros Manuel de Souza, Manuel Gomes, José Pinheiro Pinto, Venceslau José Leite, João Baptista e ao próprio Antônio Pinto.

O fólio 12r informa a ferra das bestas de vários criadores: Joaquim José de Souza, Manuel Clemente, Alexandre, Antônio Clemente e Leandro Soares. No verso, traz o controle de animais dos criadores Jorge escravo, Padre Joaquim e Manuel, de sobrenome ignorado.

O fólio 13r, verso em branco, expõe o relato de Antônio Pinto sobre a entrega das bestas para vários fazendeiros. O fólio 27v, recto em branco, informa os gados de Antônio de Almeida e Antônio de Souza Meira. O fólio 28r apresenta o controle do gado do criador Bonfim. O verso, de mesmo teor, refere-se aos gados pertencentes à comadre de Antonio Pinto.

O fólio 29r relata a partilha de animais realizada por José Pinheiro, bem como traz o controle de animais da comadre de Antônio Pinto e de Francisco Xavier. O verso refere-se à partilha feita por Bernardo José.

O fólio 30, assim como os demais, informa a partilha do gado de Anna Francisca. O verso informa sobre os animais tronchados¹⁶ para o dízimo. Continua com a informação sobre a divisa de terras, mais precisamente, das fazendas do Campo Seco, Pedra Branca, Santa Rosa e Santa Rita.

Outro fólio de autoria do segundo escrevente é o de número 50r, destinado às anotações sobre dízimos de miunças¹⁷, datado de 1812. Sopõe-se que esse escrevente deixou

¹⁵ *Besta* significa o nome dado a animal de carga, a exemplo, égua.

¹⁶ Sistema de marcação e identificação do animal. Na fazenda do Campo Seco, também se assinalava a cria na orelha, marcando-a com um sinal que variava de ano para ano. A tal sistema de assinalar, Pinheiro Pinto chamou de “tronchar”. (SANTOS FILHO, 2012).

¹⁷ O dízimo, um dos mais antigos tributos portugueses, foi cobrado sobre produtos agropecuários. Recaindo sobre a lavoura e a criação, constituiu importante fonte de receita. O dízimo sobre colheitas recebeu a denominação particular de dízimo de “miunças”, isto é, que incide sobre produtos agrícolas. (SANTOS FILHO, 2012).

um espaço muito distante entre os fólhos anteriores por conta de o assunto referir-se a produtos agrícolas, enquanto os demais tratam da criação de animais.

Após indícios do falecimento de Antonio Pinto, surge como terceiro *scriptor*, a partir de 1822 até 1832, o seu filho primogênito, Inocêncio Pinheiro Canguçu, aqui nomeado como *scriptor* 3. Segue-se, desse modo, a tradição no livro da família com os apontamentos de cunho pastoril.

Os seus registros são poucos. Abrangem apenas do fólho 30, sobre o qual já tratamos, ao fólho 34. O fólho 31r traz a contabilidade de bezerros pertencentes a Zeferina Maria e Francisca Maria. No verso, consta a criação de animais das fazendas Santa Rita e Santa Rosa.

O fólho 32r trata do controle de animais. O verso descreve o controle de animais das fazendas Campo Seco e Jardim. O fólho 33r mostra o controle de gado da fazenda Pedra Branca, e o verso informa a criação de éguas.

Encerrando as anotações do terceiro *scriptor*, o fólho 34r, assim como o verso, apresenta a relação de criação de éguas e gados de sua fazenda. Cabe destacar que o verso do fólho 34 traz um fato curioso, um quarto *scriptor*, chamado Miguel Joaquim de Castro Mirante, o qual nomeamos de *scriptor* 4. O conteúdo evidencia um único registro, de cunho pessoal, feito de forma aleatória, assinado e datado do ano de 1861, pelo referido *scriptor*. Contudo foi necessário um estudo apurado para confirmar, de fato, a sua autoria, como veremos mais adiante.

A próxima seção continuará a abordar os aspectos intrínsecos, priorizando, desta vez, características e traços particulares da escrita de cada *scriptor*.

2.1.3 O reconhecimento das várias mãos através de análise escriptográfica

Sabe-se que o *Livro do Gado*, conforme informações iniciais, foi produzido por três diferentes senhores. Afirmar que predominam nesse códice três mãos, sem antes examiná-lo, não levando em conta o máximo de suas características, é deixar lacunas quanto à sua pluralidade gráfica.

Com o objetivo de identificar, com precisão, os diferentes punhos existentes nesse documento e reconhecer os aspectos dos grafemas de cada *scriptor*, foi realizada uma análise dos diferentes traços gráficos, a partir da elaboração e estudo de quadros escriptográficos.




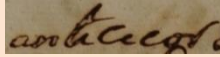

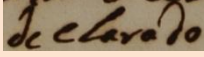

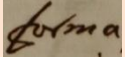

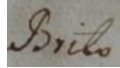

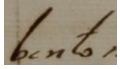

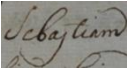

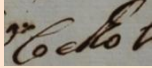

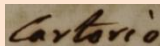

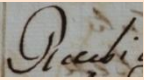
O referido quadro está distribuído em cinco colunas. A primeira coluna representa a letra, de A a Z, em análise. Nas demais colunas, encontram-se a imagem do fac-símile de cada


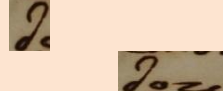

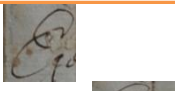
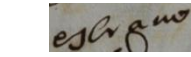
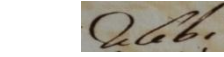







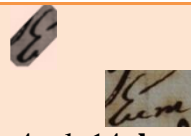
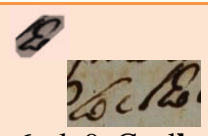
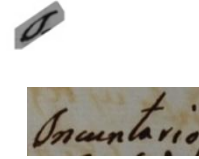


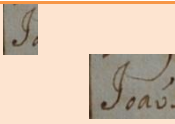
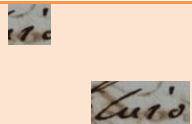
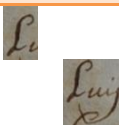

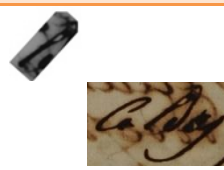

letra e a da palavra observada, seguidas da localização da ocorrência, sinalizadas pelo número do fôlio e da linha, verificando, dessa forma, a letra maiúscula e a minúscula em posição inicial, medial e final de cada palavra. Quanto às letras não encontradas, informa-se: sem ocorrências.




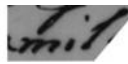

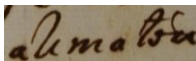

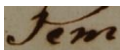

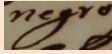

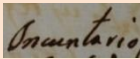





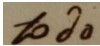

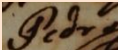

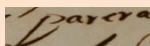

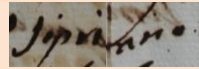

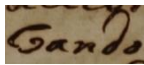



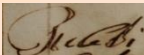

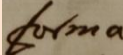





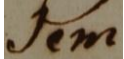

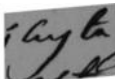


Para a descrição das letras dos escreventes, utilizamos alguns aspectos, os quais colaboram na caracterização de uma escrita, conceituados por Cambraia (2005, p. 24) como: o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita); o *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra); o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta); e o *peso* (relação entre traços finos e grossos de uma letra). Assim, têm-se as seguintes análises:

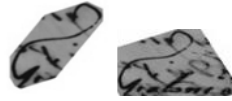
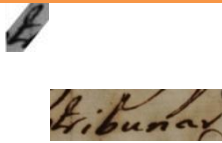

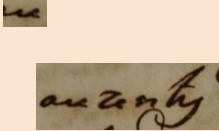
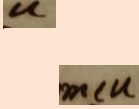
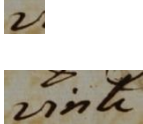


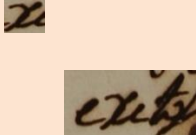
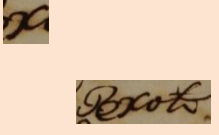
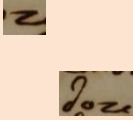

2.1.3.1 Estudo da escrita scriptor 1

Quadro 2: Descrição escriptográfica de Miguel Lourenço de Almeida

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	  7v, l. 5, Aos	  2r, l. 1, antececor	  2r, l. 11, declarado	  2r, l. 9, forma
B	  8v, l. 3, Brito	  4r, l. 12, bento	  9r, l. 3, Sebastiam	Sem Ocorrência
C	  5v, l. 5, Coelho	  2r, l. 5, cartório	  7r, l. 10, Recebi	Sem Ocorrência

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
D	 9r, l. 9, De	 2r, l. 7, doze	 3r, l. 6, Pedro	Sem Ocorrência
E	 9r, l. 2, Egoas	 6v, l. 6, escravo	 4v, l. 17, Recebi	 4v, l. 11, Jozê
F	 7v, l. 20, Foi	 2r, l. 9, forma	 3r, l. 6, defunto	Sem Ocorrência
G	 10r, l. 21, Gabriel	 7r, l. 16, gomes	 9r, l. 2, Miguel	Sem Ocorrência
H	Sem Ocorrência	 4v, l. 14, hum	 6r, l. 9, Coelho	Sem Ocorrência
I	 5v, l. 13, Inventario	Sem Ocorrência	 6r, l. 7, mil	 2r, l. 1, Recebi
J	 8v, l. 12, João	Sem Ocorrência	 7r, l. 6, cujo	Sem Ocorrência
L	 8v, l. 13, Luis	 7r, l. 17, Iopes	 5r, l. 10, caldas	 2r, l. 11, mil

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
M	  9r, l. 2, Miguel	  2r, l.11, mil	  3r, l.11, a Rematou	  3r, l.15, sem
N	Sem Ocorrência	  3r, l. 10, negro	  5v, l. 13, Inventario	Sem Ocorrência
O	Sem Ocorrência	  3r, l. 9, oito	  2r, l. 5, Cartorio	  2r, l. 9, todo
P	  3r, l. 6, Pedro	  3r, l. 9, parera	  7r, l. 4, sipriano	Sem Ocorrência
Q	  2r, l. 2, Qando	  6v, l.13, quinhentos	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
R	  2r, l. 1, Recebi	Sem Ocorrência	  2r, l. 9, forma	  2r, l.8, dar
S	  9r, l. 3, Seco	  3r, l. 15, sem	  3r, l. 13, custa	  5v, l. 11, humas

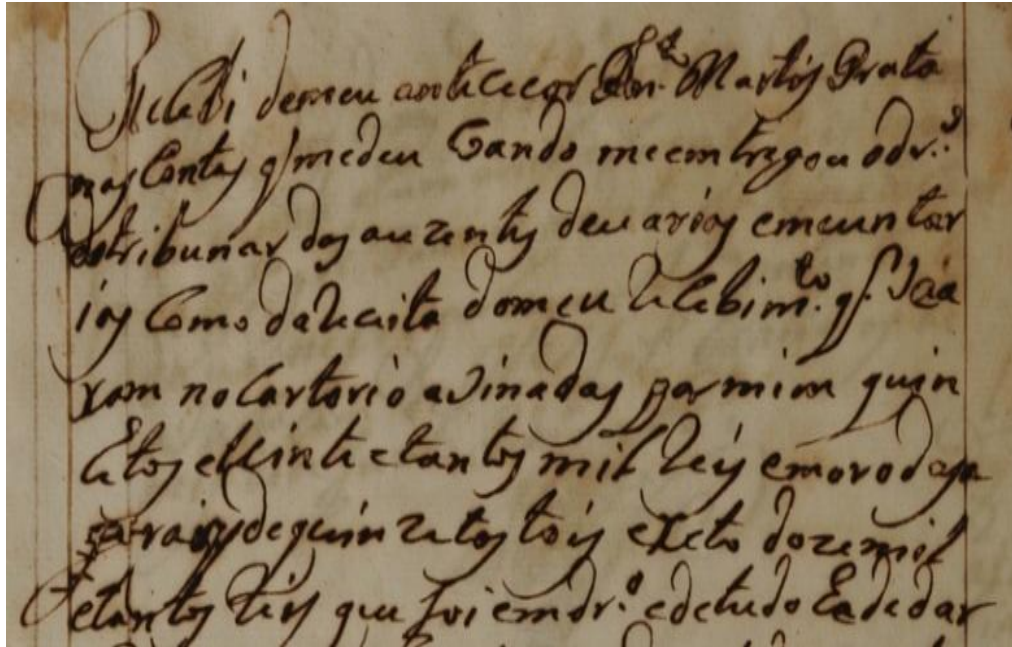
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
T	 5r, l. 10, Tiotonio	 2r, l. 3, tribunar	 2r, l. 1, antececor	Sem Ocorrência
U	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	 2r, l.3, auzentes	 2r, l. 4, meu
V	Sem Ocorrência	 6r, l.7, vinte	 3r, l.14, escravo	Sem Ocorrência
X	 6r, l. 3, Xavier	 2r, l. 11, exeto	 5r, l. 15, Pexoto	Sem Ocorrência
Y	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
Z	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	 2r, l.7, doze	 8v, l. 30, Friz

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à averiguação do primeiro punho, que pertence ao *scriptor* 1, os fólios de sua autoria apresentam letras arredondadas, pequenas, tombadas para a direita, sob traçados bem marcados, ou seja, pesados. Há presença de laçadas, principalmente na confecção da rubrica. Verifica-se, sobretudo, na consoante /d/ hastes ascendentes, ou seja, inclinadas para a

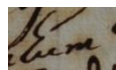
esquerda; da mesma forma se comporta o /s/ longo. É visível, nessa escrita, o uso de módulo grande de forma desordenada, ora aparece no início do texto ora no meio da frase.

Figura 10: Imagem do trecho do fólio 2r, MLA

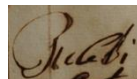


Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

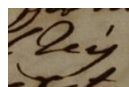
Um dos traços recorrentes no estilo desse *scriptor* foi o emprego da consoante /h/ com aspecto de /E/, como também a realização do /R/ maiúsculo que aparece sob duas formas distintas; a vogal /e/ é muito semelhante à consoante medial /c/. O /s/ longo aparece em posição tanto medial quanto final. Abaixo, algumas ilustrações dessas ocorrências:



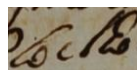
hum Fol. 4v, l. 14



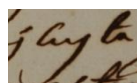
Recebi Fol. 2r, l. 1



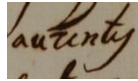
Reis Fol. 2r, l. 6



Coelho Fol. 6r, l. 9























custa Fol. 3r, l. 13























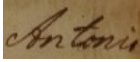

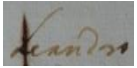



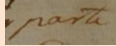

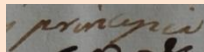



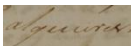

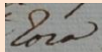

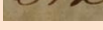

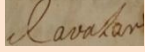

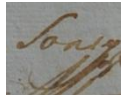

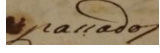

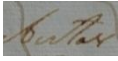



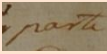



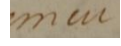

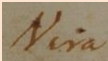



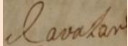



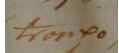


auzentes Fol. 3r, l. 12




2.1.3.2 Estudo da escrita do scriptor 2

Quadro 3: Descrição escriptográfica de Antônio Pinheiro Pinto

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 1r, l. 6, As	 11r, l. 19, acabarão	 13r, l. 20, faço	 12r, l.12, ferra
B	 28r, l. 1, Brito	 13r, l.8, bestas	 29r, l. 2, abaxos	Sem Ocorrência
C	 12r, l.9, Clemente	 13r, l. 17, com	 1r, l. 1, vacum	Sem Ocorrência
D	 29v, l. 4, Dona	 29v, l.3, declaradas	 28v, l.1, gado	Sem Ocorrência
E	 13r, l. 8 Entrega	 1r, l. 3, em	 2r, l. 23, fazendo	 12r, l.8, Clemente
F	 1r, l.5, Ferra	 2r, l. 23, fazendo	 12r, l.9, afilhado	Sem Ocorrência

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
G	 30r, l. 1, G ado	 29v, l.3, g eral	 13r, l. 8, G entrega	Sem Ocorrência
H	Sem Ocorrência	 2r, l.24, h é	 2r, l. 23, h afilhado	Sem Ocorrência
I	 13r, l.19, I nocencio	Sem Ocorrência	 13r, l.17, I sidoro	 30r, l.6, i dei
J	 29r, l. 1, J osé	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
L	 13r, l. 4, L ivro	Sem Ocorrência	 12r, l.11, L emente	 29v, l.3, l geral
M	 12r, l. 9, M eu	 2r, l. 23, m eu	 30r, l. 1, m esmo	 1r, l.2, m im
N	 29r, l.4, N o	 29v, l.2, n esta	 28v, l.1, N azenda	Sem Ocorrência

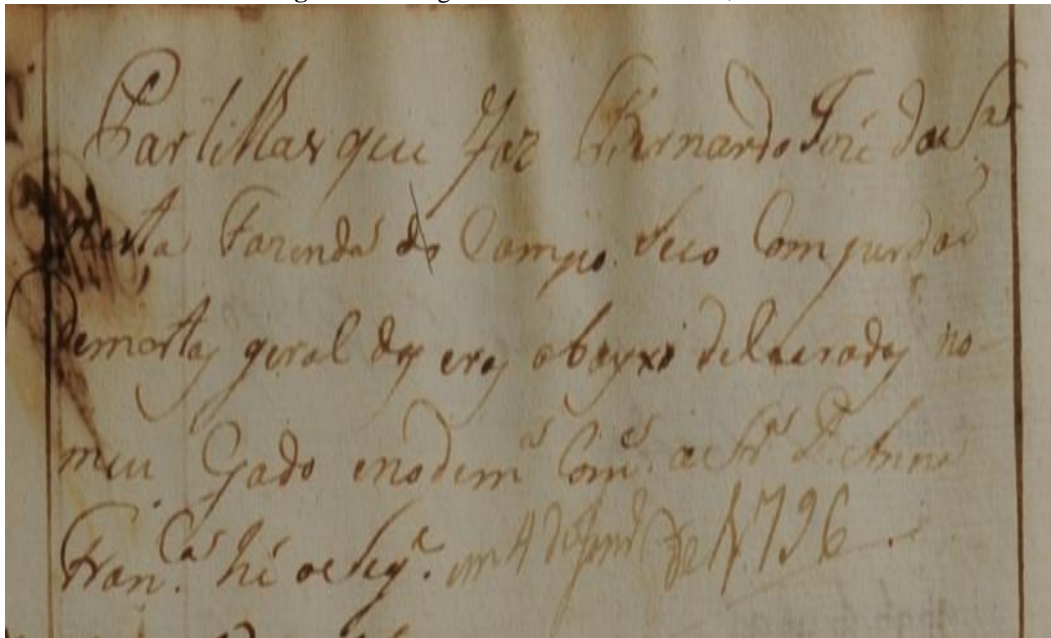
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
O	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	  1r, l. 2, Antonio	  12r, l.15, Leandro
P	  29r, l.1, Partilhas	  30r, l. 1, parte	  50r, l.1, principia	Sem Ocorrência
Q	Sem Ocorrência	  2r, l. 23, que	  2r, l. 24, alquires	Sem Ocorrência
R	  13r, l. 21, Roza	Sem Ocorrência	  1r, l.3, era	  1r, l.2, Cavalar
S	  12r, l. 15, Soares	Sem Ocorrência	  1r, l. 2, passado	  12r, l. 11, bestas
T	Sem Ocorrência	  13r, l. 4, tem	  30r, l. 1, parte	Sem Ocorrência
U	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	  12r, l. 1, Souza	  2r, l. 23, meu
V	  30r, l. 23, Vira	  2r, l. 23, vou	  1r, l.2, Cavalar	Sem Ocorrência
X	  29r, l.6, Xavier	Sem Ocorrência	  30v, l. 2, tronxo	  12r, l.9,Alexandre

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
Y	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	 29v, l.3, abayxo	Sem Ocorrência
Z	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	 30v, l.2, Bezzerro	 29v, l.1, faz

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda mão identificada pertence ao *scriptor* 2. Suas letras têm características arredondadas, traçado pesado, são inclinadas para a direita e apresentam módulo pequeno. Há presença, como no *scriptor* anterior, de hastes ascendentes em algumas consoantes, como em /d/. Faz também uso de laçadas.

Figura 11: Imagem do trecho do fólio 29v, APP

















Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Sobre características ortográficas desse escrevente, observa-se que a consoante medial /z/ assemelha-se à consoante /x/. A consoante maiúscula /V/ lembra o /N/ maiúsculo. Faz uso de /s/ longo em posição final dos vocábulos, conforme exemplos a seguir:

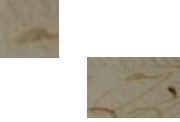

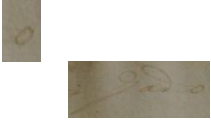




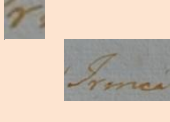

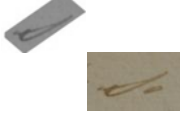

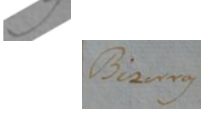
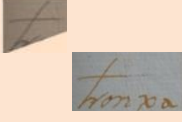

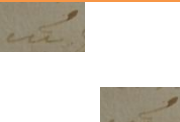





	<i>passado</i>	Fol. 1r, l. 2
	<i>Bezerros</i>	Fol. 30v, l. 2
	<i>declaradas</i>	Fol. 29r, l. 2
	<i>Vira</i>	Fol. 30r, l. 23


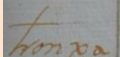


2.1.3.3 Estudo da escrita do scriptor 3

Quadro 4: Descrição escriptográfica de Inocência Pinheiro Canguçu

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	 34r, l. 8, As	Sem Ocorrência	 31v, l.10, diante	 32v, l. 1, Bibiana
B	 31r, l. 1, Bizerros	Sem Ocorrência	 32v, l.1, Bibiana	Sem Ocorrência
C	 32v, l. 1, Campu	Sem Ocorrência	 33r, l. 1, Branca	Sem Ocorrência
D	 32v, l. 1, Dona	 31v, l. 10, diant	 30v, l. 21, Jardim	Sem Ocorrência
E	 33v, l. 1, Egoas	 32r, l. 1, este	 33r, l. 1, Pedra	 31v, l. 14, de

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
F	 31v, l.14, F asenda	 31v, l. 12, f is	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
G	 34r, l. 8, G ado	 30v, l. 12, g ados	 33v, l.1, E goas	Sem Ocorrência
H	Sem Ocorrência	 31v, l.10, h oji	 33v, l.1, M inha	Sem Ocorrência
I	 31r, l.5, I rmã	Sem Ocorrência	 31r, l. 5, B izerros	 31v, l. 10, h oji
J	 32v, l. 8, J ardim	Sem Ocorrência	 31v, l. 10, h oje	Sem Ocorrência
L	Sem Ocorrência	 32r, l. 1, l ivro	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
M	 33v, l. 1, M inha	 31v, l. 10, m inha	 31r, l.5, I rmã	 32v, l. 8, J ardim
N	Sem Ocorrência	 34r, l. 8, n ona	 31r, l. 5, t ronxa	Sem Ocorrência

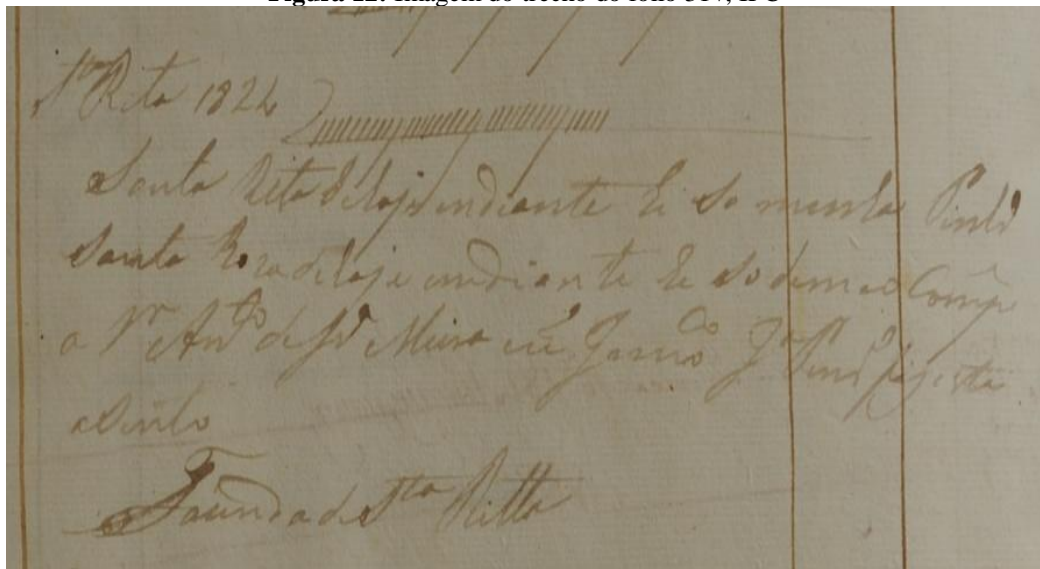
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
O	Sem Ocorrência	 30v, l. 12, os	 31v, l. 11, Roza	 34r, l. 8, Gado
P	 33r, l. 1, Pedra	 30v, l. 12, partimos	 32v, l. 1, Campu	Sem Ocorrência
Q	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
R	 31v, l. 14, Ritta	Sem Ocorrência	 31r, l. 5, Irmã	Sem Ocorrência
S	 31v, l. 4, Santa	 31v, l. 10, so	 34r, l. 2, Criasão	 31r, l. 5, Bizerros
T	 31r, l. 5, Tronxa	Sem Ocorrência	 31v, l. 4, Rita	Sem Ocorrência
U	Sem Ocorrência	 31v, l. 12, ũ	 34v, l. 1, Vacum	 30v, l. 11, meu
V	 34v, l. 1, Vacum	 30v, l. 11, vinte	 32r, l. 1, livro	Sem Ocorrência

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
X	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	  31r, l. 5, tronxa	Sem Ocorrência
Y	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência
Z	Sem Ocorrência	Sem Ocorrência	  31r, l. 1, Bizerros	Sem Ocorrência

Fonte: Elaborado pela autora.

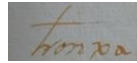
O terceiro punho identificado é do *scriptor* 3. Não são muitos os fólios que trazem as suas anotações, mas é possível verificar que a letra é, também, arredondada, com inclinação para a direita, de módulo pequeno e apertada. Diferente dos punhos anteriores, possui traçado leve.

Figura 12: Imagem do trecho do fólio 31v, IPC

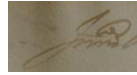


Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Sobre suas peculiaridades, a letra /t/ é bem marcante, lembra uma cruz; a vogal /I/ maiúscula confunde-se com a consoante maiúscula /J/, como mostram as imagens:



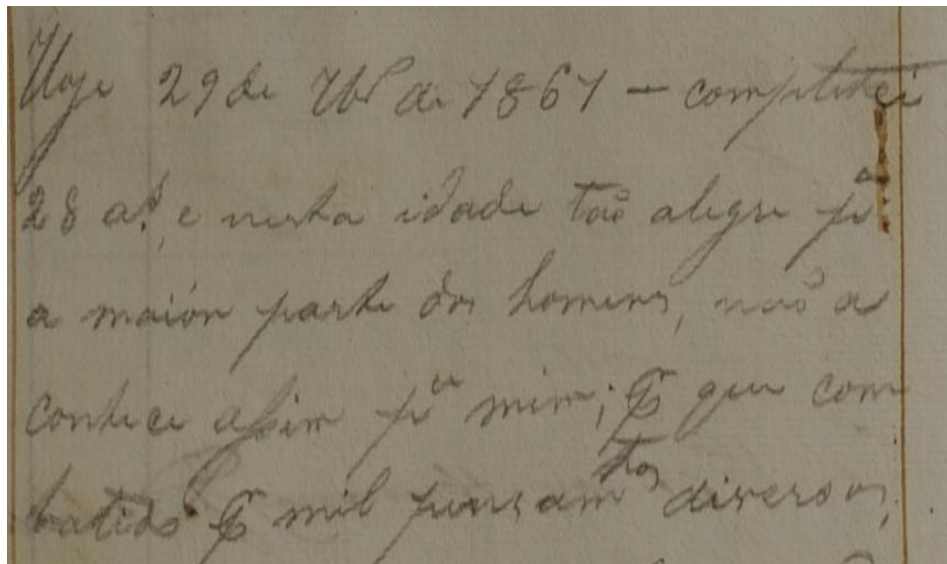
Tronxa Fol. 31r, l.5



Inocência Fol. 33v, l.1

Foi encontrada, entre os fólhos examinados, uma quarta mão, que pertence ao *scriptor* 4. Ficou constatado apenas um único registro, confirmado por sua rubrica, apresentada no fólho de número 34 verso. Sua caligrafia, apesar de ser arredondada e angulada para a direita, distingue-se claramente das demais, por apresentar uma letra miúda, mais apertada e comprida verticalmente. Quanto ao peso de sua escrita, apresenta traçados leves. Nesse caso, dispensamos a confecção de um quadro escriptográfico para o referido *scriptor*.

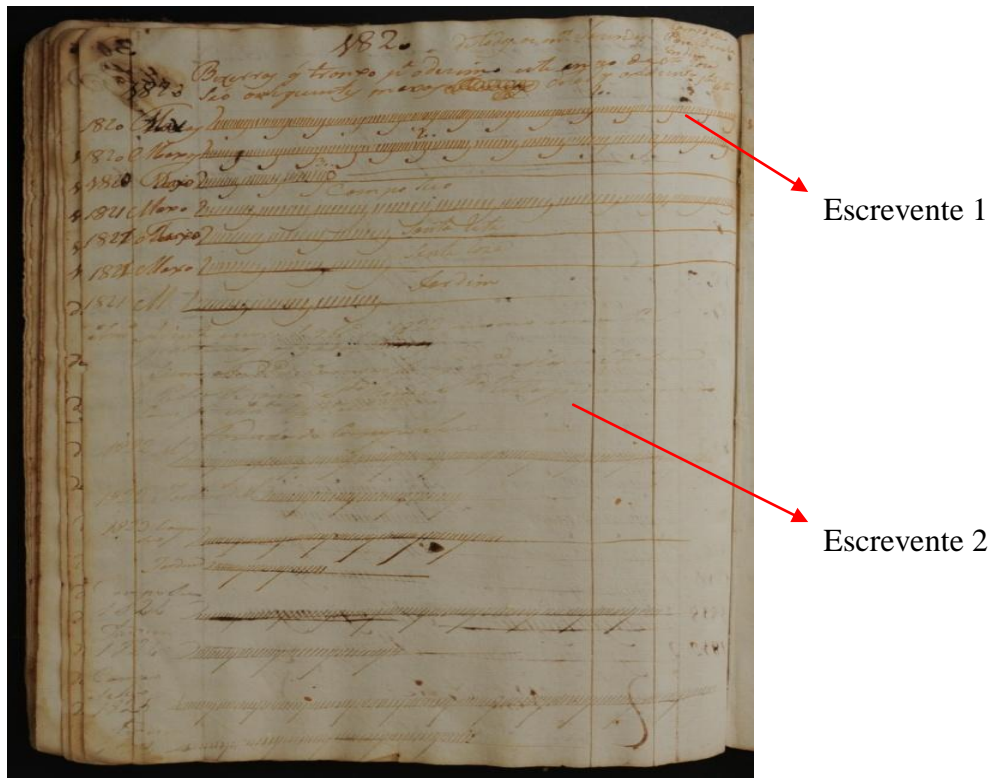
Figura 13: Imagem do trecho do fólho 34v, MJC



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

O estudo através dos quadros de grafemas, expostos anteriormente, possibilitou distinguir a fronteira entre os *scriptores*, reconhecer melhor e classificar os grafemas em maiúsculos e minúsculos, aspecto que mais apresentou dificuldade nesta investigação, e identificar anotações de mãos diferentes em um mesmo fólho, conforme vemos na figura 14:

Figura 14: Imagem do Fólio 30v



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Da observação geral sobre o manuscrito, podemos afirmar que a escrita que predomina no texto é a cursiva¹⁸, isto é, corrente. Essa modalidade de escrita tem como característica as letras unirem-se umas às outras, por conta da rapidez ao escrever e do costume de não levantar a mão durante o ato da escrita.

A escrita cursiva derivou-se da chamada escrita humanística ou itálica. De acordo com Acioli (1994), o tipo de letra humanística passou a ser usada a partir do século XV, quando os renascentistas resolveram reagir contra a escrita gótica, entrando essas duas modalidades de escritas em competição, de fato, no século XVI. A respeito das características dessa letra itálica, Acioli (1994, p. 40) ressalta que “é bem traçada, sendo arredondadas as suas formas, tendo-se disseminado por toda a Europa [...]. É uma escrita minúscula persistindo, contudo, o uso de maiúsculas Capitais no início dos textos ou de parágrafos”. Entre os séculos XVIII e XIX, já não se fazia mais o uso da humanística, mas de uma cursiva de leitura fácil e corrida (ACIOLI, 1994, p. 62).

¹⁸ Sobre os períodos e tipos de escrita, ver Acioli (1994), Spina (1994).

2.2 O LABOR DA EDIÇÃO

Ao resgatar uma fonte escrita, na intenção de restituí-la e disponibilizá-la a muitos outros olhares, deve-se levar em conta, entre outras finalidades, o meio de divulgação, o que ocorre por meio das edições. Entendemos por edição as etapas filológicas necessárias para escolher, preparar e tornar legível um texto, a fim de publicá-lo.

Lose (2017) salienta que, de forma geral, os tipos de edições distinguem-se entre si, a depender da intervenção do editor, podendo variar em: *baixo*, *moderado* e *alto grau* de medição, a qual está associada a um determinado público-alvo a que se queira destinar. Nesse sentido, as edições definidas pela autora como de nível baixo de medição são: a *fac-similar*, que se refere à reprodução digital da imagem do texto; “neste caso, ao editor, normalmente, se destina a tarefa de organização da edição e a elaboração de paratextos, comentários complementárias e análise” (LOSE, 2017, p. 74) e a edição *paleográfica*, que, segundo Lose (2017, p. 74-75), “seria a transcrição como ‘cópia fiel’ do texto do original, reproduzindo, inclusive, se possível, caracteres caligráficos em tipos informacionais [...]”. A partir dessa observação, deduz que, mesmo no processo de reprodução de um documento, há interferências do editor, por isso admite a inexistência de um grau zero de mediação.

Nas edições de grau de medição moderado enquadram-se as edições *diplomáticas*, em que, segundo Lose (2017, p. 75), “o texto é apresentado com caracteres tipográfico/informatizados atualizados, mas mantém as abreviaturas conforme se encontram no original” e as *semidiplomáticas*, nas quais “ao editor cabe o desenvolvimento das abreviaturas constante no original, marcando, no entanto, sua intervenção”. Já as edições definidas pela autora como alto grau de medição são as chamadas edições *modernizadas*, as quais podem ser atualizadas quanto à ortografia textual, bem como sofrer adaptações nos aspectos sintáticos, lexicais, etc. Lose (2017, p. 75), sobre o tipo de edição modernizada, alerta: “Estas edições, evidentemente, não se prestam a documentos cartoriais, notariais, jurídicos, eclesiásticos. Não se prestam a documentos. Ficam, de modo geral, no âmbito dos textos literários. E, portanto, não costumam ser usados como subsídio para outras pesquisas”.

Diante do que foi exposto, verificamos a gama de possibilidades de transmissão de um documento e a sua finalidade, portanto consideram-se, nessa ação, o leitor e a quem se quer atingir com a divulgação do texto.

Ainda sobre o trabalho de edição, Lose (2017) destaca elementos que costumam compor esse processo; são eles: o texto introdutório; o conteúdo do documento; a descrição

física; a transcrição; e uma lista de abreviaturas. Assim, nesta edição, buscamos contemplar tais elementos.

2.3 A EDIÇÃO FAC-SIMILAR

Sabemos que a edição fac-similar é aquela que se encarrega de reproduzir, de forma digital, um documento. Como conceitua Borges (2012, p. 33), é “a simples reprodução fotográfica, transferindo-se a imagem do documento para o meio digital, ou convertendo a imagem ou sinal dialógico para o código digital, realizando-se a digitalização dos textos”. Desse modo, a sua finalidade é oferecer ao pesquisador a cópia mais próxima possível do texto original, por meio de imagens, feita por diferentes métodos e procedimentos que possibilitem um bom trabalho de transcrição.

Optamos por aplicar essa forma de edição, com o intuito de auxiliar a etapa da edição semidiplomática e facilitar a interpretação das características do texto. Para atingir tal propósito, utilizamos um novo método fotográfico, que tem, entre suas finalidades, a captura, com precisão, de imagens de documentos históricos manuscritos, direcionada a análises de fenômenos linguísticos.

2.3.1 O Método Lapelinc

O método fotográfico denominado Lapelinc é uma ferramenta fotográfica, cientificamente controlada, específica para a captura de manuscritos históricos, que visa contribuir com pesquisas de diversas áreas, a exemplo da Linguística, da História, do Direito, dentre outras. Tal método foi desenvolvido no Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus – Lapelinc, da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), *campus* de Vitória da Conquista – Bahia, pelo professor Jorge Viana Santos em colaboração com a professora Cristiane Namiuti Temponi, e vem sendo aplicado e aperfeiçoado desde o ano de 2008.

Assim, essa forma de fotografar tem por finalidade efetivar a transposição de documentos manuscritos em papel para o formato digital, para que, após isso, sejam disponibilizados em bancos de *corpora* eletrônicos. O procedimento do método ocorre por meio das cinco etapas:

1) Controle: etapa de captura de informação da fonte (por exemplo, catalogação de dados de um livro a ser fotografado); 2) Captura fotográfica da imagem do original: fotografia sequenciada dos documentos utilizando equipamentos adequados, inseridos na imagem a quantidade necessária de dados que garanta a sua relação com o objeto que a originou. Ou seja: fotografa-se o DF para se formar o DD; 3) Catalogação no *Database Dovic* das folhas-imagens componentes do documento; 4) Edição; 5) Criação de imagens de uso co-indexadas à imagem-original (SANTOS; BRITO, 2014, p. 424).

Nesse processo, Santos e Brito (2014) destacam um instrumento fundamental, a chamada *mesa cartesiana*, a qual tem a função de garantir a qualidade dos aspectos do documento durante a captura digital. Segue a imagem da *mesa cartesiana*:

Figura 15: Mesa cartesiana (*Layout*)



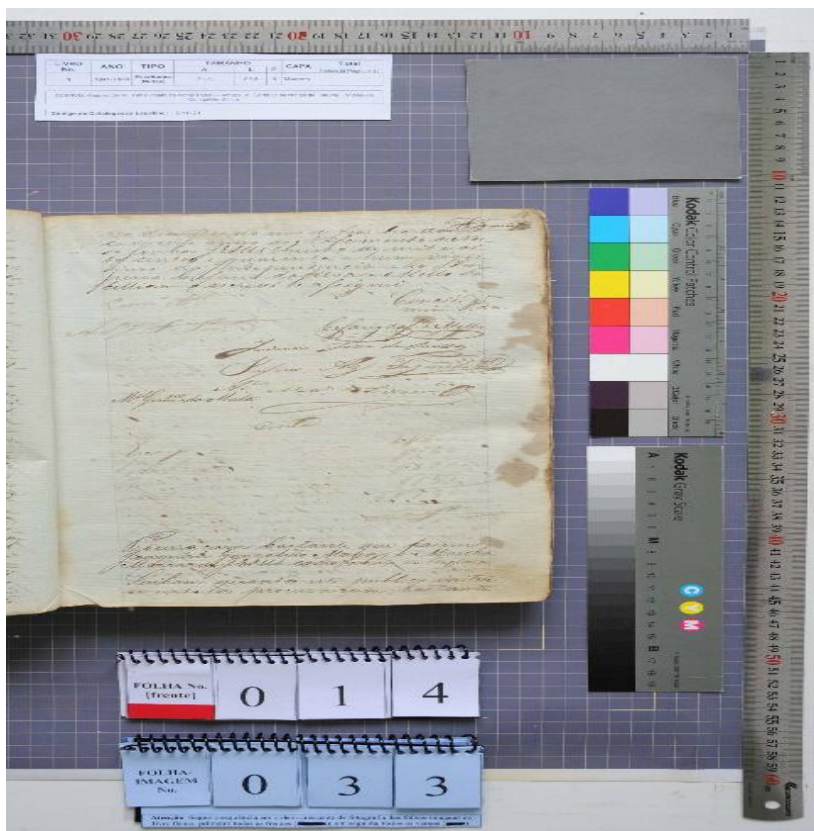
Fonte: Santos e Brito (2014, p. 425).

Sobre os elementos que a compõem, os quais se encontram sinalizados por números, têm-se as seguintes descrições:

a) Escala de tom (1) e escala de cores (2): sendo escalas científicas elaboradas para o controle fotográfico, possui amostras de tons e cores com parâmetros que, podem ser interpretados por programas e *softwares* de edição e leitura de imagem, capazes por isso de, por exemplo, recuperar numa tela de computador as tom/cores originais de um documento, independente da leitura que o olho humano faça. b) Instrumentos de medição (3, 4, 5): sendo escalas científicas elaboradas para controle milimétrico, do modo como estão dispostas, formam um perfeito plano cartesiano, capaz de matematicamente permitir o cálculo preciso das medidas de quaisquer documentos (livros, folhas...), independente da sua posição. c) Informações catalográficas (6), paginação (7) 4, sequenciação (8) 5: garantem um vínculo permanente entre o DF e o DD (SANTOS; BRITO, 2014, p. 425).

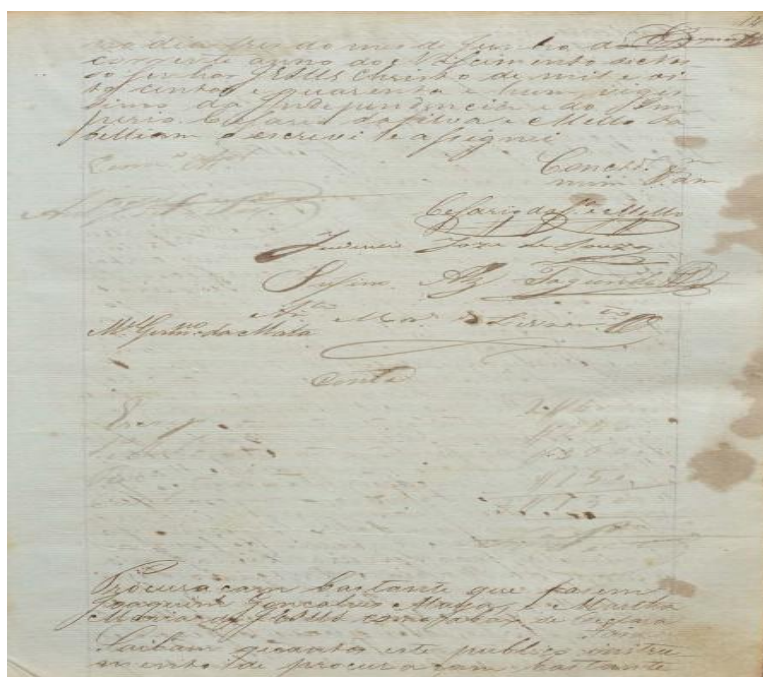
Seguem os exemplos do método Lapelinc em aplicação e já editado:

Figura 16: Imagem folha (frente) aplicada no Lapelinc



Fonte: *Corpus Dovic Beta/ Santos; Brito* (2014, p. 427).

Figura 17: Imagem folha (frente) editada e recortada do método Lapelinc



Fonte: *Corpus Dovic Beta/ Santos e Brito* (2014, p. 428).

Como pode ser visto, trata-se de um instrumento controlado cientificamente, que conserva as características físicas do texto, como, por exemplo, a cor, o tamanho, a paginação, etc., de forma próxima à original. As vantagens do método Lapelinc abrangem também a facilidade de aumentar o texto original na tela do computador para verificar os detalhes ou tirar dúvidas em relação à escrita (SANTOS; BRITO, 2014).

Vale dizer que o fac-símile do *Livro do Gado* foi capturado através do referido método fotográfico, utilizando o recurso da placa preta, usada antes do aperfeiçoamento da mesa cartesiana, a qual só foi concluída em 2014, produto de investigação da Dissertação de Mestrado de Brito¹⁹, colaborador do Lapelinc. Assim, as imagens foram coletadas entre os dias 10 e 11 de novembro de 2012, na cidade de Campinas – São Paulo, na residência do Sr. Lycurgo Santos Neto, guardião dos livros e papéis da Fazenda do Sobrado do Brejo do Campo Seco, por Jorge Viana, juntamente com a coordenação dos projetos de pesquisas *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro* e *CE-DOHS Corpus Eletrônicos de Documentos Históricos do Sertão*. Seguem algumas imagens do procedimento do método Lapelinc no *Livro do Gado*:

¹⁹ Ver Dissertação de Mestrado em Linguística de Giovane Santos Brito intitulada *Do Texto ao Documento Digital: transposição fotográfica de documentos manuscrito histórico para formação de corpora linguísticos eletrônicos*, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2015. O trabalho citado foi realizado sob a orientação do prof. Jorge Viana Santos e coorientação da prof.^a Cristiane Namiuti Temponi.

Figura 18: Ficha com informações sobre o processo fotográfico

LAPELINC/UESB
(Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus)

FOTOGRAFIA DE LIVROS
 LOCAL: CAMPINAS
 DATA: 10/11/12 (X) Início () Fim
 HORA: Início 17h30 Término _____
 Total de documentos fotografados: _____
 Tipo de documento: LIVRO R OUIAOS

PARAMETROS

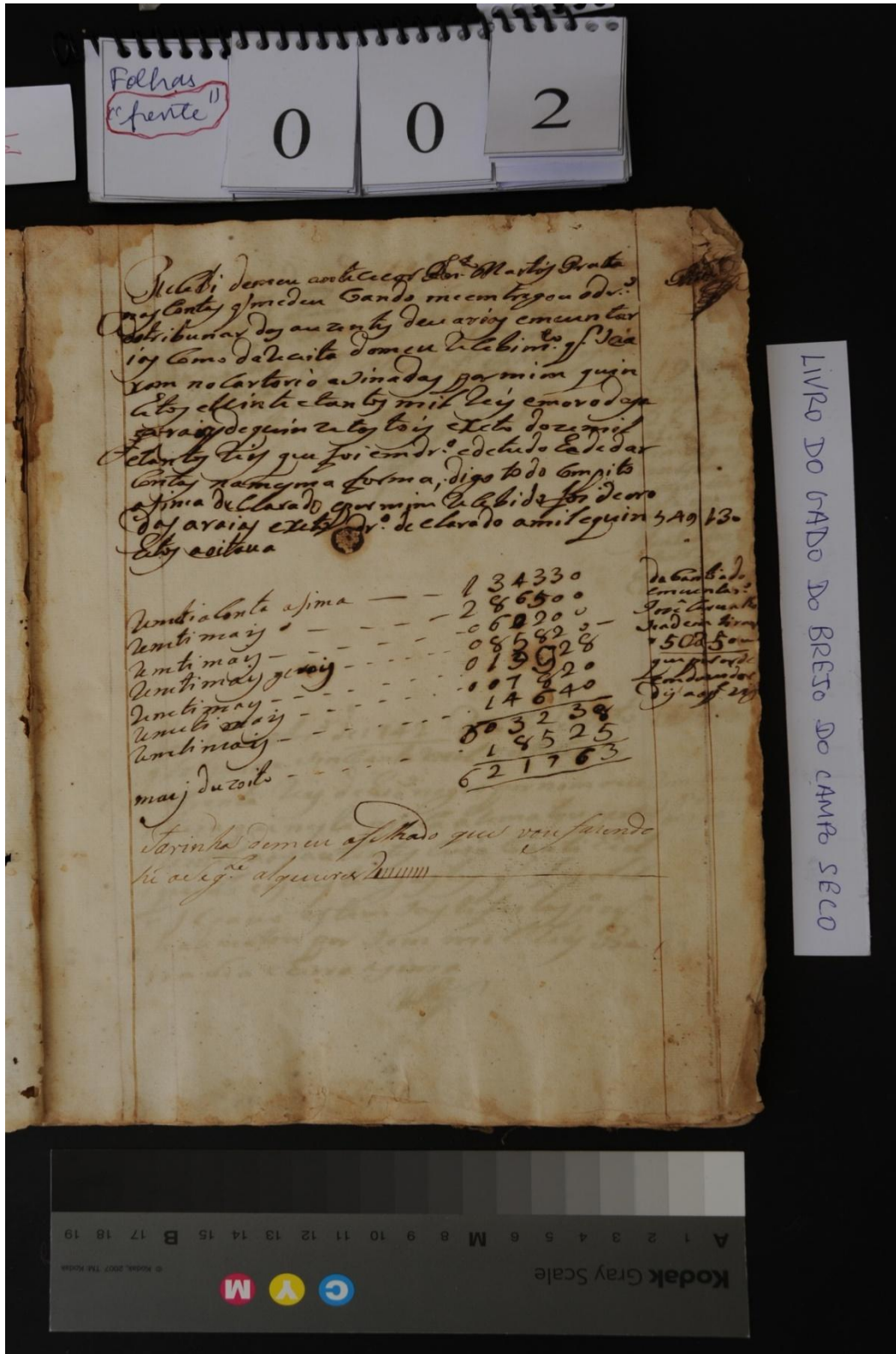
EXPOSIÇÃO: F 8-1/50
 MODO: M
 ISO: 200
 WB: Nublado
 Arquivo: Raw+Jpg (L+fine)
 Camara/Lente: Nikon D700 lente Nikon18-85 f2.8 filtro UV
 TRIPÉ: Manfrotto Prob 055x 128 (altura do centro) 71 (braço)

EQUIPE
 FOTOGRAFO: Jorge Viana
 AUXILIARES DE FOTOGRAFIA: MARIANA

SEQUENCIA PADRAO: LIVRO COMPLETO

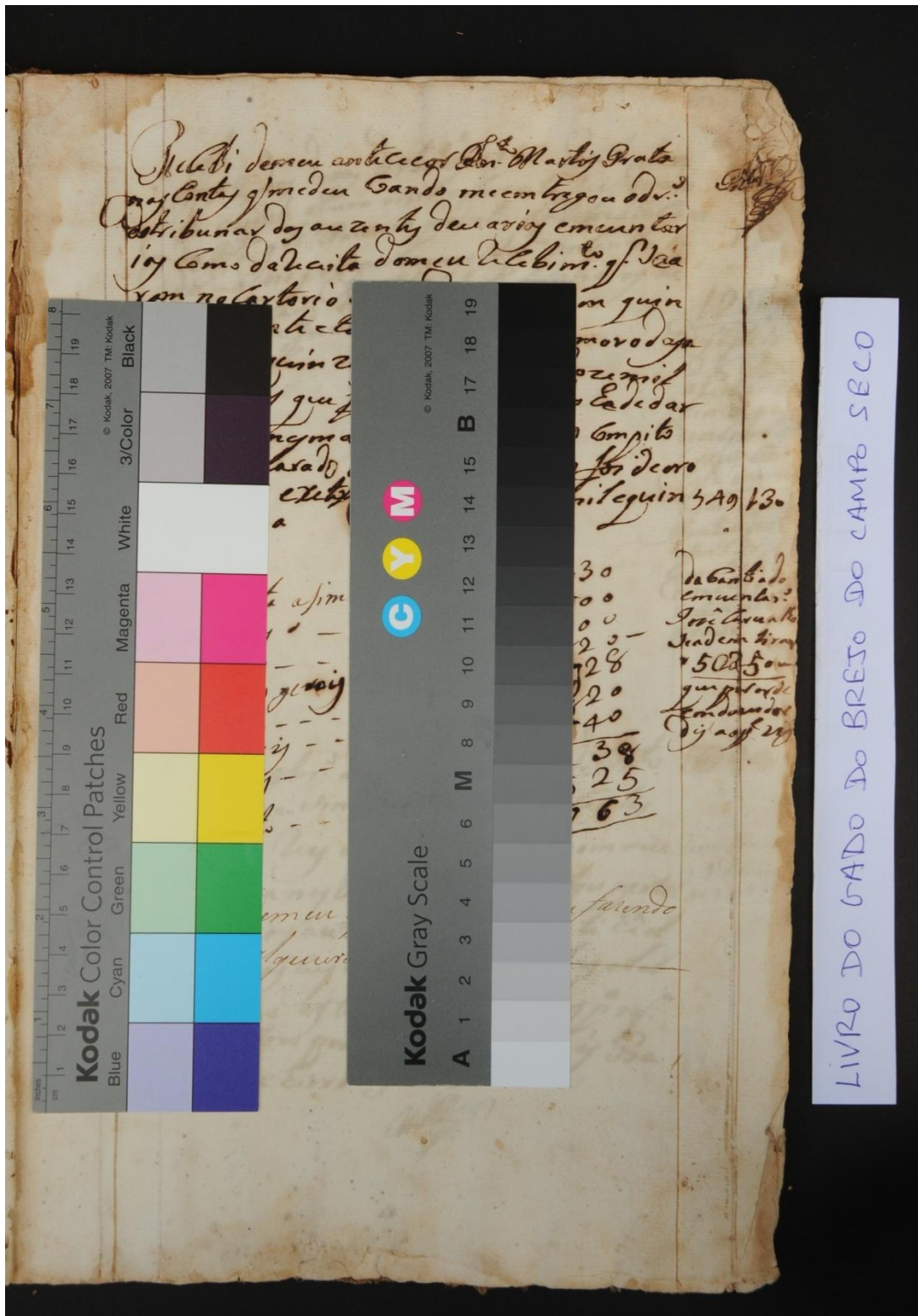
Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 19: Aplicação do método Lapelinc no Livro do Gado



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

Figura 20: Aplicação da escala de tom e escala de cor no fólio 2r



Fonte: CE-DOHS/ Foto Jorge Viana.

2.4 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Cabe ao estudioso escolher qual forma de edição é mais apropriada para a publicação do seu material. Para isso, deve priorizar o público leitor que se pretende alcançar. Dessa forma, a importância de pensar em um público-alvo está no fato de que, dificilmente, uma mesma edição é adequada para todo tipo de público (CAMBRAIA, 2005, p. 90).

Por essa razão, a escolha pelo uso da edição semidiplomática é justificada por uma das intenções desta pesquisa, que é oferecer uma edição confiável para estudos linguísticos. Este tipo de edição possibilita que as características da língua presentes no texto sejam mantidas, pois possui um grau moderado de mediação, conforme expõe Cambraia (2005, p. 95):

[...] verifica-se na edição paleográfica também chamada de semidiplomática [...] um grau médio de mediação, pois no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos.

Em consonância com essa ideia, Lose (2017, p. 76) acrescenta:

Embora a característica mais marcante da edição semidiplomática seja o desdobramento das abreviaturas presentes no original, entende-se, também, que uma edição semidiplomática é aquela que traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos.

Assim sendo, elaboramos a edição do *Livro do Gado*, com o objetivo central de apresentar uma edição fidedigna, que preserva a informação textual do códice, possibilitando, dessa maneira, uma investigação linguística dos séculos XVIII e XIX. Além disso, essa edição também visou o resgate da cultura e da história da Bahia e a preservação do referido material, protegendo-o da ação do tempo, da umidade, dos insetos, da poeira, etc.

Uma vez justificados os tipos de edições usadas para este manuscrito, passamos, agora, para a apresentação dos critérios empregados no processo de transcrição.

2.5 OS CRITÉRIOS ADOTADOS NA TRANSCRIÇÃO

Os critérios adotados para o trabalho de transcrição seguem as normas de transcrição de manuscritos e impressos do *Programa Para a História do Português Brasileiro* (PHPB),

definidas no *II Seminário Para a História do Português Brasileiro*, em Campos do Jordão, em maio de 1998.

Sabemos que, a depender da especificidade de um documento, será necessário adaptá-lo ou criar critérios que possam ajudar nesta etapa tão importante da edição. O *Livro do Gado*, por ser um documento de fazenda, que permeia os séculos XVIII e XIX, possui em suas linhas uma linguagem bem peculiar, cheia de símbolos. Por essa razão, surgiu a necessidade de realizar algumas adaptações para alcançar uma transcrição, a mais próxima possível, desse material.

Levou-se em conta, no momento da definição dos novos critérios, a preservação das características do texto. Essas alterações foram elaboradas, conjuntamente, por Brandão e Silva²⁰, e estão representadas pelas normas de números 16, 17 e 18. Os critérios apresentados serão exemplificados, quando necessário, para uma melhor compreensão do leitor. Verificam-se:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo.
4. A pontuação e a acentuação original serão mantidas.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como apresenta o original.
6. [] dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto em colchetes e em itálico.
7. [.] letra ilegível por deterioração ou rasura.
8. [ilegível] vocábulo ilegível por deterioração ou rasura.
9. [ilegível + nº linhas] extensão de trechos maiores ilegíveis por deterioração ou rasura.
10. [*inint*] palavras não decifradas sem deterioração.
11. [?] letras não decifradas sem deterioração.

²⁰ Brandão e Silva são os pesquisadores que trabalham com os Livros do Brejo do Campo Seco, já citados neste trabalho; este, com o *Livro de Razão*, na sua pesquisa de Doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); aquela, com o *Livro do Gado*, na pesquisa de Mestrado que desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

12. [*inint* + n° linhas] extensão de trechos maiores não decifrada sem deterioração.
13. <↑> Escrito na entrelinha.
14. Supressões feitas pelo *scriptor* serão tachadas, a exemplo, ~~sahiram~~.
15. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta, à margem direita da mancha escrita.
16. Utiliza-se em toda transcrição a fonte *Arial*, tamanho 10, e nas notas de rodapé tamanho 9.
17. Informações complementares serão indicadas em nota de rodapé, a critério do editor.
18. Os símbolos encontrados no documento serão, assim, transcritos:


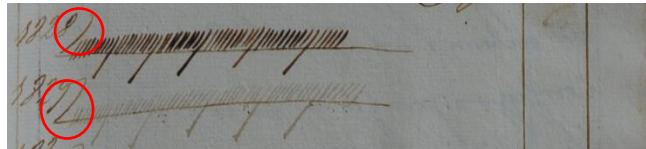
18.1 Substituiu-se a figura  por parêntese), como ilustrado na figura que segue:

Figura 21: Exemplo símbolo 18.1




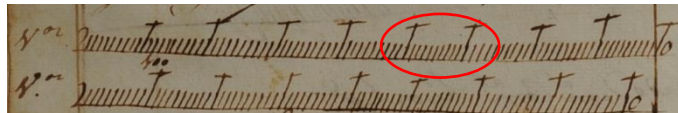
18.2 Substituiu-se a figura  pelo símbolo †, como ilustrado na figura que segue:

Figura 22: Exemplo símbolo 18.2




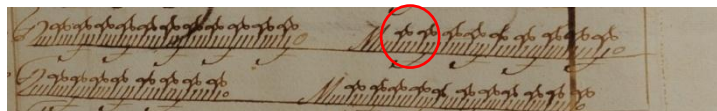
18.3 Utilizou-se o símbolo Ψ para representar a figura , como ilustrado na figura que segue:

Figura 23: Exemplo símbolo 18.3




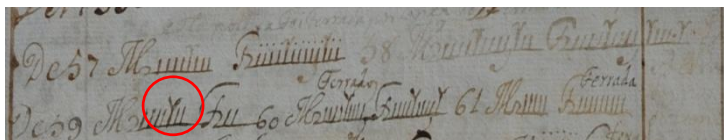
18.4 Utilizou-se a letra Y maiúscula para representar a figura , como ilustrado na figura que segue:

Figura 24: Exemplo símbolo 18.4




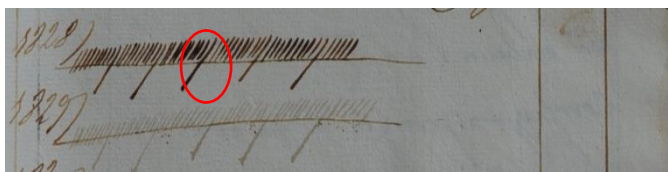
18.5 Substituiu-se a figura  pelo símbolo J, como ilustrado na figura que segue:

Figura 25: Exemplo símbolo 18.5





18.6 Substituiu-se as figuras  e  pelo símbolo j, como ilustrado na figura que segue:

Figura 26: Exemplo símbolo 18.6



2.6 ABREVIATURAS: LISTA E CLASSIFICAÇÃO

Debruçar-se sobre o estudo de manuscritos antigos com a finalidade de buscar, no passado, elementos para a compreensão social e linguística de uma determinada língua requer todo cuidado, desde a preparação do documento à leitura do seu conteúdo. Há, nesse processo, um aspecto importante, referente ao estudo das abreviaturas. Explorá-las traz valiosas informações acerca do período e do códice que nos propomos a analisar.

Segundo Acioli (1994), o termo abreviatura vem da palavra grega *braquigrafia*, em que *braqui* significa curto e *graphien* refere-se a escrever, resultando em “escrever curto”. A vertente²¹ tradicional que busca explicar a origem latina desse sistema afirma que ele deriva de três maneiras de abreviar as palavras, as quais eram utilizadas pelos romanos, a saber: as siglas, as notas tironianas e as *notae juris*.

Utilizada desde o Império Romano, essa forma abreviada de escrever tinha o propósito de poupar tempo e material, que, muitas vezes, era de difícil acesso, como consta na passagem a seguir:

Os calígrafos de todos os tempos, mas de modo especial os da Idade Média, quer para poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro, quer por economia de tempo, fizeram uso de um completo sistema de abreviaturas, siglas e das chamadas notas tironianas, prática que permaneceu após aquele período (FLEXOR, 2008, p. 12).

Essa prática tornou-se constante. As abreviaturas eram empregadas de tal forma que se chegou a um limite em que não se entendia nada do que estava escrito. Devido ao modismo de abreviar palavras que se alastrou durante os séculos XII e XIII, foi necessária a intervenção do Senado e dos imperadores, proibindo tal uso. Contudo essa forma de escrever volta a surgir no período do Renascimento, dando continuidade ao hábito (SPINA, 1994).

Apesar desses impasses, as abreviaturas continuaram se perpetuando e podem ser vistas em manuscritos históricos de várias especificidades e épocas. Analisá-las colabora na compreensão do contexto social e da linguagem de determinado período, e saber identificá-las proporciona um estudo mais seguro para os trabalhos de edição filológica.

Sobre a sua classificação, é possível encontrar denominações diferenciadas para o mesmo termo, a depender do autor:

²¹ Existem duas correntes que buscam explicar a origem do sistema braquigráfico medieval, a tradicional e a de origem bíblica, esta última, defendida pelo paleógrafo alemão Traube. Ver Acioli (1995).

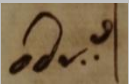
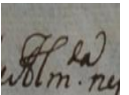
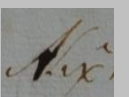
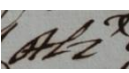
Abreviatura por sigla consiste em representar a palavra pela sua letra inicial [...] a sigla foi o processo mais antigo de abreviação por supressão ou apócope. As abreviaturas por apócope em que se verifica a supressão de elementos finais do vocábulo. As abreviaturas por síncope formam-se mediante a supressão de elementos gráficos do meio do vocábulo (SPINA, 1994, p. 50-51).

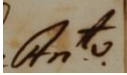

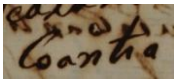
Suspensão ou Apócope: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim fica inacabada. Contração ou Síncope: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra. Letras sobrescritas: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura (BERWANGER; FRANKLIN LEAL, 2012, p. 92-93).

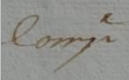

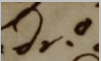


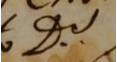

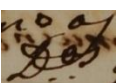
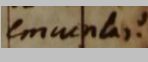
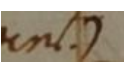



Outro tipo de abreviatura é a chamada Mista, que, apesar de não ser classificada por muitos autores, é também utilizada. Essa forma é entendida quando há mescla de abreviaturas, sendo comum a sua ocorrência, principalmente, quando acompanhada de numerais.



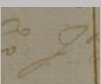
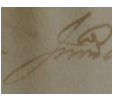
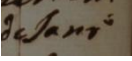
O *Livro do Gado* evidencia, em seus fólhos, várias abreviaturas. Foi necessário o seu desdobramento para alcançarmos maior clareza do seu conteúdo e segurança na identificação dos vocábulos. Optamos, neste estudo, pelas definições dos autores Ana Regina Berwanger e João Euripedes Franklin Leal (2012) para a tarefa de classificação. Quanto ao uso do tipo Mista, seguimos o modelo aplicado por Lose (2009). Os tipos de abreviaturas encontradas podem ser vistas a seguir:

Quadro 5: Abreviaturas encontradas no *corpus*

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	Adv. ^º	Advogado	Sobrescrito	2r, l. 2
	Alm. ^ª	Almeida	Sobrescrito	9r, l. 2
	Alex. ^º	Alexandre	Sobrescrito	12r, l.9
	Alz. ^º	Alves	Sobrescrito	7r, l. 7

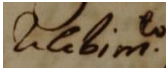

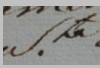

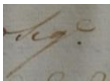
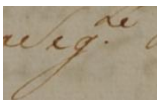
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	An. ^{to}	Antônio	Sobrescrito	3r, l. 8
	Anto	Antônio	Apócope	3r, l. 3
	A. ^o	Araújo	Sobrescrito	5r, l. 5
	Ar. ^o	Araújo	Sobrescrito	10r, l. 30
	Sz.	Souza	Síncope	13r, l. 14
	Cantia	Quantia	Síncope	2r, margem
	Cap. ^{am}	Capitão	Sobrescrito	12v, l. 1
	Capp. ^m	Capitão	Sobrescrito	5r, l. 10
	Carenta	Quarenta	Síncope	3r, l. 10
	Car. ^o	Carvalho	Sobrescrito	5r, margem
	Coantia	Quantia	Síncope	4r, l. 7
	Com. ^e	Comadre	Sobrescrito	28v, l. 1

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	Comp. ^e	Compadre	Sobrescrito	13r, l. 11
	D ^s	Deus	Sobrescrito	34v, l. 12
	Dr ^o	Dinheiro	Sobrescrito	2r, l. 8
	Drt ^a	Direita	Sobrescrito	9r, margem
	D	Dona	Apócope	8v, l. 19
	D. ^{os}	Doutor	Sobrescrito	5r, l. 15
	D ^o	Doutor	Sobrescrito	5r. l. margem
	Dr. ^{os}	Doutor	Sobrescrito	5r. l. 17
	Emventar. ^o	Emventário	Sobrescrito	2r, margem
	Ent	Entrega	Apócope	29v, l. 10
	Fmto	Falecimento	Síncope	30v, l. 11
	Faz. ^{da}	Fazenda	Sobrescrito	34r, l. 8
	F	Fêmea	Apócope	8v, l. 3

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	F	Folha	Apócope	1r, l. 5
	Fl.	Folha	Síncope	1r, l. 6
	Fran. ^{ca}	Francisca	Sobrescrito	10r, l. 18
	Fran. ^{co}	Francisco	Sobrescrito	10v, l. 7
	Franco	Francisco	Síncope	6r, l. 2
	Glz ^s	Gonçalves	Sobrescrito	5v, l. 5
	I	Inocência	Apócope	31v, l. 12
	In ^{co}	Inocência	Sobrescrito	33v, l. 1
	Ign ^{co}	Ignacio	Sobrescrito	12v, l. 6
	Janr ^o	Janeiro	Sobrescrito	5v, margem

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	Jan	Janeiro	Apócope	6r, margem
	Je	José	Síncope	12r, margem
	Joaq. ^m	Joaquim	Sobrescrito	12v, l. 3
	Lour. ^{co}	Lourenço	Sobrescrito	9r, l. 2
	M	Macho	Apócope	8v, l. 3
	M ^{el}	Manuel	Sobrescrito	3r, l. 5
	M ^a	Maria	Sobrescrito	31r, l. 1
	M. ^a	Minha	Sobrescrito	5r, l. 13
	M. ^{as}	Minhas	Sobrescrito	13r, l. 11
	Mir ^o	[<i>inint</i>]	Sobrescrito	7r, l. 4
	M ^{to}	[<i>inint</i>]	Sobrescrito	7r, l. 2
	9br ^o	Novembro	Mista	30v, l. 11

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	8br ^o	Outubro	Mista	3r, l. 8
	P ^e	Padre	Sobrescrito	4v, l. 11
	Pg	Pago	Síncope	4r, l. 13
	P ^a	Para	Sobrescrito	13r, l. 4
	Pensam ^{tos}	Pensamentos	Sobrescrito	34v, l. 10
	Pinhr ^o	Pinheiro	Sobrescrito	13r, l. 1
	Pr ^o	Primeiro	Sobrescrito	50r, l. 1
	Primr ^o	Primeiro	Sobrescrito	13r, l. 9
	P ^r	Por	Sobrescrito	34v, l. 9
	Quando	Quando	Síncope	2r, l. 2
	Qantia	Quantia	Síncope	3r, l. margem
	Qal	Qual	Síncope	9r, l. 3

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	Q.	Que	Apócope	2r, l. 4
	Q ^m	Quem	Sobrescrito	4v, l. 20
	Recebm. ^{to}	Recebimento	Sobrescrito	2r, l. 4
	Ribr ^o	Ribeiro	Sobrescrito	7r, l. 10
	S ^a	Santos	Sobrescrito	10r, l. 31
	S.t ^a	Santa	Sobrescrito	13r, l. 21
	S.	Santo	Apócope	34v, l. 15
	Sarg ^{to}	Sargento	Sobrescrito	7v, l. 14
	Seg. ^e	Segue	Sobrescrito	28r, l. 1
	Seg ^{do}	[inint]	Sobrescrito	8v, l. 22
	Seg. ^{te}	Seguinte	Sobrescrito	2r, l. 24

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Fólio/Linha
	Seg. ^{tes}	Seguintes	Sobrescrito	10v, l. 14
	Sr	Senhor	Síncope	28r, l. 1
	Sr°	Senhor	Sobrescrito	7r, l. 20
	7br°	Setembro	Mista	3r, l. 1
	Szª	Souza	Sobrescrito	11v, l. 15
	Srz	Souza	Síncope	3r, margem
	Û	Um	Apócope	31v, l. 12
	V ^{as}	Vacas	Sobrescrito	29v, l. 7
	Vaqr°	Vaqueiro	Sobrescrito	11r, margem
	X. ^{er}	Xavier	Sobrescrito	29r, l. 6

Fonte: Elaborado pela autora.

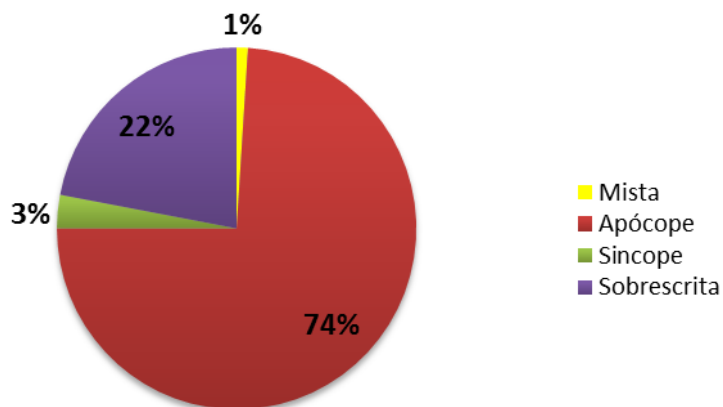
2.6.1 Estudo percentual das abreviaturas

O estudo abreviativo teve como propósito verificar qual dos *scriptores* mais fez uso desse recurso. Além disso, propôs observar também com qual classe gramatical ocorria cada tipo abreviativo. Para isso, realizamos uma contagem precisa das abreviaturas, utilizando a ferramenta GoldVarb X²², com a intenção de calcular, somente, a porcentagem das ocorrências, isentando-nos de um estudo quantitativo apurado com o peso relativo, real função desse programa.

2.6.1.1 Resultados

O estudo percentual foi feito através do levantamento das abreviaturas, classificando-as em Apócope, Síncope, Sobrescrita e Mista. Em seguida, observamos a classe gramatical: advérbio, conjunção, nome próprio, nome comum, pronome, preposição, numeral ou verbo. Cada *escriptor* foi sinalizado pelo próprio nome: Miguel Lourenço de Almeida (MLA); Antônio Pinheiro Pinto (APP); Inocêncio Pinheiro Canguçu (IPC); e Miguel Joaquim de Castro Mirante (MJCM). Após a seleção desses três grupos, os dados foram rodados pelo programa Goldvarb X, com o objetivo de verificar a porcentagem global, por classe gramatical e por *scriptores*. A seguir, os resultados:

Gráfico 2: Classificação Geral das Abreviaturas



Fonte: Elaborado pela autora.

²² O Goldvarb X é um programa computacional estatístico, específico para análise de dados sociolinguísticos. Essa ferramenta permite trabalhar com grandes números de dados, fornecendo resultados eficazes e seguros. O referido programa é uma versão do Goldvarb 2001, desenvolvido na Universidade de Nova York, pelo Departamento de Língua e Linguística em parceria com o Departamento de Ciências da Computação. Seu idealizador foi Steve Harlon. <www.slideshare.net/dianapilatti/trabalhando-com-goldvarb2001>.

Dos 1.121 dados²³, verificamos que a ocorrência de abreviaturas do tipo apócope é a mais frequente, ocupando o 1º lugar, com 74%, seguido de sobrescrita, com 22%; síncope, com 3%; e mista, com apenas 1%. Sendo assim, a abreviatura do tipo apócope foi recorrente no manuscrito dos Senhores do Campo Seco, e um aspecto que contribuiu para tal resultado foi a grande quantidade de abreviaturas do tipo M e F utilizados para registrar o sexo (macho ou fêmea) do animal, com a finalidade de controlar a criação de gado. Segue a distribuição das abreviaturas por tipo e classe gramatical:

Tabela1: Distribuição das abreviaturas por classe gramatical

Classe Gramatical	Tipos de Abreviaturas			
	Apócope	Síncope	Sobrescrita	Mista
Nome comum	794 90%	10 1%	73 8%	6 1%
Nome próprio	9 6%	13 9%	128 85%	–
Conjunção	29 100%	–	–	–
Advérbio	–	2 67%	1 33%	–
Preposição	–	–	17 100%	–
Pronome	–	3 10%	28 90%	–
Numeral	1 14%	3 43%	3 43%	–
Verbo	1 100%	–	–	–
TOTAL	834	31	250	6

Fonte: Elaborado pela autora.

Na categoria classe gramatical, conforme tabela acima, dos 834 dados registrados de apócope, 794 foram de nome comum, 29 de conjunção, 9 de nome próprio, 1 de numeral e 1 de verbo. Nas 250 abreviaturas do tipo sobrescrita, 73 são de nome comum, 28 de pronome, 17 de preposição, 3 de numeral e 1 de advérbio. Em relação aos 31 dados de síncope, 10 são da classe nome comum, 13 de nome próprio, 2 de advérbio, 3 de pronomes e 3 de numeral; não houve ocorrência com verbo, preposição nem conjunção. Sobre a abreviatura de natureza mista, todas as ocorrências foram de nome comum.

²³ As ocorrências dos 1.121 dados encontradas no *corpus* estão expostas no apêndice C.

Tabela 2: Abreviaturas distribuídas por *scriptores*

<i>Scriptores</i>	Tipos de Abreviatura			
	Apócope	Síncope	Sobrescrito	Mista
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Antônio Pinheiro Pinto	507/609 83%	6/609 1%	96/609 16%	–
Miguel Lourenço de Almeida	275/417 66%	21/417 5%	117/417 28%	4/417 1%
Inocência Pinheiro Pinto	50/84 60%	4/84 5%	29/84 35%	1/84 1%
Miguel Joaquim de Castro Mirante	1/10 10%	–	8/10 80%	1/10 10%

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a distribuição por escreventes, percebemos que o *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto foi o que mais fez uso das formas abreviadas, totalizando 609 casos de formas abreviadas, seguido do *scriptor* Miguel Lourenço de Almeida, com 417, e do *escriptor* Inocência Pinheiro Pinto, que realizou 84 dados. Já o *scriptor* Miguel Joaquim de Castro Mirante registrou, apenas, 10 dados.

Apesar de o *scriptor* Miguel Lourenço de Almeida ter realizado mais anotações no *Livro do Gado*, por conta de lançar registros tanto na função de contador do Tribunal dos Ausentes quanto como fazendeiro, foi no *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto que predominou o emprego abreviativo. Como já era esperado, a quarta mão, ou seja, Miguel Joaquim de Castro Mirante, foi quem menos apresentou ocorrências; isso é justificável, já que não escreveu continuamente no código como os demais *scriptores*.

De acordo com o que foi exposto, observamos, nesse estudo, um número expressivo de abreviaturas no *Livro do Gado*. Estudá-las nos proporcionou conhecer os tipos abreviativos e as classes gramaticais mais recorrentes, bem como as peculiaridades dos escreventes. Além disso, esse estudo nos permite conhecer com segurança os vocábulos usados na época.

A esse respeito, como ilustração, encontramos a abreviatura *dr^o*, referindo-se a *dinheiro*. Um descuido, porém, poderia levar a uma falsa interpretação, relacionando a essa abreviatura o sentido de *Doutor*, haja vista o costume de usar a abreviatura *Dr^o* para o vocábulo *Doutor*.

Sendo assim, um estudo cuidadoso das formas abreviadas, desenvolvendo-as e consultando manuais da época investigada, pode contribuir para entender o contexto e os

significados de determinados vocábulos com maior convicção. Nesse sentido, essa foi a finalidade do referido estudo abreviativo aqui realizado.

Outro aspecto a destacar é que essa análise, realizada a partir da ferramenta computacional Goldvarb X, favoreceu um resultado preciso e ágil do percentual das formas abreviadas, facilitando bastante o que seria um trabalho manual.

2.7 EDIÇÃO DIGITAL DO *CORPUS*: ETAPA FUTURA

Como é sabido, o advento tecnológico da informática, aflorado na segunda metade do século XX, favoreceu uma nova roupagem para a Filologia. Diante disso, a prática editorial de textos passou a contar com instrumentos e recursos valiosos, possibilitando uma nova forma de preservação, interação e divulgação de edições, denominada edição digital²⁴.

Diante desse contexto, a Filologia, conjugada ao campo computacional, tem sido cada vez mais profícua nos estudos da Linguística Histórica, tendo em vista a constituição de banco de textos em versão eletrônica, proporcionando o amplo acesso de dados linguísticos para fins investigativos diversos. Além disso, a edição dinâmica conecta o público leitor às informações extratextuais do material consultado, através do apoio de hiperlinks, superando, dessa forma, as limitações existentes nas edições divulgadas, que têm o papel como suporte. Vale lembrar, conforme afirmam Andrade e Lose (2012, p. 1795), que a edição digital “não é uma mera forma diferente de suporte ou de apresentação de texto, ela interfere na relação texto-editor e texto-leitor, pois os textos se relacionam de forma dinâmica, não linear, interativa, móvel etc.”.

É nessa perspectiva que dialoga a edição semidiplomática do Livro do Gado, elaborada nesta pesquisa. Assim sendo, como já dito, tal material faz parte do banco de texto DOHS, do projeto *Vozes do Sertão em dados: histórias, povos e formação do português brasileiro*, o qual possui um rico acervo de documentos representativos do PB, elaborados em edição semidiplomática.

Desse modo, em uma etapa futura, a edição do Livro do Gado será integrada ao projeto *CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, o qual atua em conjunto com o projeto *Vozes*. No âmbito do *CE-DOHS*, os textos-fontes pertencentes ao DOHS são transpostos para a edição digital, no entanto conserva-se a edição fidedigna

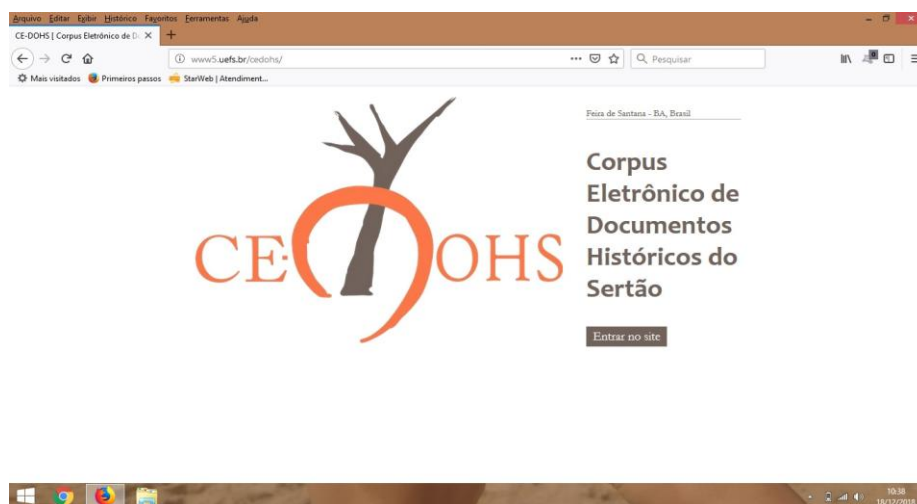
²⁴ Sobre edição digital, ver: Andrade e Lose (2012); Borges et al (2012); Magalhães e Lose (2016).

anteriormente realizada, ou seja, a semidiplomática. Essa edição digital é editada em linguagem *XML*, por meio do uso da ferramenta eDICTOR²⁵, desenvolvida por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2007), apropriada para trabalhos filológicos e de análise linguística automática. Tal ferramenta permite a elaboração de um arquivo eletrônico, produzindo versões distintas de edições, a exemplo das diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas.

Nesse sentido, os projetos supracitados visam, a partir desse trabalho conjugado, contribuir com *corpora* representativos de variedades diacrônicas do PB, especialmente do semiárido baiano, com a finalidade de ampliar os estudos sobre o processo sócio-histórico do PB, disponibilizando-os no site do *CE-DOHS*, para que pesquisadores e demais interessados possam usufruir de informações tanto linguísticas quanto históricas, sociais, econômicas, dentre outras.

Portanto, a proposta da edição digital do Livro do Gado é oferecer ao leitor um texto ancorado na concepção de hiperedição. Pretendemos, além de ofertar uma edição em formato digital, apresentar uma edição composta de interfaces textuais, em que seja possível ao leitor acessar o documento desejável tanto no molde semidiplomático quanto no digital ou modernizado, bem como visualizar informações referentes ao contexto de produção, aspectos extrínsecos, dentre outros elementos. Nessa perspectiva, o leitor será o protagonista da sua leitura, tendo em vista a opção de escolher, de maneira interativa, o que consultar. A título de ilustração, imagens da página eletrônica do *CE-DOHS*:

Figura 27: Página inicial do site Ce-Dohs



Fonte: www5.uefs.br/cedohs.

²⁵ Mais sobre a ferramenta e-Dictor, consultar: Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2007; 2009).

Figura 28: Página apresentação do Livro de Fazenda

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

7 CE-DOHS x CE-DOHS | Corpus Eletrônico de D. X +

www.tycho.iel.unicamp.br/cedohs/corpora_ot.html

67%

Pesquisar

Mais visitados Primeiros passos StarWeb | Atendimento...

Feira de Santana - BA, Brasil
Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão [CE-DOHS]

Corpora Projeto

Cartas brasileiras Outros manuscritos Impresso Oral Apresentação Participantes Produção Contato Créditos Links

Corpus Comparilhado Diacrônico - Outros manuscritos (PHPB-Ba)

Os documentos estão editados em XML, utilizando a ferramenta E-Dictor (desenvolvida por Pablo Faria, Fábio Kepler e Mariana Clara Paiva de Sousa). Esta tecnologia de edição digital foi inspirada no Corpus Histórico do Português Tycho Bruneau, coordenado por Elizabeth Galvão.

Amostra Edição fac-similada (pdf)	Corpus
Livros de Fazenda (1755-1832)	1 Livro

Edição fac-similada e semi-diplomática composta por dois livros – um de 57 folhas, o “Livro do Gado”, e o outro de 195 folhas, o “Livro de Razão” – que têm idêntico aspecto e formato, medindo 30 e meio centímetros de altura por 21 de largura. O “Livro do Gado” e o “Livro de Razão” foram escritos por três gerações e guardados pela quarta e pelas seguintes gerações. Escritos nos livros o português Miguel Lourenço, o primeiro senhor do “Bispo”, de 1755 a 1783, seu genro, o brasileiro Antônio Pacheco Paiva, de 1784 a 1822, e seu neto, também brasileiro, Inocência Pacheco Carneiro, de 1822 a 1832. O bisneto de Miguel Lourenço, o brasileiro Henrique Pacheco Carneiro, último senhor do “Bispo”, não escreveu nos livros. Esses livros estão sob a guarda de Lyraugo dos Santos Neto, em Campinas, São Paulo. (ver mais)

Corpus compactado: Para ter acesso a todo o corpus editado nas versões texto (TXT) original e modernizado, favor clicar [aqui](#).

Patrocínio e apoio:

UEFS fapesb 10 ANOS GOVERNO DA Bahia SECRETARIA DE Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq 60 ANOS

» Página desenvolvida por Pablo Faria (email).

Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Letras e Artes
Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)
Av. Transodestina, s/n - Novo Horizonte
Feira de Santana-BA, Brasil
Caixa Postal: 252 e 294
CEP: 44.036-900
+55 75 31618265
Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, passos e formação de português brasileiro (CNPq, Processo 401433/2009-9/Consepe 102/2009) (acessar)

10:42
18/12/2018

Fonte: www5.uefs.br/cedohs.

Figura 29: Página de acesso ao Livro do Gado

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

7 CE-DOHS x CE-DOHS | Corpus Eletrônico de D. X +

www.tycho.iel.unicamp.br/cedohs/corpora_ot/catalog-LF.html

110%

Pesquisar

Mais visitados Primeiros passos StarWeb | Atendimento...

Feira de Santana - BA, Brasil
Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão [CE-DOHS]

Corpora Projeto

Cartas brasileiras Outros manuscritos Impresso Oral Apresentação Participantes Produção Contato Créditos Links

QUADRO GERAL

Livros de Fazenda (1755-1832)

Baixar	Data	Local	Remetente	Destinatário	Nascido(N)/Radicado(R)	(palavras)
01-Livro-do-Gado.xml						42
Total:						42

Patrocínio e apoio:

UEFS fapesb 10 ANOS GOVERNO DA Bahia SECRETARIA DE Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq 60 ANOS

» Página desenvolvida por Pablo Faria (email).

Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Letras e Artes
Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)
Av. Transodestina, s/n - Novo Horizonte
Feira de Santana-BA, Brasil
Caixa Postal: 252 e 294
CEP: 44.036-900
+55 75 31618265
Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, passos e formação de português brasileiro (CNPq, Processo 401433/2009-9/Consepe 102/2009) (acessar)

10:43
18/12/2018

Fonte: www5.uefs.br/cedohs.

2.8 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, apresentamos o *corpus* utilizado nesta pesquisa – o *Livro do Gado* –, bem como o estudo paleográfico do referido material. Por meio de tal estudo, foi possível delinear uma dimensão geral do estado de conservação e do conteúdo do Livro do Gado, a partir da descrição extrínseca e intrínseca realizada. A análise escriptográfica dos grafemas, com a caracterização da escrita, contemplando aspectos como *ângulo*, *ductus*, *módulo* e *peso*, permitiu identificar que os registros lançados no documento foram executados por quatro diferentes punhos: Miguel Lourenço de Almeida; Antônio Pinheiro Pinto; Inocêncio Pinheiro Canguçu e Miguel Joaquim de Castro Mirante. No que tange ao tratamento metodológico do *corpus*, utilizamos a edição fac-similar, a qual foi realizada através do método fotográfico Lapelinc, e a semidiplomática, empregando os critérios de transcrição do PHPB, como expomos. Ainda nesta seção, realizamos o estudo percentual das abreviaturas encontradas no *corpus*. Diante disso, foi constatada a presença dos tipos abreviativos: apócope (74%); sobrescrito (22%); síncope (3%) e mista (1%). Quanto ao estudo das ocorrências abreviativas por *scriptores*, revelou-se que o *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto foi o mais atuante no que diz respeito ao uso das abreviaturas, seguido de Miguel Lourenço e Inocêncio Canguçu, respectivamente, e, por último, Miguel Joaquim de Castro, o que menos utilizou tal recurso de escrita. Sobre a observação da classe gramatical, predominou *nome comum*, com 883 casos no geral. Por fim, abordamos sobre a edição digital, uma proposta a ser realizada no *corpus* aqui estudado.

PARTE 3

Quatro Perguntas sobre o *Corpus*: Caracterização Sócio-Histórica do *Livro do Gado*

Esta seção se ocupará de aspectos referentes ao contexto sócio-histórico em que o *Livro do Gado* foi produzido. Entendemos que, para se estudar uma língua, faz-se necessário, também, conhecer a história e os costumes da sociedade. Nessa direção, serão abordados os quatro pontos destacados por Petrucci (2003), a saber: *Cuándo? Dónde? Quién? Para qué?* – questões importantes, voltadas para a compreensão das condições externas da história de uma língua. Sendo assim, abordaremos sobre a região onde o documento foi elaborado e conservado, abarcando os aspectos econômicos, demográficos, bem como o perfil sociocultural dos escreventes do referido livro, além de sua finalidade, esclarecendo os códigos existentes na documentação.

3 QUANDO?

Foi no ambiente do alto sertão baiano, dos séculos XVIII e XIX, que se compôs a história dos Senhores do Campo Seco. Esse período foi marcado por grandes acontecimentos que impulsionaram o surgimento de pequenas vilas e povoados nessa região, e assim emergiu o povoado de Bom Jesus dos Meira, atual cidade de Brumado – Bahia, recorte espacial deste estudo.

3.1 O ALTO SERTÃO DE OUTRORA

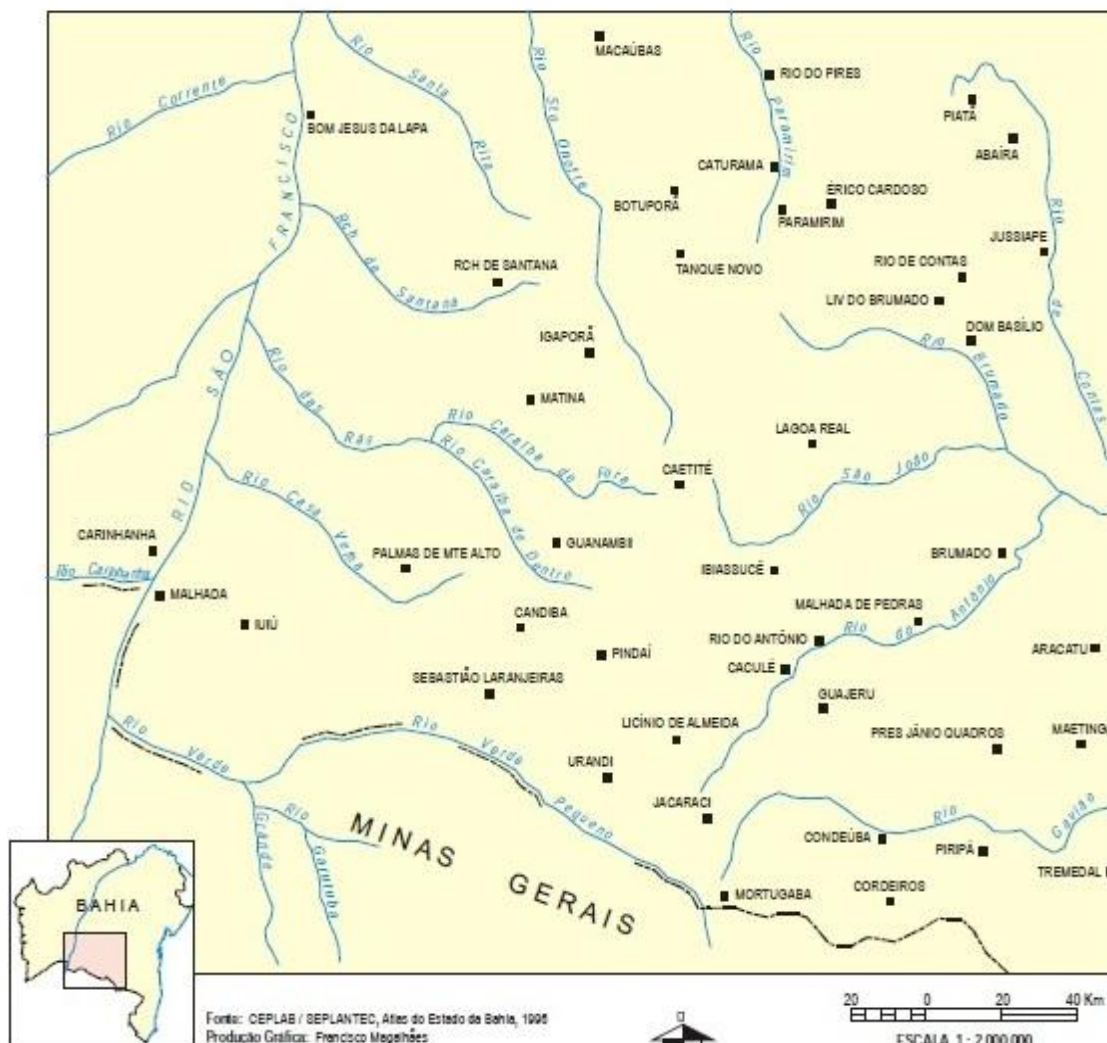
O termo “sertão” surge para designar certas localidades longínquas do litoral. Essa oposição esteve, ao longo da história, associada a significados negativos. O sertão era idealizado como um local isolado e selvagem, enquanto as áreas litorâneas carregavam o sinônimo de civilização, como demonstra a passagem seguinte:

[...] “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil [...] “Sertão”, já se viu, designava não apenas os espaços da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura (AMADO, 1995, p. 148-149).

Ao contrário do que se delineou a respeito de sertão, refletir sobre esse termo é enxergar, nas entrelinhas, sujeitos, histórias, culturas, singularidades em modos tão distintos de se viver. É pensar em vidas pulsando entre as paisagens amareladas da caatinga. Portanto, o esboço que se faz aqui evidencia relações sociais entre sertanistas, em locais, sim, escassamente povoados, mas que em nada remetem ao não civilizado.

Para uma melhor compreensão do que seja o alto sertão baiano, Neves (2003) salienta que esse espaço geográfico foi constituído por um povo consciente da sua identidade social, ambiental, política e econômica, bem como das práticas religiosas, dos costumes; isto é, trata-se de uma população convicta de suas raízes. Essa localidade moldada como alto sertão, pela própria comunidade, abrange alguns Municípios, conforme mostra o mapa a seguir:

Figura 30: Mapa do Alto Sertão da Bahia



Fonte: Extraído de Neves (2003, p. 20).

Dessa forma, ainda segundo Neves (2003), tal área é formada pelos rios Verde Grande e São Francisco, que se estende a Serra Geral, extensão da cordilheira do Espinhaço, alcançando os subvales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre, Paramirim, São João, do Antônio, Gavião, Brumado, tributários do rio de Contas, além da região da Serra Geral, partes do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina.

3.1.1 Aspectos demográficos

Para compreender o contexto de ocupação da região em que, mais tarde, originou-se o povoado de Bom Jesus dos Meiras, é necessário recuar no tempo. Com base nas pesquisas de Neves (2008), durante o período da colonização portuguesa, foi transferido ao Brasil e aqui implantado o sistema de sesmarias²⁶. Tal sistema permitia doações de terras, para uso particular, aos mestres donatários, contudo as terras não aproveitadas deveriam ser devolvidas à Coroa Portuguesa, não podendo ser repassadas aos herdeiros, com a finalidade de evitar a concentração de propriedade fundiária.

Nos fins do século XVII, grande parte do alto sertão, sobretudo a margem direita do rio São Francisco, local que abrange as terras de Bom Jesus dos Meira, estava vinculada ao morgado Guedes de Brito:

Esse estatuto jurídico permitiu a formação de latifúndios durante a colonização lusitana. Um dos maiores vinculava parcelas ao Morgado Guedes de Brito, instituído no século XVII, por verba testamentária do Tabelião Antonio de Brito Correia e sua mulher Maria Guedes. Esse patrimônio fundiário de origem sesmeira, em poder do filho Antônio Guedes de Brito, expandiu-se e somente não superou, em extensão, as terras da Casa da Torre, domínio dos descendentes de Garcia d'Ávila [...] Os latifúndios de Antônio Guedes de Brito se estendiam, à margem direita do São Francisco por 156 léguas [...] (NEVES, 2008, p. 65-66).

Cabe destacar que, das muitas terras adquiridas por Guedes de Brito, algumas não foram possuídas pelo tal regime. Neves (2003) lembra que uma parte foi conquistada dos índios, por meio de guerras devastadoras, e incorporada às demais, obtidas pelo governo lusitano. Assim, o grande latifúndio de Guedes Brito foi passando de geração a geração²⁷. Ao chegar às mãos de Manuel de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito, conhecido como o sétimo conde da Ponte, e último titular do morgado em questão, o vasto loteamento

²⁶ Instituído no reinado de D. Fernando I (1367-1383), o sistema de sesmaria foi um recurso para se distribuir terras e estimular o povoamento de áreas incultas ou conquistada dos árabes. Com as capitâneas hereditárias, D. João III transferiu tal regime para o Brasil, em 1534, para dinamizar a ocupação territorial do contorno litorâneo (Neves, 2008, p. 63-65).

²⁷ Sobre a cadeia sucessória dos Guedes Brito, ver: Neves (2006; 2008).

foi desmembrado em pequenos sítios e fazendas, sendo, portanto, vendidos. Com isso, iniciou-se uma maior aglomeração na região.

Outros fatores também contribuíram para a ocupação territorial, como a mineração, que atraíram bandeirantes e sertanejos de várias origens. A busca por pedras preciosas aguçava cada vez mais a vontade de riqueza; nesse sentido, cresciam os garimpos aos arredores dos rios principais do sertão. Porém, já nos fins do século XVIII, a exploração de metais dava sinais de escassez. Por essa razão, muitos procuraram alternativas mais seguras para prosperar. Buscou-se tal oportunidade nos campos; assim, alguns adquiriram terras ou até mesmo trabalharam como diaristas e vaqueiros, impulsionando ainda mais, dessa forma, o povoamento da região.

As fazendas de criação de gado, como sabemos, também tiveram papel relevante no processo de ocupação. Com o desenvolvimento da pecuária, novas ondas migratórias estabeleceram-se, atraindo boiadeiros e tropeiros de várias localidades e favorecendo a abertura de estradas, o que fez surgir, depois, povoados e vilas.

Diante desse panorama, podemos inferir que essa região, como bem destacaram Carneiro e Almeida (2011), foi um importante polo do contato entre línguas no período colonial, já que diferentes povos habitaram a referida área, como têm demonstrado as pesquisas de Erivaldo Fagundes Neves.

Quanto à presença indígena, Neves (2008, p. 96) destaca alguns grupos que viveram nessas proximidades:

Em meados do século XVIII, os mongóios, pataxós e cutaxós ocupavam vales e planaltos entre os rios: Pardo, Gavião e de Contas. No final do mesmo século, colonizadores brancos [...] em sucessivos e sangrentos combates, dominaram e submeteram os sobreviventes. Remanescentes de botocudos, pataxós, mongóios, imborés, camacãs, maracás e ferradas, aldeados na região, durante a segunda metade do século XIX, deslocaram-se para o litoral ou foram assimilados e aculturados [...] (NEVES, 2008, p. 96).

Com relação aos negros e seus descendentes, era predominante que atuassem nas atividades relacionadas à pecuária, nas lavouras e, sobretudo, no plantio do algodão, durante os períodos setecentistas e oitocentistas. Constituíram, dessa forma, a força motriz dos senhores rurais. Sobre esse aspecto, ainda segundo Neves (2009, p. 77):

O alto sertão da Bahia recebeu, na segunda metade do século XVIII e na primeira seguinte, gentes de diversas origens desventuradas no ouro e diamante, muitas das quais acompanhadas pelos seus escravos crioulos e africanos, que passaram a se dedicar à agricultura e à pecuária (NEVES, 2009, p. 77).

Percebemos, portanto, que o trabalho escravo se desenvolveu fortemente na região, tornando-se, então, reflexo de poder e produção para os grandes proprietários ruralistas.

Neves (2003), ao analisar a quantidade populacional do alto sertão, sobretudo a área de Caitité e suas freguesias, dentre elas, Bom Jesus dos Meiras, por meio de dados do primeiro recenseamento geral do Brasil, fornece um recorte dos habitantes no período do século XIX, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: População por freguesias, condição jurídica e classificação étnica, ano 1872.

FREGUESIAS	TOTAL	POPULAÇÃO					
		COND. JURÍDICA		CLASSIFICAÇÃO ÉTNICA			
		Livres	Escravos	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclo
Caitité	17.836	16.778	1.058	6.090	7.254	3.955	537
B. J. dos Meiras	9.080	7.935	1.145	2.432	4.313	1.888	447
R. do Gentio	7.722	4.042	3.680	2.233	3.165	1.681	643
S. A. da Barra	21.023	18.903	2.120	5.362	13.405	2.131	125
B. V. e Almas	19.984	18870	1.114	6.783	2.559	10.251	391
TOTAL	75.645	66.528	9.117	22.900	30.696	19.906	2.143

Fonte: Extraído de Neves (2003, p. 224).

A partir desses dados, Neves (2003, p. 224) verificou, a respeito da população, a existência de “mais de 66% de negros e pardos, enquanto o contingente de brancos ficou no entorno de 30% e os descendentes de índios correspondendo a menos de 3%”.

Portanto, podemos afirmar que, nos séculos anteriores, a região estudada configurou-se como um ambiente de grande incidência pluriétnica, o que indica a existência de interações entre diversos matizes linguísticos.

3.1.2 Aspectos econômicos

A pecuária firmou-se como umas das principais atividades econômicas durante o período colonial até meados do século XVIII no sertão baiano. O gado era utilizado no engenho, no transporte de carga de animais e de mercadorias, além de proporcionar efeitos sobre a agricultura, favorecendo uma produção de autossuficiência para os sertanistas. Sobre o tipo de gado nessa região, vejamos:

Ao Vale São Francisco e Alto Sertão da Bahia, chegou um gado mestiço, resultado do cruzamento de raças como a “mirandesa”, de Miranda do Douro, norte de Portugal; “galega”, da Galícia, Na Espanha; e “barrosa” da Serra do Barroso [...] também do norte de Portugal. Do processo de mestiçagem [...] surgiu a espécie “crioula” [...]. No Alto Sertão da Bahia, denominou-se o gado “crioulo” ou “curraleiro” de “peduro”, talvez pela resistência que desenvolveu nas adversidades

climáticas e precárias condições de forragem nas secas sazonais (NEVES, 2008, p. 188-189).

Na fazenda do Brejo do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, a criação de gado *vacum*²⁸ foi expressiva. Criavam-se, também, equinos e muares, sendo a negociação dos primeiros muito rendosa à época. Quanto ao rebanho bovino, comerciava-se em torno de 600 a 700 cabeças por ano, favorecendo uma produção em larga escala.

A comercialização do gado gerava muito lucro; a venda da carne e, sobretudo, do couro, que se tornou forte produto de exportação, possibilitou aos ruralistas bastante acúmulo de renda e bens. Nesse sentido, o fazendeiro do Campo Seco vendeu boi para corte, como também peças de carne fresca e, principalmente, seca, a qual foi o alimento basilar do sertanejo, acompanhada da farinha de mandioca e da rapadura, como vemos:

A carne-sêca vendeu-se, portanto, de 1795 a 1816, por 40, 50, 60 e 80 réis a libra. Esses preços correntes no Campo Sêco, em pleno centro de criação, eram muito superiores aos vigentes para a carne fresca, ou verde, nos centros consumidores, na mesma época. É que havia de computar-se o trabalho da salgação (SANTOS FILHO, 2012, p. 236).

Quanto ao comércio do couro, Santos Filho (2012, p. 238) afirma que esse gênero foi “relevante na economia do nordeste pastoril”, chegando ao título de “era do couro” na pecuária do sertão. De grande serventia, esse item era usado na confecção de botas, arreios, vestimentas dos vaqueiros, além de ser utilizado para o enfardamento do fumo, de tecidos, pois preservava tais gêneros das intempéries climáticas.

Santos Filho (2012, p. 238), analisando os papéis do Campo Seco, demonstra a atuação de um dos proprietários da referida fazenda nesse ramo:

Pinheiro Pinto vendeu couro cru e couro curtido ou “sola”[...] No seu livro manuscrito o fazendeiro distinguiu o couro de boi do couro de rês, aquele cotado mais alto que este, por maior e maior resistente [...] a primeira anotação, a respeito, é de 1802, vendida cada unidade, de rês, a \$480 [...].

Outra atividade que gerava dinheiro, no ramo da pecuária, era o aluguel do campo. Criadores costumavam deixar os animais aos cuidados de outros fazendeiros, pagando pelo serviço. Essa prática também ocorreu em Bom Jesus dos Meiras, como salienta Santos Filho

²⁸ Por gado *vacum* entende-se conjunto de animais: vacas, bois, novilhos. Na fazenda do Campo Seco, o gado criado era da espécie mestiça, isto é, animais nascidos do cruzamento de várias raças originárias de Portugal e da Espanha, como a Mirandesa, a Galega e a Maronesa ou Moronos. No *Livro do Gado*, encontra-se citado apenas um tipo de raça: a da Mouronos, conforme evidencia o fôlio 34.

(2012, p. 220): “Os senhores do Campo Sêco registraram no *Livro do Gado* as crias e animais adultos pertencentes a outrem, que não êles [...], que pagavam aluguel pelo pasto e pelo trato”.

Vale ressaltar que, associadas à pecuária, expandiram-se as lavouras, com a plantação de vários cereais, como o feijão, o milho, o arroz e também a mandioca e o algodão, inicialmente, para o próprio consumo dos produtores; depois, tais produtos passaram a ser comercializados no local e região, sendo que alguns deles, como o algodão, ganharam o mercado externo.

A partir da segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX, o cultivo de algodão se difundiu no alto sertão baiano, tornando-se uma atividade altamente lucrativa. Nessa direção, médios e grandes produtores passaram a investir e comercializar tal produto, que tinha destino certo, isto é, abastecer o mercado têxtil internacional, sobretudo o mercado inglês:

A Inglaterra iniciou a industrialização dessa fibra no final do século XVI, num processo em que a produção de tecidos conheceu primeiro a fase do linho, seguida pela da lã, passando para a do algodão no século XVIII. Empregava-se mais, até então, a lã animal, seguida pela seda chinesa, ficando a fibra da malvácea tropical em último lugar. A partir dessa época, o desenvolvimento industrial inverteu a escala de utilização das matérias-primas, repercutindo nas zonas tropicais produtores de algodão, como o Alto Sertão da Bahia, onde fazendeiros ampliaram a produção de suas lavouras e centralizaram o comércio regional da lã, despachando-a em tropas para o Porto de São Félix, no Recôncavo de onde, exportadores de Salvador [...] comercializavam no mercado exterior (NEVES, 2003, p. 237).

Sendo assim, a fazenda do Brejo do Campo Seco também plantou e exportou algodão, contudo, antes de as vendas serem alavancadas, o cultivo da malvácea²⁹ já existia nas terras do Campo Seco, porém em quantidade mínima, apenas para suprir as necessidades do comércio local, alcançando, mais tarde, a exportação:

Pequeno plantador, como a maioria dos fazendeiros vizinhos, o proprietário do Campo Sêco foi, no entanto, um forte comerciante de algodão. Comprou e revendeu em grande quantidade. Só num ano de boas transações, como o de 1818, adquiriu mais de 1.200 arrôbas de plumas, negociando-as no Salvador (SANTOS FILHO, 2012, p. 270).

Santos Filho (2012) relata que, mesmo em menor dimensão, a lavoura de algodão exerceu grande importância na economia do sertão baiano.

²⁹ Tipo de planta nativa no Brasil e na América, do gênero botânico *gossypium*. Uma de suas espécies é o algodão, utilizada para a produção têxtil. De acordo com Santos Filho (2012, p. 269), o algodão distingue-se em duas variedades principais: o arbóreo e o herbáceo.

3.2 ONDE?

A história da família Pinheiro Canguçu foi protagonizada no povoado do Bom Jesus dos Meiras, na fazenda de Criação do Sobrado do Brejo do Campo Seco, no alto sertão da Bahia, como já destacado ao longo deste trabalho. A seguir, serão expostas informações mais precisas das referidas localidades.

3.2.1 Bom Jesus dos Meira

A formação do Arraial de Bom Jesus dos Meira está atrelada à história de dois poderosos ruralistas que o destino se incumbiu de tornar parentes. Fizeram-se, conforme Erivaldo Fagundes Neves, “patriarcas de duas grandes proles”, naquele pedaço do sertão.

Em 1749, as terras da futura fazenda do Brejo do Campo Seco foram compradas por José de Souza Meira, homem de posses, morador de Santo Antônio do Urubu, das mãos do Padre André Antunes Maia, que herdou, do seu pai, glebas adquiridas do latifúndio dos Guedes de Brito. Porém, antes de quitar a dívida da transação, Souza Meira veio a óbito. Por essa razão, em 1755, o Familiar do Santo Ofício, Miguel Lourenço de Almeida, adquire tal propriedade.

Sendo assim, próximo ao Campo Seco, Francisco de Souza Meira, cunhado do Familiar, apropriou-se da fazenda Bom Jesus. Tempos depois da fusão das duas grandes glebas, originou-se o povoado de Bom Jesus dos Meira³⁰, atual cidade de Brumado, reconhecida como freguesia no ano de 1869. Já na data de 11 de junho de 1877, desmembrou-se politicamente do Município de Caitité³¹, tornando-se, portanto, uma Vila com distrito-sede. A seguir, o mapa com localização de Bom Jesus dos Meira, e, ainda, o mapa político atual do Estado da Bahia, constando o novo topônimo de Brumado.

³⁰ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Bom Jesus dos Meira tornou-se Distrito pela Lei provincial nº 1091 de 19/06/1969, subordinado ao Município de Caitité. Em 11/06/1877, foi elevado à categoria de Vila, pela Lei provincial nº 1756, desmembrado, portanto, de Caitité. Passa a Distrito-sede, em 11/02/1878. Em 1931, teve o topônimo mudado para Brumado, por ser o Município banhado pelo rio do mesmo nome.

³¹ Caitité compunha-se, em 1858, de três freguesias: Santana de Caitité, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (distrito de Ceraíma) e Santo Antônio da Barra (Condeúba). A primeira subdividia-se em três distritos: Vila de Caitité, Canabrava e Bonito e Bom Jesus dos Meiras. (NEVES, 2008, p. 41).

Figura 31: Mapa com a localização de Bom Jesus dos Meiras, Bahia



Fonte: Extraído de Ferreira (2008, p. 20). Adaptado pela autora.

Figura 32: Mapa da localização de Brumado, Bahia



Fonte: IBGE – mapas.

3.2.2 O Sobrado do Brejo: vida doméstica de uma comunidade rural

Ao se estabelecer nas terras de Bom Jesus dos Meiras, Miguel Lourenço de Almeida construiu uma pequena casa, bem próxima da lagoa do Brejo existente naquela localidade. Durante muito tempo, a singela habitação constituiu-se morada da família Canguçu. No entanto, com a ascensão financeira do genro, Antônio Pinheiro Pinto, aguçou-se a vontade de construir uma imponente residência, para fazer jus à riqueza dos seus. Sendo assim, em 1808,

Pinheiro Pinto inicia as obras do Sobrado do Brejo do Campo Seco. Sobre a origem dessa nomeação, explica Santos Filho (2012, p. 39):

A circunstância de residir o fazendeiro num ponto de suas terras denominado de Brejo, determinou, com o decorrer dos tempos, a gradual incorporação do termo à primitiva designação da fazenda. De tal sorte, que em princípios do século XIX, Pinheiro designava seu domínio ora como “Campo Sêco” ora como “Brejo do Campo Sêco”.

O término da construção ocorreu em junho de 1812, e contou com trabalho remunerado e de escravos. Ao todo, foram 28 homens na labuta contínua do casarão de dois andares. A antiga casa passou à função de depósito de mercadorias.

Algranti (1997) afirma que, até os fins do século XVIII, no Brasil, as moradias apresentavam-se de forma simples, surgindo os sobrados mais tarde, em decorrência da diversificação da economia. Esse era o tipo arquitetônico para os privilegiados. Quanto às características de um sobrado colonial, evidencia a autora:

[...] aos “sobrados”, cujo significado referia-se ao espaço ou ganho em virtude de um soalho suspenso, o que, portanto, podia indicar que estava acima [...] No interior dos sobrados maiores, a exemplo das vivendas do campo, várias atividades se desenvolviam, evitando o deslocamento de seus moradores. Entretanto, tinha-se o cuidado de separar as diversas atividades. A loja, ou escritório, instalada no primeiro pavimento, evitava que os estranhos se introduzissem nos espaços do convívio da família [...] No segundo andar, instalavam-se salas e quartos de tamanhos geralmente reduzidos, e no último a cozinha. Os escravos poderiam estar no sótão, ou no porão junto às cavalariças (ALGRANTI, 1997, p. 101).

De forma geral, o Sobrado dos Pinheiros Canguçu parecia com qualquer outro da época. Era imenso, simples, com muitas janelas e desprovido de qualquer luxo. Internamente, possuía quartos, sala grande e pequena, camarinhas, oratório, corredores, cozinha e despensa. No entanto, havia uma diferença em relação à sua dinâmica estrutural, comparada a outros sobrados, isto é, a porta central abria para um pequeno cômodo, onde existia uma parede que escondia o corpo da escada, que, assim, ficava paralela à porta de entrada. Tal parede possuía seteiras dispostas para receber canos de armas. De acordo com Santos Filho (2012), essa peculiaridade foi uma estratégia para se proteger de invasões e ataques futuros, pois, quando Pinheiro Pinto construiu o sobrado, habitavam na região bandidos e indígenas hostis que costumavam atacar as propriedades da região.

A mobília simples e escassa preenchia os vãos do casarão. Eram peças feitas na própria fazenda, por carpinteiro de confiança. Na sala, havia mesas, cadeiras e bancos,

enquanto, na sala de jantar, um armário para as louças. Os dormitórios possuíam camas, baús e cabides, tudo modesto.

[...] no que toca ao conforto doméstico e à decoração dos interiores, essas diferenças devem ser matizadas, uma vez que a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos era comum em toda a colônia [...] revelando a inexistência de espaços aconchegantes para o convívio familiar. Poucas cadeiras, uma ou duas mesas com seus bancos, além de algumas caixas de baú [...] (ALGRANTI, 1997, p. 104).

Foi reservado um espaço no Sobrado para a construção de um oratório. Tal espaço, decorado em tons de ouro, possuía imagens de santos esculpidos em pedra-sabão, pelos mestres-santeiros da localidade. Entre as imagens, um artístico Menino Jesus destacava-se entre outras obras.

De acordo com Santos Filho (2012, p. 187), “na capelinha, celebraram-se [...] missas, casamentos, batizados e demais práticas da religião católica”. Havia um padre-capelão que sempre visitava a capela e, inclusive, tinha acomodações à sua disposição no casarão. Pinheiro Pinto disponibilizava muitas doações para as atividades religiosas. Além disso, ele contribuiu, de forma significativa, com a construção da capela do Bom Jesus, hoje, atual Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, de Brumado, como vemos na fotografia que segue:

Figura 33: Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Brumado-BA



Fonte: Google. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>.

O Sobrado do Brejo do Campo Seco foi palco de muitos acontecimentos, não apenas religiosos, mas também de confrontos. Um deles, de grande proporção, como veremos mais

adiante. Grandioso, o casarão tornou-se um lugar de acolhida para aqueles que seguiam viagem pela imensidão das caatingas.

Localizada no térreo, num espaço maior, de chão revestido somente de tijolos, estava a cozinha. A decoração permaneceu por conta das panelas de barro, tigelas, bacias de latão, caldeirões de ferro e outros utensílios. Apesar do costume daquela época de se comer servindo-se das mãos, havia alguns talheres de prata entre as louças do Campo Seco. Aos fundos, ficava a senzala, o paiol, bem como um local coberto para guardar os instrumentos da lavoura.

A mansão dos Pinheiros Canguçu era composta de muitas plantas; ao lado da propriedade, havia um pomar, mais adiante, o curral, e também os cercados para as criações, como as de porcos e galinhas. Os principais alimentos para o consumo eram produzidos nas terras da referida fazenda.

Assim como em toda propriedade rural, os africanos e seus descendentes constituíram a principal mão de obra utilizada, tanto nos afazeres domésticos quanto nos serviços ligados à terra e ao pasto. Nesse sentido, os senhores do Campo Seco possuíam muitos escravos, os quais atuaram como ferreiros, serralheiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, além de vaqueiros e muitas outras funções. No *Livro do Gado*, é possível verificar os nomes de alguns escravos pertencentes aos fazendeiros do Brejo.

Depois de muito tempo e muitas histórias, o imponente Sobrado do Brejo do Campo Seco começou a deteriorar por falta de conservação, pois, em 1949, já não havia mais residentes. Atualmente, de acordo com algumas fontes, só existem, no local, ruínas e alicerces do referido casarão, ilustrado abaixo:

Figura 34: Sobrado do Brejo do Campo Seco



Fonte: CE-DOHS.

3.3 QUEM?

Para a descrição do perfil sociocultural dos escreventes, foi realizado um levantamento das informações. Tais informações foram extraídas do Livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, como também da leitura do próprio *Livro do Gado*, o qual possibilitou localizar dados extras sobre o cotidiano dos escreventes, e de consultas a documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB e ao *site*. Em seguida, os dados foram catalogados nas fichas, seguindo o modelo usado por Carneiro (2005). A finalidade dessa ficha é registrar variadas informações, como, por exemplo, o nome, a filiação, a idade, a data de nascimento e falecimento, a naturalidade, a nacionalidade, o estado civil, a escolarização, a profissão de cada escrevente. Essa triagem é muito importante, uma vez que permite conhecer quem foi o escrevente e a sua relação social com o período da escrita.

3.3.1 Um lusitano de negócios em terras brasileiras: Miguel Lourenço de Almeida

Sabemos que muitos imigrantes portugueses vieram para o Brasil nas primeiras décadas do século XVIII, provavelmente fascinados pela descoberta do ouro. Nesse viés, a intenção de enriquecer fez com que vários lusitanos se espalhassem pelas regiões do sertão da Bahia e das Minas Gerais. Diferente dos seus compatriotas, Miguel Lourenço de Almeida não cruzou o Atlântico visando apenas o acúmulo de riquezas. Supõe-se que havia um interesse maior: estabelecer-se em terras brasileiras.

Nascido em Camarões, freguesia de São Pedro do Almargem do Bispo, conselho de Sintra, distrito de Lisboa, Portugal, no ano de 1708, filho de José Lourenço e Domingas João, Miguel Lourenço não era de linhagem nobre, no entanto o seu padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, pertencia à nobreza. Nesse sentido, o sobrenome “Almeida”, acrescentado pelo lusitano, veio do referido apadrinhamento.

Não se sabe ao certo quando Lourenço de Almeida pisou, pela primeira vez, na América Portuguesa. Segundo Santos Filho (2012), por volta de 1742, ele já residia na Vila da Barra, povoado do sertão de Rodelas. Nessa época, atuava como contador e capitão-general de Pernambuco, realizava várias negociações e transações a juros, gerando muita fortuna – estava rico.

Acontece que, em 1743, retorna para Lisboa tendo como um dos propósitos requerer à Coroa Portuguesa³² o título de Familiar do Santo Ofício³³. Assim sendo, em setembro de 1744, recebe o tão almejado título de Familiar do Santo Ofício. Representando a Inquisição Portuguesa, tinha, então, a função de vigiar e prender os hereges. Por outro lado, o posto de Familiar proporcionava vantagens, poderes, legitimidade social, além de diversos privilégios, sendo, portanto, um título ambicionado.

Em 1755, Miguel Lourenço retorna à pátria brasileira, agora sob o *status* de Familiar. Conhecido como “homem de negócios” pela habilidade de executar boas transações, não desperdiçou tempo. Informações levantadas por Santos Filho (2012) evidenciam que, nesse mesmo ano, Lourenço de Almeida adquiriu uma grande gleba, no distrito de Vila do Rio de Contas, no sertão baiano, tornando-se proprietário rural da Fazenda do Campo Seco, conforme dissemos anteriormente. Porém o que teria levado Lourenço de Almeida a se dirigir para as proximidades do Rio de Contas? Seria a fama lendária da abundância do ouro?

O Rio de Contas nadava em ouro, de uma maneira tal que pareciam exageradas as arrôbas de que falam os arquivos da Câmara e os próprios Compromissos das Irmandades. A moeda corrente era o ouro em pó ou em barra” “Contam os velhos que nas festas públicas, que ali se faziam pomposamente, elegiam um rei e uma rainha, para solenizar os atos e nas cabeças de ambos derramavam cartuchos de ouro em pó (SANTOS FILHO, 2012, p. 6).

O fato é que o lusitano de negócios, guiado pela lenda ou não, fixou-se na localidade citada. Casou-se, por volta de 1764, com Ana Francisca da Silva, sertaneja, natural de freguesia do Urubu, umas das mais antigas Vilas da região. Segundo Erivaldo Fagundes Neves³⁴, os pais de Ana Francisca chamavam-se: Micaela Maria de Jesus e José da Silva Ferreira. Após enviuar, Micaela Maria de Jesus, sogra de Miguel, adquiriu novas núpcias com José de Souza Meira, de cuja união nasceu Francisco de Souza Meira, irmão de Ana Francisca da Silva. A sua mãe morreu nove dias depois de dar à luz Francisco Meira, precisamente em outubro de 1749, quando Ana Francisca tinha nove anos de idade.

De acordo com Santos Filho (2012), Ana Francisca e Miguel Lourenço de Almeida, tiveram oito filhos: Manuel Lourenço de Almeida, José Lourenço de Almeida, Micaela Maria de Jesus, Maria Francisca d’Assunção, Bibiana Maria de Jesus, Antônia Maria de Jesus, Ana

³² A concessão da habilitação do Santo Ofício ocorreu no período em que reinava em Portugal Dom João V (1706-1750).

³³ Nome dado àqueles que serviam ao Tribunal da Inquisição. Em 16/07/1547, D. João III, rei de Portugal, com o consentimento do pontífice Paulo III, instala o Tribunal da Inquisição, com o objetivo de encarcerar, confiscar bens e punir de morte todos os culpados de cometer heresia.

³⁴ Informação retirada do prefácio do livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* (SANTOS FILHO, 2012).

Francisca da Silva e Lauriana Maria de Santo Antônio. Com exceção de uma, que morreu solteira, casaram-se todos com pessoas da própria região.

O primeiro Senhor do Campo Seco, depois de solicitar dispensa da função de Santo Ofício à Coroa portuguesa, passou a viver como criador e fazendeiro, possuiu muitos escravos, criou, em suas terras, éguas, poldros e poldras. Supõe-se que faleceu em 1785, aos 77 anos, deixando um bom patrimônio para os seus filhos e descendentes. Já Ana Francisca da Silva faleceu nos fins de 1838, na Fazenda do Brejo do Campo Seco, onde morou por muito tempo. A viúva deixa um testamento³⁵ datado de 17 de agosto de 1834.

Figura 35 – Ficha do Escrevente Miguel Lourenço de Almeida

DADOS PESSOAIS	
Nome completo:	Miguel Lourenço de Almeida
Filiação:	José Lourenço e Domingas João
Avós paternos/maternos:	Domingos Lourenço e Benta João/ Francisco Pedrozo
Naturalidade:	Camarões, Freguesia de São Pedro do Almargem do Bispo, Conselho de Sintra, Distrito de Lisboa
Nacionalidade:	Portuguesa
Data de nascimento:	Ano de 1708
Data de falecimento:	Ano de 1785
Idade (quando da escrita do documento):	entre 35aos 47 anos
Estado civil:	Casado com Ana Francisca da Silva, nascida e criada no sertão, freguesia de Urubu, atual Paratinga – BA.
Grau de instrução:	Não há informações específicas, mas, pelas ocupações exercidas, acredita-se que estudou em Portugal. A esposa era analfabeta, pois declara essa condição no seu testamento.
Instituição de ensino:	Não localizamos informações.
Profissão por formação:	Não localizamos informações.
Principais atividades:	Capitão-general de Pernambuco, Familiar do Santo Ofício, Tabelião, Contador do Tribunal dos Ausentes e Fazendeiro.
Observações:	O sobrenome “Almeida” veio do padrinho de batismo, o senhor Dom Lopo de Almeida. Foi batizado em 14 de outubro de 1708.
Fonte:	SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i> . Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

Fonte: Elaborado por Brandão; Silva a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.3.2 O visionário do sertão: Antônio Pinheiro Pinto

Antônio Pinheiro Pinto, genro do Familiar do Santo Ofício, era natural de Caitité – Bahia. Não há informações sobre os nomes de seus pais; sabe-se, apenas, que eram descendentes de portugueses e da pequena burguesia. Do pai dele não há notícia, morto que já era ao tempo. Mesmo da mãe, ainda viva na ocasião, não se guardou o nome, pois Antônio só a tratou por “minha mãe” (SANTOS FILHO, 2012, p. 33).

³⁵ Sobre o testamento de Ana Francisca da Silva, ver Santos Filho (2012, p. 14).

Casou-se com Bibiana Maria de Jesus, com quem teve dois filhos: Inocência José Pinheiro Pinto e Zeferina Maria de Santo Antônio. Era comum, naquela época, a união conjugal entre famílias, o que servia de estratégia para manter a riqueza entre os descendentes. Por essa razão, Pinheiro Pinto providenciou o casório de seus filhos com parentes próximos.

O seu primogênito, Inocência José Pinheiro Pinto, casou-se, em 25 de maio de 1817, com a prima Prudência Rosa de Santa Edwirges. No ano seguinte, ou seja, em dezembro de 1818, foi realizado o enlace de Zeferina Maria com o primo Antônio de Souza Meira. Cada um recebeu do pai, como dote matrimonial, dez escravos, além de gados.

O segundo Senhor do Campo Seco, antes de atuar como fazendeiro, ocupou o cargo de Tenente de Milícias³⁶. Vivia entre a Vila de Minas do Rio de Contas, Arraial de Caitité e o Campo Seco.

Era admirável a sua visão para os negócios e o talento de fazer fortuna rapidamente. Enquanto esteve na liderança da fazenda Campo Seco, dedicou-se a várias atividades, como fazendeiro, criador de gado vacum, muares e cavalares – comerciados com grande rendimento –, bem como de galinhas e porcos, dos quais vendia a carne e o toucinho. Além de criador e revendedor, foi também uma espécie de capitalista, de banqueiro da região, com empréstimos de pequenas quantias a fazendeiros vizinhos e conhecidos (SANTOS FILHO, 2012, p. 35).

Nessa direção, Pinheiro Pinto trabalhou com diversos segmentos, efetuou transações importantes com o comércio de algodão, de mantimentos e de animais. Na categoria de mercador, possuiu armazém e armazém, no qual era vendida parte da mercadoria produzida em sua fazenda. Assim, além do algodão, cultivou mandioca, arroz, feijão, milho e, ainda, a cana de açúcar, fabricando rapadura e aguardente. Já no armazém, comercializava de roupas a artigos de serventia caseira, como sabão e outros objetos.

Como bom visionário que era, tratou de construir uma tenda de ferreiro e uma carpintaria, onde escravos trabalhavam na confecção de diversos instrumentos, tanto em madeira quanto em ferro, para o uso das atividades na fazenda. Portanto, a cada dia avançava a situação financeira de Antônio Pinto, transformando-o em um grande fidalgo colonial do sertão.

Dentre a gama de atividades exercidas pelo segundo Senhor do Campo Seco, algumas chegaram a ser comentadas, por fazendeiros importantes da localidade, como incompatíveis a

³⁶ Em fins do século XVIII, na Vila de Rio de Contas, funcionava a Companhia do Arraial do Caetitê do Regimento de Milícias da Cavalaria das Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. Antônio Pinheiro foi o primeiro comandante desse órgão militar (SANTOS FILHO, 2012, p. 34).

um nobre produtor rural. As críticas não ficaram restritas aos de fora, pois coube ao sogro, Miguel Lourenço, declarar algumas insatisfações a respeito de funções tidas como servis. Porém nada atingia a postura de Pinheiro Pinto, que dava, então, prosseguimento às suas transações comerciais, multiplicando a herança ora recebida do sogro. Sobre o seu perfil, notamos:

O capitão Antônio Pinheiro Pinto encarnou, sob certos aspectos, numa paisagem rural, aquele tipo de “mercador de sobrado” [...] de origem modestia, plebéia, casou-se com moça rica, engrandeceu-se com o sobrado e dilatou o feudo herdado pela mulher. Não deixou, porém dominar por preconceitos senhoriais ou por veleidades de fidalguia. Quotidianamente desceu do sobrado para mercadejar por detrás do balcão do armazém [...] (SANTOS FILHO, 2012, p. 45).

Antônio Pinheiro Pinto faleceu em 1822, por consequência de ferimento provocado por arma branca, desferida por um escravo. Após o seu falecimento, o seu posto foi ocupado pelo filho, Inocêncio José Pinheiro Pinto, com 27 anos de idade, na época, o qual dividiu os bens e fazendas deixados pelo seu pai, tais como Campo Seco, Jardim, Pedra Branca, Santa Rosa, Santa Rita e Serra das Bestas, com os demais parentes.

Figura 36 – Ficha do Escrevente Antônio Pinheiro Pinto

DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto	
Filiação: Não localizamos informações.	
Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.	
Naturalidade: Caetité/BA	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: Não localizamos informações.	Data de falecimento: Novembro de 1822
Idade (quando da escrita do documento): Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.	
Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus	
Instituição de ensino: Não localizamos informações.	
Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de Religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Tenente de Milícia da Cavalaria de Minas de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas/BA; Fazendeiro (criador e agricultor) e Comerciante.	
Observações: Há referências de quatro irmãos: Joaquim Pinheiro Pinto (casado com Antonia Maria de Jesus); José Pinheiro Pinto (casado com Ana Francisca da Silva), genros de Miguel Lourenço de Almeida; Francisco e Silvério.	
Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i> . Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.	

Fonte: Elaborado por Brandão; Silva a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.3.3 Um sertanejo de aventuras: Inocência Pinheiro Canguçu

Inocência José Pinheiro Canguçu, terceiro Senhor das terras do Campo Seco, nasceu em Bom Jesus dos Meiras, em 1795. Tornou-se o líder dos Canguçus, assumindo a direção dos negócios da família, após ausência paterna.

Segundo Santos Filho (2012), Inocência mudou o sobrenome de Pinto para Canguçu, em 1830, no período imperial do Brasil. Nesse período, havia um forte sentimento nativista em todo o país; pairava um ódio ao português e imperador Pedro I. Por essa razão, muitos trocaram seus sobrenomes portugueses por outros de origem, por exemplo, brasileira, indígena, americana, dentre outros. Sendo assim, o terceiro Senhor optou por um nome nativo: “Canguçu”, que se refere a uma onça típica da região. Dessa forma, adotou-o e transmitiu-o aos seus.

Como já mencionamos, Pinheiro Canguçu casou-se com Prudência Rosa de Santa Edwirges, filha de Francisco de Souza Meira, nascida e criada na Fazenda Bom Jesus. De acordo com Santos Filho (2012), da união nasceram dez rebentos. Porém novas informações³⁷ indicam que, no total, foram onze filhos legítimos, a saber: Exupério Pinheiro Canguçu, Pedro Alexandre Pinheiro Canguçu, Leolino Pinheiro Canguçu, Zeferino Pinheiro Canguçu, Geraldina Canguçu, José Inocência Pinheiro Canguçu, Francisco Pinheiro Canguçu, Ermelindra Pinheiro Canguçu, Adolfo Pinheiro Canguçu, Lívio Pinheiro Canguçu e Bibiana Pinheiro Canguçu. Afirma ainda Santos Filho (2012) que o terceiro Senhor teve mais dez filhos de relações extraconjugais, tornando-se um típico patriarca povoador. Prudência Rosa faleceu em 1848, no Sobrado do Brejo do Campo Seco, treze anos antes da morte de seu marido.

No que diz respeito às transações da fazenda, Pinheiro Canguçu deu continuidade à criação de gado vacum, bem como à produção agrícola, mas encerrou o comércio referente ao armazém, atividade a que tanto se dedicou seu genitor. Apesar de não possuir o mesmo ritmo do pai e do avô para as negociações lucrativas, conseguiu, ainda assim, terras novas, tanto na Bahia quanto em Minas Gerais, como consta a seguir:

Domínio de Inocência, mais: o sítio de Prepiri, situado a uns dez quilômetros do Brejo, onde já em 1823 mandou construir casa de moradia; o sítio da Massaranduba,

³⁷ Ver Dissertação: *Conflito de Família e Banditismo Rural na Primeira Metade do Século XIX: Canguçus e “Peitos Largos” contra Castros e Mouras nos Sertões da Bahia*. Souza (2014, p. 73). Mestrado em História - Universidade Federal da Bahia – UFBA. Autora teve acesso ao testamento de Prudência Rosa de Santa Edwirges, datado de 1848, no Arquivo Público do Estado da Bahia, Tribunal da Relação, inventário 02/880/1349/21.

nome este que designou outras propriedades da região, como a que pertenceu à família Moura; a fazenda de Santo Amaro [...] a fazenda de Santo Amaro, nas cercanias do Brejo [...] a fazenda dos Tabuleiros, também nas cercanias do Brejo [...] “metade das terras da lagôa dos Porcos” [...] terras localizadas no município de Bom Jesus dos Meiras [...] terras em Minas Gerais, às margens do Jequitinhonha e do rio Piauí [...] finalmente a fazenda Ilha do Pão, também situada em Minas Gerais, próxima ao Arraial de São Miguel [...] (SANTOS FILHO, 2012, p. 50).

Durante a trajetória de vida do terceiro Senhor do Campo Seco, ocorreram episódios que lhe favoreceram a fama de sertanejo impulsivo, brigador, galanteador, esbanjador de capitais, como também de aventureiro sem limites. Para fazer jus aos adjetivos citados, Santos Filho (2012) evidencia, em poucas páginas dedicadas a esse personagem, alguns fatos que comprovam tal retrato. Nessa direção, verifica-se o registro de uma rixa entre o turbulento Pinheiro Canguçu e certo proprietário rural, por questão de terras, em que podemos inferir o seu comportamento agressivo. Através de uma carta³⁸, diz: “não quero ver rasto de um animal vacum e nem cavalari”, nem ali e nem na ilha, do contrário, “as mando enxotar até a porta de V. S.” (SANTOS FILHO, 2012, p. 51).

Outro acontecimento que gerou impacto, indiretamente, na vida de Inocêncio Pinheiro Canguçu foi o conflito provocado pelo filho Leolino Canguçu, no alto sertão baiano. A partir desse caso, o senhor Pinheiro Canguçu abandonou a sua esposa e as terras da Bahia para se aventurar nas tramas do filho desnaturado, como se já não bastassem as suas próprias.

É necessário abrir um espaço, ainda que breve, para explanar a intrigante história do “rapto” da jovem Pórcia Carolina da Silva Castro, tia do poeta baiano Castro Alves, história que se tornou tema central de várias obras³⁹ literárias, de autores como Jorge Amado, que a retratou no seu famoso *ABC de Castro Alves*, assim como o fizeram Pedro Calmon, na trama de *História de Castro Alves*, e Afrânio Peixoto, com o romance *Sinhazinha*.

Entre fins do ano de 1844 e princípios de 1845, a caatinga do alto sertão baiano foi pintada de vermelho: uma luta sangrenta entre os Canguçus, Castros e Mouras foi travada. O motivo, supõe-se, teria sido o rapto de uma jovem. No entanto há relatos da tradição oral que afirmam que a briga entre os Canguçus e os Mouras estaria ligada à divisa de bens materiais, questão que não será abordada nesta oportunidade.

Com base em Santos Filho (2012), nos meses finais do ano de 1844, José Antônio da Silva Castro solicitou ao seu cunhado João Evangelista dos Santos que levasse as suas filhas,

³⁸ A carta de autoria de Inocêncio José Pinheiro Canguçu se conservou no arquivo do Sobrado do Brejo do Campo Seco. Ao escrever o livro *Uma comunidade Rural do Brasil Antigo*, Santos Filho a transcreveu na íntegra; o seu teor pode ser consultado na página 51 do referido livro.

³⁹ Jorge Amado: *ABC de Castro Alves*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010; Pedro Calmon: *História de Castro Alves*, Rio de Janeiro, J. Olimpico, 1947 e Afrânio Peixoto: *Sinhazinha*, 7ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1976.

Clélia Basílica da Silva Castro – mãe de Castro Alves – e Pórcia Carolina da Silva Castro, da Fazenda dos Cajueiros, situada na região de Caitité, para a Fazenda de Currálinhos, atual cidade de Castro Alves, também na Bahia. A intenção dessa viagem estava na vontade do pai das moças de casá-las com os filhos de Feliciano de Aquino Tanajura ou do próprio cunhado, João Evangelista dos Santos. Assim, Feliciano Tanajura e João Santos fizeram o gosto do fazendeiro José Antônio da Silva Castro, que faleceu tempos depois.

Dando continuidade ao episódio, saiu de Cajueiro uma comitiva com as donzelas, acompanhada de uma grande quantidade de escravos, como também de alguns soldados armados. No trajeto, decidiram descansar na Fazenda do Brejo do Campo Seco, na casa do famoso Inocêncio Pinheiro Canguçu, já que o percurso era longo, na qual permaneceram por poucos dias. Nessa ocasião, Leolino Canguçu encanta-se por Pórcia Carolina – tinha ele 18 anos e já era casado com Rita Angélica Meira. O galanteador começou a flertar com a jovem de 16 anos, sendo correspondido, afirma Santos Filho (2012).

Ocorre que Leolino retém Pórcia no Sobrado do Brejo no dia da partida da moça para Currálinhos, e acabam vivendo um breve romance. Esse período estendeu-se de 25 de novembro a 16 de dezembro de 1844. A situação foi inaceitável para os Castros, pois como poderia ficar desonrada uma sertaneja de família nobre? Nisso, aconteceu a retomada de Pórcia, de forma bruta. A moça foi levada à força para Currálinhos, por um grupo armado; antes, o bando aproveitou a ausência dos Canguçus e assassinou alguns criados do Sobrado do Brejo. Toda a ação foi a mando dos Castros, Tanajuras e Mouras.

Ao saber do ocorrido, afirma Santos Filhos (2012, p. 162), “incompreensível se afigurou a Leolino a participação dos Mouras, seus parentes e bem próximos, na liga de famílias”, já que nada tinha a ver com a história. Por conta de tal fato, aflora-se o ódio contra os Moura e Albuquerque. Diante disso, uma grande briga aconteceu com os chefes de tal família, a saber: Manuel Justiniano e Antônio Martiniano. Para vingar-se, Leolino, de temperamento audacioso, assim como o pai, tentou contra a vida, primeiro, do Manuel Justiniano Moura e Albuquerque. Na oportunidade, adentrou a Fazenda Boa Sentença, pertencente a seu inimigo, e o apunhalou, ação que não chegou a levá-lo a óbito. Em seguida, Leolino fugiu em direção ao próximo alvo, Antônio Martiniano, o qual não teve a mesma sorte do irmão e, levando um tiro certo, morreu.

Depois desses episódios, Leolino passou a ser perseguido. Coube a Inocêncio Canguçu e Exupério Pinheiro Canguçu, filho mais velho do terceiro Senhor do Campo Seco, protegê-lo e acobertá-lo. Jurado de morte, Leolino tomou todas as precauções, porém, em certo descuido, mais precisamente no início de setembro de 1847, apareceu no povoado de Grão-Mogol – mal

sabia que se dirigia ao encontro da morte. Foi cercado por um grupo que disparou vários tiros, encerrando a vida do jovem Canguçu, mas não a paz entre os clãs. A paz só viria bem mais tarde, e com a intervenção de terceiros. Segundo a crônica familiar, foi a loja Maçônica à qual se filiavam Manuel Justiniano e Exupério Canguçu a responsável pelo apaziguamento entre os dois chefes dos clãs em luta (SANTOS FILHO, 2012, p. 177). Portanto, foi em virtude desse fato que surgiu a lenda dos Canguçu e Castro, e que nos tempos atuais, perdura na memória do povo sertanejo e desperta a curiosidade do que visitam o local.

Retomando a situação de Inocência Pinheiro Canguçu, devido à contenda descrita anteriormente, ele não pôde mais administrar as suas fazendas e os seus negócios. Por conta das ameaças, viveu por muito tempo escondido em terras mineiras. Por isso, toda a responsabilidade pelos negócios foi passada para o filho, Exupério Canguçu – quarto Senhor do Campo Seco.

Inocência Canguçu faleceu em setembro de 1861, aos 66 anos, na fazenda da Ilha do Pão, em Minas Gerais. A sua morte acarretou nova e grande divisão das propriedades rurais da família.

Apesar da imagem de aventureiro, esbanjador de energias e de capitais, tão retratada por Santos Filho (2012), o terceiro Senhor do Campo Seco, ao que tudo indica, também possuiu o seu lado de homem ajuizado. Outras fontes, como o trabalho de Luiza Campos de Souza, intitulado *Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX: Canguçús e “Peitos-Largos” contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia*, apresenta outro perfil, até então desconhecido, de Inocência Pinheiro Canguçu, o da vida na militância e na política.

Souza (2014) afirma que Inocência Canguçu seguiu os passos do pai, ocupou um cargo militar no ano de 1836. Tal posto foi de Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas. A seguir, trecho da nomeação, proferida pelo juiz de direito da Comarca de Vila de Rios de Contas, extraído da referida autora⁴⁰:

Em conformidade da lei provincial de 23 de junho, participo a vossa excelência que tenho nomeado Tenente Comandante da Guarda Policial desta Comarca ao Capitão Inocência José Pinheiro Canguçu. Este honrado cidadão e riquíssimo proprietário deste centro aceitou este cargo tanto por servir a nação como para particularmente [...], dizendo-me que só serviria enquanto eu fosse o chefe de polícia desta Comarca [...] (SOUZA, 2014, p. 71).

⁴⁰ Luiza Campos de Souza (2014) colheu as informações sobre a nomeação de posto militar de Inocência Pinheiro Canguçu no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, no setor de arquivo colonial e provincial. Juizes, maço 2284.1836.

Quanto à esfera política, a sua atuação foi efêmera. Ainda segundo Souza (2014), documentos da Câmara Municipal de Caetité mostraram que Inocêncio Pinheiro Canguçu participou das eleições, concorrendo ao cargo de vereador, no ano de 1836. Sendo eleito com boa votação, obteve 159 votos. No entanto, nos anos seguintes, não alcançou bons resultados. Na disputa de 1841, ganhou 9 votos, e, nas eleições de 1845, apenas 4 votos, conforme a ata eleitoral. Ao que parece, Inocêncio Canguçu não tinha tanta popularidade na região quanto tinha com a fama de esbanjador e namorador.

Figura 37 – Ficha do Escrevente Inocêncio José Pinheiro Canguçu

DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Inocêncio José Pinheiro Canguçu	
Filiação: Antônio Pinheiro e Bibiana Maria de Jesus	
Avós paternos/maternos: Não localizamos informações / Miguel Lourenço de Almeida e Ana Francisca da Silva	
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: Ano de 1795	Data de falecimento: Setembro de 1861
Idade (quando da escrita do documento): entre 27 aos 34 anos	
Estado civil: Casado com Prudência Rosa de Santa Edewirges, falecida em 1848.	
Grau de instrução: Teve acesso ao aprendizado da leitura, escrita, fazer conta e rudimentos de Religião e latim.	
Instituição de ensino: Alfabetização na Escola do Mestre Tomás José da Costa	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Fazendeiro; Tenente Comandante da Guarda Policial de Rios de Contas/BA e Vereador de Caetité/BA.	
Observações: O nome de batismo do escrevente era Inocêncio José Pinheiro Pinto, porém este mudou o sobrenome de “Pinto” para “Canguçu”, em 1830, no período Imperial do Brasil. Prudência Rosa de Santa Edwirges nasceu em Bom Jesus dos Meiras, era filha de Francisco de Souza Meira e Rita de Souza Meira.	
Fonte: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i> . Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.	

Fonte: Elaborado por Brandão; Silva a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

3.3.4 Algumas considerações sobre Miguel Joaquim de Castro Mirante

Miguel Joaquim de Castro Mirante, conforme afirma Santos Filho (2012), teria sido um dos genros de Inocêncio Pinheiro Canguçu, o qual realizou raras escritas nos dois Livros do Sobrado do Brejo do Campo Seco. Vejamos:

Vinte e tantos anos mais tarde, um genro de Inocêncio escreveu a lápis, por debaixo dessas palavras: “e eu ainda nada vi”. Parece, assim, que permanecerá sem explicação a misteriosa frase [...]. Esse genro de Inocêncio, por nome Miguel Joaquim de Castro Mirante, depois de revistar o livro, da primeira à última página, sentenciou na terceira capa: “Visto e revistos q’ do ao Fougo”. Felizmente não o fêz.... (SANTOS FILHO, 2012, p. 115-116).

Os registros de Miguel Joaquim Mirante relatados por Santos Filho (2012) estão presentes no *Livro de Razão*, contudo é possível ler no *Livro do Gado*, também, uma escrita feita pelo genro do terceiro senhor do Campo Seco, como ilustra o fôlio de número 34 verso. Após essa informação, nada mais acrescenta o referido autor sobre esse personagem.


Na busca de novos dados acerca da biografia de Miguel Joaquim de Castro Mirante, foram consultados, no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, documentos, como um Inventário e uma ação de Embargos (cf. figuras 35 e 36), pertencentes a esse senhor, bem como o site *recanto das letras*, de autoria de Antônio Torres⁴¹, no qual poucos dados foram coletados: apenas os nomes dos supostos pais de Miguel Mirante e atividades. Dessa forma, essa investigação possibilitou o levantamento de algumas pistas a mais sobre a vida do genro de Inocêncio Canguçu.

Tudo leva a crer que Miguel Joaquim de Castro Mirante nasceu em Bom Jesus dos Meiras – BA, em 29/09/1833. A informação da data de nascimento foi extraída do fôlio 34 verso do *Livro do Gado*. Seria ele filho de Adolfo de Castro Mirante e Firma de Castro Mirante. Casou-se com Hermelindra de Castro Mirante, conforme consta no Inventário do APEB. Apesar de Santos Filho (2012) não informar o nome da filha de Inocêncio Canguçu, a qual teria adquirido enlace matrimonial com Miguel Joaquim Mirante, sabe-se que o terceiro senhor do Campo Seco tinha uma filha chamada Hermelindra. Miguel Joaquim Mirante morou na fazenda da Lapa, na Vila de Bom Jesus dos Meiras, e atuou como capitão, fazendeiro, criador e juiz de paz.

Verifica-se no Inventário movido por Miguel Joaquim de Castro Mirante o pedido de tutela do menor e órfão Abel de Castro Mirante, seu neto, rebento de Afonso de Castro Mirante, seu filho, e da sua nora Cecília Candida da Silva, ambos falecidos (cf. figura 37) – ele, em 13 de setembro de 1823; ela, em 28 de dezembro do mesmo ano. Adiante, no verso da folha 12, são citados os nomes dos avós paternos e maternos do menor Abel, sendo possível identificar o nome da mãe de Afonso de Castro Mirante. Seguem as imagens dos documentos consultados:

⁴¹ Antônio Novais Torres é natural da cidade de Contendas do Sincorá – BA. Em 1958, mudou-se para a cidade de Brumado – BA. Foi escritor do jornal Tribuna do Sertão e do Jornal do Sudoeste; escreveu várias crônicas e biografias de brumadenses importantes, etc. É membro fundador da Academia de Letras e Artes de Brumado – AlaB <www.recantodasletras.com.br/biografias>.

Figura 38: Dados do Inventário (arrolamento) de Miguel Joaquim de Castro Mirante (1889/1908)


 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
LEVANTAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS DOCUMENTAIS

Soe. 03

130


NÚCLEO *Tribunal de Relações*
 SÉRIE *Procedimento (Arrolamento)*
 SEÇÃO *Judiciária*
 INTERESSADOS *Mirante Afonso de Castro*
e/ ou partes Sr. Silva, Cécilia Cândida de
Mirante, Miguel Joaquim de Castro
 LOCALIDADE *Bom Jesus dos Rios*
 Nº DO PROCESSO
 Nº DO TÍTULO
 FOLHAS *56*
 PÁGINAS

CLASSIFICAÇÃO *07/3074/03*
 PERÍODO *1889/1908*

1889
Arquivo de Relações da Bahia
da 1ª Instância do Rio de Janeiro

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Rui Moura.

Figura 39: Dados Embargos de Miguel Joaquim de Castro Mirante (1894)


 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
LEVANTAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS DOCUMENTAIS

Nº 289

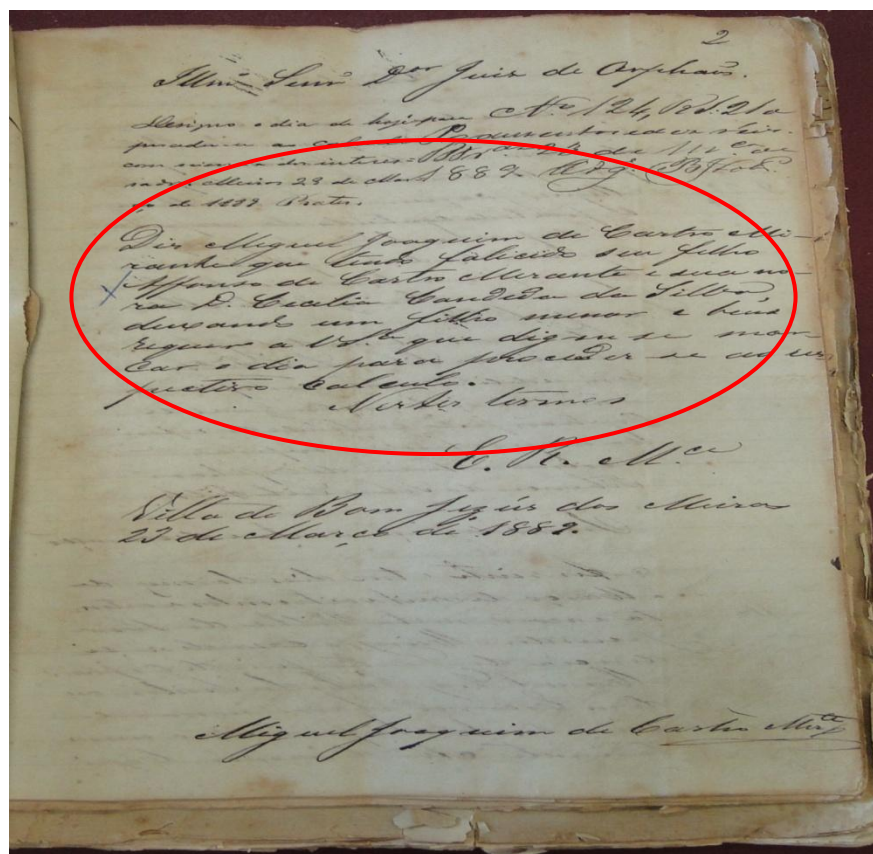
34/1213/07 321113107

NÚCLEO *Tribunal de Apelações e Recurso*
 SÉRIE *Ação de Embargo*
 SEÇÃO *Judiciária*
 INTERESSADOS *Mirante Afonso de Castro*
e/ ou partes Sr. Silva, Cécilia Cândida de
Mirante, Miguel Joaquim de Castro
 LOCALIDADE *Bom Jesus dos Rios*
 Nº DO PROCESSO
 Nº DO TÍTULO
 FOLHAS *06*
 PÁGINAS

CLASSIFICAÇÃO
 PERÍODO *1894*

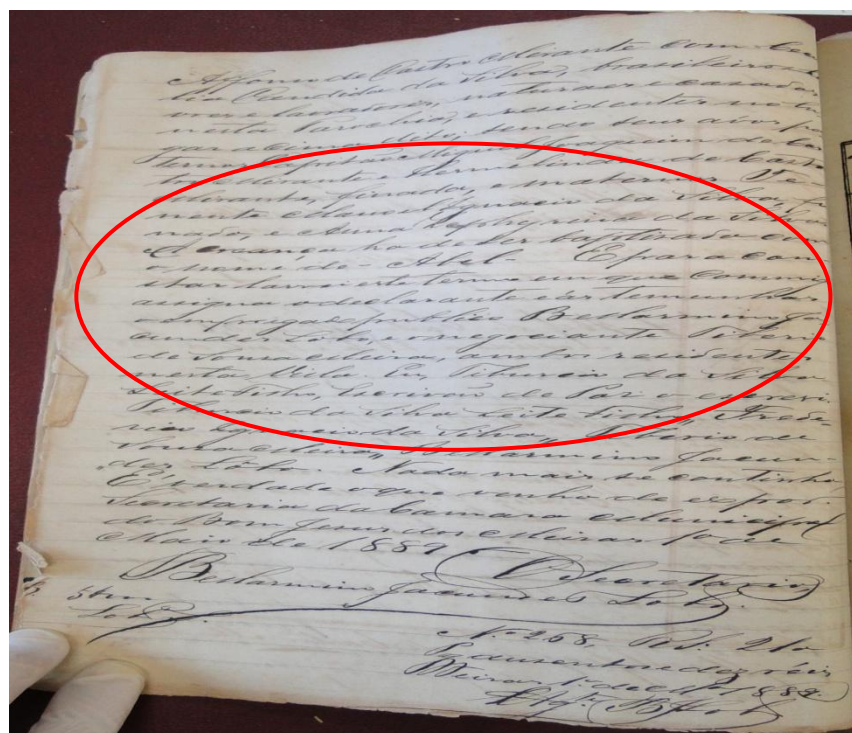
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Rui Moura.

Figura 40: Folha 2 do Inventário de Miguel Joaquim de Castro Mirante



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Rui Moura.

Figura 41: Folha 12 (verso) do Inventário de Miguel Joaquim de Castro Mirante



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB/ Foto: Rui Moura.

O verso da folha 12 do referido Inventário, datada de primeiro de março de 1889, apresenta como avós do menor Abel de Castro Mirante os senhores: o Capitão Miguel Joaquim de Castro Mirante e Hermelinda de Castro Mirante, já falecida na época, e o Tenente Manoel Ignácio da Silva e Ana Zepherina da Silva, pais da mãe do menor, a senhora Cecília Candida da Silva. A partir desses dados gerais, pudemos inferir o perfil biográfico do genro de Inocêncio Pinheiro Canguçu:

Figura 42 – Ficha do Escrevente Miguel Joaquim de Castro Mirante.

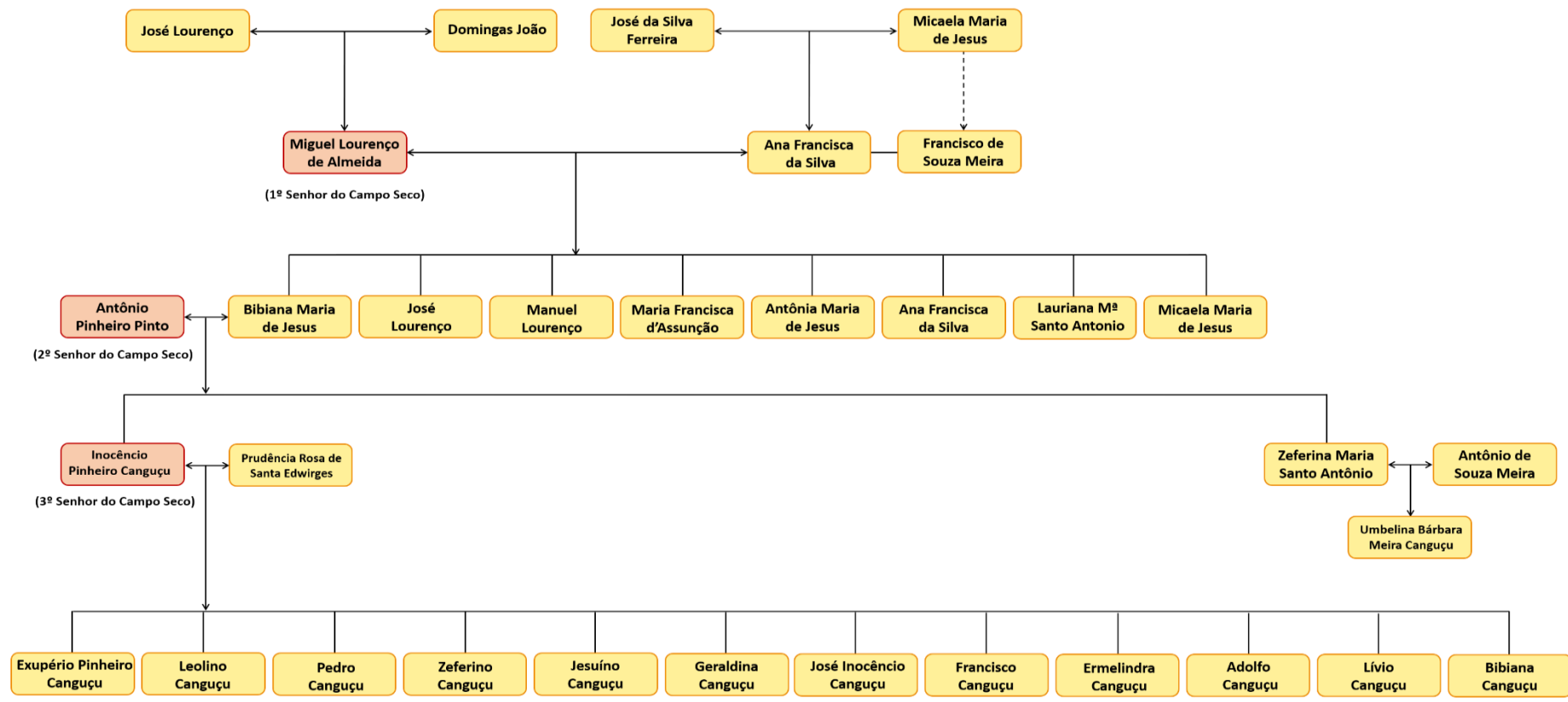
DADOS PESSOAIS	
Nome completo: Miguel Joaquim de Castro Mirante	
Filiação: Adolfo de Castro Mirante e Firma de Castro Mirante	
Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.	
Naturalidade: Bom Jesus dos Meiras/BA	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: 29/09/1833	Data de falecimento: Não localizamos informações.
Idade (quando da escrita do documento): 28 anos	
Estado civil: Casado com Hermelinda de Castro Mirante	
Instituição de ensino: Alfabetizado por professor leigo do local.	
Profissão por formação: Não localizamos informações.	
Principais atividades: Fazendeiro; Capitão; Juiz de Paz.	
Fontes: SANTOS FILHO, Lycurgo. <i>Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVII e XIX</i> . Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.	
Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Consulta dos documentos (inventário e embargos), pertencentes a Miguel Joaquim de Castro Mirante. Acesso em: 05/09/2018.	
TORRES, Antônio Novais. Disponível em: < www.recantodasletras.com.br/biografias >. Acesso em: jan/2018.	
Livro do Gado (página 34 verso).	

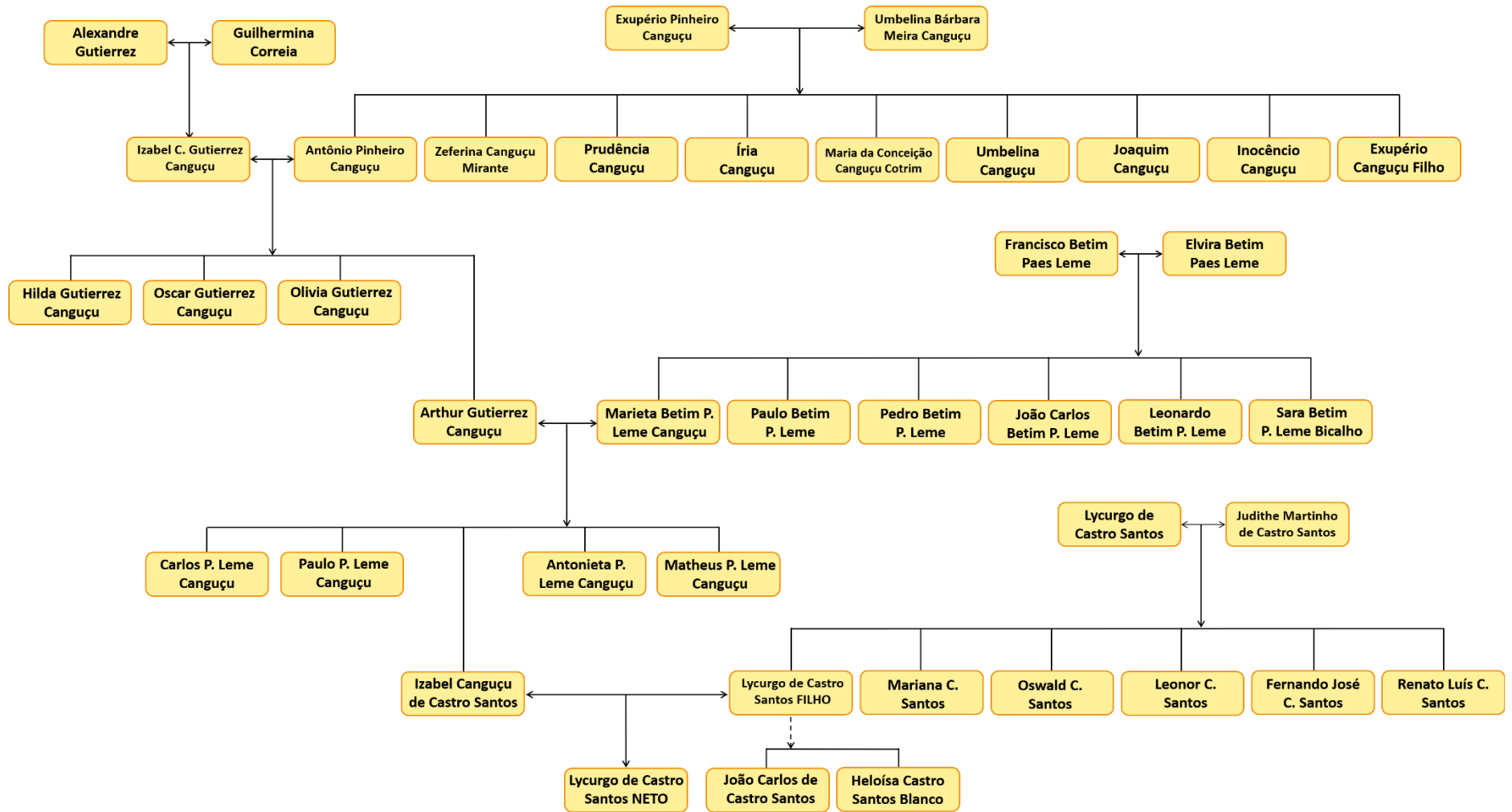
Fonte: Elaborado por Brandão; Silva a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

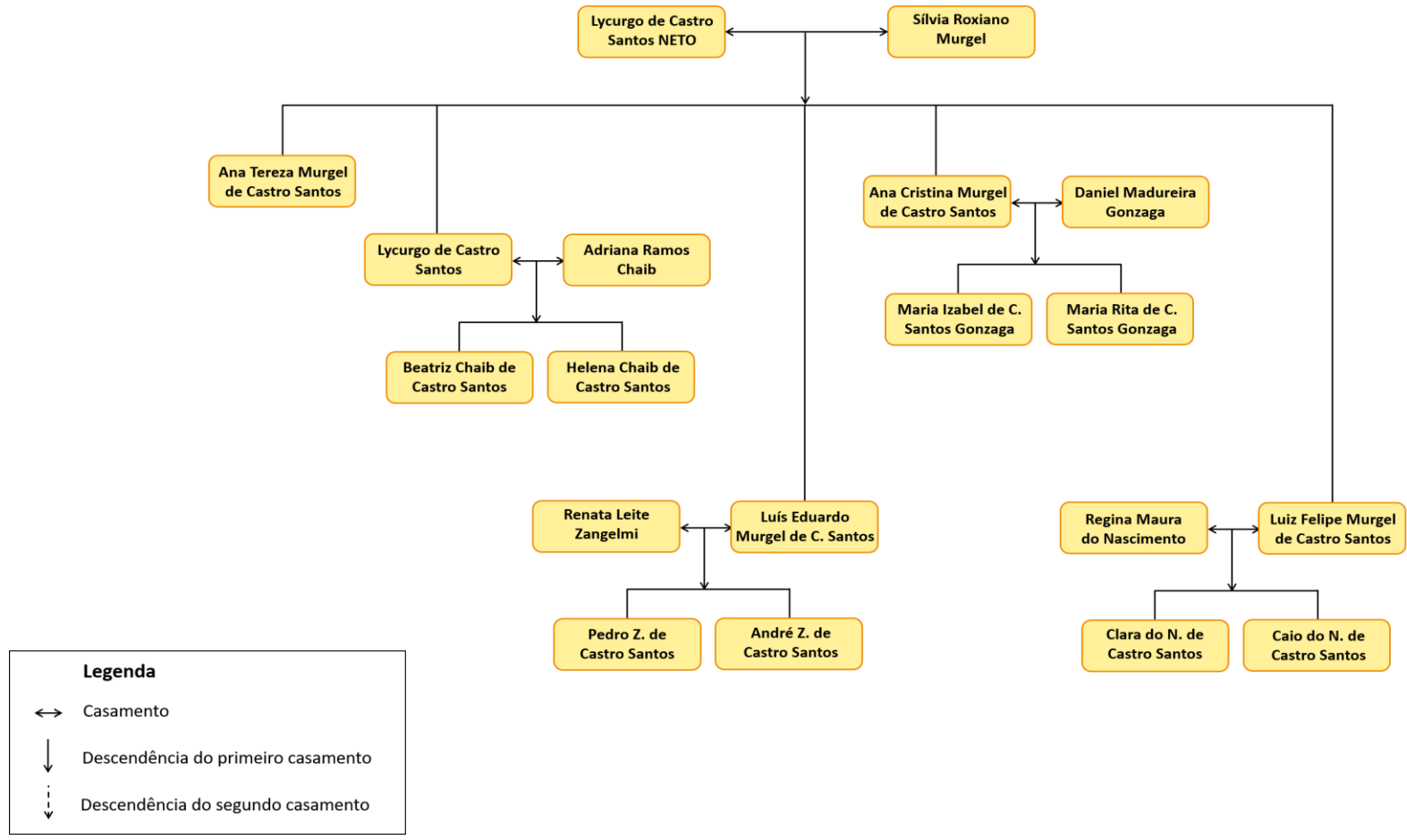
A seguir, a árvore genealógica dos Senhores do Campo Seco, desde o descendente direto da família, ou seja, Miguel Lourenço de Almeida, aos tempos de 2018:

Figura 43: Árvore Genealógica dos Senhores do Campo Seco

Árvore Genealógica da Família Pinheiro Canguçu (1708-2018)







Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos de Santos Filho (2012); Santos Neto (s.d); Souza (2014); Neves (2012) e Academia de Letras e Artes de Brumado (2017).

3.4 PARA QUÊ?

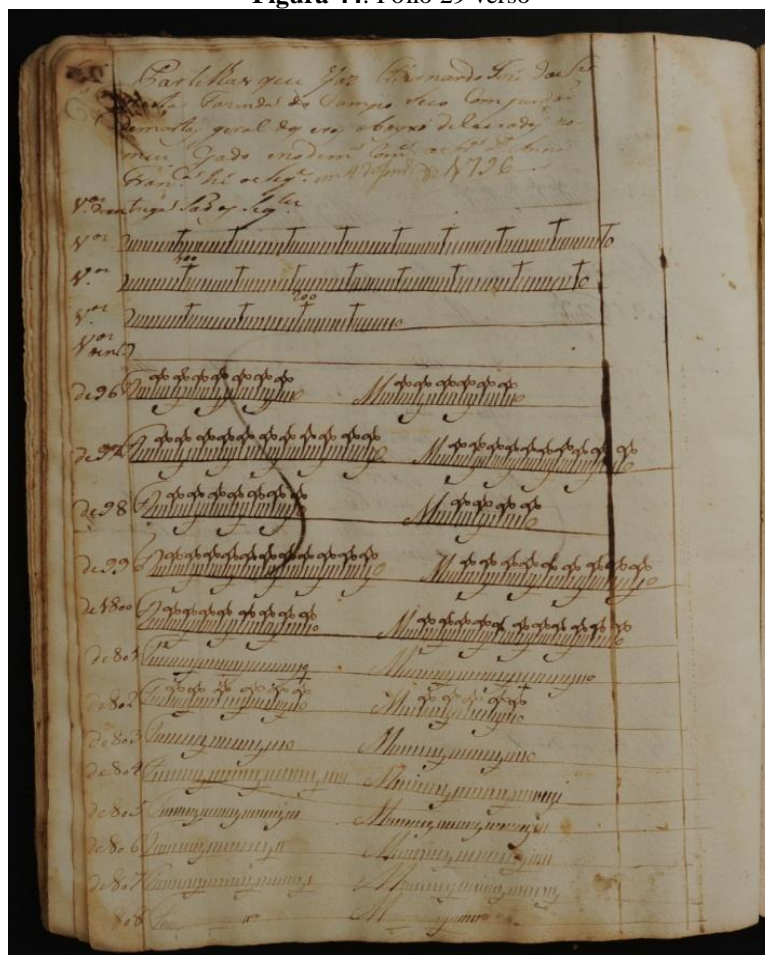
No aspecto particular, a finalidade deste manuscrito era registrar o controle dos nascimentos, da partilha e da distribuição do gado vacum existente na propriedade rural dos Senhores do Campo Seco. Algranti (1997), no texto denominado *Famílias e Vidas doméstica*, cita outro remanescente desta natureza, o caderno de assentos do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar, que demonstra os modos de vida na época colonial. Quanto à função social, podemos verificar que o *Livro do Gado* serviu de testemunho de bens na ocasião de divisas de heranças entre os familiares do Campo Seco.

3.4.1 Os códigos presentes no livro da família Pinheiro Canguçu

O *Livro do Gado* foi um documento importante na vida diária e particular dos seus escreventes. Memorial contábil e diário de lembranças, o livro manuscrito foi transmitido de pai a filho, cuidadosamente conservado, como testemunho de acontecimentos, documento de transação e recordação do passado. (SANTOS FILHO, 2012, p. 109). Tal conteúdo, já detalhado, minuciosamente, na seção dedicada aos aspectos intrínsecos, pode ser conferido pelo leitor.

O que vale destacar, agora, neste manuscrito, é a maneira especial como os seus *scriptores* lançavam as anotações, sobretudo o registro de controle dos animais. Uma forma diferente era usada para o apontamento, muito semelhante a códigos. Nesse sentido, cada sinal anotado continha uma mensagem implícita. Os referidos códigos que ilustram o *Livro do Gado*, em certo momento, até lembram notas musicais, conforme vemos na imagem:

Figura 44: Fólio 29 verso



Fonte: CE-DOHS/ Foto: Jorge Viana.

De acordo com Santos Filho (2012), na página do livro, os fazendeiros traçavam linhas horizontais, que abrangem quase toda a largura da folha; em seguida, no início, escreviam a data anual, expressa somente pela dezena, logo após, marcava-se uma das letras, M ou F, indicando se o animal nascido naquela data era macho ou fêmea. Ainda sobre a linha, um sinal semelhante a um ponto de interrogação indicava o início da marcação. Dando seguimento, em cima dessa linha horizontal, pequenos traços verticais eram feitos correspondendo a cada uma das crias.

Para facilitar a contagem posterior, um traço mais longo que os demais, cortado na parte superior por um travessão, semelhante a uma cruz, representava a dezena. Em alguns registros, os fazendeiros variavam o sinal. Ao invés de cruz, um traço para baixo da linha horizontal, também cortado, parecido com a haste da letra “jota”, simbolizava a dezena. A referida variação relaciona-se ao estilo do escrevente. No final de cada linha horizontal,

escrevia-se um zero para referir-se ao fim da contagem. Qualquer traço escrito após o zero não teria o menor valor, não significaria mais nada.

Era comum, nessa época, fazendeiros realizarem a “partilha”. Segundo Santos Filho (2012), o termo liga-se ao modo de pagamento do vaqueiro pelos seus serviços, assim, ele recebia não em dinheiro, mas em crias, pelo chamado sistema de “sorte”.

O sistema de “sorte” funcionava da seguinte forma: uma em cada quatro crias nascidas no ano era dada ao vaqueiro como pagamento – isso se o regime de sorte fosse combinado ao quarto, pois poderia ocorrer também ao sexto. Esse sistema era vantajoso ao vaqueiro, pois lhe permitia juntar um bom número de animais, e, ao fim de certo tempo, adquirir terras e torna-se criador.

Para a marcação das “sortes” dos vaqueiros da fazenda do Campo Seco, o fazendeiro desenhava um símbolo vistoso, idêntico a um florão. Por cima do traço correspondente à cria de cada quatro animais nascidos, um florão era registrado.

Esse modelo de registro, seria, portanto, um símbolo especial dos escreventes do *Livro do Gado* da fazenda do Brejo do Campo Seco? Ou seria comum entre os fazendeiros dos tempos setecentista e oitocentista? Não se tem certeza das respostas a essas perguntas, pois, até o período que abrange este estudo, não foram analisados outros livros de fazendas com as mesmas especificidades de registro para que houvesse tal comparação. No entanto Santos Filho (2012, p. 212) comenta: “Êsse tipo de registro, que foi usado para o gado vacum e também para cavalares e muares, com tôda probabilidade não seria exclusivo do Campo Sêco, mas sim de todo o Nordeste pastoril⁴².”

3.5 POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO GERACIONAL

A caracterização histórico-cultural do perfil dos escreventes, realizada aqui e embasada solidamente pelo controle das questões *quando?*, *onde?*, *quem?* e *para quê?*, possibilitou que o *corpus* explorado neste trabalho se revelasse fértil para uma futura análise geracional à luz da sociolinguística laboviana, associada à proposta de Rumeu (2008), cuja metodologia de estudo de painel, pautada em Labov, inova por ser direcionada à análise de sincronias passadas, diferente do estudo tradicional de painel. É importante dizer que não se

⁴² Santos Filho (2012) afirma a possível existência de outros livros de fazendas, com características semelhantes, mas não informa as referências consultadas para se ter chegado a essa conclusão.

almeja, nesta oportunidade, discutir essa questão, mas apenas contextualizar uma perspectiva de estudo praticável ao material.

Visando a superação do modelo de língua vista como um sistema homogêneo, idealizado por Ferdinand de Saussure, Labov (1994) estabelece uma metodologia que abarca tanto a estrutura interna quanto a abordagem do contexto histórico da língua, aspecto não contemplado por Saussure.

Para Labov (1994), a variação e a mudança são elementos constitutivos da língua. Dessa forma, no estudo da mudança linguística, o autor verifica não apenas o momento final em que ocorreu, de fato, a mudança, mas também a dinâmica da variação dentro da comunidade de fala. Para isso, ele fornece diretrizes metodológicas que observam os dois estados da língua, a saber: o estudo em *tempo real* e o estudo em *tempo aparente*. O primeiro é observado por meio da pesquisa de duas ou mais épocas. Assim, é possível fazer pesquisa em *tempo real* de longa duração, em que se estudam vários séculos, e de curta duração, estudando intervalos de tempos. O ideal é que se distanciem, no mínimo, doze anos e, no máximo, cinquenta anos. Vale dizer que o estudo em *tempo real* de curta duração subdivide-se, ainda, em estudo de tendência e estudo de painel. Neste, trabalha-se com os mesmos informantes, recontactando-os após um intervalo de quinze anos, a fim de verificar se houve mudança em suas falas; naquele, analisa-se a amostra de uma mesma comunidade de fala, porém com informantes diferentes, em um intervalo de vinte a trinta anos.

Já a segunda metodologia, isto é, o estudo em *tempo aparente*, trabalha com informantes de diferentes faixas etárias, com o intuito de verificar se uma dada variante ocorre mais na fala de criança e de jovens do que na fala de pessoas adultas e mais velhas, atestando, assim, uma mudança em curso, caso a variante nova seja expressiva na categoria de crianças e jovens.

Labov (1994, p. 83) ressalta que, na investigação linguística, devem-se conjugar os resultados dos estudos do *tempo real* e do *tempo aparente*. Assim, será possível relacionar aspectos entre a comunidade e o indivíduo. Dessa forma, a partir da observação dos padrões de mudanças linguísticas, denominados: (1) *estabilidade*; (2) *gradação etária*, (3) *mudança geracional* e (4) *mudança comunitária*, é possível descobrir se se trata de um fenômeno de variação estável ou de mudança em progresso, já que a explicação dos dados procura averiguar o desempenho linguístico do falante em relação ao desempenho da comunidade.

Uma vez definida a proposta metodológica laboviana, passamos agora a atenção para o estudo de painel, haja vista que o *corpus* mostrou-se favorável a essa perspectiva de estudo.

Rumeu (2008), em sua pesquisa intitulada *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*, trabalhando com missivas pessoais de membros da família Pedreira-Magalhães, produzidas nos séculos XIX e XX, apresenta uma nova ideia de estudo de painel, enraizada nos postulados de Labov. Ao contrário do estudo de painel tradicional, que requer um número expressivo de documentação, tanto de homens quanto de mulheres, produzido pelos mesmos indivíduos em dois períodos de tempo, verificando a escrita na fase juvenil e depois na adulta, a autora, de posse de oito documentos redigidos por falantes cultos do PB, sendo três de homens e cinco de mulheres, acompanhou, através da produção escrita, o comportamento desses indivíduos no decorrer de suas vidas, observando na amostra, ainda que não equilibrada, como destacou a pesquisadora, a passagem da fase jovem à fase adulta, e da adulta à idosa. Nesse sentido, Rumeu (2008, p. 96-97) concluiu: “tem-se um feito inédito de incorporar ao *corpus* a documentação relativa a duas informantes durante as três fases da vida: juventude, adulez e velhice. Nenhuma amostra de fala conhecida já obteve tamanho êxito!”. Além disso, a pesquisadora também constatou, nas referidas amostras, traços de oralidade, alargando a investigação para a análise da variação dos pronomes *tu* e *você*. Vale lembrar que o referido estudo feito por Rumeu (2008) limitou-se ao estudo de painel e ao tempo aparente, pois, conforme a pesquisadora, não foi possível aplicar a noção de tendência.

Em nosso caso, como pôde ser visto no desenvolvimento deste material, o *Livro do Gado* foi produzido por três integrantes de uma mesma família, em diferentes eixos de tempos, o que o torna viável para um estudo geracional, conforme a proposta metodológica para análise de sincronias passadas idealizada por Rumeu (2008).

3.6 SÍNTESE DA SEÇÃO

A presente seção teve como propósito expor o contexto de produção do documento, embrenhando-se nas quatro questões-problema sugeridas por Petrucci (2003): *cuándo?*, *dónde?*, *quién?*, *para qué?* A partir da investigação desses aspectos, foi possível realizar uma caracterização confiável do *corpus*, desvendando tanto o perfil sociocultural de quem

produziu o Livro do Gado quanto a estrutura social da localidade pertencente ao referido manuscrito. Como resultado, além de fornecer dados sobre os aspectos demográficos, econômicos e culturais da região, foram elaboradas fichas com a descrição do perfil biográfico de cada escrevente e uma árvore genealógica de suas famílias, que abrange mais de 300 anos de descendência dos Pinheiros Canguçu, informação que possibilitará estudos na perspectiva gerativa e, também, sociolinguística, a exemplo da proposta citada no último item desta seção.

Parte 4

O que dizem as mãos dos Senhores do Campo Seco

Nesta seção, buscamos averiguar, nos fólios do *Livro do Gado, corpus* desta pesquisa, níveis de inabilidade/habilidade. Além disso, visamos, também, investigar possíveis ocorrências de índices grafo-fonéticos, delimitando o que seriam aspectos típicos da *escriptualidade* e o que seriam fenômenos de variação. Para isso, utilizamos como aporte teórico-metodológico os critérios destacados por Marquilhas (2000), na identificação de redatores em fase inicial de aquisição da escrita em manuscritos do arquivo da Inquisição de Portugal, no período seiscentista; por Barbosa (1999; 2017), que realizou um estudo sobre nível de habilidade em cartas de portugueses comerciantes radicados no Brasil, no período setecentista, além dos exemplos aplicados por Oliveira (2006) e Santiago (2012) em seus trabalhos sobre a mesma temática. Vale ressaltar que o referido estudo é realizado em uma perspectiva descritiva e qualitativa.

4 INABILIDADE: CONCEITO

O conceito de *mão inábil*, empregado para caracterizar redatores estacionados em nível inicial de aquisição da escrita alfabética, ganha destaque por meio do trabalho⁴³ clássico da pesquisadora portuguesa Rita Marquilhas (2000). A autora adota tal conceito a partir da expressão francesa *scripteurs maladroits*, usada por Claire Blanche-Beneviste para referir-se à pessoa parada em fase incipiente de aquisição da escrita. Dessa forma, Marquilhas (2000) passa a utilizar a tradução da referida expressão, em versão portuguesa, para caracterizar pessoa em igual situação definida por Beneviste.

De acordo com Marquilhas (2000, p. 237) é possível detectar as produções gráficas de um inábil “pela sua aparência física, constituída pela caligrafia da mão e por particularidades do suporte”. Nessa direção, a autora, pautada nos fundamentos da paleografia italiana, elenca critérios para a identificação de situação de inabilidade, assim delineados:

⁴³ O trabalho citado refere-se à dissertação de doutoramento intitulada *A Faculdade das Letras leitura e escrita em Portugal no século XVII*, realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997. Em 2000, esse trabalho foi publicado, em versão de livro, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, com a mesma titulação, tornando-se uma referência para pesquisas dessa especificidade.

A. *ausência de curso*: o desenho autónomo de cada carácter, ou mesmo de traços de cada carácter, decorrente da falta de agilidade dos músculos da mão. B *uso de modulo grande*: a dificuldade em integrar as letras num modulo pequeno. C *ausência de regramento ideal*: a incapacidade de respeitar um pautado mental manifesta-se sobretudo na tendência descendente do alinhamento, à medida que se aproxima a margem direita da folha. D *traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras; rigidez; falta de leveza do conjunto*: a detecção destas características é naturalmente muito subjectiva. E *irregularidade da empaginação*: falta proporção entre as margens, as quais podem nem se quer estar definidas. F *letras monolíticas*: há um desconhecimento da alografia combinatória dos sinais em contexto inicial, medial ou final. Esta característica relaciona-se com a falta de cursividade e com o desenho autónomo dos carácter [...] (MARQUILHAS, 2000, p. 239-240).

Além desses seis critérios físicos caligráficos, a pesquisadora lembra, ainda, de outros aspectos que auxiliam na constatação de uma mão inábil, como os elementos supragráficos; a segmentação fonológica, a exemplo da hipersegmentação⁴⁴; a grafia para sílabas com consoante líquida /r/, /l/; a variação de vocalismo e de consonantismo. Também destaca que a presença dessas características não são acumulativas nem equilibradas, isto é, podem acontecer separadamente.

Afranio Gonçalves Barbosa (1999), em sua pesquisa intitulada *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*, ao fazer um estudo sobre níveis de habilidade em cartas de portugueses comerciantes residentes no Brasil, no século XVIII, a partir da metodologia de Marquilhas (2000), destaca a importância dos aspectos de produção gráfica para a identificação de inábil apresentados pela autora portuguesa. No entanto alerta que “nem sempre os aspectos físicos são suficientes para identificar o texto de pessoas com poucas habilidades de escrito”. Isso porque “há caso de encontrar texto com a aparência bem cuidada, mas, na verdade, são obras de mão inábil” (BARBOSA, 1999, p. 158). Dessa maneira, será o nível ortográfico, continua ele, uma forma de identificar, com maior segurança, o grau de habilidade de seu produtor.

No trabalho denominado *O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos*, Barbosa (2017) traz uma discussão interessante a respeito da possibilidade de gradiência no controle de inabilidade, esclarecendo melhor o que expomos no parágrafo anterior.

Segundo Barbosa (2017), algumas pessoas que utilizam *corpora* linguísticos costumam fazer deduções erradas sobre redatores inábeis, como acreditar que só se constata a inabilidade por meio das marcas físicas, resultado da dificuldade motora de se realizar

⁴⁴ Segundo Marquilhas (2000, p. 243), a hipersegmentação refere-se à “múltipla inscrição de branco gráfico entre grupos pequenos de letras, distintos das palavras gráficas”.

registros caligráficos. De acordo com o autor, o obstáculo na realização da representação silábica pode indicar, também, nível de inabilidade, e acrescenta:

[...] encontram-se editados materiais sem marcas físico-caligráficas em corpora histórico-diacrônicos, mas com evidentes traços de inabilidade relativos à dificuldade de representação silábica, sem qualquer menção descritiva, em seus cabeçalhos ou em notas, ao perfil de seus redatores como mãos inábeis. Por outro lado, diante da, nos termos de Marquilhas (2000: 257) “Atestação de fenômenos de mudança fonética e fonológica”, há descrições em corpora disponibilizados que apontam para uma inabilidade de redatores que, na verdade, seriam redatores hábeis em nível elementar de letramento (BARBOSA, 2017, p. 21-22).

Diante disso, o pesquisador, a partir dos critérios destacados por Marquilhas (2000), já demonstrados anteriormente, e de outros adquiridos de experiências com corpora histórico-diacrônicos, no âmbito do projeto PHPB, e, ainda, de alguns aplicados por Oliveira (2006) e Santiago (2012), fornece nove dimensões que influenciam na variação gradual de níveis de inabilidade, a saber:

(1) Na dimensão da escriptualidade, *os grafismos*; (2) Na aquisição de nível fonológico a escrita, *os índices grafo-fonéticos*; (3) No epifenômeno, *a pontuação*; (4) Na dimensão lexical, *a repetição de vocábulos*; (5) *dificuldade de riqueza na variação e precisão do léxico*; (6) *os aspectos sintáticos*; (7) *a reprodução de tendências e modelos discursivos*; (8) *a habilidade motora*; (9) *a segmentação gráfica*⁴⁵ (BARBOSA, 2017, p. 24-27).

Dessa forma, aqueles que investigam corpora devem considerar, primeiro, a gama de aspectos existentes, as quais interferem na detecção da inabilidade; e, segundo, que tais aspectos podem ocorrer ora isolada, ora simultaneamente, interferindo na variação da gradiência. Ou seja, a depender do cruzamento dos tipos e da intensidade dos critérios manifestados, estes poderão, conforme Barbosa (2017), distinguir uma mão inábil de uma mão em nível elementar de letramento⁴⁶, ou até mesmo identificar a situação em que um só redator manifesta a aptidão para uma característica e não para outra. Nesse sentido, reforça:

As chamadas mãos inábeis apresentam marcas de inabilidade em diferentes planos de escritas em cooperação e, em cada plano, podem estar em diferentes graus. Não há um elenco fixo de características que, por si só defina uma mão inábil, mas o peso do grau máximo de características de um desses planos, ou o peso da reunião de características pertencentes a planos distintos. Um manuscrito pode ser considerado como uma mão inábil em um nível e ser um bom exemplo de habilidade em outro (BARBOSA, 2007, p. 28).

⁴⁵ Grifos nossos.

⁴⁶ O termo *letramento* está sendo utilizado pelo autor no sentido, apenas, de aspectos gráficos.

Para ilustrar o que foi salientado, o autor menciona os feitos de Oliveira (2006) e Santiago (2012), cujas pesquisas, referências em estudos sobre inabilidade, serão também utilizadas neste trabalho.

Em Oliveira (2006), no estudo de atas redigidas por negros e afrodescendentes da Sociedade Protetora dos Desvalidos, é possível visualizar um fac-símile de um documento que em nada lembra uma mão inábil, pois não há elementos caligráficos mal executados; isto é, o traçado é seguro, não há hipossegmentação, porém, especificamente quanto à análise gráfica, é constatada a inversão de sílabas complexas, como /r/ e /l/, o que confirma, sim, a existência da inabilidade. Sobre a situação da sílaba complexa, há irregularidade gráfica nos vocábulos; o redator, por não dominar a representação gráfica tradicional CV, acaba realizando desvios na escrita, como exemplo, a configuração de /r/ em posição de ataque silábico ramificado: (C/r/V) *lembar* por *lembrar*; ou o /r/ em posição de coda: (CV/r/) *preguntar* por *perguntar*. Vale dizer que tal aspecto é destacado no trabalho de Marquilhas (2000) como o responsável pelos numerosos desvios gráficos dos inábeis portugueses do século XVII. Oliveira (2006) também identificou nas produções dos africanos que a sibilante /s/ favoreceu o desvio na transcrição de sílabas complexas, fato que, nos estudos de sincronias passadas, anteriores ao seu trabalho, não tinha sido revelado.

Em Santiago (2012), no estudo de missivas pertencentes a sertanejos baianos pouco familiarizados com a escrita, os fac-símiles e as análises dos textos apresentam características visíveis de inabilidade, ou seja, são expressivas as marcas de *escriptualidade*, abarcando vários critérios, o que demonstra claramente o quadro de uma mão inábil. Já no estudo de Barbosa (1999), foi constatado que redatores do período colonial, tanto *hábeis* quanto *pouco hábeis*, em relação à escrita, faziam uso, também, das sílabas complexas. O estudioso, diante de tal fato, notou que a inversão do /r/ poderia revelar um problema de grafiação, marca significativa de *inábil*, como também traço da oralidade, a metátese, para pessoas *pouco hábeis*.

Assim sendo, esses exemplos permitem verificar melhor a proposta destacada por Barbosa (2017); ou seja, há vários fatores propícios para a configuração de um redator em situação incipiente de escrita. Portanto, a depender da influência da gradiência nesses critérios utilizados para detectar uma mão inábil, pode-se definir um quadro de habilidade ou inabilidade, em vários segmentos, desde o nível mínimo ao máximo.

Recentemente, Santiago e Carneiro (2019), no artigo denominado *Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos*, mostram como pode ocorrer o funcionamento da interferência da gradiência. As pesquisadoras, ancoradas na proposta citada, apresentam a ideia de um contínuo de inabilidade distribuído em níveis: máximo, parcial e mínimo. Nessa linha, explorando as dimensões já descritas, responsáveis pela caracterização de um inábil, em cartas pessoais do século XX, Santiago e Carneiro (2019) observam que a oscilação de tais elementos permite desvelar, entre os próprios inábeis, níveis diferenciados de inabilidade.

4.1 A BUSCA DE ÍNDICES GRAFO-FONÉTICOS

Quando a averiguação de índices grafo-fonéticos – grafias que indicam aproximação de sons vocálicos, distanciados daqueles estabelecidos por convenções gráficas – recai sobre documentos antigos, sobretudo do século XVIII, o investigador deve ter certa cautela para não confundir traços de inabilidade com características da ortografia, já que até o final desse período existia uma situação de pluriortografia, pois, como é de conhecimento, a normatização linguística passa a ser estabelecida, no Brasil, a partir do século XIX.

Barbosa (2017) afirma que até o princípio do século oitocentista era possível encontrar em manuscritos de redatores em grau mediano de letramento certa quantidade de dados grafo-fonéticos. Segundo o autor, a variação gráfica favorecia o emprego da escrita fonética, a qual está ligada à aquisição da escrita, isto é, à representação gráfica de sons vocálicos, e, em outros casos, ao uso das marcas grafo-fonéticos pelos próprios escritores:

No século XVIII de modo mais contundente, mas também daí para trás, as marcas grafo-fonéticos faziam parte, em relação pendular, de algumas ortografias publicadas. A escrita mais fonética como dado de inabilidade se escamoteia e se misturam com dados grafo-fonéticos presentes no padrão escrito, inclusive no padrão praticado nos impressos (BARBOSA, 2017, p. 37).

Dessa maneira, era comum encontrar vocábulos grafados de diferentes formas, a exemplo do artigo *uma*, escrito como: *huma*, *ua*. Barbosa (2017) apresenta, ainda, situação em que não se empregavam os dígrafos latinizantes, como /ss/. Assim, havia ocorrências como: *vosa*, em vez de *vossa*. O grafema *s* era utilizada para todo fonema /s/, como em *venser*, dentre outras peculiaridades. Sendo assim, um dos caminhos apontados pelo referido autor

para distinguir dados grafo-fonéticos de pluriortografia é o cruzamento das práticas ortográficas e de grafiação em manuscritos associadas a diferentes fases históricas. Para realizar o estudo, o investigador deve recorrer a impressos e gramáticas do período.

Ainda sobre a prática ortográfica do século XVIII, Barbosa (1999) ressalta a questão do predomínio da etimologia gráfica, supervalorizada na época. Dessa forma, os raros modelos impressos que circulavam representavam um padrão de escrita conceituado como estético e de qualidade. Esse era o caso do uso de várias consoantes duplas (ff, cc, ll), que não podem ser tratadas como estruturas fonológicas, diz Barbosa (1999). Diante disso, os textos que se afastavam desse padrão eram vistos como descuidados quanto aos aspectos gráficos de “prestígio”.

Nessa linha, o estudioso lembra, seguindo Marquilhas (2000), alguns fatos considerados como desvios inconscientes do redator, a saber: *falta de capitalização da inicial; menor uso da etimologização; grafia de ditongos nasais /am/ /aõ/; grafia da semigoval: /y/ e não /i/, variação na pontuação etc.*, os quais estariam ligados à distinção entre reflexos da oralidade *versus* grafismos de natureza involuntária do redator setecentista.

Quanto ao século XIX, mais precisamente em sua segunda metade, a detecção de um inábil pelas pistas de características grafo-fonéticas não era tão dificultosa quanto no século anterior, por razão já citada, o estabelecimento da normatização linguística, como evidencia Barbosa (2017, p. 40-41): “Nessa fase, a deflação de grafismo latinizantes e dígrafos junto a dificuldade de grafar <r> e <l> em sílabas complexas é o que vai identificar uma mão inábil nos oitocentos”. É mais visível a questão de inabilidade no século XX, quando passa a existir uma única forma para se escrever determinado vocábulo, favorecendo o seguinte quadro descrito por Barbosa (2017, p. 41):

O mapeamento da gradiência de habilidades e inabilidades de conhecimento das convenções do padrão gráfico se estabelece mais direta: partindo dos níveis elementares de habilidade e passando às mãos inábeis, aumenta a incidência das marcas grafo-fonéticas e aumenta a proporção de erros de um dado redator em relação ao grafismo preconizado no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e dicionários.

Pautados nessa discussão acerca dos níveis de inabilidade/habilidade, buscamos averiguar os registros dos redatores do *Livro do Gado*, com a finalidade de encontrar possíveis pistas que possam representar uma aproximação do português popular brasileiro do passado. Vale dizer que há escreventes de duas nacionalidades diferentes: portuguesa e

brasileira. Em função disso, é necessário deixar claro que a observação de aspectos físicos caligráficos foi aplicada a todos, pois, como lembra Barbosa (2017, p. 20), esses critérios “elencados por Marquilhas (2000) para sistematizar produtos gráficos podem ser empregados em qualquer época e em qualquer lugar”. A observação de índices grafo-fonéticos foi direcionada apenas aos brasileiros.

4.1.1 Investigando as mãos dos Senhores do Campo Seco

O interesse em investigar a existência de uma possível *mão inábil* ou *pouco hábil* nos registros dos Senhores do Campo Seco foi impulsionado a partir do relato de Santos Filho (2012), em seu livro intitulado *Uma comunidade Rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*, âncora no desenvolvimento desta pesquisa, como já mencionamos. Nessa direção, o autor traz a informação de que os escreventes brasileiros do *Livro do Gado* – Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu – possuíam péssimos conhecimentos linguísticos, deixando subentendido que tiveram pouco contato com a língua escrita. Vejamos:

Pinheiro Pinto passou um largo traço por sob os assentamentos do sogro e iniciou os próprios [...]. Sua letra é larga e feia e a grafia de muitas palavras denota ausência de certos e elementares conhecimentos linguísticos [...] Em 1822 seu filho anotou no verso da trigésima folha [...] A horrível letra e a péssima ortografia de Inocêncio Pinheiro Canguçu revelam que seus estudos foram ainda mais deficientes do que os recebidos pelo seu pai (SANTOS FILHO, 2012, p. 113-114).

Levando em conta o contexto histórico geral da escolarização, abordado, de forma sucinta, na *parte I* deste trabalho, percebemos que o ensino formal da leitura e da escrita não contemplou todas as classes sociais e localidades do país. No sertão da Bahia, a escola oficial se deu de forma muito precária, como delinearam Carneiro e Almeida (2006). Nessas regiões longínquas do litoral, na época colonial e pós-colonial, as primeiras letras eram ensinadas nas fazendas, custeadas pelos próprios fazendeiros, possuidores de muitos recursos.

Foi nesse contexto que Inocêncio Pinheiro Canguçu teve o contato com as primeiras letras. De acordo com Santos Filho (2012), Antonio Pinheiro Pinto contratou um mestre particular, chamado Tomás José da Costa, para ministrar aulas para o filho, Inocêncio Pinheiro Canguçu, e outro familiar:

Pinheiro Pinto anotou a data da entrada do filho na escola do mestre: – “Entrarão na escola de Tomas José da Costa Inocência e Alexe. em 23 de Janro. De 1802”. Estava Inocência com sete anos e acompanhou-o um primo, chamado Alexandre. [...] Há nova anotação, de posterior aprendizado, desta vêz apenas do filho, e com novo mestre [...] – “Entrou meu filho Inocencio no estudo do Me. Ignco. Ferra. da Sa. em 18 de Mayo de 1810” (SANTOS FILHO, 2012, p. 38).

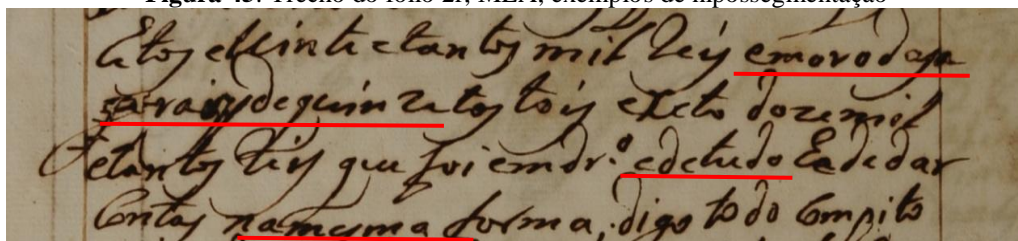
Para o autor, foram esses dois professores os responsáveis pelo ensino da leitura, da escrita e dos números a Inocência Canguçu. Tudo indica que esse senhor não deu continuidade aos estudos, dedicando-se constantemente à lida da fazenda. Sobre relatos do processo escolar de Antônio Pinheiro Pinto, não há indícios até o momento, já que não houve tempo suficiente, durante o desenvolvimento deste trabalho, para uma ampla investigação nos arquivos públicos das cidades em que residiu. A hipótese é que Antônio Pinheiro, sendo descendente de portugueses burgueses, segundo Santos Filho (2012), tenha recebido uma instrução semelhante à que proporcionou ao filho.

Dando seguimento, nortearam o estudo das mãos dos escreventes do *Livro do Gado* os seguintes parâmetros ressaltados por Barbosa (2017): os *grafismos*; os *índices grafo-fonéticos*; a *habilidade motora*; a *segmentação gráfica*; a *pontuação*; a *repetição de vocábulos* e a *dificuldade de riqueza na variação e precisão do léxico*. A seguir, apresentamos a análise das referidas amostras gráficas.

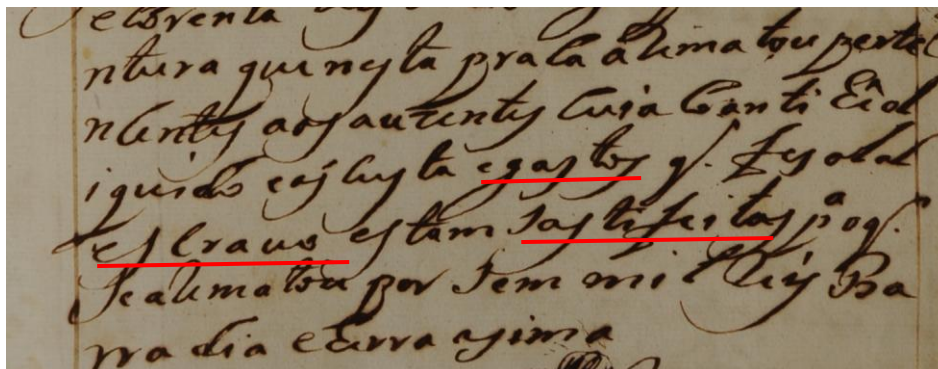
4.1.1.1 Aspectos da escrita do lusitano

Ao direcionar o olhar para os fac-símiles referentes aos registros do português Miguel Lourenço de Almeida, notamos prontamente a ausência de elementos caligráficos mal executados. É possível constatar traçados seguros, letras firmes, bem como inexistência de módulos grandes. No entanto, foi constatada a presença do fenômeno de hipossegmentação – entendida como a união de formas lexicais na sentença, as quais deveriam estar separadas por espaçamentos em branco –, e, de hipersegmentação, como vemos nos trechos a seguir:

Figura 45: Trecho do fólio 2r, MLA; exemplos de hipossegmentação



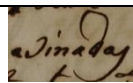
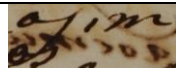
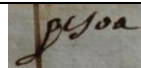
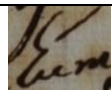
Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.


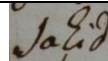
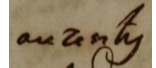
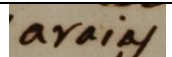
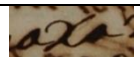
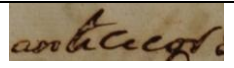


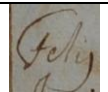
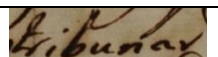
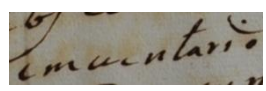
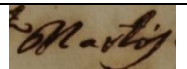
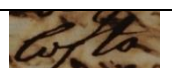
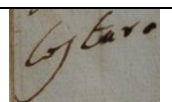
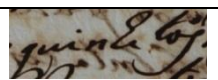
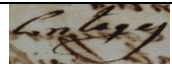
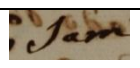
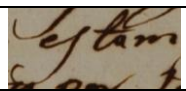
Figura 46: Trecho do fólio 3r, MLA; exemplos de hipersegmentação

Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

No que diz respeito à questão de nível gráfico, foram encontradas ocorrências de vocábulos grafados com a consoante /s/, quando era costume se usar o dígrafo /ss/; a latinização em artigos escritos com o /h/; o emprego da consoante /z/ por /s/, situações já destacadas por Barbosa (2017) como habituais no período em que reinava a pluriortografia. Verificam-se ainda casos de emprego do /r/ pelo dígrafo /rr/, e vice-versa; da consoante /x/ em vez de /ch/; da consoante /c/ por /ss/; o uso da consoante /s/ por /z/ e /s/ por /x/; o uso de /r/ em final de palavra no lugar da consoante /l/; emprego de /m/ ao vez de /n/; a ausência da consoante /n/ em alguns vocábulos; o uso da consoante /m/ substituindo o ditongo /ão/; presença de etimologização /nn/ e /ll/, bem como o acréscimo da consoante /m/ em final de vocábulos, conforme expõe o quadro que segue.

Quadro 6: Ocorrências das grafias de MLA

Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	assinada <i>por</i> assinada	Grafismo	2r	1
	assim <i>por</i> assim	Grafismo	4v, 5r	2
	pesoa <i>por</i> pessoa	Grafismo	6v	1
	hum <i>por</i> um	Latinização	3r, 4r, 4v, 5r, 6r, 7r	9

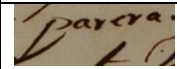
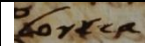
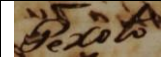
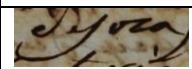
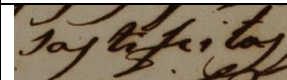

	hoito por oito	Latinização	6v	1
	sahida por saída	Latinização	7v	1
	auzentes por ausentes	Substituição de grafema	2r, 3r, 6v, 7v	4
	araias por arraial	Grafismo	2r, 7r	3
	axa por acha	Substituição de grafema	2r, 4r, 4v	4
	antececor por antecessor	Substituição de grafema	2r	1
	dis por diz	Substituição de grafema	2r, 3r, 6r	4
	fis por fiz	Substituição de grafema	7v	1
	Felis por Felix	Substituição de grafema	8v, 10r	3
	tribunar por tribunal	Substituição de grafema	2r	1
	emuentario por inventário	Substituição de grafema	2r, 4r, 4v, 5r, 5v, 6r, 6v, 7r, 7v	18
	MartiOs por Martins	Eliminação de grafema	2r, 4r, 4v, 6v	4
	CoØsta por consta	Eliminação de grafema	4r, 4v, 5r, 6r	5
	coØstara por constara	Eliminação de grafema	4v	1
	quinheØtos por quinhentos	Eliminação de grafema	2r, 4v, 6v, 7r	6
	contageØs por contagens	Eliminação de grafema	4v, 7v	2
	sam por são	Grafia para ditongo nasal	4r	1
	estam por estão	Grafia para ditongo nasal	3r	1

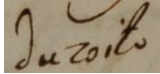
	Joam <i>por</i> João	Grafia para ditongo nasal	6v	4
	declaracam <i>por</i> declaração	Grafia para ditongo nasal	7v	1
	Sebastiam <i>por</i> Sebastião	Grafia para ditongo nasal	9r	1
	Leitam <i>por</i> Leitão	Grafia para ditongo nasal	4v, 9r	2
	Freciscam <i>por</i> Francisca	Acréscimo de grafema	3r	1
	Anna	Etimologização	8v	1
	creolla	Etimologização	8v	4
	Fellis	Etimologização	10r	1

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Outros fenômenos interessantes foram identificados na escrita de Miguel Lourenço de Almeida, como: a queda da semivogal /i/; a eliminação da vogal /u/; a inversão da consoante /s/; o emprego da vogal /i/ no lugar da vogal /e/; o emprego da vogal /u/ no lugar da vogal /e/. Vejamos:

Quadro 7: Outras ocorrências na escrita de MLA

Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	pareØra <i>por</i> Pereira	Eliminação de grafema	3r, 7r	3
	CorreØa <i>por</i> Correia	Eliminação de grafema	6r, 6v	2
	PeØxoto <i>por</i> Peixoto	Eliminação de grafema	4r, 4v	2
	soØza <i>por</i> Souza	Eliminação de grafema	6r	2
	sastifeitas <i>por</i> satisfeitas	Inversão na ordem do grafema	3r, 5r	2
	Alvis <i>por</i> Alves	Variação da vogal /i/ por /e/	6r	1

	duzoito <i>por</i> dezoito	Variação da vogal /u/ por /e/	2r, 6v, 7r	3
---	----------------------------	----------------------------------	---------------	---

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Sobre a dimensão lexical, não se constata repetição de vocábulos ou pobreza de léxico, fatores exemplificados por Santiago (2012) como critérios que ajudam a reconhecer pistas de uma mão inábil. O que vemos nos primeiros fólios desse escrevente é uma estrutura textual moldada pelo gênero recibo, quando atuou na profissão de contador.

Os registros revelam o raríssimo uso da pontuação, o que evidencia baixa familiaridade com a escrita culta, no entanto encontram-se muitas ocorrências de abreviaturas, que são elementos utilizados por uma pessoa considerada hábil. Segundo Marquilhas (2000), a escassez das abreviaturas indica inabilidade.

Diante do que foi apresentado sobre os critérios paleográficos e gráficos, e considerando o contexto social de Miguel Lourenço de Almeida, ou seja, um português que chega ao Brasil por volta de 1742 e exerce cargos importantes, como o de Capitão-general, Contador do Tribunal dos Ausentes, deduzimos que se trata de uma pessoa que teve oportunidade de escolarização, ainda que limitada. Sendo assim, a respeito da categoria de inabilidade/habilidade, pode-se concluir que esse escrevente é *pouco hábil*, para usar as palavras de Barbosa (1999), já que:

– Não apresenta aspecto de inábil em grau elevado porque não há má execução caligráfica; e, principalmente, não existe o desvio gráfico de sílabas complexas /r/, /l/; faz o uso de abreviaturas, porém atestou a presença dos fenômenos da hipersegmentação e da hipossegmentação.

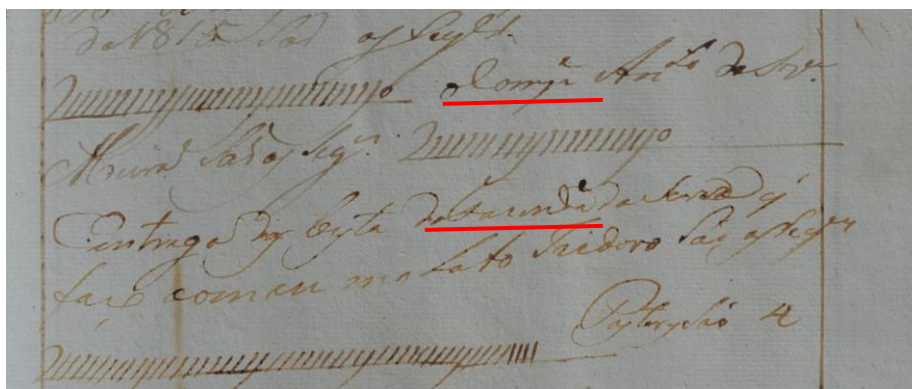
– Não é totalmente hábil porque há variação ortográfica; emprega, ainda que raramente, o sinal de pontuação.

Vale lembrar que, nesta análise, não se buscou delimitar o que poderiam ser índices grafo-fonéticos nos fólios de punho português, pois o foco nesse fenômeno tratado aqui abrange apenas a escrita pelos punhos dos brasileiros. Diante desse panorama, e com base em estudos semelhantes ao de Barbosa (1999), constatou-se como dado possível de marcas fonéticas, por exemplo, a eliminação do grafema em: *pareØra* por *Pereira*, que espelha o aspecto da monotongação – apagamento da semigoval –, pois essa mesma ocorrência apareceu na documentação editada pelo autor como possível marca de oralidade em redatores portugueses pouco hábeis do século XVIII.

4.1.1.2 Aspectos das escritas dos brasileiros

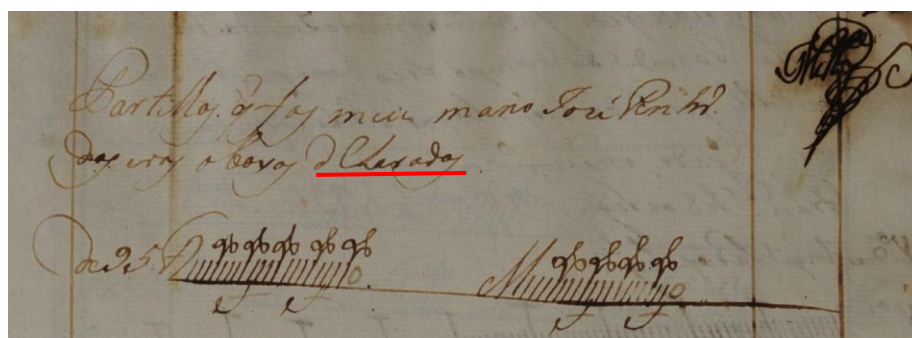
Ao examinar os produtos gráficos dos brasileiros, verifica-se que os fac-símiles pertencentes a Antônio Pinheiro Pinto não indicam uma situação incipiente motora. Nesse sentido, observam-se traçados seguros, letras pequenas e proporcionais, esquivando-se de módulos grandes. Há regramento no alinhamento. Os aspectos de segmentação fonológica, tais como a hipersegmentação e a hipossegmentação foram manifestados; não há repetição de vocábulos; já o uso de abreviaturas é constante. Sobre as características descritas, vejamos:

Figura 47: Trecho do fólio 13r, APP; exemplos de hipossegmentação



Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Figura 48: Trecho do fólio 29r, APP; exemplo de hipersegmentação

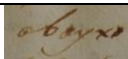





Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Notamos aspectos gráficos que poderiam indicar dificuldade com a escrita, como a ocorrência de emprego do verbo no futuro do presente /acabarão/ usado, aparentemente, como inadequado, já que, no contexto de hoje, deveria ser grafado o pretérito perfeito do

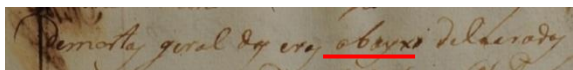
modo indicativo /*acabaram*/. Porém, tal ocorrência⁴⁷ era um fenômeno comum na escrita do século XIX. Ademais, foi identificado o uso de latinizações: /y/ substituindo a vogal /i/; /h/ antes da vogal /e/; e etimologização /nn/, seguem exemplos:

Quadro 8: Ocorrências das grafias de APP

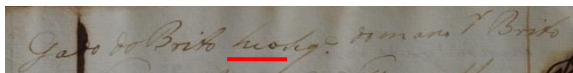
Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	Abayxo	Latinização	29v	1
	Hé	Latinização	28r, 29r, 29v, 50r	4
	Anna	Etimologização	29v	1
	anno	Etimologização	30v	1

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

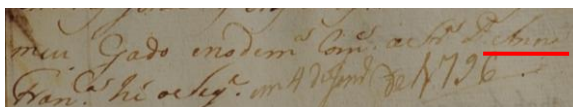
Exemplos Contextualizados:



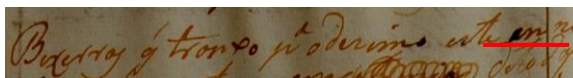
demortas geral das eras **abayxo** declaradas (ASBCSLG, APP, fol. 29v)



Gado do Brito **hé** o seguinte do mano srº Brito (ASBCSLG, APP, fol. 28r)



[...] meu Gado nodminha comadre a *senhora* Dona **Anna** Francisca hé o seguinte. Em 4 de janeiro de 1796 (ASBCSLG, APP, fol. 29v)

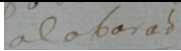
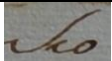
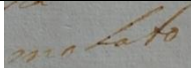
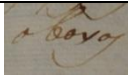
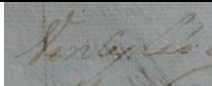
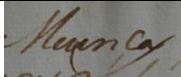


Bezerros *que* tronxo para o disimo este **anno** [...] (ASBCSLG, APP, fol. 30v)

Na investigação de índices grafo-fonéticos, foram encontrados pouquíssimos dados que parecem confirmar tal aspecto. Seguem:

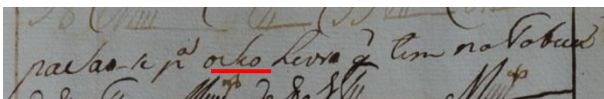
⁴⁷ O emprego do *rão* era comum na escrita oitocentista. Várias ocorrências podem ser notadas em dicionários ou gramáticas que abrangem o período. Mais informações, consultar o Dicionário de Língua Portuguesa, de Moraes Silva (1890). Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>.

Quadro 9: Ocorrências de supostos índices grafo-fonéticos de APP

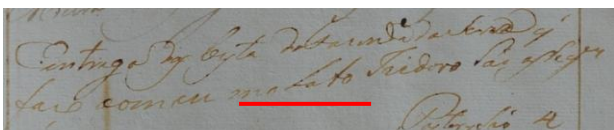
Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	acabarão <i>por</i> acabaram	Nasalização	11r	1
	seo <i>por</i> seu	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	13r	1
	molato <i>por</i> mulato	Abaixamento da vogal /u/ ~/o/	13r	1
	abaços <i>por</i> a baixos	Redução de ditongo /ay/	29r	1
	Venceslão <i>por</i> Venceslau	Nasalização	11v, 12r	2
	Meunças <i>por</i> Miunças	Abaixamento da vogal /i/ ~/e/	50r	1

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

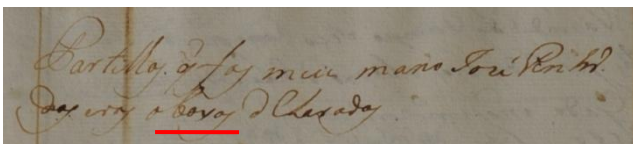
Exemplos Contextualizados:



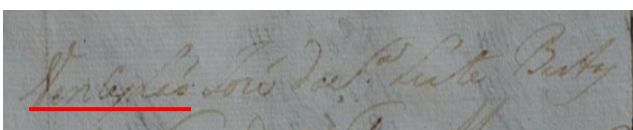
pação [?] para oseo Livro que tem na Fazenda (ASBCSLG, APP, fol. 13r)



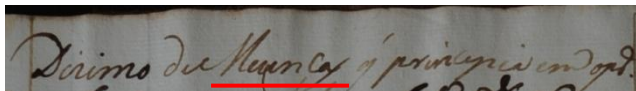
Entrega das bestas da Fazenda da Serra que faço com meu molato Isidoro Saõ as seguintes (ASBCSLG, APP, fol. 13r)



Partilhas que faz meu mano José Pinheiro das eras abaxos declaradas (ASBCSLG, APP, fol. 29r)



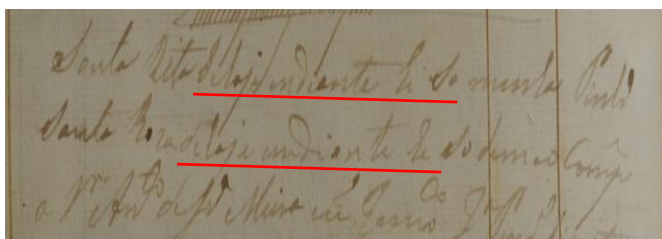
Venceslão José da Silva Leite Bestas (ASBCSLG, APP, fol. 11v)



Disimo de **Meunças** que principio em o primeiro
(ASBCSLG, APP, fol. 50r)

Sobre os poucos fac-símiles que representam os registros de Inocêncio Pinheiro Canguçu, verifica-se que as marcas físicas caligráficas não denotam quadro de inabilidade. Assim como os demais escreventes, os traçados são seguros, não há ausência de *cursus*, nem módulos grandes. O escrevente não faz uso de pontuação, porém houve a manifestação de hipersegmentação e hipossegmentação. Há presença de alguns sinais abreviativos. Quanto à dimensão lexical, identificou-se a repetição de vocábulos em sentenças subsequentes. Notamos tal aspecto na ilustração a seguir:

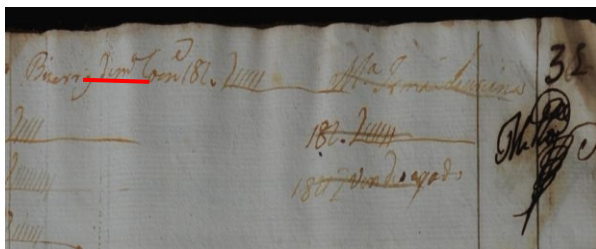
Figura 49: Trecho do fólio 31v, IPC; exemplos de repetição de vocábulos e hipersegmentação



Santa Rita **d ehoji ndiante he so** minha Pinheiro
Santa Rozadehoj **i ndiante he so** dmi o Campô
A para Antonio d Souza Meira ã Janeiro
Inocêncio Pinheiro

Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Figura 50: trecho do fólio 31r , IPC; exemplo de hipossegmentação


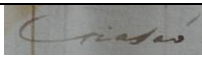



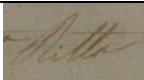


Bizerros **deminha** comadre 1820) Minha Irmã
[Zeferina]
1820
1821 ven da ogado

Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Na questão gráfica, observamos o uso da consoante /z/ por /s/ e da consoante /s/ por /ç/; o emprego da vogal /o/ no lugar da vogal /u/, como também o uso latinizante do /h/ antes da vogal /e/ e a presença de etimologização /tt/. Foi identificado, nos registros desse escrevente, o emprego do numeral *um* grafado como /ũ/. Seguem os exemplos dos dados descritos:

Quadro 10: Ocorrências das grafias de IPC

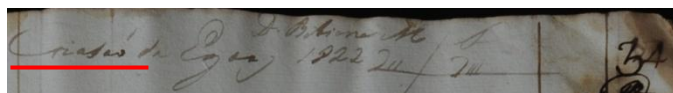
Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	Roza <i>por</i> Rosa	Substituição de grafema	30r, 31v	4
	Criação <i>por</i> Criação	Substituição de grafema	34r	1
	he <i>por</i> é	Latinização	30,r 31v	3
	ũ <i>por</i> um	Eliminação de grafema	31v	1
	morreo <i>por</i> morreu	Substituição de grafema	30v	1
	Ritta	Etimologização	31V	1

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

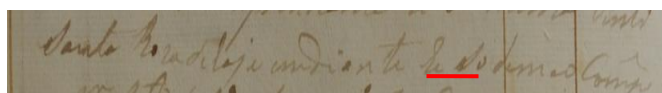
Exemplos Contextualizados:



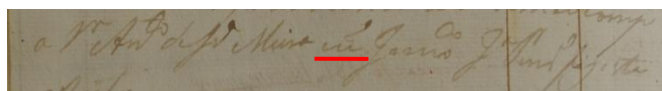
Santa **Roza** 1824) (ASBCSLG, IPC, fol. 31v)



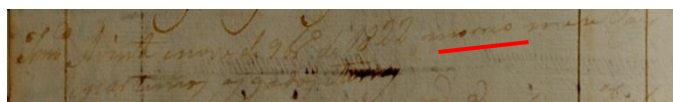
Dona Bibiana MF
Criação de Egoas 1822 (ASBCSLG, IPC, fol. 34r)



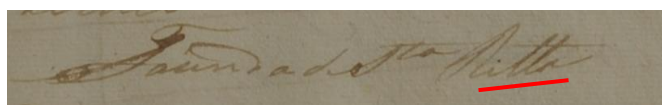
Santa Rozadehoji ndiante **he** so dmi o Campô (ASBCSLG, IPC, fol. 31v)



a pa Antonio dSouza Meira **ũ** Janeiro I Pinheiro fis esta (ASBCSLG, IPC, fol. 31v)



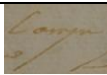


Falecimento A vinte enove de novembro de 1822 **morreo** meu pais e partimos os gados **eterras** (ASBCSLG, IPC, fol. 30v)



Fazenda d Santa **Ritta** (ASBCSLG, IPC, fol. 31v)

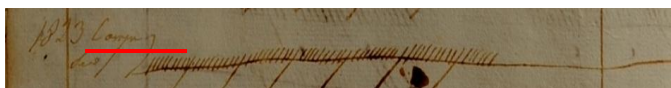
Sobre índices grafo-fonéticos nos escritos de Inocêncio Pinheiro Canguçu, praticamente não houve ocorrências, o que se deve ao número mínimo de fólios pertencente a esse escrevente:

Quadro 11: Ocorrências de supostos índices grafo-fonéticos de IPC

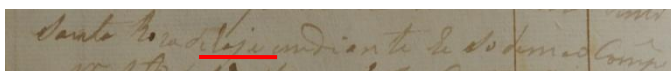
Exemplos de fac-símile	Ocorrência	Aspecto	Fólio	Quantidade
	Campu <i>por</i> Campo	Elevação de /o/ postônico final > /u/	30v	1
	hoji <i>por</i> hoje	Elevação da vogal média postônica /e~/i/	31v	2
	Bizerros <i>por</i> Bezerros	Elevação da vogal média postônica /e~/i/	31r	2

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Santiago (2012).

Exemplos Contextualizados:



1823 **Campu** Seco) (ASBCSLG, IPC, fol. 30v)



Santa Rozade**hoji** ndiante he so dmi o Campô (ASBCSLG, IPC, fol. 31v)



Bizerros deminha comadre 1820) Maria irmã [Zeferina] (ASBCSLG, IPC, fol. 31r)

É importante ressaltar que, na análise realizada, não foram encontradas irregularidades envolvendo o uso de sílabas complexas com /r/, /l/ e /s/, aspecto importante para definir uma mão inábil. Quanto à conclusão do grau de inabilidade/habilidade dos punhos brasileiros, é possível inferir que ambos são *pouco hábeis*, visto que:

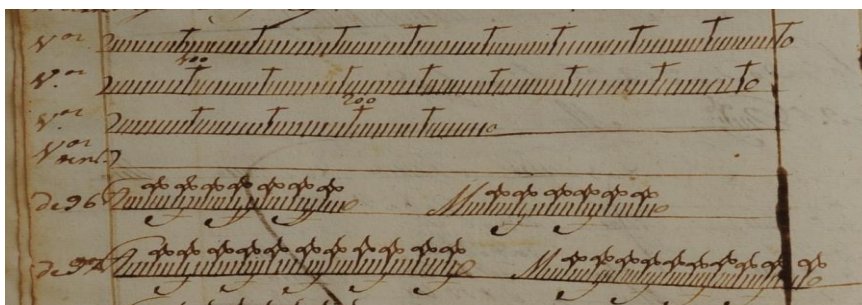
– Não configuram totalmente inábeis, porque, nas características da *escriptualidade*, não foram reveladas dificuldades; não houve ocorrências de sílabas complexas /r/, /l/, nem

desvios da sibilante /s/. No entanto constatou-se a presença da hipersegmentação e hipossegmentação.

– Não são completamente hábeis, porque existem variações ortográficas; praticamente não há uso da pontuação; além disso, o segundo brasileiro demonstrou a repetição de sentença textual; ambos fornecem aspectos que espelham possíveis marcas da oralidade.

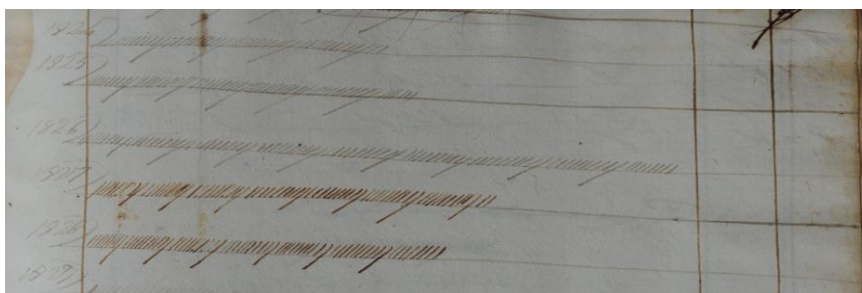
Alerta-se que, nesta investigação, foram analisados apenas 14 fólios do punho do português Miguel Lourenço de Almeida; 11 fólios escritos por Antônio Pinheiro Pinto e somente 9 fólios de Inocêncio Pinheiro Canguçu. Contudo a maior parte desses fólios possuía registros em forma de símbolos e pouca quantidade de texto, o que favoreceu o número mínimo de dados. É fundamental recordar que o *Livro do Gado* é um manuscrito contábil de fazenda, no qual os seus escreventes lançavam apontamentos sobre a rotina da propriedade rural. Nesse sentido, usavam símbolos como: traços verticais e horizontais, sinal de cruz, além de outros que se assemelhavam a um florão e, até mesmo, a consoante *J*, para se referirem ao controle de nascimento e partilha dos animais, pagamento aos escravos e controle das sacas de produtos agrícolas produzidos ao ano. Vejamos as ilustrações das anotações em símbolos, as quais predominam no *corpus*:

Figura 51: Fol. 29v



Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Figura 52: Fol. 33r



Fonte: CE-DOHS/ Foto de Jorge Viana.

Mais detalhes acerca dessa especificidade de escrita, o leitor pode conferir na parte 3 deste trabalho, seção na qual se encontra a descrição de cada símbolo.

Ao encerrar este tópico, vale reforçar a existência do *Livro de Razão*, o qual já foi mencionado na introdução desta pesquisa como objeto de estudo da tese de doutorado de Silva. O que importa agora é sinalizar ao leitor que o referido exemplar, composto por uma quantidade de páginas expressiva, foi produzido pelas mãos dos mesmos brasileiros estudados aqui. Dessa forma, a partir da possibilidade de uma ampliação desse *corpus*, há oportunidade de explorar outros fenômenos linguísticos e, com isso, conhecer um pouco mais o português brasileiro do interior baiano.

4.2 FONTES PARA O NOSSO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO?

Em sua intrigante história de formação, amplamente conhecida, o português brasileiro (PB) bifurcou-se em português culto e português popular, a grosso modo. Fazemos essa ressalva, pois, de acordo com Lucchesi (2001), essas vertentes são, ainda, plurais e polarizadas. Observam-se aspectos linguísticos distintos entre suas estruturas, e, para um possível entendimento dos fatores que atuaram nessas configurações, é imprescindível a reconstrução do passado do PB.

Sobre isso, Mattos e Silva (2008), no artigo intitulado *Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pesquisa*, apresentado no III Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), aponta caminhos viáveis para a reconstrução e compreensão das vertentes culta e popular do PB. A autora destaca que tal investigação deve ser rastreada por vias distintas. Dessa maneira, a face culta poderá ser recuperada através de documentações remanescentes, as mais diversificadas possíveis. Já a face popular deve ser reconstruída não apenas por *corpora* escritos, mas também pela História Social. Entre as sugestões levantadas por Mattos e Silva (2008, p. 28-29), têm-se as seguintes direções:

- b. para a reconstrução do passado do *português brasileiro culto*, pesquisar em *corpora* do *português europeu* contemporâneo e da mesma natureza dos nossos *corpora* os fatos linguísticos gramaticais que forem selecionados; e. para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro*, pesquisar no espaço brasileiro as variedades conviventes hoje sobretudo as dos não-escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil. i. reconstruir, detalhadamente e com precisão possível, a sócio-história linguística das diversas áreas brasileiras cobertas pelo projeto, considerando as línguas que aí estiveram em contacto, os movimentos

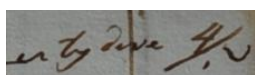
demográficos, a ausência / presença da escolarização e, conseqüentemente da escrita, como elemento normativizador.

Sendo assim, o passo para a reconstrução da sócio-história linguística brasileira ocorrerá por meio de estudos diversificados, não só daqueles que abrangem as áreas urbanas, as quais têm concentradas pesquisas em *corpora* de língua culta, mas também dos que se direcionam às localidades rurais, nas quais é mais favorável o encontro de dados representativos da língua popular, associados a vários fatores, como o da demografia, do contato entre diferentes línguas e da escolarização. É nesse viés que o trabalho aqui apresentado dialoga, colaborando com um *corpus* significativo para os estudos do PB.

Sobre a exploração realizada no *Livro do Gado*, conclui-se que os dados depreendidos não foram suficientes para provar se esse testemunho linguístico representa um português popular brasileiro do passado, haja vista a limitação do próprio texto. Contudo é importante esclarecer que para se chegar, de fato, à afirmação do português popular, faz-se necessário um estudo apurado de elementos morfossintáticos, o que é admissível com a ampliação do referido *corpus*, estendendo-o ao *Livro de Razão*, como já mencionado. Para reforçar a ideia supracitada, a observação de característica morfossintática feita no *corpus* permitiu encontrar uma suposta pista: o traço da falta de concordância verbal. Vejamos o exemplo:

Exemplo em fac-símile

Falta de concordância verbal



estes deveØ 4/ (ASBCSLG, APP, fol. 13r)

Por outro lado, é importante esclarecer que essa ilustração pode indicar também lapsos da escrita ou, como diz Barbosa (1999, p. 165), um “cochilo de quem escreve”, revelando um descuido do redator durante o ato de grafar. Por isso, um estudo aprofundado desses elementos permitirá um desfecho seguro sobre a questão discutida nesta seção.

Desse modo, o panorama geral da análise realizada no *Livro do Gado* evidenciou que os dados foram insuficientes, nesta amostra, para uma investigação estrutural linguística. No entanto revelou-se rico para estudos em outras perspectivas, como para a cultura escrita, a penetração da língua escrita na Bahia. Revelou-se interessante, também, para investigações na perspectiva da sociolinguística paramétrica, da semiótica, além de outras áreas, como História, Ciências Econômicas, entre outras.

Vale recordar que aquele que se propõe a mergulhar no estado pretérito de uma determinada língua, como fazem os que se dedicam, em especial, à Linguística Histórica, terá apenas as documentações remanescentes a seu favor. Diante desse fato, trabalhará ele com fragmentos textuais, esforçando-se para extrair indícios, “espelho” do que se está a buscar. Assim, “a arte de fazer o melhor uso de maus dados”, expressão clássica de Labov (1994), será para o investigador uma das direções para que se alcance um bom resultado. Portanto, foi nessa direção que o presente trabalho percorreu, ou seja, a partir dos retalhos de escritas de um manuscrito privado, dos séculos XVIII e XIX, buscamos gerar o mínimo de dados maus para se realizar o estudo proposto. Apesar de os resultados para o estudo linguístico não terem sido favoráveis, o *corpus* mostrou-se fértil para outras investigações, como já salientado. Para concluir, pode-se dizer que, às vezes, uma pesquisa é como o caminhar de um andarilho: embora árduo, nunca se deixa de buscar o horizonte. Avante!

4.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, dedicamo-nos ao estudo linguístico do *corpus*. Dessa maneira, apresentamos uma análise quanto ao nível de inabilidade/habilidade dos redatores do manuscrito, e uma averiguação descritiva dos aspectos de índices grafo-fonéticos *versus* aspectos gráficos. Os dados esboçados revelaram:

– No que tange à questão de inabilidade/habilidade, infere-se que os escreventes, tanto o lusitano quanto os brasileiros, são considerados pouco *hábeis* com a prática escrita.

– Em relação ao levantamento de índices grafo-fonéticos, algumas ocorrências, depreendidas dos apontamentos dos brasileiros, aparentam ser aspectos de *abaixamento de vogais; redução de ditongo; nasalização; elevação de vogal*. Já no que concerne aos traços gráficos, identificamos aspectos como: *grafismo; latinização; substituição de grafema; eliminação de grafema; inversão de ordem de grafema, grafia para ditongo nasal e variação de vogal*.

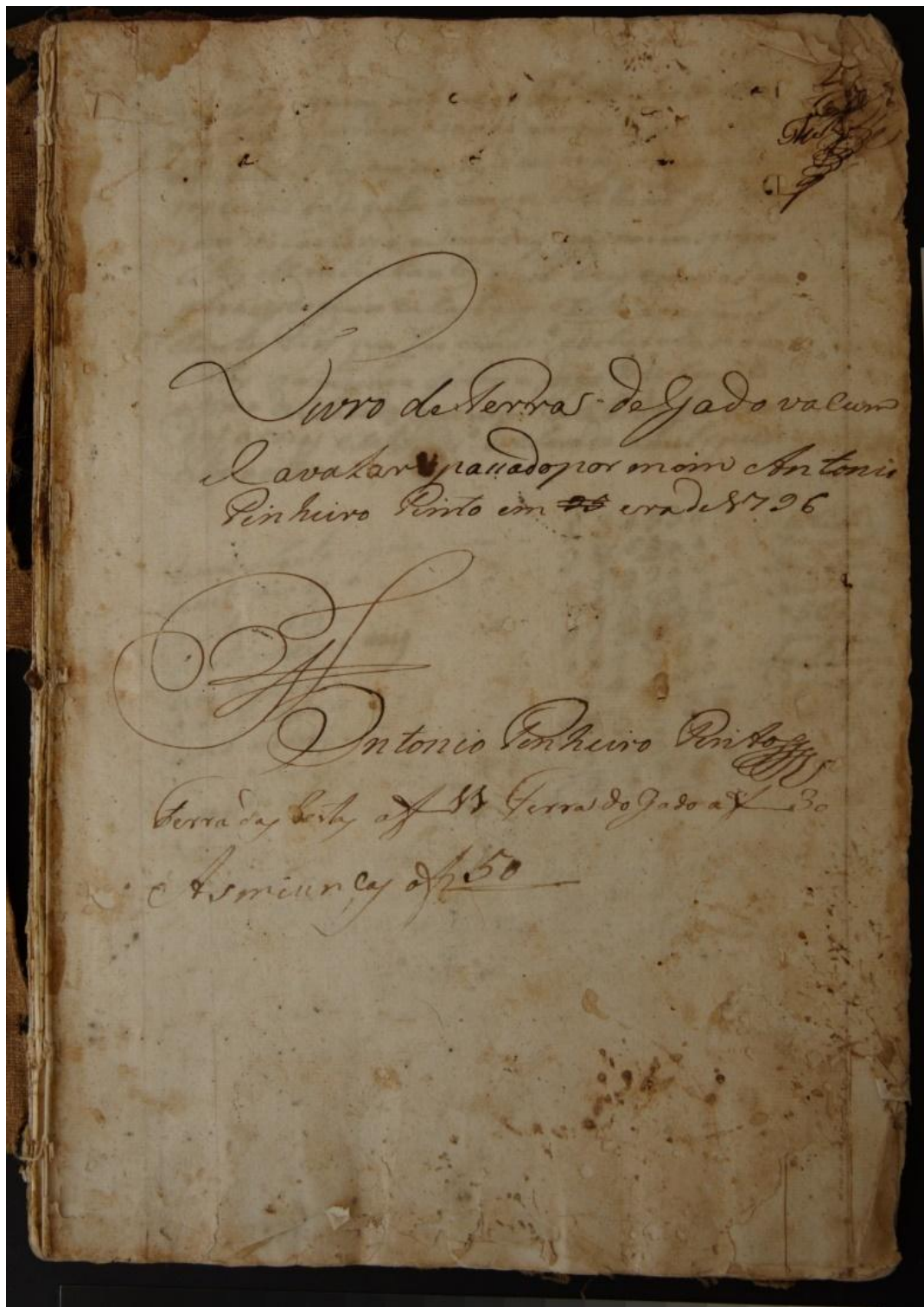
PARTE 5

A edição

Nesta seção, apresentamos as edições fac-similar e semidiplomática de 22 páginas, alguns escritos em recto e verso; outros, apenas no verso, totalizando 36 fólios com mancha escrita, do *Livro do Gado* do Brejo do Campo Seco, manuscrito baiano que abrange o período colonial e pós-colonial, pertencente ao banco de texto DOHS, caracterizado como: ASBCSLG – Acervo do Sobrado do Brejo do Campo Seco do Livro do Gado.

Os critérios de transcrição adotados para o labor dessa edição seguem as normas do PHPB, com alguns ajustes devido à necessidade do documento. Tais critérios encontram-se sinalizados na parte 2, intitulada *Da metodologia aos Pilares da Edição*, que pode ser consultada pelo leitor. Vale destacar que, para uma melhor visibilidade, as imagens dos fólios foram recortadas e ampliadas do formato original apresentado pelo método Lapelinc. A seguir, as edições:

Fólio 01



[fol. 1r]

Livro⁴⁸ de Ferra de Gado vacum
Cavalar passado por mim Antonio
Pinheiro Pinto em 95⁴⁹ era de 1796

Antonio⁵⁰ Pinheiro Pinto

- 5 Ferra das bestas a *folha* 11 Ferra do Gado a *folha* 30
As minunças a *folha* 50

⁴⁸ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

⁴⁹ Rasurado.

⁵⁰ Presença de maiúscula interessante.

Helebi de rem artiliceo Don Martij Prata
 May Contas q' preceden Cando me em t'zou odv.
 Distribuias dos an'os de artiliceo de artiliceo em unhas
 ioy Com de de cista de m'ca de l'ebim. q' de
 von no cartorio a dinaday p' m'ca quin
 l'os eff'ic' de l'ant' by m'ca l'ey emorod' q'
 p' artiliceo de quin' l'os l'os q' de l'os de quin'
 l'os l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os
 Contas nam q' m'ca de l'os, digo todo Com p' l'os
 a p'ima de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os
 de artiliceo q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os
 l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os

Contas de l'os q' de l'os	134330	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	286500	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	060200	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	085828	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	013928	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	007820	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	14640	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	803238	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	18525	de l'os q' de l'os
Contas de l'os q' de l'os	<u>621763</u>	de l'os q' de l'os

de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os
 de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os q' de l'os

[fol. 2r]

Recebi⁵¹ demeui antecor Antonio Martis Prata
 nas contas quemedeu Quando me entregou advogado
 do tributar dos auzentes deva arios emventar
 ios como da Receita do meu Recebimento que sea
 5 xam no cartoriò asinadas pormim quin
 hetos etrinta etantos mil Reis emora dasa
 gora oquede quinhentos ta is exeto doze mil
 etantos Re is que foi em *dinheiro* edetudo ha de dar
 contas namesma forma; digo todo emsito
 10 asima declarado epormim Recebido foi deoro
 dos araias exeto *dinheiro*⁵² de clarado amilequin 549130
 hetos aoitava
 Remeti a conta asima - - 134330 da *Cuantia* do
 Remeti mais - - - - 286500 emventar *io*
 15 Remeti mais - - - - - 060200 Jozê Carvalho
 Remeti mais g[] reis - - - - - 085820 seadem [*inint.*]
 Remeti mais - - - - - 019928 5025 em
 Remeti mais - - - - - 007820 que por orde
 Remeti mais - - - - - 14640 emdemadar
 20 803238 dis ao [*inint.*]
 mais duzoito - - - - - 18525
621763
 Farinha demeui afillhado que vou fazendo
 24 hé oseguinte alqueires⁵³)|||||||

⁵¹ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁵² Há corrosão abaixo da palavra "dinheiro".

⁵³ Na linha 23 inicia a escrita do segundo punho, trata-se de Antônio Pinheiro Pinto.

[fol. 3r]

- Ao⁵⁴s 3 dias domes⁵⁵ de *setembro* de 1742 Recebi sen
 to evinte e hum mil e Carenta Reis da mão
 de *Antonio gonçalvez*. Parreira produto da Rematacam
 de hu o negro por nome *Antonio* pertence
 5 a Fra ciscam de *Manuel*. [?] conti a aos [?]
 mis do de funto *Pedro gonçalvez*.
 Miguel Lourenço de Almeida⁵⁶
- 12[140]
 dis deste *dinheiro*
 28 [ilegível +1 linha]
 tim diga[.]
 com Gomes [*inint.* +2
 linhas]
 dis mais da [*senhora*]
 Qantia donegr[o]
Manuel [*Souza*]
 como [*costara*]
 dos [*autos*] [*inint*]
 [?] Qamdo *senhor*
 40000
- Aos 13 de *outubro* de 1742 Re ce bi de *Antonio*
gonçalvez parera. SinQenta mil eoi to Cen tos
 10 e Carenta Reis de hu o⁵⁷ negro por nome e [ase]
 ntura que nesta pra [c]a a Rema tou perte
 ncente aos au zentes cuja Qan ti hê [ol]
 iquido e ás cus tas e gas tos *que* fes [al] [al]
 es cravo es tam sas tifeitas *para* o *que*
 15 se a Rema tou por sem mil Reis Ba
 rra dia e herra assim a
 Miguel Lourenço de Almeida⁵⁸
- 50840
 Remeti em
 24 de *Janeiro*
 de 1743

⁵⁴ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁵⁵ Abaixo da palavra "mais" há corrosão.

⁵⁶ Rubrica corroída parcialmente, em forma de laçada. Abaixo da rubrica há mancha.

⁵⁷ Acima da letra "o" tem um sinal que, lembra um ponto de interrogação.

⁵⁸ Rubrica em forma de laçadas.

			[fol. 4r]
	Remitir em	Aos ⁵⁹ 22 de <i>outubro</i> de 1742 recebi	
	24 de <i>janeiro</i>	de goncalo Pexoto da [ilegível] duzentos [.]	
	de 1743	[as] Conta oito mil e coatro [ilegível] Reis	
	Miguel Lourenço de Almeida	pertencente aodefunto ber[<i>n</i>]ardo co	
5		elho como cos ta de hum term o <i>que</i>	[ilegível]
		seaxa noemventario do [<i>senhor</i>] defunto cu	250400
		ja co anti a s eaxa com à contàge	248900
		em [?] emepertence digo sam duzen	
		tos e Qrenta e oito mil e nove sentos Reis	
10		como domes mo Inventario cos ta	
		Miguel Lourenço de Almeida ⁶⁰	
		d[<i>ar</i>] bento martis deste mes mo Inventario	2860
		pago	Remetir

⁵⁹ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁶⁰ Rubrica com laçadas.

[fol. 4v]

- Aos⁶¹ 22 de *outubro* de 1742 Recebi de
 Go[nçalo] Pexoto [?] du zentos evin
 ti etres mil e nove sentos e Carenta 2239⁶²40
 pertencente ao d efunto Pedro Mar Remiti em
 5 tis de Morar como costa dehun ter 24 *janeiro*
 mo que seaxa no emventario por min de1743
 asignado do [senhor] defunto cuja Qantia Miguel Lourenço de Almeida
 se [acha] com as minhas contages e todas
 as mais
- 10 Miguel Lourenço de Almeida
- [?] asi m mais Recebido do *Padre Antonio Jozê*
 defoias sinQenta eseis mil e oitenta 56080
 Re is pertence ao [senhor] defunto asi ma Remetir em
 dehum [*Ordem*] que oman dei Rematar 24 de *janeiro*
 15 Cuo dia econtais hin da sead emtirar de1743
 Miguel Lourenço de Almeida
- Re ce bi demeu compadre Leitam dois mil e qui
 Nhe tos ececenta Reis em *dinheiro* pertencentes
 a o emventario do defun to cujonome 2560
 20 cos tara d oemventaxio *aquem* pertencer Remiti
 Miguel Lourenço de Almeida

⁶¹ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁶² Há um traço vertical acima do número nove.

[fol. 5r]

- Recebi⁶³ do capitão Jozê machado [ilegível] sento
e [trinta] e [sinco] mil Reis em *dinheiro* que [ilegível]
[ilegível] defunto [Doutor] gerardes [ilegível] hum credito
cujo se a è [ilegível] [?] noem ventari o do[d]
5 defunto edei [Araújo] sen credito
fi ca sas tifei ta atal cantia as ima de *que* não
de vo dar mais conta por man darpagar [Almeida]
dacosta lima com costa dareceita no emventario.
domesmo defunto *Doutor* gerardes
- 135000⁶⁴
- dos *dinheiro* se pago
ao Bernar
do *Carvalho* com o
por curador
de *Manuel* da cos
ta lima em
23 de *novembro* de
1742
- 10 Recebi mais do *capitão* Tiatoni o de Caldas
pertencentes a omesmo defun to emventa
rio oitenta mil Re is ou *que* costar dec
lareza *minha* digo sento e oi tenta mil coa
tro sentos enoventa reis pertencentes ao
15 *senhor* defunto *Doutor* gerardes Pexoto
mes mo asim por ser do mesmode
funto *Doutor* gerardes
- 180490⁶⁵
- esta coantia
dei as o Bern
ardo *Carvalho* [com]
o por curador
de *Manuel* da cos
ta lima por
[lh] [ilegível]
funto [Doutor]
gerardes [*Pexoto*]

⁶³ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁶⁴ Há um sinal de x acima da numeração.

⁶⁵ Há um sinal de x acima da numeração.

[fol. 5v]

	Recebi ⁶⁶ do Padre Jozê Gomes Vaéra que [ilegível] ao emventário do [defunto] Bernardo [Coelho] cinco mil e sete sentos [ilegível] digo [oiten]ta reis	5780
	Miguel Lourenço de Almeida	Remeti
5	Recebi de Mi gael gonçalvez Coelho tres mil oito centos e cecenta Reis pertencentes a o inven tario do defunto Miguel gonçalvez lemes.	3860
	Recebi des teno [inint.] seis mil e sen to e cecenta perten cente aoemventar io do defunto Manuel furtado	6160
10	Miguel Lourenço de Almeida	Remeti
	Recebi mais domesmo Inventario - . -	640
	Recebimais domesmo Inventario porneo de goz calo Pexoto de humas [colheres] [deprata] - - -	2000
15	Miguel Lourenço de Almeida	Remeti em 24 de janeiro de <u>1743</u>

⁶⁶ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

[Faint handwritten text at the top of the page, including the number 743.]

Precabi do. do. Ha. forca. D. y. o. a. p. a.
 tentaty roal fery de m. f. a. l. a. r. i. o. J. d. e.
 avua do vint mil enove centoy 20300
 Dade may domymo emuentario por m. a. o. de
 Miguel J. de S. C. B. C. y. m. t. e. n. t. a. i. y. - 2850
[Signature]
 24 de Jani
 de 1743

Precabi may parte a omgnis emuentary (com. h. m.
 do Comitaris q. p. a. a. l. u. y. v. i. n. t. e. m. i. l. e. n. o. v. e. - 24 de Jani
 ue centoy e luenta y de decanoy - 19960
 mil nou centoy e se luenta y -
[Signature]
 a d. e. r. a. d. a. s. d. e. J. r. e. g. e. n. t. e. v. i. e. n. t. e. y. p. a. d. e. -
 emuentary - 3600
 may En. C. B. - - - - - 50230
[Faint text at the bottom right]

[Receb] ⁶⁷do Padre Jozê g omes viera pertencen
 [ilegível] [ilegível] inventario do cabo [?] [?] *dinheiro francisco*
 janeiro de Xavier - - - - - 5620
1743

Miguel Lourenço de Almeida⁶⁸

5	Recebi do <i>Padre Antonio</i> Corria de soza per tencente ao al feres de emfantaria Jozê Carva lho vinte mil en ove centos ris	20900
10	recbi mais domesmo emventario por mão de Miguel <i>gonçalvez</i> Coelho dois mil eoitenta ris Miguel Lourenço de Almeida	2080 Remiti em 24 de <i>janeiro</i> de 1743
15	Recebi mais parte a o mesmo em ventario do comicario gaspar alvis vinti mil enov em centos e cecenta ris digo dezenovem mil novecentos e secenta ris Miguel Lourenço de Almeida	Remiti em 24 de <i>janeiro</i> de 1743 19960
	a dema dar o <i>Padre. Joze gomes viera</i> das fitas do [<i>senhor</i>] emventario - - - - - 9600 mais hu [<i>Co lher</i>] - - - - -	dos deste [<i>emventario</i>] ao [ilegível] sitador <i>Doutor Padre</i> jozê de [ilegível] <u>502550</u> por ordem do [<i>inint.</i>] como costa o [<i>inint.</i>] do [<i>inint.</i>] envitario

⁶⁷ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁶⁸ Presença de laçadas.

[fol. 6v]

Bara⁶⁹ [ilegível] em⁷⁰ [ilegível] doorfo Frei [Joam] [ilegível]
 emtrego ê joam francisco e gonçalo [ilegível]
 Cuja Coanti sehadi[madar]faras amando
 pessoa Idonia.

5	Recebi do [Por] Padre Joam Corre a da Ren a tacam do escravo luis mira pertencentes aotribu nal dos auzentes por mandar Rematar cecenta mil reis em <i>dinheiro</i> e abati dos os gas tos ficam liquido dezeseis mil e duze	Remiti em 24 de janeiro <u>de1743</u>
10	ntos os reis devem seticar ⁷¹ as com [inint.] Miguel Lourenço de Almeida	16200
15	Recebi de joam martis [inint.] trintaetres mil quinhentos vinte e oito pertencentes ao emven tario do defunto Andre frere calhado Miguel Lourenço de Almeida	33528 Remiti em 24 de janeiro de 1743

⁶⁹ Há na margem superior esquerda um sinal de x, antes da palavra "Barra".

⁷⁰ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁷¹ Por "certificar"

[fol. 7r]

- Recebi ⁷²de Antonio Ribeiro Aranha com o fiador de
goncalo demorais [*inint.*] [*inint.*] sento e corenta
e nove oitavas e duzoito [*gramas*] de oro
dos ⁷³araias cujo foi por mão do [*inint.*] sipriano
5 da crus quaCoatro pataquas emparte <[ilegível] 900
cuja ca n tia pertenci aoemventario dode
funto Manuel Alvez da fonceca - - - -
digo sento edezoitoreis emeia dooro asma dec
larado que fas aconta de sen to e caren ta eco atro mil reis - - - - - 144000⁷⁴
- 10 Recebi de Antonio Ribeiro do vale da pera
sen to e doze mil e quinhe tos reis em *dinheiro*
aconta da fazenda *que* Rema tou do defu
nto por cujo nome não es queca o rece
bido partencen tes a os au ze deste tri bunal
15 Miguel Loureço de Almeida
- Recebi do Padre Joze gomes pertencente
ao defunto di o go lo pes Perera 284620
este *dinheiro* hade dar o [*senhor*] Padre Joze gomes co
mo Remata n te Remiti
20 Mais do [*senhor*] 9600
Miguel Loureço de Almeida

⁷² Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁷³ Há na margem superior esquerda um sinal de x, antes da palavra “das”.

⁷⁴ Há abaixo da numeração um sinal de x.

[fol. 7v]

- Recebi⁷⁵ do *Padre Manuel* desoza silva pertence
 nte ao emventario do defunto *Doutor* fres pedro
 de hum negro *que* Rematou o [*senhor*] *Padre* 69000
 Miguel Lourenço de Almeida⁷⁶ Remeti
- 5 AOS 28 de janeiro de 1743. Remeti par a pernambuco todas as C anti as por m i m asenladas⁷⁷
 Cosignadas nes telivros pertencentes a os aizes
 ntes *que* se a xarem [?] Remitidas por mim e de
 tas tires as minhas com ta ges e does crivam
- 10 que fi cara liquido *para* a remeca hum conto
 seis [.] sento sincoenta eoi to mil e sento ese
 tenta e tres reis e com atais Qan tias foro
 os mes mos Inventarios cuja Qantiaade
 dar conta o *sargento* mor [Theodorio] [leite] Pexoto
- 15 sahida aheta por demima receber *para* a Rem
 eter e para clareza em memoria fiz esta
 de claracam e so dares com ta do *que* asen
 tar e receber desta folha e mdia nte Bar
 ra 28 de Janeiro de 1743
- 20 Foi⁷⁸ 1658173 ris
 Miguel Lourenço de Almeida⁷⁹

⁷⁵ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁷⁶ Laçadas.

⁷⁷ Por "assentadas"

⁷⁸ Há corrosão antes da palavra "foi".

⁷⁹ Laçadas.

23
 D. J. de paraty Julho 8 de 1755
 Dona Theodora de Brito Gondim de 58 Anos 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 José Feliz de 55 Anos 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Manoel Pinto de 56 Anos 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Fran. de Brito Gondim de 57 Anos 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Maria Cecília de 57 Anos 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Lourenço ezequiel de 56 Anos 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 D. J. de paraty
 Feliz de 55 Anos 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 João de 55 Anos 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Salvador de 56 Anos 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Luiz de 56 Anos 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Couraço de 56 Anos 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Fran. Fecallo 64 Anos 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Paraty a Cecília Anna e Graça de 55 Anos 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 como de 56 Anos
 Sebastião 61 Anos
 D. Theodora 62 Anos
 Feliz ezequiel 62 Anos 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 José de 62 Anos
 Martins de Sabá 62 Anos
 Matheus 62 Anos 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Maria Antung 62 Anos 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Fran. de Brito Gondim 63 Anos 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 Alz. de 63 Anos 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
 J. de 64 Anos
 Faustino 64 Anos
 Juliano de 64 Anos 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

Ego as⁸⁰ depar tes Julho 8 de 1755

Crias

Dona Theodora de Brito gondim de 58 Machoꝝ Fêmeaꝝ 59 Macho Fêmea 60 Machoꝝ Fêmea 61 Fêmea 63 Fêmea

Jozê Felis – de 55 Machoꝝ de 56 Machoꝝ de 57 Machoꝝ 58 nada 59 Fêmea 60 Fêmea

5 Manoel Pinto – de 56 Machoꝝ Fêmeaꝝ de 57 Fêmeaꝝ 58 Machoꝝ Fêmea 61 Fêmea 62 Fêmea 63 Fêmea 64 Machoꝝ

Francisco de Brito gondim – de 57 Machoꝝ Fêmea 59 Machoꝝ Fêmea 60 Machoꝝ Fêmea 61 Machoꝝ Fêmea 62 Fêmea Machoꝝ

Maria creoulla de 57 Fêmea 58 Machoꝝ 61 Fêmea 62 Machoꝝ 65 Machoꝝ Fêmea 67 Machoꝝ

Lourenço escravo do orfo de 56 Fêmea 62 Machoꝝ

Escravo da Fazenda

10 Felis – 55 Fêmea de 57 Fêmea de 56 Machoꝝ 58 Fêmea 59 Machoꝝ 60 Machoꝝ Fêmea 61 Machoꝝ Fêmea

João – de 55 Fêmea de 56 Fêmea 58 Machoꝝ 59 Fêmea 60 Fêmea 61 Machoꝝ Fêmea 63 Fêmea 64 Fêmea 67 Machoꝝ

Sal vador De 56 Fêmea de 57 Fêmea 58 Machoꝝ Fêmea 60 Fêmea 62 Fêmea Machoꝝ 64 Machoꝝ Fêmea 67 Fêmea

Luis de 56 Fêmea 59 Fêmea 60 Machoꝝ 62 Fêmea

Courano de 56 Machoꝝ de 57 Fêmea 58 Machoꝝ 61 Fêmea 63 Fêmea 64 Machoꝝ 67 Machoꝝ 68 Fêmea 69 Machoꝝ

15 Francisco Creoullo 64 Fêmea 67 Fêmea

Partes a Creoulla Anna escrava de Manuel Gomes de 55 Fêmea de 56 Fêmea

Cosme de 60 Machoꝝ Fêmea

Sebastião – 61 Machoꝝ

Dona Theodora 62 Machoꝝ Fêmea

20 Fellis escravo 62 Machoꝝ Fêmea 63 Machoꝝ Fêmea 64 Machoꝝ Fêmea 65 Machoꝝ Fêmea 67 Machoꝝ Fêmea 68 Machoꝝ Fêmea

Jozê [inint] 62 Fêmea

Martinho databua Machoꝝ

Matheus 62 Machoꝝ 64 Machoꝝ 66 Fêmea 69 Machoꝝ 70 Fêmea

Maria Antunes 62 Fêmea 65 Machoꝝ

25 Francisco de Brito gondim 63 Fêmea 64 Machoꝝ Fêmea 65 Machoꝝ Fêmea 66 Machoꝝ Fêmea 67 Machoꝝ Fêmea

Manuel Friz 63 Fêmea 64 Fêmea

Julião Friz 64 Machoꝝ Fêmea

Faustino 64 Machoꝝ

Julião Friz 64 Machoꝝ Fêmea 65 Machoꝝ Fêmea

⁸⁰ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

Julho⁸¹ 8 de 1755

Egoas que entrego eu Miguel Lourenço de Almeida nesta Fazenda do Campo Seco ao Criador Sebastião Álvares de Brito o qual
 a Leveira ao quinto não fica obrigado a pagar mortas

5 Egoas de entrega

)|||||+|||||+|||||+|||||+|||||+|||||+|||||+|||||

Crias⁸² Este dizimo de 56 ferrouce dois

Poldros e duas poldras para o senhor com hũ 6

De 1755 MachoⁱⁱⁱY FêmeaⁱⁱⁱⁱYi de 56 MachoⁱⁱⁱⁱYⁱⁱⁱⁱ/YⁱⁱⁱⁱYⁱⁱ FêmeaⁱⁱⁱⁱYⁱⁱⁱⁱ/YⁱⁱⁱⁱYⁱⁱⁱ naperna
 dereyta

De 57⁸³ Macho^{|||||} FêmeaⁱⁱⁱⁱYⁱⁱⁱⁱ/ⁱⁱⁱ 58 Macho^{||||}Y^{||||}/Y^{||} Fêmea^{||||}Y^{||||}Y^{||}Y

10 De 59 Macho^{||||}Y^{||} Fêmea^{||} 60 Macho^{||||}Y^{||||}/Fêmea^{||||}Y^{||||}Y^{<↑Ferrada>} 61 Macho^{||||} Fêmea^{|||||}
 <↑Ferrada>

De 62 Macho^{|||||} Fêmea^{|||||}/^{||||}<↑Ferrada> 63 Macho^{|||} Fêmea^{|||||} 64 Macho^{|||||}
 Fêmea^{|||||}/<↑Fera> Ferrada

De 65 Macho^{|||||}/<↑Ferrada> Fêmea^{|||||} 66 Macho^{|||}Fêmea^{|||||} 67 Macho^{|||} Fêmea^{|||||}

De 68 Macho^{|||||}/^{|||} Fêmea^{|||||} 69 Macho^{|||}Fêmea^{|||||} 70 Macho Fê⁸⁴mea^{|||||} 72 Fêmea
 Macho^{||}

De 72 Macho^{|||} Fêmea^{|||||} 73 Fêmea^{|||} Macho^{|||} 74 Macho^{|||||} Fêmea^{||} 75 Macho^{|||||}Fêmea^{|||||}

15 De 76 Macho^{|||||} Fêmea^{|||} 77 Macho^{|||||} Fêmea^{|||||} 78 Macho^{|||||} Fêmea^{|||}

De 79 Macho^{|||} Fêmea^{|||||} 80 Macho^{|||||} Fêmea^{|||||} 81 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||}

De 82 Macho^{|||||} Fêmea^{|||||} 83 Macho^{|||} Fêmea^{|||} 84 Macho^{|||} Fêmea^{||}

De 85 Macho^{|||||} Fêmea^{|||}

⁸¹ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁸² Laçadas.

⁸³ Acima dessa linha tem a seguinte escrita praticamente apagada: <esta poldra foi ferrada por conta do dizimo com [ilegível] naperna direita este poldro [ilegível] foi [ilegível]>.

⁸⁴ Rasurado.

Junij

Fran. de Brito gendim 68 M. Fe 65 M. Fe
 Felizes cruce 69 Fe 70 M. Fe 72 Fe 73 M. Fe 74 M. Fe
 Salvador 68 Fe 69 M. 76 M. 77 M. 79 Fe
 Antonio Mchate 69 M.
 Antonio da Brito gendim 70 M. Fe 71 M. Fe 72 M. Fe
 Joao da Silva 70 M. 72 Fe 73 M. Fe
 Fran. de Brito 71 Fe 72 M. Fe
 Fran. da Silva 70 M. 72 Fe
 M. Fe 71 Fe 72 M. Fe
 Fran. de Brito 73 Fe 76 M. Fe 77 M. Fe
 Felizes cruce 75 M. 74 M. Fe 74 M. Fe
 Madrug 76 M. 77 Fe
 Deff. An. de Brito 77 M.
 Gaudino cruce 76 M. 77 M.
 Luiz de Araújo 77 M.
 Lucia 78 M.
 Fran. 78 Fe
 Jose de Araújo de Brito M.
 Terena Antunij 79 Fe 80 Fe
 Gabriel Dias 80 Fe
 Alcaide de Brito 76 Fe 79 Fe
 Felizes cruce 77 M. 80 M. Fe
 Marcelino 83 Fe
 Loure 83 M.
 Luiz de Brito 83 Fe
 Salvador 83 Fe M.
 Teresa Antunij 83 M.
 Geronimo Barbosa 83 M.
 Jose de Brito 82 Fe
 Felizes cruce 82 Fe M.
 Teresa Antunij 82 Fe
 Antonia 82 Fe
 Marcelino 82 Fe
 Fran. de Brito 82 Fe

10
 M. Fe
 M. Fe

Partes⁸⁵

- Francisco de Brito gondim 68 Macho Fêmea 69 Macho Fêmea
 Felis escravo– 69 Fêmea 70 Macho Fêmea 72 Fêmea 73 Macho Fêmea 74 Macho Fêmea
 Salvador 68 Fêmea 69 Macho 76 Macho 77 Macho 79 Fêmea
- 5 Antonio Mulato 69 Macho
 Antonio de Brito gondim 70 Fêmea 71 Macho Fêmea 72 Macho Fêmea
 João da [inint.] forro 70 Macho 72 Fêmea 73 Macho Fêmea 74 Macho
 Antonio Angelo 71 Fêmea 72 Macho Fêmea
 Francisco da [inint.] [inint.] forro 70 Fêmea 72 Fêmea
- 10 Manuel Friz da [inint.] – 70 Macho 77 Fêmea
 Francisco crioulo 73 Fêmea 76 Macho 80 Macho Fêmea
 Fellis escravo 75 Macho 77 Macho Fêmea 78 Macho Fêmea
 Matheus 76 Macho 77 Fêmea
 [inint.] Antonio de Barros 77 Macho
- 15 Faustino Crioulo 76 Macho 77 Macho
 Luis dearaujo 77 Macho
 Luzia 78 Macho
 Francisca 78 Fêmea
 Joze dearaujo de 80 Macho
- 20 Tereza Antunes 79 Fêmea 80 Fêmea
 Gabriel Dias 80 Fêmea
 Maxselino 76 Fêmea 79 Fêmea
 Felisdo [inint.] 79 Macho 80 Macho Fêmea
 Marselino 83 fêmea
- 25 Lourenço 85 Macho
 Luis de Araujo 85 fêmea
 Salvador 85 fêmea Macho
 Tereza Antunes 85 Macho
 Geronimo Barboza Macho
- 30 Jozê de Araujo 82 fêmea
 Felis da [inint.] 82 fêmea Macho
 Tereza Antunes 82 fêmea
 Antunil 82 fêmea
 Mar selino 82 fêmea
- 35 Francisca 82 fêmea

⁸⁵ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

Partey

Jay de Abi. 83 fii
 General Antonio 83. fii
 Dami 83 fii
 Alonç de Alens 83 fii
 Telex goma de 85 fi
 Pan Criolo de 84 fi 85 fi
 An. muleto de 85. illi
 Pan. de 84 illi
 Saluador 85 fi

Em 24 de Maio de 1800
 Antonio de 25
 27 Mo
 Antonio de 25
 23 de 25 Mo 24 de 25 Mo 25 de 25 Mo
 26 de 25 Mo 27 de 25 Mo 28 de 25 Mo
 de 29 de 25 Mo 30 de 25 Mo 31 de 25 Mo
 18.4 de 25 Mo 18.5 de 25 Mo 18.6 de 25 Mo
 18.7 de 25 Mo 18.8 de 25 Mo 18.9 de 25 Mo
 Antonio de 25 Mo
 Antonio de 25 Mo 18.10 de 25 Mo
 18.11 de 25 Mo 18.12 de 25 Mo

- Parttes⁸⁶
 Luis deAraújo 83 fêmea_i
 Tereza An tunes 83 fêmea_i
 Francisca 83 fêmea_i
 5 Mars[e]lino 83 fêmea_i
 Felix Gomes de 85 fêmea_i
 Francisco Criolo de 84 fêmea_i 85 fêmea_i
 Antonio Mulato de 85 Macho_i
 Francisca de 84 Macho_i
 10 Salvador⁸⁷ 85 fêmea_i
- Em 94⁸⁸ Antonio de Almeida ~~Fêmea Macho~~ 93 ~~Fêmea Macho~~⁸⁹
 Jeronimo de 95 Fêmea_i Macho_i 96 Fêmea Macho_i⁹⁰
 97 Fêmea Macho₀
 Antonio de Almeida Bestas são as seguintes
 15 93 Fêmea_i pago Macho 94 Fêmea pago Macho₀ 95 Fêmea Macho
 96 Fêmea Macho 97 Fêmea pago₀ Macho 98 Fêmea Macho₀ pago
 de 99 Fêmea₀ Macho₀ 800 Fêmea Macho_i 801 Fêmea₀ Macho
 1804 Fêmea Macho 805 Macho_i Fêmea 809 Fêmea Macho_i
 1810⁹¹ Fêmea Macho_i 811 Macho Fêmea_i vendas as [besttas]
- 20 aocapitão Pinheiro
 Vu torino [inint.] de 810 Fêmea_i Macho de811 Fêmea Macho
 de 812 Fêmea Macho_i de813 Fêmea Macho_i

⁸⁶ Escrita de Miguel Lourenço de Almeida.

⁸⁷ Abaixo da palavra “Salvador” há traço horizontal.

⁸⁸ Na linha 12 há presença do segundo punho, trata-se da escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

⁸⁹ Rasurado.

⁹⁰ Rasurado.

⁹¹ Abaixo da numeração “1810” há traço horizontal.

Antonio Pereira *Antônio Pereira*
 Eng.º *Eng.º* Mus. *Mus.* Eng.º *Eng.º* Mus. *Mus.*

26 *26* *Mus.* 27 *Folle Molo*

28 *28* *Mus.* 29 *Amo. Muro*

1800 *1800* *Muro* 1801 *1801* *Muro* *Muro*

1802 *1802* *Muro* 1803 *1803* *Muro* *Muro*

1804 *1804* *Muro* 1805 *1805* *Muro* *Muro*

1806 *1806* *Muro* 1807 *1807* *Muro* *Muro*

1808 *1808* *Muro* 1809 *1809* *Muro* *Muro*

1810 *1810* *Muro* 1811 *1811* *Muro* *Muro*

1812 *1812* *Muro* 1813 *1813* *Muro* *Muro*

1814 *1814* *Muro* 1815 *1815* *Muro* *Muro*

1816 *1816* *Muro* 1817 *1817* *Muro* *Muro*

1818 *1818* *Muro* 1819 *1819* *Muro* *Muro*

1820 *1820* *Muro* 1821 *1821* *Muro* *Muro*

1822 *1822* *Muro* 1823 *1823* *Muro* *Muro*

1824 *1824* *Muro* 1825 *1825* *Muro* *Muro*

26 *26* *Muro* 27 *27* *Muro*

28 *28* *Muro* 29 *29* *Muro*

804 *804* *Muro* 805 *805* *Muro* *Muro*

806 *806* *Muro* 807 *807* *Muro* *Muro*

808 *808* *Muro* 809 *809* *Muro* *Muro*

810 *810* *Muro* 811 *811* *Muro* *Muro*

812 *812* *Muro* 813 *813* *Muro* *Muro*

alaborado *alaborado* *alaborado* *alaborado*

[fol. 11r]

- Antônio⁹² Pinheiro Pinto Bestas
 Em 94 Fêmea|||| Macho|||| Em 95 Fêmea0 Macho||||
 96 Fêmea| Macho|||| 97 Fêmea0|||| Macho0|
 98 Fêmea| Macho| 99 Fêmea||||| Macho|||||
 5 1800 Fêmea||||| Macho||||| 1801 Fêmea|||| Macho||||
 1802 Fêmea|||| Macho|||| 1803 Fêmea||||| Macho|||||
 1804 Fêmea|||| Macho|||| 1805 Fêmea|| Macho||
 Manuel de Souza 1806 Fêmea|||| Macho| 807 Macho| Fêmea pago 808 Macho|| Fêmea||
 1809 Fêmea||⁹³ Macho⁹⁴ 810 Macho|| Fêmea|| 811 Macho||⁹⁵ Fêmea||⁹⁶
 10 Manuel Gomes 1812 Fêmea|||| Macho|||| pago 813 Fêmea0 Macho|||| pago 814 Fêmea||||||
 Macho0
 1815 Fêmea| Macho| 816 Fêmea|||| Macho|| 1817 Fêmea|||||| Macho||||||
 1818 Fêmea|||||| Macho|||||| 1819 Fêmea|||||| Macho|||||| 1820 Fêmea Macho
- daFazenda Bestas de 95 Fêmea| Macho|
 96 Fêmea| Macho| 97 Fêmea0⁹⁷ Macho||
 15 98 Fêmea0 Macho0 99 Fêmea| Macho|
 804 Fêmea| Macho 805 Fêmea Macho
 806 Fêmea Macho 807 Fêmea Macho⁹⁸
 808 Fêmea Macho 809 Fêmea Macho| 810 Fêmea Macho
 acabarão as bestas deminha comadre.
 20 de 812 Fêmea| Macho| 813 Fêmea Macho

Manuel
de Souza
Vaqueiro

⁹² Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.⁹³ Rasurado.⁹⁴ Rasurado.⁹⁵ Rasurado.⁹⁶ Rasurado.⁹⁷ Rasurado.⁹⁸ Antes da palavra "macho" há rasura.

Jozê⁹⁹ Pinheiro Pinto ferra das bestas¹⁰⁰
 Em 97 Fêmea Macho_I 98 Fêmea Macho¹⁰¹
 Razao de Bernardo Jozê Bestas¹⁰²
 de 97 Fêmea Macho_I de 98 Fêmea Macho¹⁰³

- 5 Venceslão Jozé do[?] Leite Bestas
 98 Macho_I Fêmea de 99 Fêmea Macho
 800 de Fêmea_I Macho_I 810 Fêmea_I Macho_I 811 Fêmea_I Macho_I
 de 812 Fêmea Macho_I de 813 Fêmea_{III} Macho_Q de 814 Fêmea¹⁰⁴ Macho
 de 815 Fêmea_I Macho_{III}
- 10 Besttas do Compadre Joaõ Baptista
 de 99 Fêmea_I Macho¹⁰⁵ 1800 Fêmea Macho¹⁰⁶
 Bernardo Jose do[?] Besttas de 811 Fêmea Macho
 de 812 Fêmea_I Macho_I de 813 Fêmea Macho
 de 814 Fêmea Macho de 815 Fêmea Macho
- 15 Meu Compadre Antonio de Souza Meira Bestas são as segues
 1814 Fêmea_{III} Macho_{III}¹⁰⁷ 15 Fêmea_I Macho_{III}¹⁰⁸ pago

⁹⁹ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

¹⁰⁰ Rasurado.

¹⁰¹ Rasurado.

¹⁰² Rasurado.

¹⁰³ Rasurado.

¹⁰⁴ Rasurado.

¹⁰⁵ Há um traço vertical antes da palavra "macho".

¹⁰⁶ Há um traço vertical antes da palavra "macho".

¹⁰⁷ Rasurado.

¹⁰⁸ Rasurado.

Long. José de Souza Serra de Freitas
 Com 25 de Maio de 1814 M
 27 de Maio 28 M
 29 de Maio
 2.º de 8000 M 2.º de 8110 M
 2.º de 8100 M 2.º de 8110 M
 2.º de 8120 M 2.º de 8130 M
 2.º de 8140 M 1814 M

Mun. de S. João 1814 M

Digo José de Souza Serra de Freitas
 Sr. de S. João de Freitas
 Com 25 de Maio 28 M
 Com 27 de Maio 28 M
 29 de Maio

Leandro Souza de 810 M
 de 811 M 2.º de 812 M
 de 813 M 1814 M

[fol. 12r]

- Joaquim Jozê¹⁰⁹ deSouza ferra das bestas Joaquim Je d eSouza
 Em 95 Fêmea Macho 96 Fêmea Macho
 97 Fêmea0 Macho 98 Fêmea Macho
 99 Fêmea Macho
 5 de [osenhor] 800 Fêmea¹¹⁰ Macho¹¹¹ de811 Fêmea Macho
 de 810 Macho Fêmea de811 Fêmea Macho
 de812¹¹² Fêmea Macho de813 Fêmea Macho
- Manuel Clemente 1814¹¹³ Fêmea Macho
- Meu afilhado Alexandre 1814 Fêmea Macho
- 10 Digo Dor Antonio de [Queiroz]
 Antonio Clemente ferra das bestas
 Em 95¹¹⁴ Fêmea0 Macho 96 Fêmea0 Macho
 Em 97 Fêmea0 Macho 98 Fêmea Macho
 99 Fêmea Macho
- 15 Leandro Soares de 810
 de811 Fêmea Macho de812 Fêmea Macho
 de813 Fêmea Macho 814 Fêmea Macho

¹⁰⁹ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

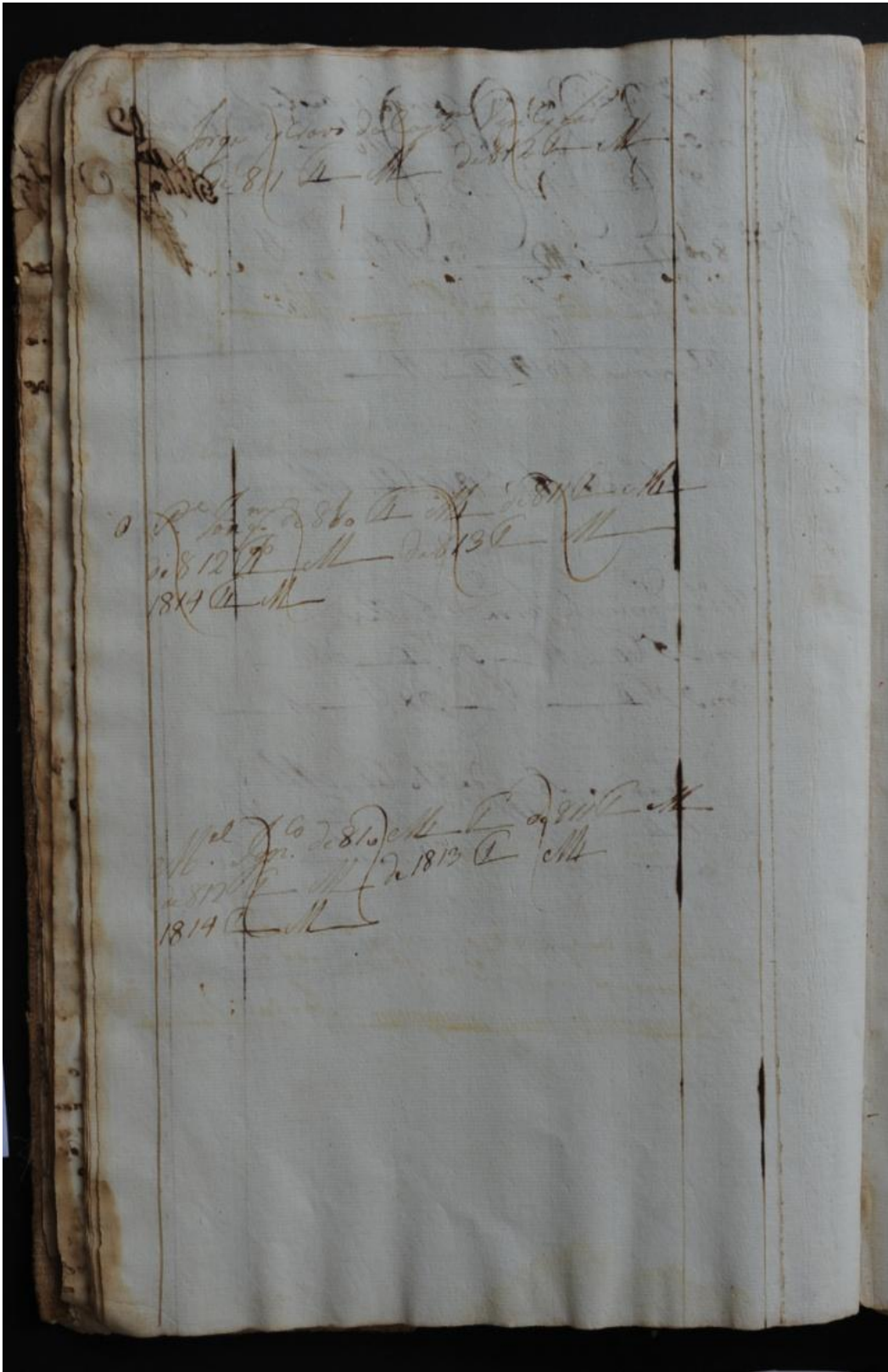
¹¹⁰ Há traço em forma de “S” depois da palavra fêmea.

¹¹¹ Há traço em forma de “S” depois da palavra macho.

¹¹² Há traço horizontal abaixo da numeração 812.

¹¹³ Rasurado.

¹¹⁴ Há traço vertical acima da numeração 95.



Jorge¹¹⁵ es cravo do capítão Vences laõ
de 811 Fêmea Macho de 812 Fêmea Macho

0 Padre Joaquim de 810 Fêmea Macho de 811 Fêmea Macho
de 812 Fêmea Macho de 813 Fêmea Macho
5 1814 Fêmea Macho

Manuel Ignácio de 810 Macho Fêmea de 811 Fêmea Macho
de 812 Fêmea Macho de 813 Fêmea Macho
1814 Fêmea Macho

¹¹⁵ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

13

26 de Maio
 28 de Maio
 29 de Maio
 30 de Maio
 31 de Maio
 1 de Junho
 2 de Junho
 3 de Junho
 4 de Junho
 5 de Junho
 6 de Junho
 7 de Junho
 8 de Junho
 9 de Junho
 10 de Junho
 11 de Junho
 12 de Junho
 13 de Junho
 14 de Junho
 15 de Junho
 16 de Junho
 17 de Junho
 18 de Junho
 19 de Junho
 20 de Junho
 21 de Junho
 22 de Junho
 23 de Junho
 24 de Junho
 25 de Junho
 26 de Junho
 27 de Junho
 28 de Junho
 29 de Junho
 30 de Junho
 1 de Julho
 2 de Julho
 3 de Julho
 4 de Julho
 5 de Julho
 6 de Julho
 7 de Julho
 8 de Julho
 9 de Julho
 10 de Julho
 11 de Julho
 12 de Julho
 13 de Julho
 14 de Julho
 15 de Julho
 16 de Julho
 17 de Julho
 18 de Julho
 19 de Julho
 20 de Julho
 21 de Julho
 22 de Julho
 23 de Julho
 24 de Julho
 25 de Julho
 26 de Julho
 27 de Julho
 28 de Julho
 29 de Julho
 30 de Julho
 31 de Julho
 1 de Agosto
 2 de Agosto
 3 de Agosto
 4 de Agosto
 5 de Agosto
 6 de Agosto
 7 de Agosto
 8 de Agosto
 9 de Agosto
 10 de Agosto
 11 de Agosto
 12 de Agosto
 13 de Agosto
 14 de Agosto
 15 de Agosto
 16 de Agosto
 17 de Agosto
 18 de Agosto
 19 de Agosto
 20 de Agosto
 21 de Agosto
 22 de Agosto
 23 de Agosto
 24 de Agosto
 25 de Agosto
 26 de Agosto
 27 de Agosto
 28 de Agosto
 29 de Agosto
 30 de Agosto
 31 de Agosto
 1 de Setembro
 2 de Setembro
 3 de Setembro
 4 de Setembro
 5 de Setembro
 6 de Setembro
 7 de Setembro
 8 de Setembro
 9 de Setembro
 10 de Setembro
 11 de Setembro
 12 de Setembro
 13 de Setembro
 14 de Setembro
 15 de Setembro
 16 de Setembro
 17 de Setembro
 18 de Setembro
 19 de Setembro
 20 de Setembro
 21 de Setembro
 22 de Setembro
 23 de Setembro
 24 de Setembro
 25 de Setembro
 26 de Setembro
 27 de Setembro
 28 de Setembro
 29 de Setembro
 30 de Setembro
 1 de Outubro
 2 de Outubro
 3 de Outubro
 4 de Outubro
 5 de Outubro
 6 de Outubro
 7 de Outubro
 8 de Outubro
 9 de Outubro
 10 de Outubro
 11 de Outubro
 12 de Outubro
 13 de Outubro
 14 de Outubro
 15 de Outubro
 16 de Outubro
 17 de Outubro
 18 de Outubro
 19 de Outubro
 20 de Outubro
 21 de Outubro
 22 de Outubro
 23 de Outubro
 24 de Outubro
 25 de Outubro
 26 de Outubro
 27 de Outubro
 28 de Outubro
 29 de Outubro
 30 de Outubro
 31 de Outubro
 1 de Novembro
 2 de Novembro
 3 de Novembro
 4 de Novembro
 5 de Novembro
 6 de Novembro
 7 de Novembro
 8 de Novembro
 9 de Novembro
 10 de Novembro
 11 de Novembro
 12 de Novembro
 13 de Novembro
 14 de Novembro
 15 de Novembro
 16 de Novembro
 17 de Novembro
 18 de Novembro
 19 de Novembro
 20 de Novembro
 21 de Novembro
 22 de Novembro
 23 de Novembro
 24 de Novembro
 25 de Novembro
 26 de Novembro
 27 de Novembro
 28 de Novembro
 29 de Novembro
 30 de Novembro
 1 de Dezembro
 2 de Dezembro
 3 de Dezembro
 4 de Dezembro
 5 de Dezembro
 6 de Dezembro
 7 de Dezembro
 8 de Dezembro
 9 de Dezembro
 10 de Dezembro
 11 de Dezembro
 12 de Dezembro
 13 de Dezembro
 14 de Dezembro
 15 de Dezembro
 16 de Dezembro
 17 de Dezembro
 18 de Dezembro
 19 de Dezembro
 20 de Dezembro
 21 de Dezembro
 22 de Dezembro
 23 de Dezembro
 24 de Dezembro
 25 de Dezembro
 26 de Dezembro
 27 de Dezembro
 28 de Dezembro
 29 de Dezembro
 30 de Dezembro
 31 de Dezembro

Grado de altura de...

28.0 8	M	M	28.0 2	M	M
28.0 3	M	M	28.0 7	M	M
28.0 5	M	M	28.0 6	M	M
28.0 7	M	M	28.0 8	M	M
8.9	M	M	281. 00	M	M
28.11	M	M	28.12	M	M
28.14	M	M	15	M	M
28.18	M	M	19	M	M

Comp. de ...

Gado¹¹⁷ de Antonio de Almeida

de 801 Fêmeau Machoi de 802 Fêmeau Machou

de 803 Fêmeau Machou de 804 Fêmeau Machou

de 805 Fêmeau Machou de 806 Fêmea Macho

5 de 807 Fêmeau Macho d 808 Fêmeao Machoo

809 Fêmeao Machoo pago d 810 Fêmeao Machoo pago

de 811 Fêmea Macho de 812 Fêmea Macho de 813 Fêmeau Macho

de 1814 Fêmea Macho_15 Fêmea Macho 16 Fêmea Macho 17 Fêmeai Machoi

de 18 Fêmeai Macho 19 Fêmea Macho

10 O Compadre Antonio de Souza Meira gado de 1813 Fêmeai Machoi

¹¹⁷ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

28

Gato do Brito hody. Roman. Brito

2808	11	2802	11	
2803	11	2804	11	
2803	11	2805	11	
2807	11	2808	11	
2802	11	2806	11	
2811	11	2812	11	
2814	11	15	11	16
				17

Moggy

Gado¹¹⁸ do Brito heoseguirte do mano [*senhor*] Brito
 de801 Fêmea| Macho| de802 Fêmea| Macho
 de 803 Fêmea| Macho| de804 Fêmea|| Macho||
 de805 Fêmea||| M¹¹⁹acho|| de806 Fêmea| Macho||¹²⁰
 5 de807 Fêmea| Macho de808 Fêmea|0 Macho|0
 809 Fêmea Macho de810 Fêmea Macho||0 pago
 de811 Fêmea| Macho de812 Fêmea| Macho| de813 Fêmea Macho
 de814 Fêmea| Macho 15 Fêmea Macho 16 Fêmea Macho 17 Fêmea Macho

¹¹⁸ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

¹¹⁹ Há mancha em cima da palavra macho.

¹²⁰ Há mancha depois da palavra macho.

Parenda gado de m^o Com.
 De 804 Cu. Almo. De 802 Cu. Almo.
 De 803 Cu. Almo. De 804 Cu. Almo.
 De 805 Cu. Almo. De 806 Cu. Almo.
 De 807 Cu. Almo. De 808 Cu. Almo.
 De 809 Cu. Almo. De 810 Cu. Almo.
~~De 811 Cu. Almo. De 812 Cu. Almo.~~
 De 813 Cu. Almo. De 814 Cu. Almo.
 De 815 Cu. Almo. De 816 Cu. Almo.
 De 817 Cu. Almo. De 818 Cu. Almo.

[fol. 28v]

da¹²¹ Fazenda gado de minha comadre
 de 801 16 Fêmea^{|||||} Macho^{|||} de 802 Fêmea^{|||||} Macho^{|||}
 de 803 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||} de 804 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||}
 de 805 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||} de 806 Fêmea^{||} Macho^{||}
 5 de 807 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||} de 808 Fêmea^{|||||} Macho^{|||}
 de 809 Fêmea^{|||} Macho^{|||} de 810 Fêmea^{|||||} Macho^{|||||}
 de 811 ~~Bezerros que vão tronxado são os seguintes~~¹²²
 de 811 Fêmea^{||} Macho^{||} 812 Fêmea^{|||||} Macho^{||} 813 Fêmea^{||} Macho^{|||||}
 de 814 Fêmea^{||} Macho^{||} 15 Fêmea^{||} Macho^{||} 16 Fêmea^{||} Macho^{||}
 10 de 17 Fêmea^{||} Macho^{||} 18 Fêmea^{||} Macho^{||} 19 Fêmea^{||} Macho^{||}

[Brito]

¹²¹ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

¹²² Rasurado.

[fol. 29r]

- Partilhas¹²³ que faz m eu mano Jozé Pinheiro
das eras abaxo d clarada
de 95 Fêmea)IIIΨIIIΨIIIIΨIIIΨIIIIΨ0 MachoIIIΨIIIΨIIIIΨIIIΨIIII0
Nogado deminha comadre héoseguinte
- 5 de 95 Fêmea)IIIΨII0 MachoII0
domano [*senhor*] Francisco xavier
gado de Francisco xavier de 801 FêmeaIIII0 MachoIIII0 802 FêmeaIIII0 MachoII0
de 803 Fêmea Macho de 804 FêmeaIIII MachoII
de 805 FêmeaIIII MachoIII de 806 FêmeaI MachoI
- 10 de 807 FêmeaII Macho0 de 808 FêmeaI0 MachoII0
de 809 FêmeaIIII0 MachoIIII0 de 810 FêmeaII0 MachoII0
de 811 FêmeaI MachoII de 812 FêmeaII MachoI
de 813 FêmeaII MachoIIIIII MachoII de 14 FêmeaII MachoII 15 Fêmea Macho
1816 Fêmea Macho 17 FêmeaII MachoII 18 FêmeaII MachoII 19 FêmeaI MachoI
- 15 ~~deminha comadre gado de 804 FêmeaIIIIIIII MachoIIII~~¹²⁴

Brito de 804¹²⁵

¹²³ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

¹²⁴ Rasurado.

¹²⁵ Rasurado.

Gado¹²⁷ d *eminha comadre que parte mesmo cri ador Bernardo*

José da são hé o *seguinte*

Vas de entrega)))))))))

de96 Fêmea))))))))) Macho))))))))) de97 Fêmea))))))))) Macho)))))))))

5 de 98 Fêmea))))))))) Macho))))))))) de99 Fêmea))))))))) Macho))))))))) de1800 Fêmea))))))))) Macho)))))))))

Bezerras que tronxo edei principio este anno de 1811

811 Fêmea Macho

812 Fêmea Macho

10 1809 para o diz imo Fêmea Macho

segue para bayxo

1810 Fêmea [↑sem efeito] Macho [↑sem efeito]

1809 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1810 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1811 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

15 1812 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1813 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1814 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1815 Fêmea))))))))) Macho¹²⁸ ~~)))))))))~~

1816 Fêmea))))))))) Macho ~~)))))))))~~

20 1817))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1818))))))))) Macho ~~)))))))))~~

1819))))))))) Macho ~~)))))))))~~

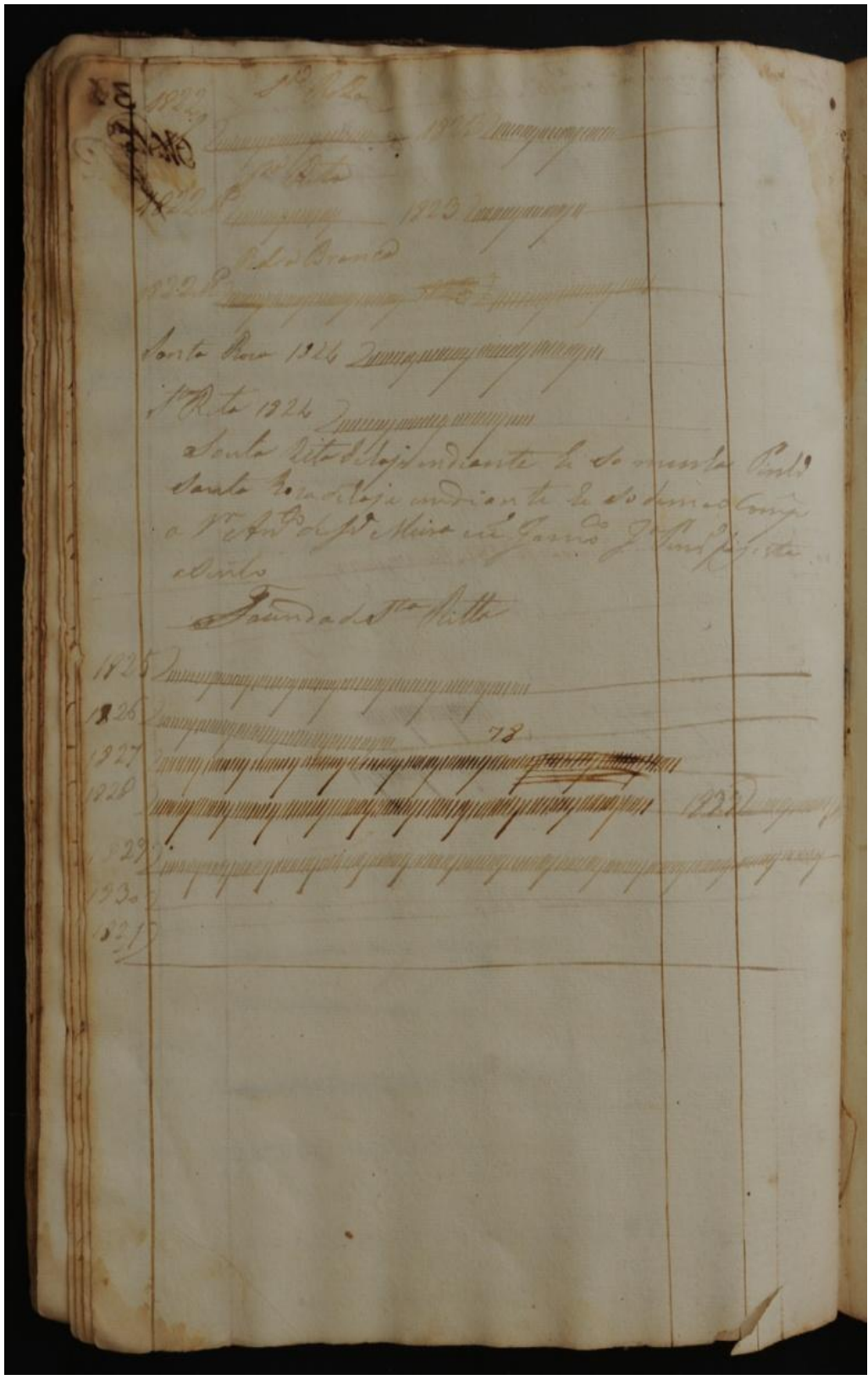
Vira Folha

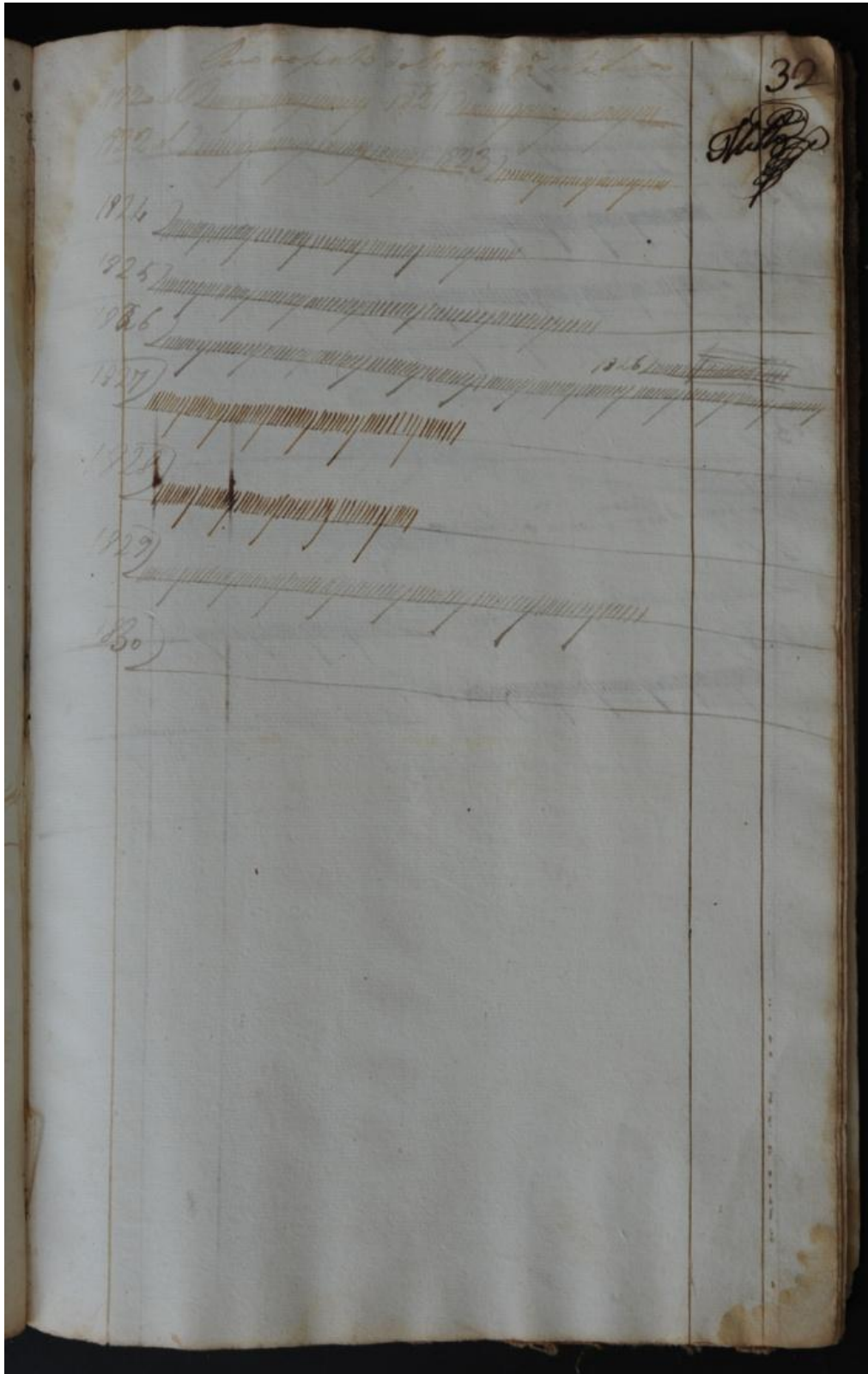
¹²⁷ Escrita de Antônio Pinheiro Pinto.

¹²⁸ Rasurado antes da palavra "macho".

Linha de Biscoito de São Tomé 1811		Linha de Biscoito de São Tomé 1811	
1811		1811	
1822		1817	
1823			
Linha de Biscoito de São Tomé N.º 1822			
1824		1822	
1823			
1826		1827	
1825		1828	
1826		1829	
1830		1831	

32





[fol. 32r]

Para¹³⁸ aofenda da [*inint.*] pra este livro

1820 Macho)_____ 1821)_____

1822 Macho)_____ 1823)_____

1824)_____

5 1825)_____

1826)_____

[↑1826)_____]¹³⁹

1827)_____

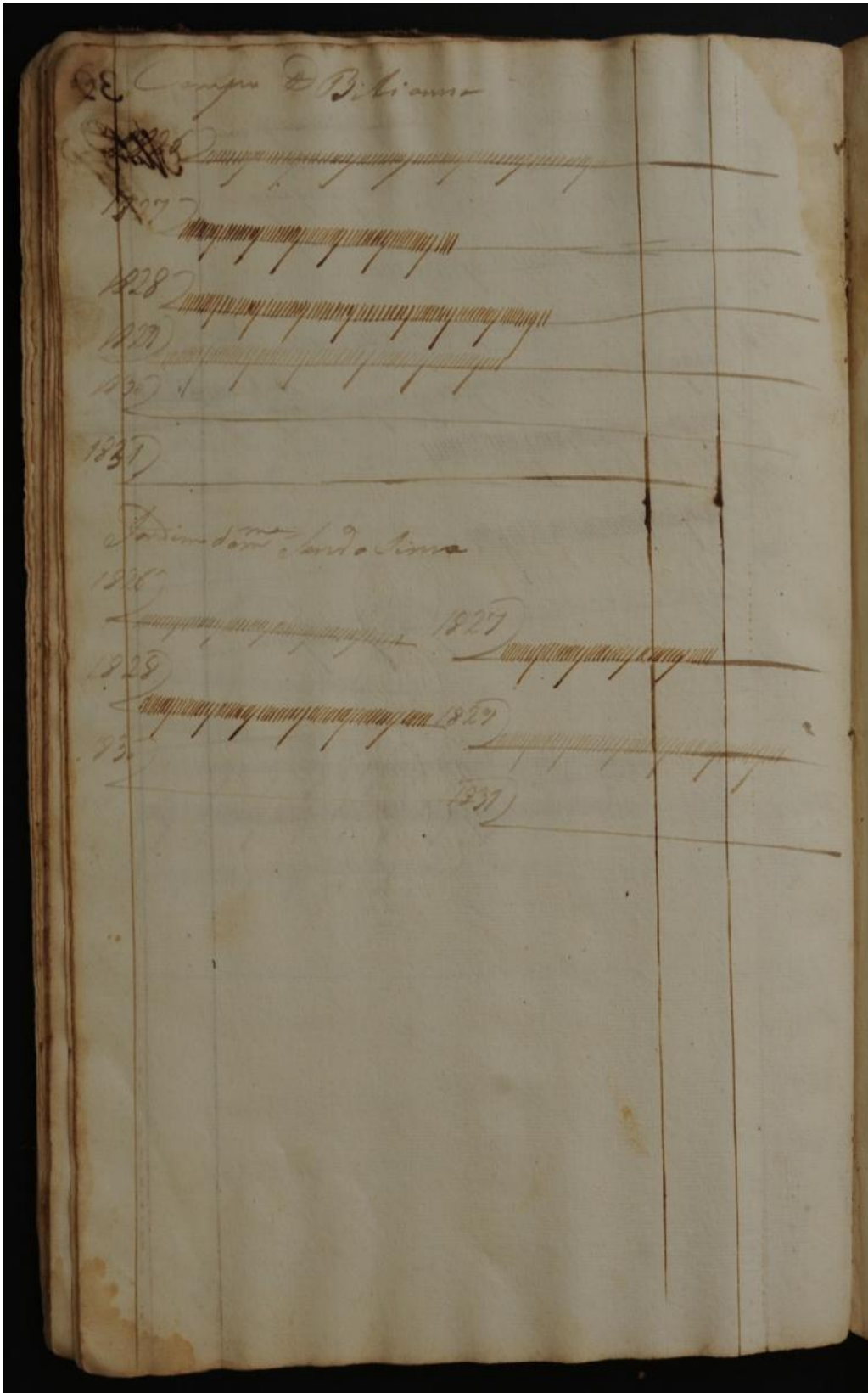
1828)_____

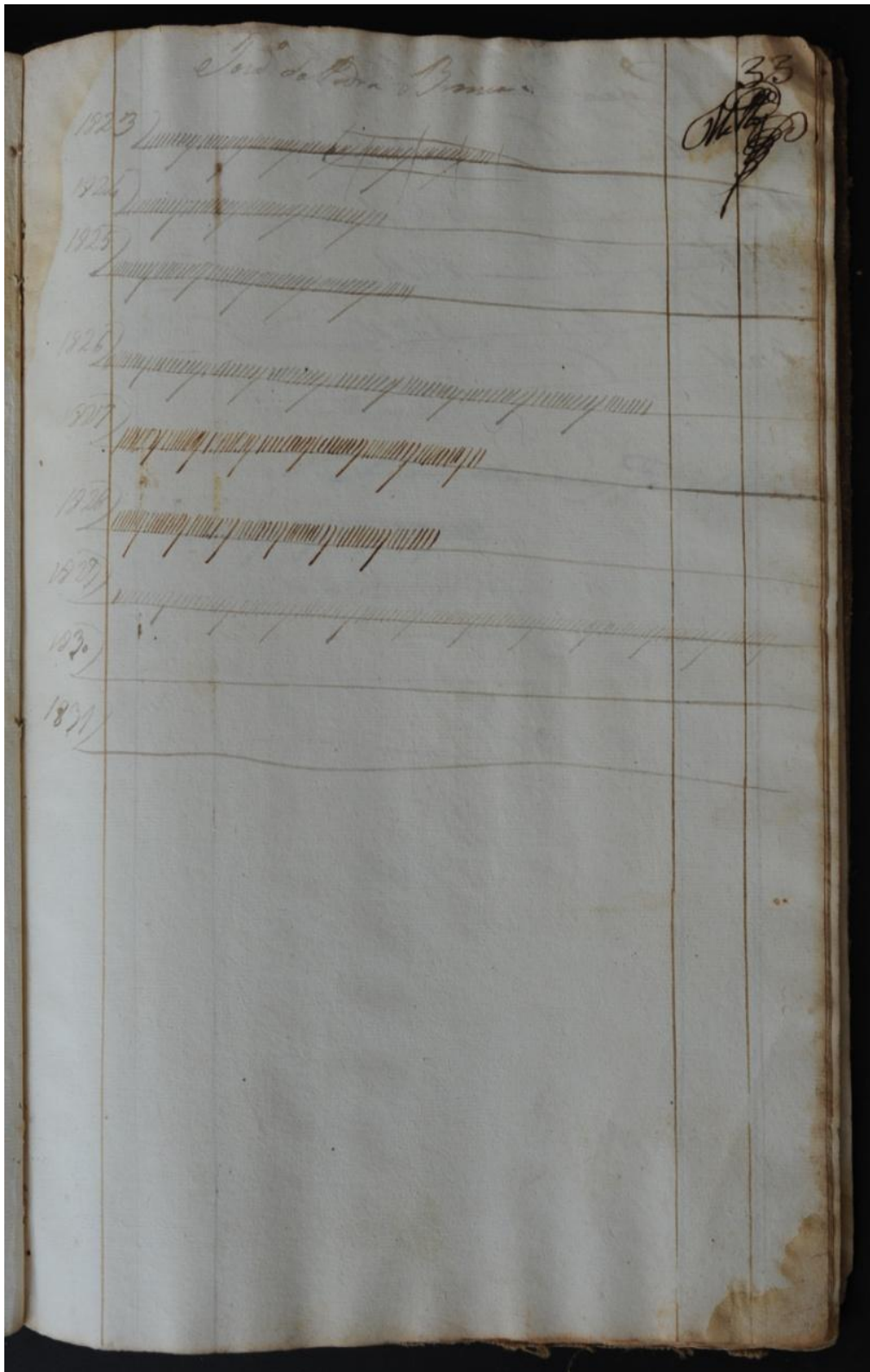
1829)_____

10 1830)_____

¹³⁸ Escrita de Inocêncio Pinheiro Canguçu.

¹³⁹ Rasurado.





Caçap Miranda - João Pinheiro

1800 M	F	1802 M	F
1801 M	F	1803 M	F
1802 M	F	1804 M	F
1803 M	F	1805 M	F
1804 M	F	1806 M	F

Egoas¹⁴² *Minhas Inocência Pinheiro*

1822Macho_I Fêmea_{II} 1823Macho_{III} Fêmea_{II}

1824Macho_{II} Fêmea_{III} 1825Macho_I Fêmea_{III}

1826Macho_{III} Fêmea_{II} 1827Macho_I Fêmea_{III}

5 1828Macho Fêmea 1829Macho Fêmea

1830Macho Fêmea 1831Macho Fêmea

¹⁴² Escrita de Inocência Pinheiro Canguçu.

L. B. Lima M. S.

Criadas de Eger 1822 M / 7m

1823 M 2m Primo 1824 M 2m Primo

1825 M Primo 1826 M Primo

1827 M Primo 1828 M Primo

1828 M Primo 1829 M Primo

1830 M Primo 1831 M Primo

Foi do Sr. Ananias de Souza e J. de V. Lima

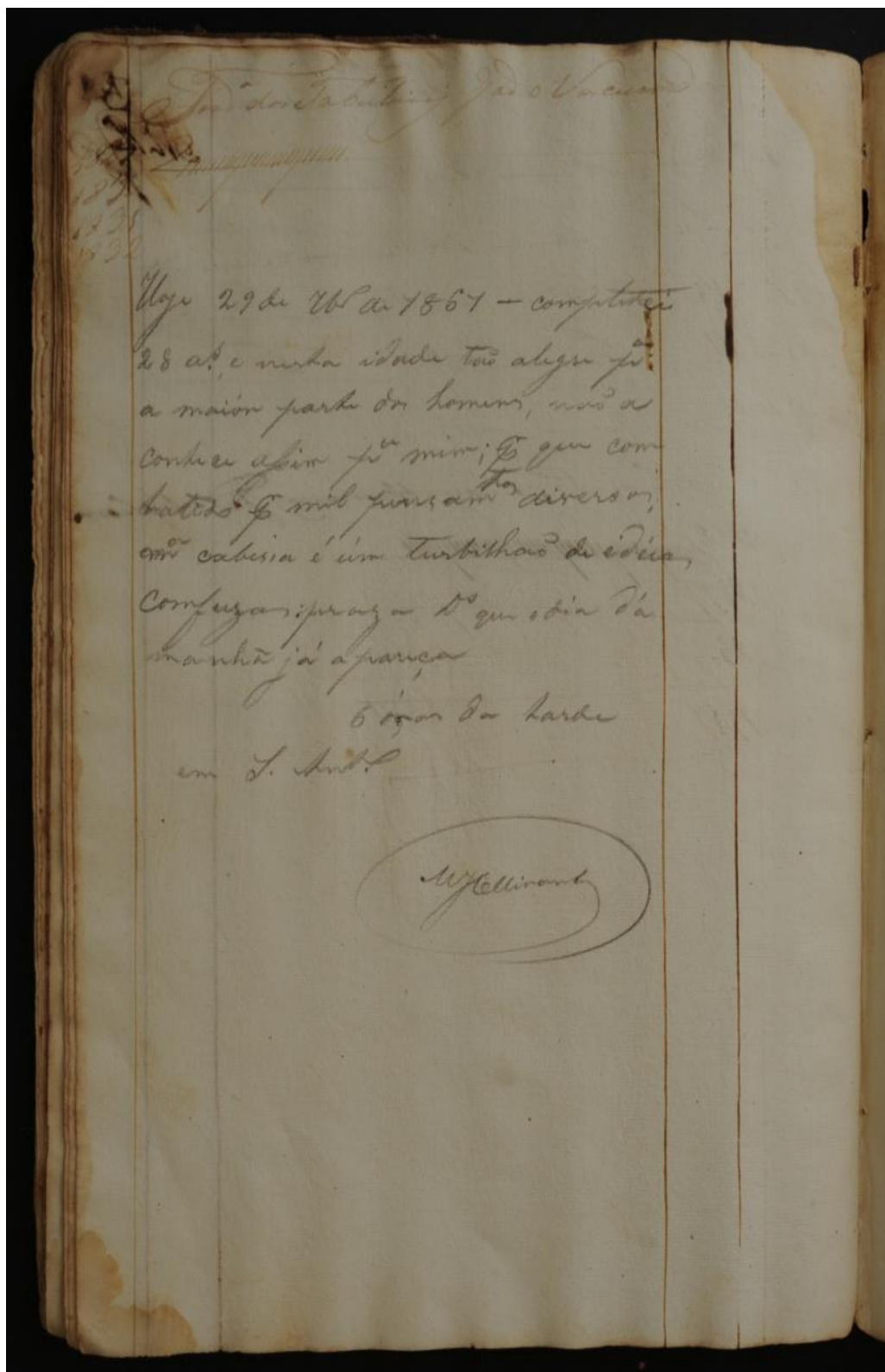
1828) ~~|||||~~

1829) ~~|||||~~

1830) ~~|||||~~

1831) ~~|||||~~

34
 M. S. Lima



Fazenda¹⁴⁶ dos [Tabuleiros] Gado Vacum

1829) |||||||j|||||||j||||

1830

1831

5 1832

Hoje¹⁴⁷ 29 de *setembro* de 1867 – completei

28 as, e nesta idade tão alegre para

a maior parte dos homens, não a

conheci [*asim*] para mim; por que com

10 batido por mil pensamentos diversos;

minha cabesia é úm turbilhão de idéias

confusas: praza *Deus* que o dia dá

manhã já a pareça

6 oras d a tarde

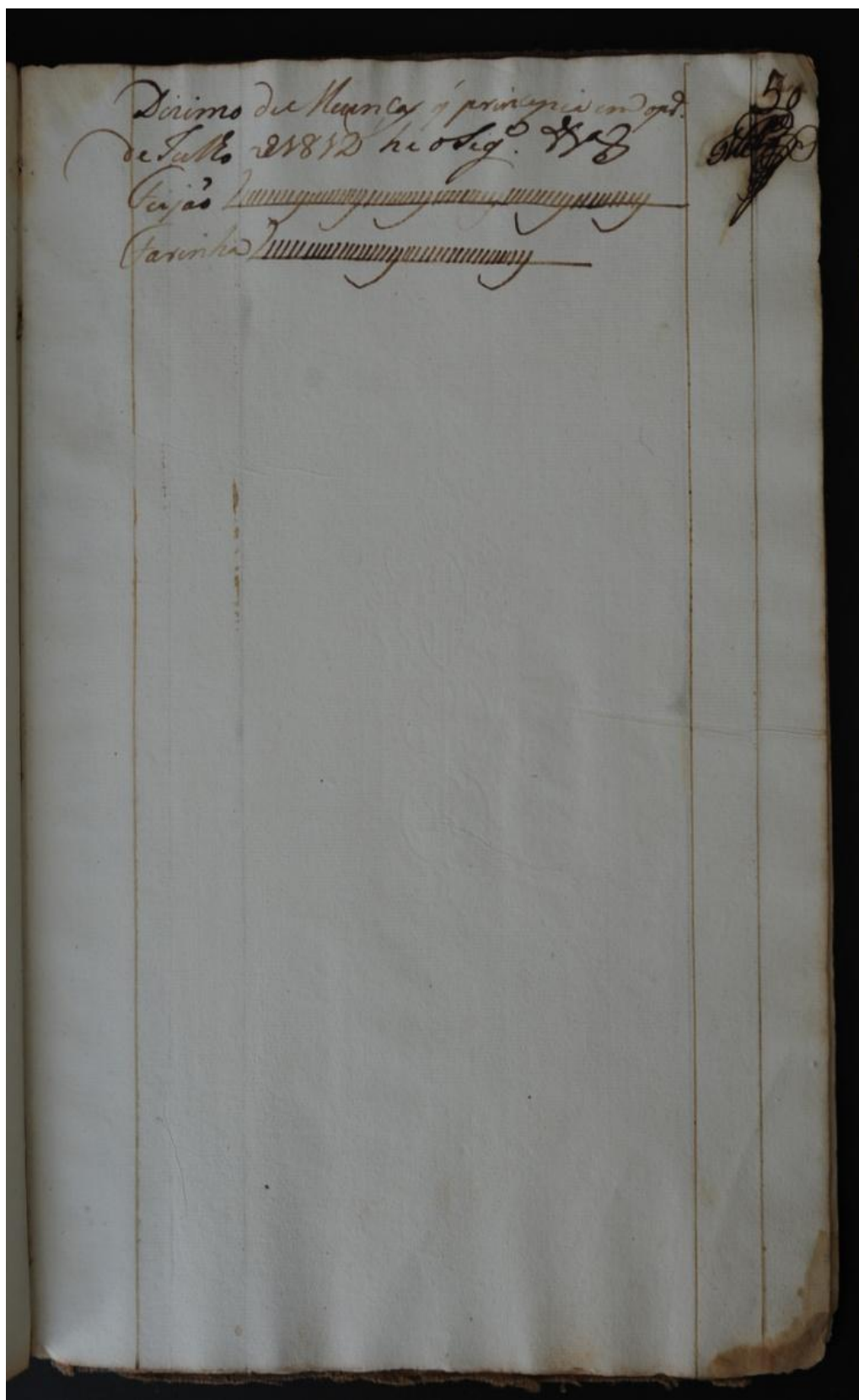
15 em *Santo Antonio*

Miguel Joaquim de Castro Mirante¹⁴⁸

¹⁴⁶ Escrita de Inocêncio Pinheiro Canguçu. Presença de Laçadas.

¹⁴⁷ A partir da linha 8 inicia a escrita do segundo punho, trata-se de Miguel Joaquim de Castro Mirante.

¹⁴⁸ Laçadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como proposta central a exploração de um documento de foro privado – o *Livro do Gado* da Fazenda do Brejo do Campo Seco –, material representativo dos séculos XVIII e XIX, atendendo as três frentes de pesquisas do Programa Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Nesse sentido, contemplamos: a edição semidiplomática; a contextualização sócio-histórica do *corpus*; e o estudo linguístico.

Sobre o primeiro objetivo elencado, a edição semidiplomática, foi feita a transcrição do material com cuidado, seguindo as normas de edição do PHPB, e lançando mão de mínimas adaptações. Executamos, ainda, o estudo paleográfico, sem o qual não seria possível delimitar, com precisão, os quatro diferentes punhos identificados nesse manuscrito, além do estudo das abreviaturas. Assim, acreditamos ter atingido o nosso propósito, ou seja, uma edição fidedigna para o estudo de fenômenos do português brasileiro. Contribuímos, assim, com a conservação de 150 anos de cultura e de história do sertão baiano setecentista e oitocentista, por meio de um material relevante que, após a realização da edição modernizada, meta para um estudo futuro, será divulgado pelo projeto de pesquisa CE-DOHS – *Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão*, via site www5.uefs.br/cedohs, à comunidade científica e demais interessados em investigações tanto da história linguística do português brasileiro, quanto de aspectos econômicos, políticos e culturais da memória de uma Bahia rural.

Em relação à contextualização sócio-histórica do *corpus*, segundo objetivo dessa pesquisa, realizamos o estudo com base nas questões-problema propostas por Petrucci (2003). Dessa forma, foi possível construir um panorama dos aspectos sociais, econômicos e demográficos referentes ao local de produção do documento. Além disso, foi possível conhecer as características socioculturais dos escreventes do *Livro do Gado*. Assim, identificamos dados como: nacionalidade, naturalidade, nomes dos pais e outros familiares, idade, estado civil, profissão, data de falecimento, escolarização. Tal triagem foi fundamental para este estudo, pois permitiu levantar informações relevantes sobre o contexto biográfico dos personagens.

Vale ressaltar que, a partir dos elementos extraídos do referido estudo e de outras fontes, como as fornecidas por Lycurgo Santos Neto (s.d), Santos Filho (2012) e Souza (2014), etc., elaboramos uma árvore genealógica da família dos escreventes, para uma melhor

compreensão da estrutura social dessa comunidade linguística. Sendo assim, será possível realizar estudos em outras perspectivas, como de mudança geracional, embasando-se na teoria gerativista e na sociolinguística laboviana.

O terceiro objetivo desenvolvido foi a investigação de traços de inabilidade/habilidade dos punhos dos Senhores do Campo Seco e verificação da possível existência de índices grafo-fonéticos, visando averiguar se o texto do *Livro do Gado* poderia representar uma aproximação do português popular brasileiro. Nesse sentido, pautados nas metodologias de Marquilhas (2000), Barbosa (1999; 2017), e, ainda, nos exemplos de Oliveira (2006) e Santiago (2012), chegamos à conclusão de que se pode inferir que tanto o escrevente lusitano Miguel Lourenço de Almeida quanto os brasileiros Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu são *pouco hábeis* com escrita.

Quanto aos índices grafo-fonéticos, aspecto direcionado apenas aos brasileiros, foram encontrados pouquíssimos dados que parecem espelhar marcas de oralidade, como: *abaixamento da vogal /u/ ~/o/*; *redução de ditongo /ay/*; *nasalização*; *abaixamento da vogal /i/ ~/e/*, nos registros de Antonio Pinheiro Pinto, e *elevação de /o/ postônico final > /u/* e *elevação da vogal média postônica /e/~/i/*, na escrita de Inocêncio Pinheiro Canguçu. Na oportunidade, observamos também aspectos morfossintáticos, constatando uma ocorrência de falta de concordância verbal. Diante da restrição do *corpus* no que diz respeito à escrita nos fólhos, não foi possível atestar se o manuscrito do *Livro do Gado* pode representar o português popular brasileiro do passado, para o que se requer um estudo aprofundado dos aspectos morfossintáticos no referido material, alargando a amostra.

Para concluir, ressaltamos que esta pesquisa proporciona aos investigadores da língua e da história uma edição confiável do *Livro do Gado*, que ficará à disposição no banco de dados do PHPB nacional, numa parceria com os projetos Vozes do Sertão e CE-DOHS, da UEFS. Desse modo, os que se debruçam sobre as sincronias passadas do português brasileiro encontrarão preservadas as características linguísticas da época setecentista e oitocentista, o que favorece estudos diversos. Os que se dedicam a pesquisas em outros ramos poderão se servir de informações econômicas, sociais, culturais, conhecendo um pouco mais sobre o passado colonial e imperial da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, Vera Lúcia. Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- ANDRADE, Marla Oliveira; LOSE, Alícia Duhá. Edição Digital: a filologia nos novos tempos. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 16., 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. n. 4, t. 2, p. 1793-1797.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil: 1500-1889* (escrito originalmente em francês em 1889). Trad.: Antonio Chizzotti; Ed. Crítica: Maria do Carmo Guedes. 2. ed. rev. São Paulo: Educ, 2000.
- AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/199>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. *Revista ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 19-43, jan.-abr. 2017.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 134-204.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, M. Gender agreement as a decreolizing feature of the Afro-Brazilian rural dialect of Helvécia. *Journal of Pidgin and Creole Language*, v. 1, n. 12, p. 1-57, 1997.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 4. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.
- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e Edição de Texto. In: BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MATOS, Eduardo Silva Dantas et al (Orgs). *Edição de Texto e Crítica Filológica*. Salvador: Quarteto Editora, 2012. p. 15-59.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-37.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo lingüístico-filológico* Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. (Coord.). *PROJETO Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro*. Disponível em: www.uefs.br/nelp.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 2. p. 649-673.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: NEVES, E. F. (Org.). *SERTÕES DA BAHIA: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural*. Salvador: Arcádia, 2011. p. 599-617.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. (Coord.). *PROJETO CE-DOHS: Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão*. Disponível em: www.uefs.br/cedohs.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antônio; SÁEZ, Carlos. *Paleografía e Historia de la Cultura Escrita: del signo a lo escrito*. 1999. p. 21-31. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6784/Paleografia%20Historia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14, mai.-ago., p. 19-34, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n14. Acesso em: 4 jun. 2018.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 3. p. 331-369.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Brumado, Bahia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/brumado/historico>. Acesso em: 16 nov. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Mapas*. Disponível em: <https://ibge.gov.br/mapas>. Acesso em: 16 nov. 2017.

LABOV, Willian. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; SOLEDADE, Juliana. (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOBO, Tânia Conceição Freire; OLIVEIRA, Klebson. *Projeto história da cultura escrita no Brasil: um programa de investigação/HISCULTE*. 2012. Inédito.

LOSE, Alícia Duhá et al. *Edição diplomática do Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento*. Salvador: Mosteiro de São Bento; Eudfba, 2009.

LOSE, Alícia Duhá et al. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan.-abr. 2017.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história Sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana et al. (Org.). *Rosae linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-541.

MAGALHÃES, Livia Borges Souza; LOSE Alícia Duhá. Reflexões sobre edições digitais: fazendo filologia no séc. XXI. *Revista A Cor das Letras*, v. 17, n. 1, 2016.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p.7-26.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pesquisa. *Caderno das Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n. 34, p. 11-30, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre desencontros e reencontros: filologia e linguística no Brasil no século XX. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 21-22, p. 97-108, jun.-dez. 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, Pecuária e Policultura: Alto Sertão Baiano, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 77.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. ver. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Editora UEFS, 2008.

NUNES, Antonietta de Aguiar. *Política educacional no início da República da Bahia: duas versões do projeto liberal*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2003 [digitada].

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2006.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43-59.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fábio Natanael et. al. E-Dictor: Uma ferramenta integrada para a anotação de edição e classe de palavras. In: ENCONTRO DE LINGÜÍSTICA DE CORPUS, 6., 2007. *Anais...* São Paulo, 2007.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; KEPLER, Fábio Natanael et. al. *E-dictor: novas perspectivas na codificação e edição de textos históricos*, 2009. Disponível em: www.tycho.iel.unicamp.br. Acesso em: 30 set. 2018.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Crioulo sim, crioulo não uma agenda de problemas. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. UFSC, 2000. p. 461-481.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura*. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003. p. 7-8.

RUMEU, Marcia Cristina de Brito. *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. v. 1.

SANTIAGO, Huda Silva; CARNEIRO, Zenaide Novais. Tratamento metodológico das mãos inábeis em corpora diacrônicos. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (org.). *História do Português Brasileiro: Corpus* diacrônico do português brasileiro. Ed. Contexto, Vol. 2, 2019.

SANTIAGO, Huda Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. Fotografia técnica de documentos para a formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. *Letras & Letras*, v. 30, n. 2, p. 421, 30 jul./dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camâra. *Histórias e Memórias da educação no Brasil: Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 121-130.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p.169-189, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11. Acesso em: fev. 2019.

SOUZA, Luiza Campos. *Conflito de Família e Banditismo Rural na Primeira Metade do Século XIX: Canguçus e “Peitos Largos” contra Castros e Mouras nos Sertões da Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2014.

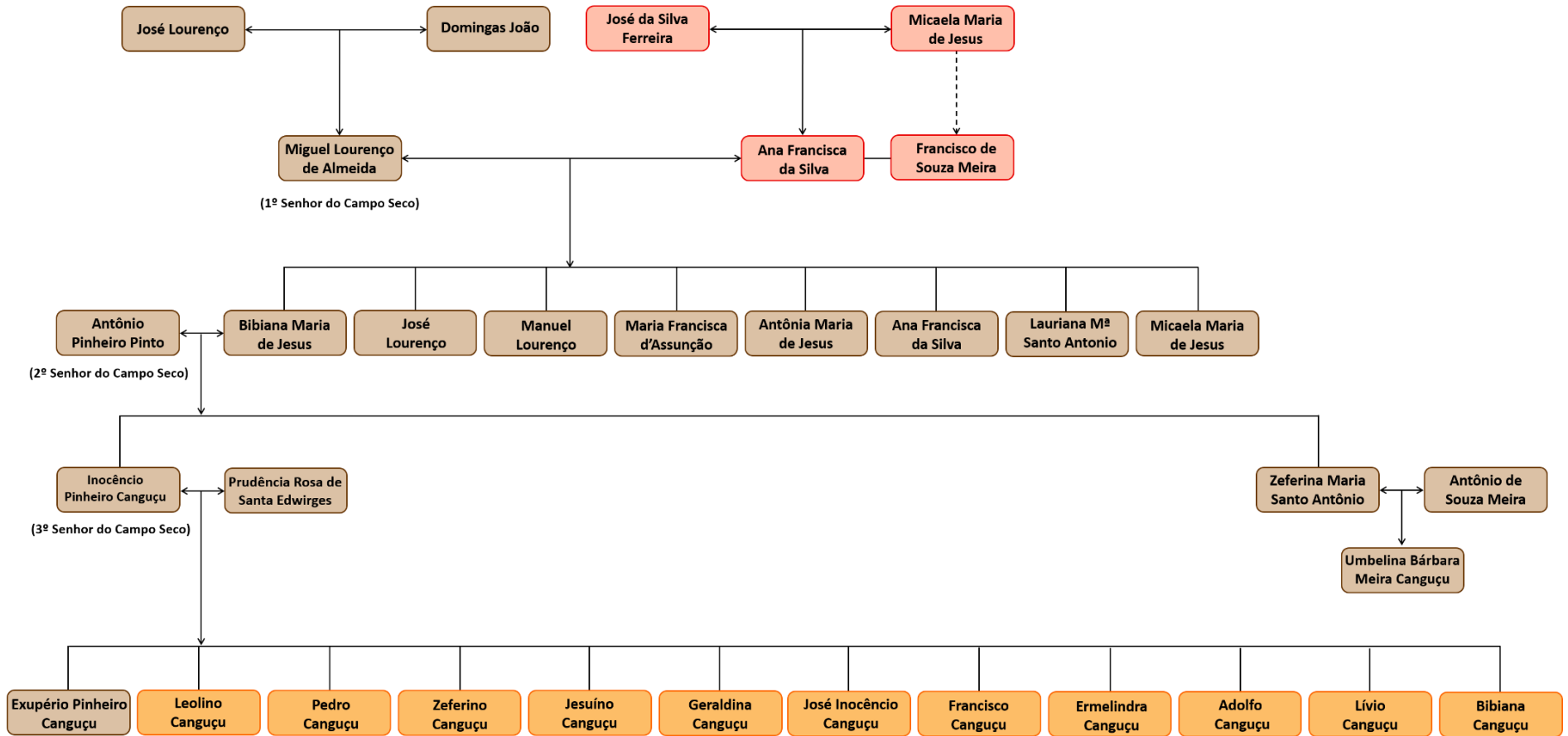
SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética; Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

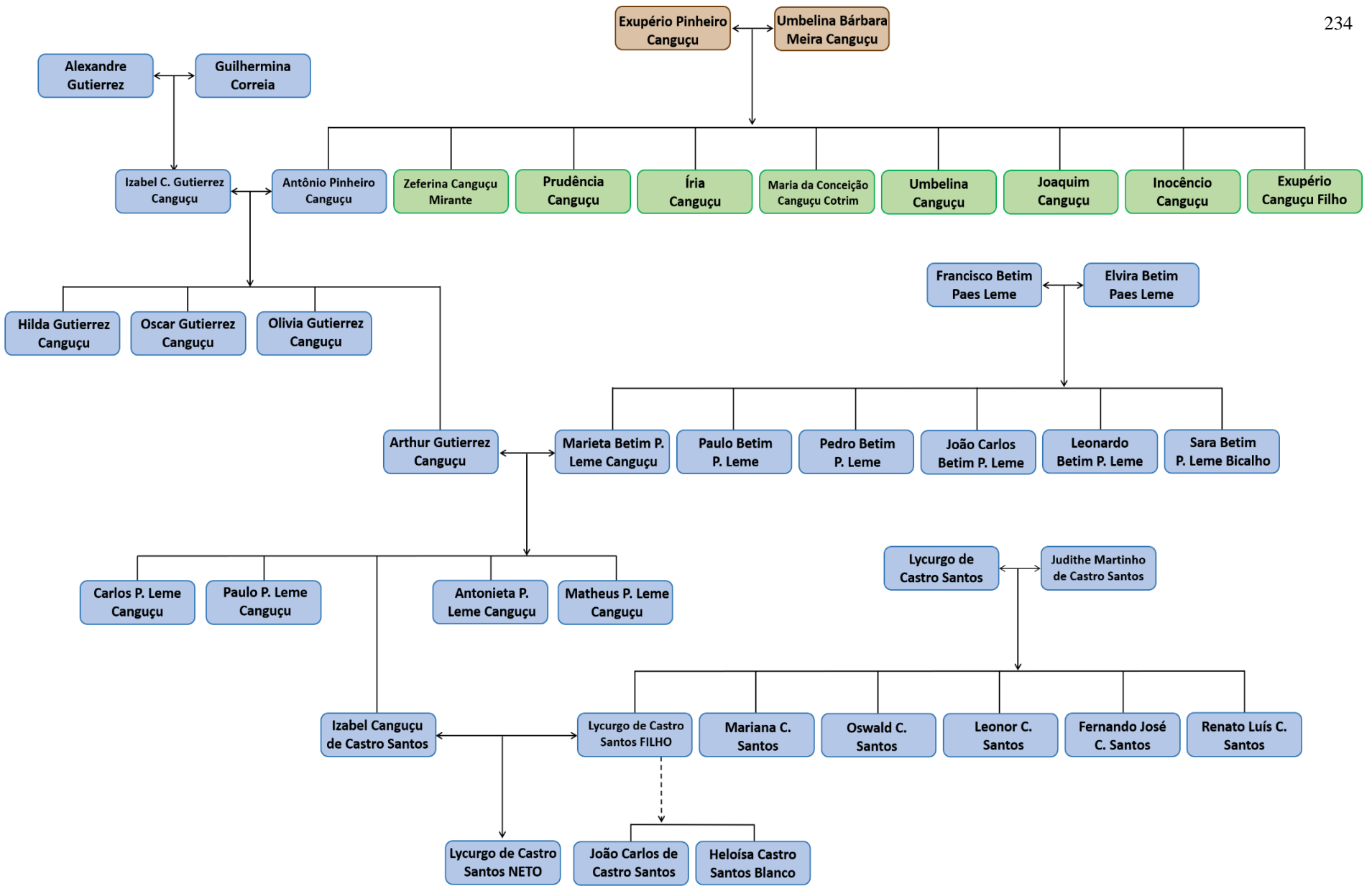
SWIGGERS, Pierre. Filologia e Linguística: enlace, divórcio e reconciliação. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 5-18, 1998.

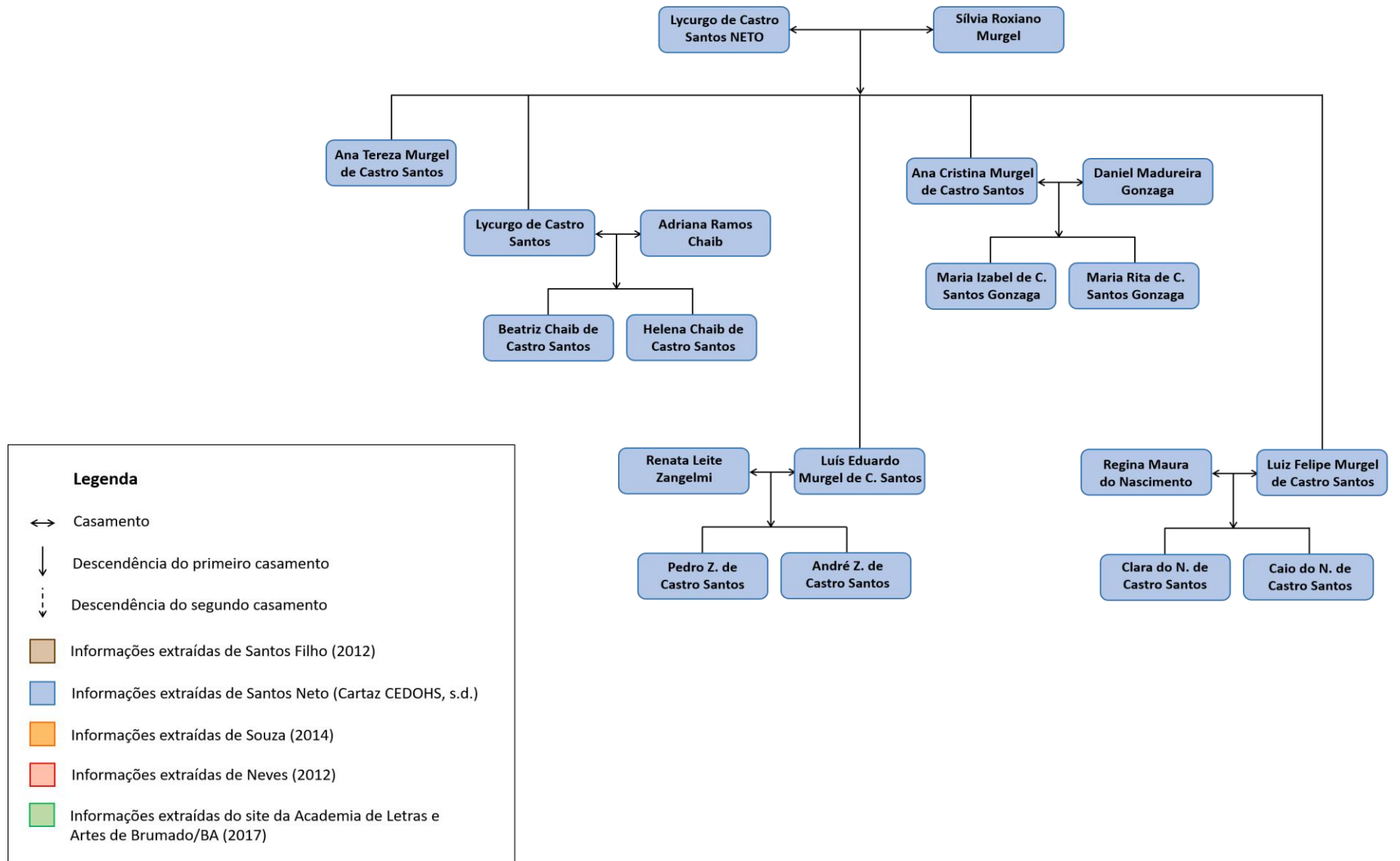
APÊNDICES

**APÊNDICE A – ÁRVORE GENEALÓGICA DESTACADA POR FONTES
CONSULTADAS**

Árvore Genealógica da Família Pinheiro Canguçu (1708-2018)







Fonte: Elaborado pela autora.

**APÊNDICE B – ÍNDICE ANALÍTICO DO LIVRO DO GADO DO BREJO DO
CAMPO SECO**

Índice Analítico dos Registros do Livro do Gado do Brejo do Campo Seco (1742 – 1861)

<p>Folha 001 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1796. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Descrição do conteúdo do Livro do Gado, destinado ao controle sobre a ferra do gado vacum e cavalari do Brejo do Campo Seco.</p>
<p>Folha 002 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escreventes: Miguel Lourenço de Almeida e Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Relata o recebimento de valores diversos entregue pelo Sr. Antônio Martins Prata ao Sr. Miguel Lourenço de Almeida. Apresenta anotações de Antônio Pinto para o seu afilhado.</p>
<p>Folha 003 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1743. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Apresenta o recebimento de quantias entregues pelo Sr. Antônio Gonçalves Pereira ao Sr. Miguel Lourenço de Almeida.</p>
<p>Folha 004 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1743. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Informa o recebimento do inventário do Senhor Bernardo Coelho, na data de 22 de setembro de 1742. No verso da folha, consta o registro do inventário do Sr. Pedro Martins de Moraes.</p>
<p>Folha 005 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1742. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Apresenta as anotações de recibos do inventário do Dr. Geraldo Peixoto, em 23 de novembro de 1742. No verso da folha, constam os recebimentos dos Inventários dos Senhores: Bernardo, Miguel Lemos e Manuel Furtado, emitidos em 1743.</p>
<p>Folha 006 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1743. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Informa o recebimento de valores referentes a inventários diversos, emitidos em janeiro de 1743. No verso, constam recebimentos de quantias entregues por Frei João e João Martins a Miguel Lourenço de Almeida.</p>

<p>Folha 007 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1743. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Apresenta recebimentos diversos, entregues pelos senhores Antônio Ribeiro e José Gomes ao Sr. Miguel Lourenço de Almeida. No verso, consta o recebimento do inventário Frei Pedro, bem como uma declaração do Sr. Miguel Lourenço, emitida em 28 de janeiro de 1743.</p>
<p>Folha 008 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1755. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Informa o controle de criação de éguas de diversos fazendeiros e escravos da fazenda.</p>
<p>Folha 009 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1755. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Relata a entrega de éguas ao criador Sebastião Alves de Brito, e a ferra de animais para o pagamento de dizimo.</p>
<p>Folha 010 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Miguel Lourenço de Almeida.</p>	<p>Informa o controle de criação de animais de vários fazendeiros e escravos.</p>
<p>Folha 011 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Apresenta o controle de criação das bestas pertencentes aos fazendeiros: Antonio Pinheiro Pinto, Manuel de Souza, Manuel Gomes, José Pinheiro Pinto, Venceslau José Leite e João Baptista. Informa a ferra das bestas pertencente aos criadores: Joaquim José de Souza, Manuel Clemente, Alexandre, Antônio Clemente e Leandro Soares. No verso, consta o controle de animais dos criadores: Jorge, escravo do capitão Venceslau, Padre Joaquim e Manuel.</p>
<p>Folha 012 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Informa a ferra das bestas pertencentes aos criadores: Joaquim José de Souza, Manuel Clemente, Alex, Antônio Clemente e Leandro Soares. No verso, consta o controle de animais dos criadores: Jorge, escravo do capitão Venceslau, Padre Joaquim e Manuel.</p>

<p>Folha 013 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Relata a entrega das bestas, pertencentes ao escrevente, para Manuel de Souza Meira, Manuel Gomes Ribeiro e Antônio Alves. Informa também a entrega das bestas da fazenda da Serra ao seu afilhado José Lourenço.</p>
<p>Folha 027 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Apresenta o controle do gado de Antônio de Almeida.</p>
<p>Folha 028 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1796. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Informa o controle da criação de gado do Senhor Brito. No verso da folha, consta o controle de criação de gado pertencente à comadre de Antônio Pinheiro Pinto.</p>
<p>Folha 029 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1796. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.</p>	<p>Relata a partilha de animais e o controle de criação de animais da comadre de Antônio Pinheiro Pinto e do senhor Francisco Xavier. No verso da folha, consta a partilha feita por Bernardo José dos gados pertencentes a Antônio Pinheiro Pinto e da Sr.^a Anna Francisca.</p>
<p>Folha 030 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1820. Escreventes: Antonio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu.</p>	<p>Informa a partilha do gado da comadre de Antônio Pinheiro Pinto, Sr.^a Anna Francisca, feita pelo criador Bernardo José. No verso da folha, constam a informação de bezerros tronchados para o dízimo e o registro de Inocêncio Canguçu relatando a divisão das fazendas do Campo Seco, Pedra Branca, Santa Rosa e Santa Rita.</p>
<p>Folha 031 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Inocêncio Pinheiro Canguçu.</p>	<p>Informa o controle de criação de bezerros de sua irmã Zeferina Maria e da Sr.^a Francisca Maria. No verso da folha, consta a criação de animais das fazendas Santa Rita e Santa Rosa.</p>
<p>Folha 032 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Inocêncio Pinheiro Canguçu.</p>	<p>Apresenta o controle da criação de animais. No verso da folha, informa o controle da criação de animais da fazenda Campo Seco e Jardim, pertencente à Sr.^a Bibiana Maria de Jesus.</p>

Folha 033 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escrevente: Inocêncio Pinheiro Canguçu.	Apresenta o controle da criação de animais da fazenda Pedra Branca. No verso da folha, informa o controle de criação de éguas pertencente a Inocêncio Pinheiro Canguçu.
Folha 034 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco. Escreventes: Inocêncio Pinheiro Canguçu e Miguel Joaquim de Castro Mirante.	Registro das criações de éguas e de gado vacum da Sr. ^a Bibiana Maria de Jesus. No verso da folha, há anotações da criação de gado vacum da fazenda. Consta também a escrita do Sr. Miguel J. C. Mirante, 1861.
Folha 050 Livro do Gado do Brejo do Campo Seco, 1812. Escrevente: Antonio Pinheiro Pinto.	Informa sobre o dízimo de miunças realizado em julho de 1812.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado do modelo de Carneiro (2005).

**APÊNDICE C – OCORRÊNCIA GERAL DAS ABREVIATURAS PRESENTE NO
*CORPUS***

Ocorrência geral das 1.121 abreviaturas presente no *corpus*:

1. Recebi de meu antecessor **An^{to}** Martins Prata [...] (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
2. [...] nas contas **q** me deu o advogado (Fol. 02r, MLA, Apócope, conjunção).
3. [...] **Quando** me entregou advogado (Fol. 02r, MLA, Síncope, advérbio).
4. Quando me entregou **adv.^o** (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
5. [...] como da receita de meu **recebim.^{to}** (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
6. [...] **q** seaxam no cartório asinadas por mim (Fol. 02r, MLA, Apócope, conjunção).
7. Em oro das agora que de quinhentos tais exceto doze mil e tantos reis que foi em **dr^o** (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
8. [...] em oro das agora **q** de quinhentos tais exceto doze mil e tantos reis (Fol. 02r, MLA, Apócope, conjunção).
9. Foi de oro dos araias exceto **dr^o** declarado a mil e quinhentos a oitava (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
10. [...] da **Cantia** do inventário (Fol. 02r, MLA, Síncope, nome comum).
11. **emventar^o** José Carvalho (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
12. [...] dis ao P^o [*inint*] (Fol. 02r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
13. Aos 3 dias do mês de **7br^o** de 1742 Recebi sento evinte e hum mil e Carenta reis (Fol. 03r, MLA, Mista, nome comum).
14. [...] **An^{to}** Gonçalves Pereira (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).

15. [...] Antônio **Glzs** Pereira (Fol. 03r, MLA, Síncope, nome próprio).
16. Por nome **Ant**^o pertencente a Franciscam de Manuel Souza. (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
17. Por nome Antônio pertencente a Franciscam de **M.**^{el} (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
18. Rematacam de hu negro por nome Antônio pertencente a Franciscam de Manuel **Srz** (Fol. 03r, MLA Síncope nome próprio).
19. [...] mis do defunto Pedro **Glzs** (Fol. 03r, MLA, Síncope nome próprio).
20. Aos 13 de **8br**^o de 1742 recebi de Antônio Gonçalves parera (Fol. 03r, MLA, Mista, nome comum).
21. Aos 13 de outubro de 1742 recebi de **An.**^{to} Gonçalves parera. SinQenta mil eoitocentos e Carenta reis (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
22. Aos 13 de outubro de 1742 recebi de Antônio **Glzs** parera (Fol. 03r, MLA, Síncope, nome próprio).
23. [...] e as custas e gastos **q** fes [al] [al] escravo estejam satisfeitas para o que se a Rematou (Fol. 03r, MLA, Apócope, conjunção).
24. [...] al escravo estejam satisfeitas **p**^a o que se a Rematou (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, preposição).
25. [...] al escravo estejam satisfeitas para o **q** se a Rematou (Fol. 03r, MLA, Apócope, conjunção)
26. dis deste **dr**^o [...] (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome comum).

27. **Qantia** do negro Manuel [*inint*] (Fol. 03r, MLA, Síncope, nome comum).
28. Quantia de **M^{el}** [*inint*] (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
29. Quantia de Manuel [*inint*] **Qando** (Fol. 03r, MLA, Síncope, advérbio).
30. Quantia de Manuel [*inint*] quando **Sr^o** (Fol. 03r, MLA, Sobrescrita, pronome).
31. Aos 22 de **8br^o** de 1742 Recebi de Goncalo Pexoto da [ilegível] duzentos (Fol. 04r, MLA, Mista, nome comum).
32. [...] como costa de hum termo **q'** se axam no emventário do senhor defunto (Fol. 04r, MLA, Apócope, conjunção).
33. [...] como costa de hum termo que se axam no emventário do **sr^o** defunto. (Fol. 04r, MLA, Sobrescrita, pronome).
34. [...] sam duzentos e **Qrenta** e oito reis (Fol. 04r, MLA, Síncope, numeral).
35. d[a]r Bento Martis deste mesmo inventário **pg.** (Fol. 04r, MLA, Apócope, nome comum).
36. Remeti em 24 de **Janr^o** de 1743. (Fol. 04r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
37. Cuja **Qantia** se acha com as minhas contages e todas as mais (Fol. 04v, MLA, Síncope, nome comum).
38. [...] como costa de hun termo que se axa no cartório por mim asignado do **Sr^o** defunto (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, pronome).
39. Recebido do **P^o** Antônio Jozê (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome próprio)
40. Recebido do Padre **An.^{to}** Jozê. (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).

41. Pertecente ao **Sr**^o defunto asima (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, pronome).
42. [ordem] **q** o mandei rematar (Fol. 04v, MLA, Apócope, conjunção).
43. Recebi de meu **comp.**^e Leitam dois mil e quinhentos e cecenta reis (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
44. dois mil e quinhentos e cecenta reis em **dr**^o pertencentes ao emventario do defunto (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
45. Costara do emventaxio a **q.**^m pertencer. (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, pronome).
46. Remeti em 24 de **Janr**^o de 1743 (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
47. Remeti em 24 de **Janr**^o de 1743 (Fol. 04v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
48. Recebi do **capp.**^m Jozê Machado hum sento e trinta e cinco mil reis (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
49. [...] sento e trinta e cinco mil reis em **dr**^o (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
50. Bernardo Car^o (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
51. Fica sastifeita a tal coantia asima de **q** não devo dar mais conta (Fol. 05r, MLA, Apócope, conjunção).
52. [...] não devo dar mais conta por mandar pagar **Am.**^{al} da Costa Lima. (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
53. [...] costa da receita no **emventar.**^o do mesmo defunto doutor gerardes. (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
54. [...] Costa da receita no emventario do mesmo defunto **D.**^o gerardes (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).

55. Recebi mais do **capp.^m** Teotonio de Caldas (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
56. [...] oitenta mil reis ou o **q** costar declareza (Fol. 05r, MLA, Apócope, conjunção).
57. [...] **ma.** digo sento e oitenta mil coatro sentos e noventa reis (Fol. 05r, MLA, Síncope, pronome).
58. [...] pertencentes ao **sr^o** defunto doutor gerardes Pexoto (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, pronome).
59. [...] pertencentes ao senhor defunto **D.^o** gerardes Pexoto (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
60. [...] mesmo asim por ser do mesmo defunto **Dr^o**. Gerardes (Fol. 05r, MLA Sobrescrita, nome próprio).
61. dos **dr^{os}** se pago ao Bernardo Carvalho (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
62. Bernardo **Car^o** como por curador de Manuel (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
63. [...] de **M^{el}** da Costa lima (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
64. [...] em 23 de **9br^o** de 1742. (Fol. 05r, MLA, Mista, nome comum).
65. [...] esta coantia dei as o Bernando **Car^o**. (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
66. [...] o por curador de **M.^{el}** da Costa lima. (Fol. 05r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
67. [...] defunto **D.** gerardes Pexoto. (Fol. 05r, MLA, Apócope, nome próprio).

68. Recebi do Padre Jozê Gomes Vaéra **q** [ilegível] ao emventário do [defunto] Bernardo (Fol. 05v, MLA, Apócope, conjunção) .
69. Recebi de Migael **Glz^s** Coelho tres mil e oito centos e cecenta reis (Fol. 05v, MLA, Sobrescrita, nome próprio)
70. [...] pertencentes ao inventario do defunto Miguel **Glz^s** lemes. (Fol. 05v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
71. Recebi desteno **Glz^s** seis mil e sento e cecenta. (Fol. 05v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
72. [...] pertencente ao emventario do defunto **M^{el}** furtado (Fol. 05v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
73. Remeti em 24 de **Janr^o** de 1743 (Fol. 05v, MLA, Sobrescrita nome comum).
74. Recebi do **P^o** Jozê gomes viera pertencente [ilegível]. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
75. [...] em **dr^o** (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
76. **Fran^{co}** Xavier (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
77. Recebi do **P^o** Antonio Corria de soza per tencentente ao alferes de emfantaria Jozê Carvalho (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
78. Recebido para **An.^{to}** Corria de soza pertencente ao alferes de emfantaria Jozê Carvalho (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
79. Recebi mais do mesmo emventario por mão de Miguel **Glz^s** coelho dois mil e oitenta reis (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).

80. Recebi mais parte a o mesmo **emventar**^o do comicario Gaspar Alvis. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
81. [...] a dema dar o **P**^o. Joze Gomes Viera (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
82. [...] das fitas do **sr**^o emventario. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, pronome).
83. Remetir em 24 de **Janr**^o de 1743. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
84. Remetir em 24 de **Janr**^o de 1743. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
85. Deste emventario ao sitador **D**. para jozê de soza. (Fol. 06r, MLA, Apócope, nome próprio).
86. Deste emventario ao [ilegível] sitador doutor **P**^o jozê de [ilegível]. (Fol. 06r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
87. [...] emtrego ê joam **Fran.**^{co} e Gonçalo (Fol. 06v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
88. Recebi do **P**['] p. Joam Correa da rematacam do escravo Luis (Fol. 06v, MLA, Sobrescrita).
89. Recebi do p **P**. Joam Correa da rematacam do escravo Luis (Fol. 06v, MLA, Apócope, nome próprio).
90. Por mandar rematar cecenta mi reis em **dr.**^o e abati dos gastos. (Fol. 06v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
91. Remeti em 24 de **Janr** de 1743 (Fol. 06v, MLA, Síncope, nome comum).
92. Remeti em 24 de **Janr**^o de 1743 (Fol. 06v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
93. Recebi de **An**^{to} Ribeiro Aranha com o fiador de Gonçalo de morais (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita nome próprio).

94. Recebi de Antônio **Ribr**^o Aranha como fiador de Gonçalo de morais. (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita nome próprio).
95. [...] se axa **m**.^{to} sento e quarenta e nove oitavos e duzoito gramas (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, advérbio).
96. Se axa muito sento e **Qrenta** e nove oitavos e duzoito gramas (Fol. 07r, MLA. Síncope, numeral).
97. Foi por mão do **mir**^o sipriano da Crus (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
98. Cuja **cantia** pertence ao emventário. (Fol. 07r, MLA, Síncope, nome comum).
99. [...] emventario do defunto **M**^{el} Alves da Fonceca (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
100. [...] emventario do defunto Manuel **Alz**^s da Fonceca (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
101. [...] declarado que fas a conta de sento e **carenta** e coatro mil reis (Fol. 07r, MLA, Síncope, numeral).
102. Recebi de **An**.^{to} Ribeiro do vale da tapera doze mil e quinhentos reis. (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
103. Recebi de Antônio **Ribr**^o do vale da tapera doze mil e quinhentos reis (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
104. [...] sento e doze mil e quinhentos reis em **dr**^o. (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
105. [...] a conta da fazenda **q** rematou do defunto. (Fol. 07r, MLA, Apócope, conjunção).

106. [...] não esqueça o recebido **p^a** pertencentes aos auze deste tribunal (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, preposição).
107. Recebi do **P.^o** Joze gomes pertencente ao defunto diogo lopes perera (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
108. [...] este **dr^o** há de dar ao senhor padre Joze Gomes (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
109. [...] este dinheiro há de dar ao **Sr^o** padre Joze Gomes (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, pronome).
110. Este dinheiro há de dar ao senhor **P.^e** Joze Gomes (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
111. [...] mais do **sr^o** (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, pronome)
112. Remiti em 24 de **Janr^o** de 1743 (Fol. 07r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
113. Recebi do **P.^o** Manuel de soza silva pertencente ao emventario do defunto doutor fres Pedro (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
114. Recebi do Padre **M^{el}** de soza silva pertencente ao emventario do defunto doutor fres Pedro (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
115. Recebi do Padre Manuel de soza silva pertencente ao emventario do defunto **Dr^o** fres Pedro (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
116. [...] negro **q** rematou o senhor padre (Fol. 07v, MLA, Apócope, conjunção).
117. [...] negro que rematou o **sr^o** padre (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, pronome).
118. [...] negro que rematou o senhor **p^o** (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, preposição).

119. Aos 28 de **Janr**^o de 1743 remiti (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
120. [...] todas as **Cantia** por mim asenladas cosignadas neste livro (Fol. 07v, MLA, Síncope, nome comum).
121. Pertencente aos aizentes **q** se axarem [?] remitidas por mim. (Fol. 07v, MLA, Apócope, conjunção).
122. Que ficara liquido **p**^a remacam o hum cento e seis (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, preposição).
123. [...] a tais **Qantia** foro os mesmo Inventarios (Fol. 07v, MLA, Síncope, nome comum).
124. Cuja Qantia a de dar conta o **sarg.**^{to} mor Theodori. (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
125. Cuja **Qantia** e de dar conta o sargento mor [Theodorio]. (Fol. 07v, MLA, Síncope, nome comum).
126. [...] sahida aheita por demima receber **p**^a a remeter e para clareza e memoria fiz esta declaracam (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, preposição).
127. [...] e so dares conta do **q** asentar e receber desta folha emdiante (Fol. 07v, MLA, Apócope, conjunção).
128. 28 de **Janr.**^o de 1743 (Fol. 07v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
129. **Fran**^{co} de Brito Gondim (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
130. Escravos da **Faz.**^{da} (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
131. **Fran.**^{co} Creoulllo (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
132. A creoulla Anna escrava de **M**^{el} Gomes (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).

133. **D.** Teodora (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome próprio).
134. Jozê **Seg.^{do}** (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome comum).
135. **Franco** de Brito Gondim. (Fol. 08v, MLA, Síncope, nome próprio).
136. **M^{el}** Friz (Fol. 08v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
137. **Macho**¹⁵⁰ (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
138. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
139. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
140. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
141. **Macho.** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
142. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
143. **Macho.** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
144. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
145. **Macho.** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
146. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
147. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
148. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

¹⁵⁰ As ocorrências do tipo apócope representadas, aqui, por M e F foram desenvolvidas para uma melhor compreensão.

149. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
150. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
151. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
152. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
153. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
154. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
155. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
156. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
157. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
158. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
159. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
160. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
161. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
162. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
163. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
164. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
165. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

166. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
167. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
168. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
169. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
170. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
171. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
172. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
173. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
174. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
175. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
176. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
177. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
178. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
179. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
180. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
181. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
182. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

183. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
184. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
185. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
186. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
187. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
188. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
189. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
190. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
191. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
192. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
193. **Macho** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
194. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
195. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
196. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
197. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
198. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
199. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

200. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
201. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
202. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
203. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
204. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
205. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
206. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
207. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
208. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
209. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
210. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
211. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
212. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
213. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
214. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
215. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
216. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

217. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
218. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
219. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
220. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
221. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
222. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
223. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
224. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
225. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
226. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
227. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
228. **Fêmea**. (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
229. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
230. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
231. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
232. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
233. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

234. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
235. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
236. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
237. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
238. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
239. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
240. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
241. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
242. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
243. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
244. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
245. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
246. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
247. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
248. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
249. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).
250. **Fêmea** (Fol. 08v, MLA, Apócope, nome comum).

251. Egoas que entrego eu Miguel **Lour.^{co}** de Almeida nesta Fazenda (Fol. 09r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
252. Egoas que entrego eu Miguel Lourenço de **Alm.^{da}** nesta Fazenda (Fol. 09r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
253. [...] ao criador Sebastiam Alves de Brito o **qal** as levava ao quinto (Fol. 09r, MLA, Síncope, pronome).
254. Ferrouçe dois poldros e duas poldras **p^a** o senhor (Fol. 09r, MLA, Sobrescrita, preposição).
255. Ferrouçe dois poldros e duas poldras para o **sr^o** (Fol. 09r, MLA, Sobrescrita, pronome).
256. Poldra foi ferrada por conta do dizimo com [ilegível] na perna **dr^{ta}** (Fol. 09r, MLA, Sobrescrita, nome comum).
257. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
258. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
259. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
260. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
261. **Macho** (Fol. 09r, MLA Apócope, nome comum).
262. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
263. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).

264. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
265. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
266. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
267. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
268. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
269. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
270. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
271. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
272. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
273. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
274. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
275. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
276. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
277. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
278. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
279. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
280. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).

281. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
282. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
283. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
284. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
285. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
286. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
287. **Macho** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
288. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
289. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
290. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
291. **Fêmea**. (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
292. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
293. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
294. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
295. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
296. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
297. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).

298. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
299. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
300. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
301. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
302. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
303. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
304. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
305. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
306. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
307. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
308. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
309. **Fêmea**. (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
310. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
311. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
312. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
313. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
314. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).

315. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
316. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
317. **Fêmea** (Fol. 09r, MLA, Apócope, nome comum).
318. **Fran^{co}** de Brito Gondim (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
319. João do **S.^a** forro (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
320. **An^{to}** Angelo (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
321. **Fran^{co}** da forro (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
322. **M^{el}** Friz da S.a (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
323. Manuel Friz da **S.a** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
324. **Fran^{co}** escravo (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
325. [*inint*] **An^{to}** de Barros (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
326. **Fran^{ca}** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
327. Feliz da **S^a** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
328. **Lour.^{co}** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
329. Luiz de **Ar^o** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
330. Joze de **Ar^o** (Fol. 10r, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
331. Feliz da **As** (Fol. 10r, MLA, Síncope, nome próprio)

332. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
333. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
334. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
335. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
336. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
337. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
338. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
339. **Macho.** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
340. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
341. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
342. **Macho.** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
343. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
344. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
345. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
346. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
347. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
348. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).

349. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
350. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
351. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
352. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
353. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
354. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
355. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
356. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
357. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
358. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
359. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
360. **Macho.** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
361. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
362. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
363. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
364. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
365. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).

366. **Macho** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
367. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
368. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
369. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
370. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
371. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
372. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
373. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
374. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
375. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
376. **Fêmea**. (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
377. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
378. **Fêmea**. (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
379. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
380. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
381. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
382. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).

383. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
384. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
385. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
386. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
387. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
388. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
389. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
390. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
391. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
392. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
393. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
394. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
395. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
396. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
397. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
398. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
399. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).

400. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
401. **Fêmea** (Fól. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
402. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
403. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
404. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
405. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
406. **Fêmea** (Fol. 10r, MLA, Apócope, nome comum).
407. Luis de **Ar^o** (Fol. 10v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
408. **Fran^{ca}** (Fol. 10v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
409. **Fran^{co}** crioulo (Fol. 10v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
410. **An^{to}** Mulato (Fol. 10v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
411. **Fran^{ca}** (Fol. 10v, MLA, Sobrescrita, nome próprio).
412. **Macho** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
413. **Macho** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
414. **Fêmea** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
415. **Fêmea** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
416. **Fêmea** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).

417. **Fêmea** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
418. **Fêmea** (Fol. 10v, MLA, Apócope, nome comum).
419. Ferra das bestas a **F11** Ferra do gado (Fol. 01r, APP, Apócope, nome comum).
420. A **F30** (Fol. 01r, APP, Apócope, nome comum).
421. As miunças a **F150** (Fol. 01r, APP, Síncope, nome comum).
422. Farinha que vou fazendo hé o **Seg.^{te}** alqueires. (Fol. 02r, APP, Sobrescrita, nome comum).
423. **An^{to}** de Almeida (Fol. 10v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
424. Antônio de **Alm.^{da}** (Fol. 10v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
425. Antônio de **Alm.^{da}** (Fol. 10v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
426. Bestas são as **seg.^{tes}** (Fol. 10v, APP, Sobrescrita, nome comum).
427. Ao **Cap^{am}** Pinheiro (Fol. 10v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
428. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
429. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
430. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
431. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
432. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
433. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).

434. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
435. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
436. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
437. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
438. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
439. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
440. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
441. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
442. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
443. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
444. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
445. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
446. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
447. **Macho** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
448. **Fêmea** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
449. **Fêmea** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
450. **Fêmea** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).

451. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
452. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
453. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
454. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
455. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
456. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
457. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
458. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
459. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
460. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
461. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
462. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
463. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
464. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
465. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
466. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
467. **F**êmea (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).

468. **Fêmea** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
469. **Fêmea** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
470. **Pg** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
471. **Pg** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
472. **Pg** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
473. **Pg** (Fol. 10v, APP, Apócope, nome comum).
474. **M^{el}** de Souza (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
475. Manuel de **Soz.^a** (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
476. **M^{el}** Gomes (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
477. Manuel de **Soz.^a** (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
478. **M^{el}** de Souza (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
479. Manuel de Souza **Vaqr^o** (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome comum).
480. da **Faz.^{da}** Bestas (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome comum).
481. Acabaram as bestas de **m^a** comadre (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, pronome).
482. Acabaram as bestas de minha **com^e** (Fol. 11r, APP, Sobrescrita, nome comum).
483. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
484. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).

485. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
486. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
487. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
488. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
489. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
490. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
491. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
492. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
493. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
494. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
495. **Macho** (Fol. 11r, l., APP, Apócope, nome comum).
496. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
497. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
498. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
499. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
500. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
501. **Macho** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).

502. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
503. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
504. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
505. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
506. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
507. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
508. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
509. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
510. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
511. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
512. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
513. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
514. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
515. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
516. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
517. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
518. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).

519. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
520. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
521. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
522. **M**acho (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
523. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
524. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
525. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
526. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
527. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
528. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
529. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
530. **F**êmea. (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
531. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
532. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
533. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
534. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
535. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).

536. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
537. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
538. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
539. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
540. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
541. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
542. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
543. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
544. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
545. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
546. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
547. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
548. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
549. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
550. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
551. **F**êmea. (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
552. **F**êmea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).

553. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
554. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
555. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
556. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
557. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
558. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
559. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
560. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
561. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
562. **Fê**mea (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
563. **Pg.** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
564. **Pg.** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
565. **Pg.** (Fol. 11r, APP, Apócope, nome comum).
566. Venceslão Jozé do **S^a** Leite (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
567. Bestas do meu **Comp^e** João Baptista (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome comum).
568. Bernardo **Jé** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome próprio).
569. Bernardo José da **S.^a** Bestas. (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome próprio).

570. Meu **Comp**^e Antonio de Souza Meira Bestas são as segues (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome comum).
571. Meu Compadre **An**^{to} de Souza Meira Bestas são as segues (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
572. Meu Compadre Antonio de **Sz**^a Meira Bestas são as segues (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
573. Meu Compadre Antonio de Souza Meira Bestas são as **Seg.**^{es} (Fol. 11v, APP, Sobrescrita, nome comum).
574. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
575. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
576. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
577. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
578. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
579. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
580. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
581. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
582. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
583. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
584. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).

585. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
586. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
587. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
588. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
589. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
590. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
591. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
592. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
593. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
594. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
595. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
596. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
597. **Macho** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
598. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
599. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
600. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
601. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).

602. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
603. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
604. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
605. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
606. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
607. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
608. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
609. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
610. **Fêmea**. (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
611. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
612. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
613. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
614. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
615. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
616. **Fêmea** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
617. **Pg** (Fol. 11v, APP, Apócope, nome comum).
618. **Joaq.^m** José de Souza ferra das bestas (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).

619. **Joaq.^m** Jozé de Souza (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
620. Joaquim **Jé** de Souza (Fol. 12r, APP, Apócope, nome próprio).
621. Joaquim Jozé de **Sz^a** (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
622. **M^{el}** Clemente (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
623. Digo **D^{os}** Antônio (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
624. Digo Doutor **An.^{to}** (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
625. **An.^{to}** Clemente ferra da bestas (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
626. Meu afilhado Alex^e (Fol. 12r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
627. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
628. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
629. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
630. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
631. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
632. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
633. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
634. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
635. **Macho** (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).

636. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
637. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
638. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
639. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
640. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
641. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
642. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
643. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
644. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
645. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
646. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
647. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
648. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
649. **M**acho (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
650. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
651. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
652. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).

653. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
654. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
655. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
656. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
657. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
658. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
659. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
660. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
661. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
662. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
663. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
664. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
665. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
666. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
667. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
668. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
669. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).

670. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
671. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
672. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
673. **F**êmea (Fol. 12r, APP, Apócope, nome comum).
674. Jorge escravo do **Cap**^{am} Venceslão (Fol. 12v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
675. **P**^e Joaquim (Fol. 12v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
676. Padre **Joaq.**^m (Fol. 12v, APP Sobrescrita, nome próprio).
677. **M**^{el} Ignácio (Fol. 12v, APP Sobrescrita, nome próprio).
678. Manuel **Ign.**^{co} (Fol. 12v, APP Sobrescrita, nome próprio).
679. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
680. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
681. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
682. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
683. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
684. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
685. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
686. **M**acho (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).

687. **Macho** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
688. **Macho** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
689. **Macho** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
690. **Macho** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
691. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
692. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
693. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
694. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
695. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
696. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
697. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
698. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
699. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
700. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
701. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
702. **Fêmea** (Fol. 12v, APP, Apócope, nome comum).
703. Jozé **Pinhr**^o bestas (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome próprio).

704. Pasão [?] **p^a** o seo livro que tem na fazenda (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, preposição).
705. Pasão [?] para o seo livro **q** tem na fazenda (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
706. Entrega das minhas bestas **q** faço a meu compadre (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
707. Entrega das minhas bestas que faço a meu **comp^e** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
708. O **sr^o** Manuel de Souza Meira (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, pronome).
709. O senhor **Mel** de Souza Meira (Fol. 13r, APP, Síncope, nome próprio).
710. No **primr^o** de janeiro 1809 (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, numeral).
711. São o **seg.^{es}** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
712. Entrega das **m^{as}** bestas que faço ao compadre (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, pronome).
713. Entrega das minhas bestas **q** faço ao compadre (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
714. Entrega das minhas bestas que faço ao **comp^e** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
715. **M^{el}** Gomes Ribeiro no primeiro de Fevereiro de 1815 (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
716. Manuel Gomes **Ribr^o** no primeiro de Fevereiro de 1815 (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
717. Manuel Gomes Ribeiro no **pr^o** de Fevereiro de 1815 (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, numeral).

718. No primeiro de Fevereiro de 1815 são os **Seg^{tes}** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
719. O **comp^e** Antônio de Alves (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
720. O compadre **An^{to}** de Alves (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
721. O compadre Antônio de **Sz.** (Fol. 13r, APP, Síncope, nome próprio).
722. Meira são as **seg.^{es}** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
723. Entregas das bestas da Fazenda da Serra **q** faço (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
724. São as **Seg^{es}** (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
725. Entrega das bestas **q** faço a meu afilhado (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
726. Na **faz.^{da}** de Santa Roza são as seguintes (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
727. Na fazenda de S.^{ta} Roza são as seguintes (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
728. Na fazenda de Santa Rosa são as **seg.^{tes}**. (Fol. 13r, APP, Sobrescrita, nome comum).
729. [...] **q** parte as maxos e fêmeas (Fol. 13r, APP, Apócope, conjunção).
730. **Macho** (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
731. **Macho** (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
732. **Macho** (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
733. **Macho** (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).

734. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
735. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
736. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
737. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
738. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
739. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
740. **M**acho (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
741. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
742. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
743. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
744. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
745. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
746. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
747. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
748. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
749. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).
750. **F**êmea (Fol. 13r, APP, Apócope, nome comum).

751. Gado de **An^{to}** de Almeida (Fol. 27v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
752. Gado de Antonio de **Alm.^{da}** (Fol. 27v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
753. O **comp^e** Antônio de Souza Meira (Fol. 27v, APP, Sobrescrita, nome comum).
754. O compadre **An.^{to}** de Souza Meira (Fol. 27v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
755. O compadre Antônio de **Sz^a** Meira (Fol. 27v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
756. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
757. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
758. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
759. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
760. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
761. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
762. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
763. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
764. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
765. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
766. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
767. **Macho** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).

768. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
769. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
770. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
771. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
772. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
773. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
774. **M**acho (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
775. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
776. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
777. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
778. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
779. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
780. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
781. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
782. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
783. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
784. **F**êmea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).

785. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
786. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
787. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
788. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
789. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
790. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
791. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
792. **Fêmea**. (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
793. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
794. **Pg** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
795. **Pg** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
796. Gado do Brito he o **Sege**. mano senhor Brito (Fol. 28r, APP, Síncope, nome comum).
797. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
798. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
799. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
800. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
801. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).

802. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
803. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
804. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
805. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
806. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
807. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
808. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
809. **Macho**. (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
810. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
811. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
812. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
813. **Macho** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
814. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
815. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
816. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
817. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
818. **Fêmea** (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).

819. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
820. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
821. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
822. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
823. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
824. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
825. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
826. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
827. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
828. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
829. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
830. **Fê**mea (Fol. 27v, APP, Apócope, nome comum).
831. **Pg** (Fol. 28r, APP, Apócope, nome comum).
832. Da Fazenda gado de **m^a** comadre (Fol. 28v, APP, Sobrescrita, pronome).
833. Da Fazenda gado de minha **com.^e** (Fol. 28v, APP, Sobrescrita, nome comum).
834. Bezerros **q** vão tronxados são as seguintes (Fol. 28v, APP, Apócope, conjunção).
835. **Pg** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).

836. **Pg** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
837. **Pg** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
838. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
839. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
840. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
841. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
842. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
843. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
844. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
845. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
846. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
847. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
848. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
849. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
850. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
851. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
852. **Macho** (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).

853. **M**acho (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
854. **M**acho (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
855. **M**acho (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
856. **M**acho (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
857. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
858. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
859. **F**êmea (Fól. 28v, APP, Apócope, nome comum).
860. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
861. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
862. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
863. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
864. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
865. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
866. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
867. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
868. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
869. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).

870. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
871. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
872. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
873. **F**êmea. (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
874. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
875. **F**êmea (Fol. 28v, APP, Apócope, nome comum).
876. Partilha **q** faz meu mano José (Fol. 29r, APP, Apócope, conjunção).
877. Partilha que faz meu mano José **Pinhr**^o (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
878. No gado de **m**^a comadre hé o segue (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, pronome).
879. No gado de minha **com.**^e hé o segue. (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome comum).
880. No gado de minha comadre hé o **seg**^e (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome comum).
881. do mano **sr** Francisco Xavier (Fol. 29r, APP, Síncope, pronome).
882. do mano senhor **Fran**^{co} Xavier (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
883. do mano senhor Francisco **X.**^{er} (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
884. Gado de **Fran**^{co} Xavier (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
885. Gado de Francisco **X.**^{er} (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
886. de **m**^a comadre gado de 804 (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, pronome).

887. de minha **com**^e gado de 804 (Fol. 29r, APP, Sobrescrita, nome comum).
888. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
889. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
890. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
891. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
892. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
893. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
894. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
895. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
896. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
897. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
898. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
899. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
900. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
901. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
902. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
903. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).

904. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
905. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
906. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
907. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
908. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
909. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
910. **Macho** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
911. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
912. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
913. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
914. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
915. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
916. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
917. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
918. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
919. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
920. **Fêmea** (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).

921. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
922. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
923. **F**êmea (Fol. 29r, APP), Apócope, nome comum).
924. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
925. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
926. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
927. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
928. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
929. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
930. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
931. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
932. **F**êmea (Fol. 29r, APP, Apócope, nome comum).
933. Partilha que faz Bernarno Jozé do **S**^a (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
934. [...] no de **m**^a comadre a senhora Dona Anna Francisca hé o seguintes (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, pronome).
935. [...] no de minha **com.**^e a senhora dona Anna Francisca hé o seguintes (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
936. [...] no de minha comadre a senhora **D.** Anna Francisca hé o seguintes (Fol. 29v, APP, Apócope, nome próprio).

937. [...] no de minha comadre a senhora dona Anna **Fran.^{ca}** hé o seguintes (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
938. [...] no de minha comadre a senhora dona Anna Francisca hé o **Seg.^{tes}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
939. **V.^{as}** de entrega são as seguintes (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
940. vacas de entrega são as **seg.^{tes}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
941. **V.^{as}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
942. **V.^{as}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
943. **V.^{as}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
944. **V.^{as}** (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
945. Vacas de **ent.** (Fol. 29v, APP, Síncope, verbo).
946. Em 4 de **Janr^o** de 1796 (Fol. 29v, APP, Sobrescrita, nome comum).
947. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
948. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
949. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
950. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
951. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
952. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).

953. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
954. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
955. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
956. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
957. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
958. **Macho** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
959. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
960. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
961. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
962. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
963. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
964. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
965. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
966. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
967. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
968. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
969. **Fêmea** (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).

970. **F**êmea (Fol. 29v, APP, Apócope, nome comum).
971. Gado de **m**^a comadre que parte mano criador Bernardo jozé do Santos hé o seguintes (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, pronome).
972. Gado de minha **com.**^e que parte mano criador Bernardo jozé do Santos hé o seguintes (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, nome comum).
973. Gado de minha comadre **q** parte mano criador Bernardo jozé do Santos hé o seguintes (Fol. 30r, APP, Apócope, conjunção).
974. Gado de minha comadre que parte mano criador Bernardo jozé do **S**^a hé o seguintes. (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, nome próprio).
975. Gado de minha comadre que parte mano criador Bernardo jozé do Santos hé o **seg.**^e (Fol. 30r, APP, Sobrescrita nome comum).
976. **V**^{as} de entrega (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, nome comum).
977. Bezerros **q** tronxo e dei princípio este anno de 1811 (Fol. 30r, APP, Apócope, conjunção).
978. [...] **p**^a o dizimo (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, preposição).
979. Segue **p**^a bayxo (Fol. 30r, APP, Sobrescrita, preposição).
980. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
981. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
982. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
983. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).

984. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
985. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
986. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
987. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
988. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
989. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
990. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
991. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
992. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
993. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
994. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
995. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
996. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
997. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
998. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
999. **M**acho (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1000. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).

1001. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1002. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1003. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1004. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1005. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1006. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1007. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1008. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1009. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1010. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1011. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1012. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1013. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1014. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1015. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1016. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1017. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).

1018. **F**êmea (Fol. 30r, APP, Apócope, nome comum).
1019. Bezerros **q** tronxo para o dizimo este anno (Fol. 30v, APP, Apócope, conjunção).
1020. Bezerros que tronxo **p**^a o dizimo este anno (Fol. 30v, APP, Sobrescrita, preposição).
1021. **M**acho (Fol. 30v, APP, Apócope nome comum).
1022. De todas as **m**^a fazendas campo seco (Fol. 30v, APP, Sobrescrita, pronome).
1023. Pedra Branca Jardim **S**^{ta} Roza (Fol. 30v, APP, Sobrescrita, nome próprio).
1024. Pedra Branca Jardim Santa Roza **S**^{ta} Rita (Fol. 30v, APP, Sobrescrita nome próprio).
1025. Dizimo de miunça **q** principia em o primeiro de Julho (Fol. 50r. APP, Apócope, conjunção).
1026. Dizimo de miunça que principia em **opr**^o de Julho (Fol. 50r. APP, Sobrescrita, numeral).
1027. Em o primeiro de Julho de 1812 hé o **seg.**^e (Fol. 50r. APP, Sobrescrita, nome comum).
1028. **Fm**^{to} A vinte e nove de novembro de 1822 (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1029. A vinte e nove de **9br**^o de 1822 (Fol. 30v, IPC, Mista, nome comum).
1030. Fica a **faz**^{da} do campo seco para minha mãe (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1031. Fica a fazenda do campo seco **p**^a minha mãe (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, preposição).
1032. Fica a fazenda do campo seco para **m**^a mãe (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, pronome).

1033. **S^{ta}** Rita e Santa Roza para mim (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1034. Santa Rita e **S^{ta}** Roza para mim (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1035. Santa Rita e Santa Roza **p^a** mim (Fol. 30v, IPC Sobrescrita, preposição).
1036. Mais campo **An^{to}** de Souza Meira (Fol. 30v, IPC Sobrescrita, nome próprio).
1037. Mais campo Antonio de **Sz^a** Meira (Fol. 30v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1038. **Macho** (Fol. 30v, IPC, Apócope, nome comum).
1039. **Macho** (Fol. 30v, IPC, Apócope, nome comum).
1040. Bezerros de **m^a** comadre (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, pronome).
1041. Bezerros de minha **com^e** (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1042. **m^a** Irmã Zeferina (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, pronome).
1043. Bezerros de **m^a** Irma Maria (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, pronome).
1044. Bezerros de minha Irma **M^a** (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1045. Tronxado **p^a** o dizimo (Fol. 31r, IPC, Sobrescrita, preposição).
1046. **Sta** Roza (Fol. 31v, IPC, Síncope, nome próprio).
1047. **Sta** Rita (Fol. 31v, IPC, Síncope, nome próprio).
1048. **Sta** Rita (Fol. 31v, IPC, Síncope, nome próprio)

1049. Santa Rita de hoji endiante hé so minha **Pinhr**^o (Fol. 31v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1050. O Campo a **pa** Antônio de Souza Meira (Fol. 31v, IPC, Síncope, preposição).
1051. O Campo a para **Ant**^o de Souza Meira (Fol. 31v, IPC, Sobrescrito, nome próprio).
1052. O Campo a para Antônio de **Sz**^a Meira (Fol. 31v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1053. Um **Janr**^o Inocencio Pinheiro fiz esta sinto (Fol. 31v, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1054. **U** janeiro Inocencio Pinheiro fiz esta sinto (Fol. 31v, IPC, Apócope, numeral).
1055. Um janeiro **I** Pinheiro fiz esta sinto (Fol. 31v, IPC, Apócope, nome próprio).
1056. Um janeiro Inocencio **Pinhr**^o fiz esta sinto (Fol. 31v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1057. Fazenda de **S**^{TA} Ritta (Fol. 31v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).
1058. Para aofenda da [*inint*] **p**^a este livro. (Fol. 32r, IPC, Sobrescrita, preposição).
1059. **M**acho (Fol. 32r, IPC, Apócope, nome comum).
1060. **M**acho (Fol. 32r, IPC, Apócope, nome comum).
1061. Campo **D** Bibiana (Fol. 32v, IPC, Apócope, nome próprio).
1062. Jardim da **m**^a dinda a sima (Fol. 32v, IPC Sobrescrita, pronome).
1063. **Fazd**^a da Pedra Branca (Fol. 33r, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1064. Egoas minhas **In**^o Pinheiro (Fol. 33 v, IPC, Sobrescrita, nome próprio).

1065. Egoas minhas Inocencio **Pinhr**^o (Fol. 33v, IPC, Sobrescrita, nome próprio)
1066. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1067. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1068. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1069. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1070. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1071. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1072. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1073. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1074. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1075. **Macho** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1076. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1077. **Fêmea**. (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1078. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1079. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1080. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1081. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).

1082. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1083. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1084. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1085. **Fêmea** (Fol. 33v, IPC, Apócope, nome comum).
1086. **D. Bibiana** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome próprio)
1087. **Fazd^a** de Santa as mourano gado vacum (Fol. 34r, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1088. Fazenda de **S^{ta}** as mourano gado vacum (Fol. 34r, IPC, Sobrescrita, nome próprio)
1089. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1090. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1091. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1092. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1093. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1094. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1095. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1096. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1097. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1098. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).

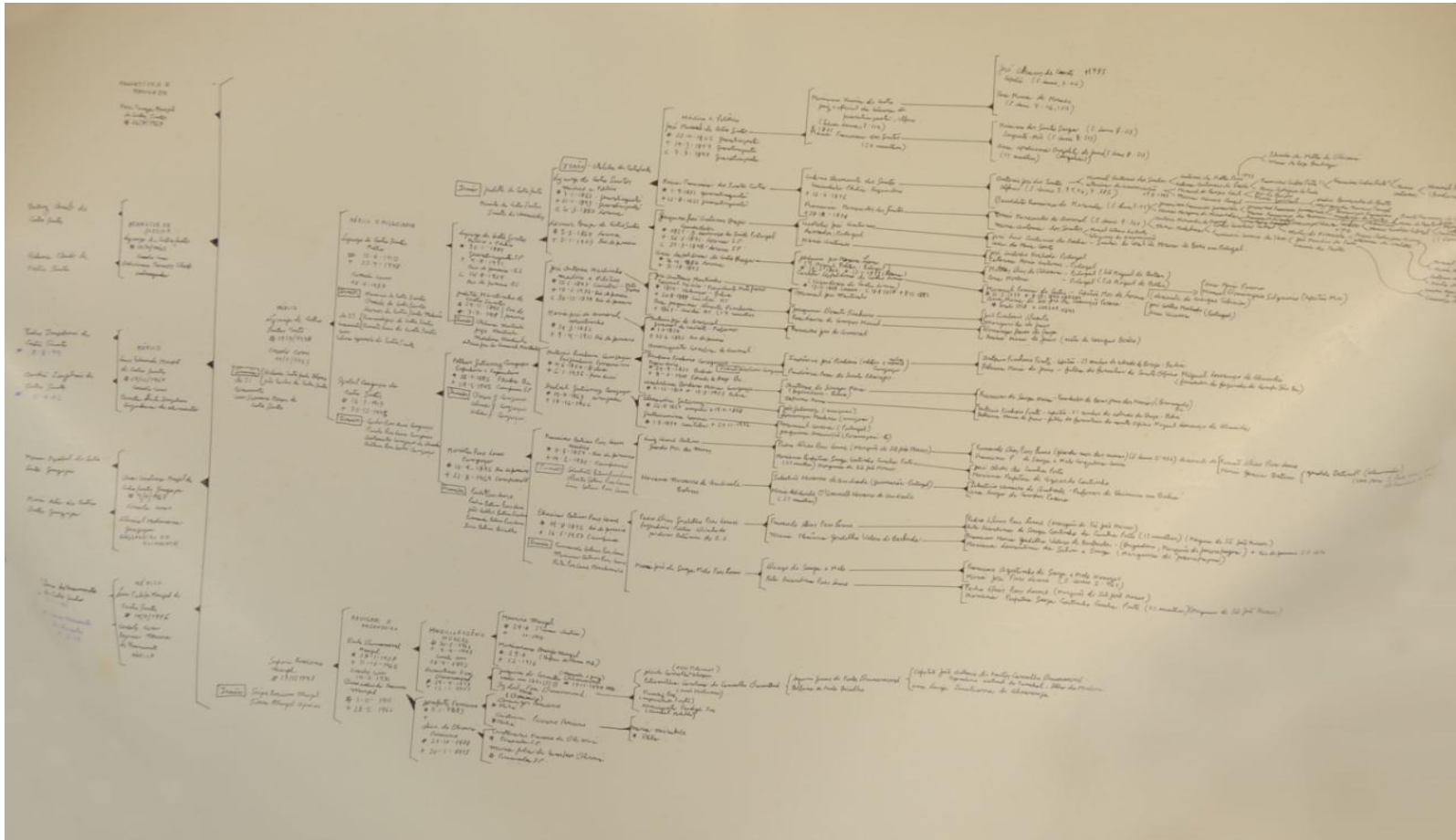
1099. **Macho** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1100. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1101. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1102. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1103. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1104. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1105. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1106. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1107. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1108. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1109. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1110. **Fêmea** (Fol. 34r, IPC, Apócope, nome comum).
1111. **Fazd^a** dos gado Vacum (Fol. 34v, IPC, Sobrescrita, nome comum).
1112. Hoje 29 de **7br^o** de 1867 – completei 28 as. (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, nome comum).
1113. [...] e nesta idade tão alegre **p^a** a maior parte dos homens (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, preposição).
1114. [...] não a conheci assim **p^a** mim (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, preposição).

1115. [...] **p^{or}** que combatido por mil pensamentos (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, preposição).
1116. [...] por que combatido **p^{or}** mil pensamentos (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, preposição).
1117. [...] **pensam^{tos}** diversos as minha cabesia (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, nome comum).
1118. [...] **m^a** cabesia é um turbilhão de idéias (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, pronome).
1119. [...] comfuzas: praza. **D^s** que o dia dá manhã já apareça (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, nome próprio).
1120. Em **S.** Antônio (Fol. 34v, MJCM, Apocópe, nome próprio).
1121. Santo **Ant^o** (Fol. 34v, MJCM, Sobrescrito, nome próprio).

ANEXO

**ANEXO A – FOTO CARTAZ COM OS DADOS GENEALÓGICOS FORNECIDOS
POR LYCURGO SANTOS NETO**

Figura: Cartaz com dados genealógicos pertencente a Lycurgo Santos Neto (s.d).



Fonte: CE-DOHS/ Foto: Jorge Viana